

**REVISÃO DO PLANO
DIRETOR PARTICIPATIVO
DE ILHÉUS/BA (PDPI)**

DIAGNÓSTICO MUNICIPAL

CADERNO ANALÍTICO

Outubro de 2022



Comitê Executivo

Equipe de trabalho

Gabinete do Prefeito	Mário Alexandre Correa de Sousa	Prefeito Municipal
Gabinete do Vice-Prefeito	Adalberto Souza Galvão	Presidente do Comitê Executivo
Procuradoria-Geral do Município	Jefferson Domingues Santos	Titular
	Matheus Dunkel Simões de Oliveira	Suplente
Controladoria-Geral do Município	Roberval Alves Santos	Titular
	Jefson Rebouças Alves Junior	Suplente
Secretaria da Casa Civil	Bento José Lima Neto	Titular
	Emerson Santos Silva	Suplente
Secretaria Municipal de Gestão	Gabriel Pithon Bittencourt Moraes de Andrade	Titular
	Fernanda Reis Abreu	Suplente
Secretaria Municipal da Fazenda e Orçamento	Mozart Aragão Leite	Titular
	Reinilson Soares dos Santos	Suplente
Secretaria Municipal de Educação	Eliane Oliveira da Silva	Titular
	Jamile Menezes Maron e Silva	Suplente
Secretaria Municipal de Saúde	André Luiz Cezário Campos	Titular
	Daniella Oliveira Navarro	Suplente
Secretaria Especial da Juventude Esporte e Lazer	Paulo Kaique Santos de Souza	Titular
	Iago Bandeira Moura	Suplente
Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza	Rubenilton Santos Silva	Titular
	Hilda Luz Sobrinha	Suplente

Comitê Executivo

Equipe de trabalho

Secretaria Especial de Meio Ambiente	José Victor Pessoa	Titular
	Carla Mendonça Lopes Costa da Silva	Suplente
Secretaria Municipal de Desenv. Econômico e Inovação	Soane Galvão Barbosa	Titular
	Vinícius Briglia Pinto	Suplente
Secretaria Especial de Turismo	Fábio Wanderley Manzi Cavalcanti Junior	Titular
	Magareth Pereira Araújo Santos	Suplente
Secretaria Especial de Cultura	Geraldo Magela Ribeiro	Titular
	Sergio Brasil dos Santos	Suplente
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Defesa Civil	Átila Menezes Dócio	Titular
	Bruno Souza do Nascimento Sitta	Suplente
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Distritais	João Batista Aquino dos Santos	Titular
	Hermano Fahning Ferreira Magno	Suplente
Secretaria Municipal de Ordem Pública	Marcelo Antônio Pereira Barreto	Titular
	Juarez Moreira Nascimento Júnior	Suplente
Autarquia de Transporte e Trânsito	Valci Góis Serpa de Oliveira	Titular
	Nery Santana da Silva	Suplente
Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata	Diego Batista Messias	Titular
	Roberta Sandrine Xavier Lima	Suplente

Comitê Técnico

Equipe de trabalho

Secretaria de Desenv. Econômico e Inovação	Vinicius Briglia Pinto	Coordenador Técnico do Comitê
Secretaria de Desenv. Econômico e Inovação	Alan Carlos Souza Santos	Topógrafo
Secretaria de Ordem Pública	Andrea Abreu de Souza	Coordenadora da Fiscalização de Posturas
Secretaria de Infraestrutura	Bruno Souza do Nascimento Sitta	Supervisor de Projetos
Secretaria Especial de Meio Ambiente	Carla Mendonça Iapa da Costa Silva	Engenheira Ambiental
Secretaria de Desenv. Econômico e Inovação	Diego Anunciação dos Santos	Topógrafo do LOP
Secretaria de Desenv. Econômico e Inovação	Dulcinéia dos Santos Moreno	Topógrafa – Diretora de Agricultura e Pesca
Secretaria de Desenv. Econômico e Inovação	Emilly Francielle Nogueira Teodoro dos Santos	Auxiliar Administrativo
Secretaria de Gestão e Tecnologia	Fátima Machado Freitas	Setor de Patrimônio
Autarquia de Trânsito	George Moreno Bezerra	Engenheiro de Trânsito
Secretaria de Serviços Urbanos	Hermano Fahning Ferreira Magno	Engenheiro Civil
Secretaria Especial de Turismo	Ingrid Barbara Santos Santana	Turismóloga
Secretaria de Infraestrutura	Joandre Neres de Jesus	Especialista em Planejamento de Cidades
Secretaria de Meio Ambiente	Joélia Sampaio Oliveira Bezerra	Superintendente de Meio Ambiente
Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata	José Clóvis Teles Lunardi	Engenheiro Agrônomo
Secretaria de Desenv. Econômico e Inovação	Maciel da Silva Santana	Coordenador de Assoc. e Cooperativismo
Secretaria de Desenv. Econômico e Inovação	Mariana Menezes Santos	Auxiliar Administrativo
Secretaria de Desenv. Econômico e Inovação	Matheus Galvão Brito	Cadista do LOP
Secretaria de Desenv. Econômico e Inovação	Maurício Batista Galvão	Superintendente de Desenv. Econ. e Inovação
Secretaria de Desenv. Econômico e Inovação	Rafael Pastor Diamantaras Magalhães	Gerente de Uso e Ocupação do Solo

Consultoria Técnica - Arcadis

Equipe de trabalho

FERNANDA CORRÊA LAHAM

Arquiteta e Urbanista | Gerente Técnica
fernanda.correa@arcadis.com

VIVIAN DAL'LIN

Arquiteta e Urbanista | Coordenação Geral
vivian.dallin@arcadis.com

TATIANE FREITAS

Geógrafa | Coordenação Setorial
tatiane.freitas@arcadis.com

ELISA PENNINGS

Arquiteta e Urbanista | Coordenação Setorial
elisa.pennings@arcadis.com

Especialistas técnicos:

JOSÉ NAZAL

Dinâmica Urbana e Ordenamento Territorial

AMANDA PAULISTA

Diagnóstico Jurídico

MARIANA LEVY

Diagnóstico Jurídico

PAULO ROMEIRO

Diagnóstico Jurídico

RODRIGO ZICHELLI

Geoprocessamento

ERICK MOTA

Meio Físico

WOLFRAM LANGE

Risco Climático

FRANCISCO VEIGA

Risco Climático

VOLNEY FERNANDES

Meio Biótico

MICHELE ALMEIDA

Dinâmica Urbana e Ordenamento Territorial

GILMARA GONÇALVES

Dinâmica Urbana e Ordenamento Territorial

ALEXANDRE GUERRA

Socioeconomia, Infraest. e Eq. Públicos

SARA TOJA

Patrimônio Cultural e Turismo

CLARICE AMORIM

Patrimônio Cultural e Turismo

GUILHERME PUCCI

Mobilidade

FERNANDA SUGIMOTO

Mobilidade

RAFAEL STUCCHI

Mobilidade

KAIQUE BRITO

Meio Biótico

Consultoria Técnica - Arcadis

Equipe de trabalho

Especialistas técnicos:

FERNANDA ALVES

Dinâmica Urbana e Ordenamento Territorial

JUCIARA SILVA

Meio Físico

JOÃO PARREIRA

Plataformas digitais

VICTOR BARBUGLIO

Plataformas digitais

LILIAN MORAES

Participação Popular

GIULIA MOTA

Apoio técnico geral

ANA SOARES

Apoio técnico geral

Participação Social:

ROSEANE PALAVIZINI

Coordenação

VÂNIA HELENA DALPIZZOL

Participação Popular

ELIENETE GOMES

Participação Popular

SILVANA ARGOLLO

Participação Popular



INTRODUÇÃO



Apresentação

Introdução

O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, no qual são estabelecidas disposições sobre o ordenamento territorial ambientalmente sustentável e sobre o pleno desenvolvimento local, abarcando os aspectos físicos, econômicos e sociais. Em virtude do seu escopo, o **Estatuto da Cidade**, aprovado por meio da **Lei Federal nº 10.257/2001**, dispõe que o **Plano Diretor deve ser elaborado e implementado de maneira participativa** (art. 40, §4º). Essa disposição tem sido reforçada e detalhada por Recomendações do Conselho das Cidades¹, por publicações do Governo Federal² e órgãos como Ministério Público e Defensoria Pública, bem como por experiências municipais exitosas no que tange à participação popular.

Tais referências orientam que **a sociedade civil**, mais do que pontualmente consultada, **deve ser munida de diversos canais e oportunidades para colaborar e exercer sua real participação**. Neste sentido, a sociedade civil é convidada a acompanhar as etapas conformadoras do processo de revisão do Plano Diretor e **tem a oportunidade de avaliar as propostas e apreciar as decisões, de modo a assegurar que suas visões a respeito das potencialidades e fragilidades do município**, assim como seus anseios, sejam incorporadas pelo Plano Diretor, levando em consideração o prazo de vigência desta lei, de 10 anos. Tal participação é garantida pelo Poder Executivo que, ao conduzir o processo de formulação do Plano Diretor, engaja o Poder Legislativo e a sociedade civil desde as etapas iniciais até a conclusão do processo. Como resultado, todos **os produtos desenvolvidos** ao longo da revisão do Plano Diretor **são elaborados com base não apenas em dados técnicos, mas também com base na chamada leitura social** – que abarca as considerações da população sobre os temas tratados.

O presente produto apresenta o conteúdo do **Diagnóstico Municipal** em formato de **Caderno Analítico**, com a descrição e análise dos dados primários e secundários levantados ao longo das primeiras etapas do processo, já considerando as contribuições da Primeira Rodada Participativa. Cabe ressaltar que se trata da **versão preliminar do Diagnóstico Municipal**, que compõe a base de discussão da Segunda Rodada Participativa, e que será apresentado em versão final após consolidação das contribuições e revisões recebidas ao longo desta rodada pública.

¹ Em especial, a Resolução nº 34, de 01 de julho de 2005.

² Destaca-se o “Guia para a Elaboração e Revisão de Planos Diretores”, lançado em versão para teste no final de 2019 pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, que trata de uma versão atualizada do Guia lançado pelo Ministério das Cidades em 2004.

Etapas de Revisão do Plano Diretor de Ilhéus

Introdução

A revisão do PDPI está estruturada em quatro grandes etapas de trabalho, com marcos importantes a serem cumpridos, no que diz respeito à participação popular, como apresentado abaixo.

Vencida a Etapa 1, com a **Primeira Audiência Pública realizada no dia 05/05/2022**, e também com as contribuições realizadas através das oficinas participativas, o processo de revisão do PDPI encaminha-se para a fase de apresentar publicamente, na **Segunda Audiência Pública, os resultados da Etapa 2 – Diagnóstico do Município**.

Cabe ressaltar que o registro do processo participativo já realizado integra o presente volume.



- Audiência Pública de abertura e apresentação
- Oficinas participativas
- Consulta Cidadã

- Audiência Pública de validação do Diagnóstico
- Oficinas participativas
- Consulta Cidadã

- Audiência Pública de discussão de Diretrizes e Propostas
- Oficinas participativas
- Consulta Cidadã

- Audiência Pública final
- Oficinas participativas
- Consulta Cidadã

REALIZADA

ATUAL

PRÓXIMAS ETAPAS

Apresentação

Introdução

O diagnóstico tem por principal objetivo traçar um panorama da Ilhéus atual, avaliando seus principais componentes territoriais, econômicos, sociais, naturais, históricos e culturais, de mobilidade, entre outros. Cada tema que compõe o **Diagnóstico do Município de Ilhéus** passou por análise técnica e avaliação crítica, estando o presente produto estruturado nos seguintes **Capítulos**:

- **01. Diagnóstico Jurídico:** análise da legislação condicionante da ocupação do território de Ilhéus;
- **02. Contexto Regional:** visão das relações de Ilhéus para além de seu limite municipal;
- **03. Configuração do Território:** apresentação dos principais aspectos que caracterizam e condicionam o território municipal de Ilhéus;
- **04. Caracterização Socioeconômica:** análise dos dados sociais e econômicos;
- **05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais:** caracterização do território frente a seus aspectos físicos e ambientais;
- **06. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas:** quais as principais características da organização e dinâmica territorial urbana atuais;
- **07. Temas Setoriais:** apresentação de dados referentes a habitação, mobilidade, patrimônio cultural e turismo;
- **08. Indicadores de Dinâmica Urbana:** análise integrada e comparativa dos diversos aspectos que integram o diagnóstico e caracterizam o território do município;
- **09. Processo Participativo:** registros da Primeira Rodada Participativa; e
- **10. Principais Conclusões.**



01. DIAGNÓSTICO JURÍDICO

Metodologia

01. Diagnóstico Jurídico

- Levantamento legislativo no âmbito dos três entes federativos a fim de identificar os aspectos centrais para o processo e conteúdo da revisão do Plano Diretor;
- Análise da legislação municipal e suas interfaces com a legislação aprovada após a promulgação do Plano Diretor de 2006, identificando temas prioritários para sua revisão;
- Análise das atuais dinâmicas territoriais da cidade e o diálogo com a prefeitura e sociedade civil.

Estrutura

1. Aspectos jurídico-institucionais

- Processo participativo;
- Conteúdo mínimo.

2. Instrumentos do Plano Diretor de 2006

3. Temas Prioritários

- Regulação uso e ocupação do solo urbano e rural;
- Regularização fundiária;
- Licenciamento urbanístico e ambiental;
- Políticas urbanas setoriais;
- Proteção do meio ambiente.

Aspectos Jurídico-Institucionais

01. Diagnóstico Jurídico

Processo Participativo

O Plano Diretor é um instrumento de ordenamento territorial, que serve para prever diretrizes e regras para a ocupação do solo para todo território municipal, definindo as funções sociais da cidade, estabelecido pela Lei Federal 10.257/2001 – Estatuto da Cidade. As principais características do processo participativo para sua elaboração são:

- Coordenação compartilhada entre poder público e sociedade civil;
- Publicidade;
- Audiências públicas;
- Diversidade;
 - Temas
 - Segmentos sociais
 - Divisões territoriais
- Aprovação em conferência ou evento similar.

Aspectos Jurídico-institucionais

01. Diagnóstico Jurídico

Segundo o artigo 42 do Estatuto da Cidade e a Resolução 34 n. do ConCidades e a Lei Orgânica do Município de Ilhéus o Plano Diretor deve prever no mínimo:

- Definição funções sociais da cidade e da propriedade;
- Macrozoneamento Urbano e Rural;
 - Macrozonas, Zonas e Zonas Especiais
 - Mapas e Perímetros
- Áreas para aplicação dos instrumentos da política urbana;
- Coeficiente de Aproveitamento Básico e Máximo (único ou diferenciado).

Referência Legal.

Art. 42, Estatuto da Cidade

Resolução nº 34

Art. Lei Orgânica Ilhéus

Aspectos Jurídico-Institucionais

01. Diagnóstico Jurídico

Conteúdo Mínimo

Para ampliar o perímetro urbano atualmente existente, deve-se atender aos requisitos do art. 42-B do Estatuto da Cidade e definir, no mínimo:

- Delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais;
- Definição de diretrizes específicas e de áreas que serão utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais;
- Definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda;
- Previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, quando o uso habitacional for permitido;
- Definição de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural;
- Definição de mecanismos para garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização do território de expansão urbana e a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária resultante da ação do poder público.

Instrumentos do Plano Diretor de 2006

01. Diagnóstico Jurídico

O artigo 163 do Plano Diretor define como instrumentos da política urbana a serem aplicados em Ilhéus os seguintes, conforme a definição do glossário do Plano Diretor:

- Operações Urbanas Consorciadas: São consideradas um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental.
- Outorga Onerosa do Direito de Construir: Permite que o Poder Público autorize o particular a realizar uma construção acima do coeficiente de aproveitamento básico até o coeficiente de aproveitamento máximo, mediante o pagamento de contrapartida.
- Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios: Trata-se de uma sanção imposta pelo Poder Público Municipal ao proprietário do bem que deixou de realizar o adequado aproveitamento do imóvel, definido nos termos do Plano Diretor e Lei Municipal Específica.
- Transferência do Direito de Construir: Instrumento que permite ao proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no Plano Diretor ou em legislação urbanística dele decorrente quando o imóvel for considerado para fins de implantação de equipamentos urbanos e comunitários, preservação.
- Direito de Preempção: Na hipótese do Poder Público Municipal necessitar do imóvel para realizar finalidades enumeradas no artigo 26 do Estatuto da Cidade, terá preferência na aquisição do imóvel, objeto de alienação onerosa entre particulares.
- Direito de Superfície: Trata-se de uma faculdade atribuída ao proprietário de imóvel urbano de conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, através de escritura pública registrada no Cartório de Registro de Imóveis.
- Estudo de Impacto de Vizinhança: Deve ser considerado um instrumento preventivo do ente estatal destinado a evitar o desequilíbrio no crescimento urbano, garantindo condições mínimas de ocupação dos espaços habitáveis.
- ZEIS: são aquelas de concentração de habitações precárias, cuja definição tem por objetivo possibilitar a proposição de medidas específicas para sua recuperação, integração, bem como de critérios urbanísticos em conformidade com as características destes locais, possibilitando intervenções que visam melhorar suas condições de habitabilidade, devendo tais intervenções estar integradas, não sendo fragmentadas ou pontuais.

Os instrumentos têm pouca densidade normativa por não terem suas áreas de aplicação definidas pelo Plano Diretor de 2006 (artigo 163)

Instrumentos do Plano Diretor de 2006

01. Diagnóstico Jurídico

O quadro esquemático analisa os instrumentos previstos no PD de 2006 que foram implementados e apresenta observações sobre sua implementação.

Instrumentos	Foi regulamentado?	Foi aplicado?	Observações
Macrozoneamento	Não se aplica	Sim	Embora a macrozona de interesse urbanístico seja maior do que mancha urbana e o perímetro regulado pela LUOS, o macrozoneamento municipal tem sido aplicado no que diz respeito a proteção dos usos agrícolas e ambiental das macrozonas não urbanas. No entanto, há pontos em que a Macrozona de Interesse Ambiental está considerada dentro do perímetro urbano da Lei de Uso e Ocupação do Solo.
Macrozoneamento urbano	Sim (LUOS)	Sim	A lei de uso e ocupação do solo tem como referência os coeficientes de aproveitamento e zonas de adensamento do plano diretor.
ZEIA		Sim	Quadro da LUOS como “área de especial interesse ambiental e paisagístico - estudo especial p/ secretaria de meio ambiente e urbanismo”.
ZEIS	Sim (LUOS)	Sim	Parâmetros definidos pela LUOS.
Outorga onerosa do direito de construir	Sim (LUOS)	Sim	Constante do PD (2006), o instrumento foi regulamentado pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei municipal nº 3.746/15) com alterações previstas na Lei Municipal nº 4.147/22. A LUOS regulamentou o instrumento garantindo a possibilidade de aplicação. Os coeficientes de aproveitamento adotados pela LUOS estão previstos no plano diretor, e a aplicação da outorga onerosa poderá ser realizada nas áreas onde o direito de construir poderá ser exercido acima do permitido pelo coeficiente de aproveitamento básico previsto para cada zona de uso.
Estudo de impacto de vizinhança	Sim (LUOS)	Sim	O Município deve utilizar o EIV para participar do licenciamento de empreendimentos de impacto. Deve prever a realização de Audiência Pública como forma de garantir a participação da população interessada e a diretriz da gestão democrática do Estatuto da Cidade, como forma definir as medidas de mitigação e compensação considerando o interesse local.
Conselho da Cidade	Sim - Plano Diretor	Sim	Conselho Municipal da Cidade de Ilhéus criado pelo Plano Diretor de 2006 permanece ativo e participa do processo de revisão do atual plano.
Conferência da Cidade	Sim - Decretos Municipais	Sim	Foram realizadas enquanto ocorreram as Conferências Nacionais da Cidade e depois não ocorreram mais.

Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

Plano Diretor e Leis Específicas

PAPEL DO PLANO DIRETOR (art. 182, CF e Estatuto da Cidade)

- Principal instrumento de planejamento urbano e regulação do ordenamento territorial
- Vinculante para o setor público e privado
- STF: hierarquia do plano diretor em relação as demais leis urbanísticas (RE 607.940)

Há portanto o desafio de compatibilização das leis específicas ao plano diretor:

Lei de Uso e Ocupação Do Solo (Lei municipal nº 3.746/15 e alterações posteriores)

Leis específicas que definem o perímetro urbano

Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

O Plano Diretor institui um macrozoneamento municipal envolvendo o território do Município como um todo em um macrozoneamento urbano, que regula parte do que corresponde a área urbana do município.

O macrozoneamento municipal divide o município em:

- Macrozonas de Interesse Agroflorestal;
- Macrozona de Interesse Ambiental;
- Macrozona de Interesse Urbanístico.

O macrozoneamento urbano divide o município em:

- Zonas de Adensamento (restrito, básico e preferencial);
- Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS;
- Zonas Especiais de Uso Turístico - ZEUT;
- Zonas Especiais de Interesse Ambiental – ZEIA;
- Zonas de Expansão Urbana.

Coefficiente de aproveitamento/zona	ZAP	ZAB	ZAR	ZEUT	ZEXP
Coefficiente básico	2	1	1	2	1
Coefficiente máximo	4	2	4	4	

Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

A Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei municipal nº 3.746/15 e alterações posteriores), conforme determina o Plano Diretor, subdivide as zonas urbanas previstas no Plano Diretor e estabelece para cada uma delas parâmetros urbanísticos e categorias de uso.

- 15 categorias de uso (residencial, comércio, oficina, indústria, instituição e lazer)
- 60 zonas de uso e 05 corredores especiais
- Parâmetros:
 - Coeficiente de Aproveitamento
 - Específicos para cada zonas de uso
 - CA básico (0,4 a 2)
 - CA máximo (1 a 4)
- Número de vagas de estacionamento por uso, localização e área construída

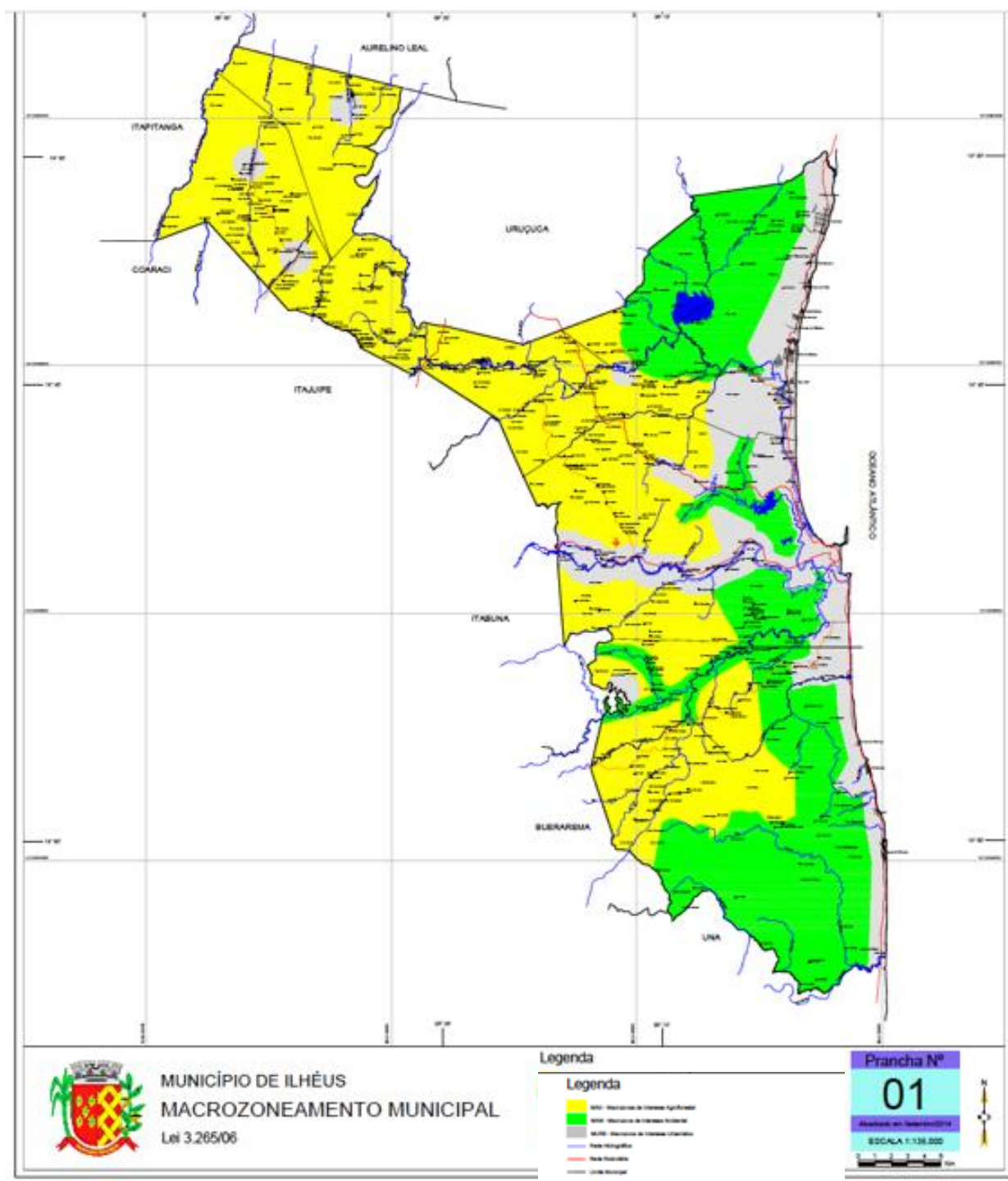
Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

Área Urbana e de Expansão Urbana

O Plano Diretor de 2006 define que a Macrozona de Interesse Urbanístico se destina prioritariamente ao parcelamento do solo com fins de ocupação para usos residenciais, comerciais, industriais e de serviços e é composta por:

- Área urbana da sede municipal;
- Todas as áreas urbanas dos povoados com população acima de 500 (quinhentos) habitantes; e
- Áreas prioritárias para expansão urbana.



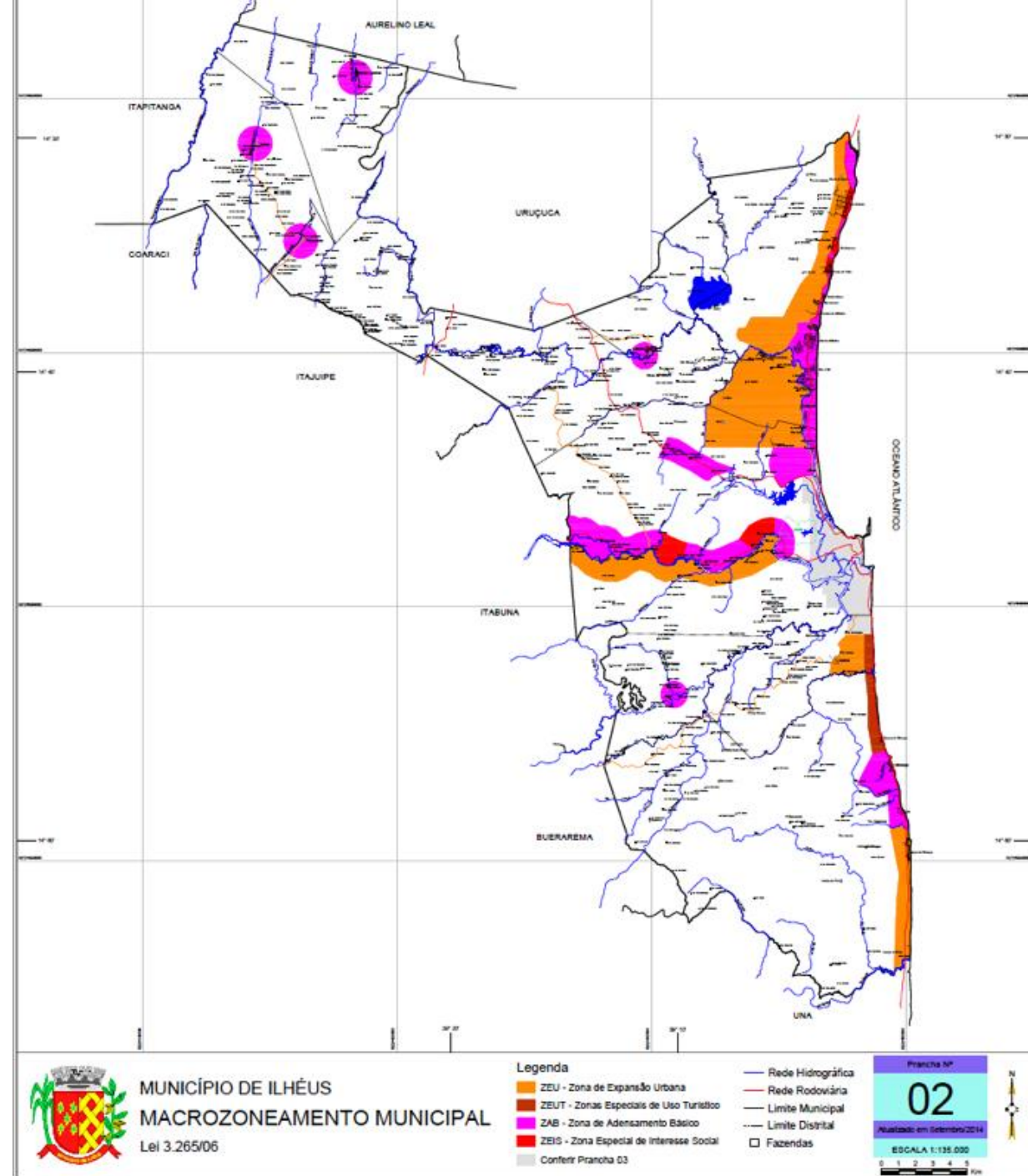
Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

Área Urbana e de Expansão Urbana

O Plano Diretor de 2006 definiu as Zonas de Expansão Urbana – ZEU. As ZEUS (em laranja no mapa ao lado) são áreas situadas dentro da Macrozona de Interesse Urbanístico, são destinadas à futura ocupação de uso urbano e devem ter seus parâmetros definidos pela LUOS.

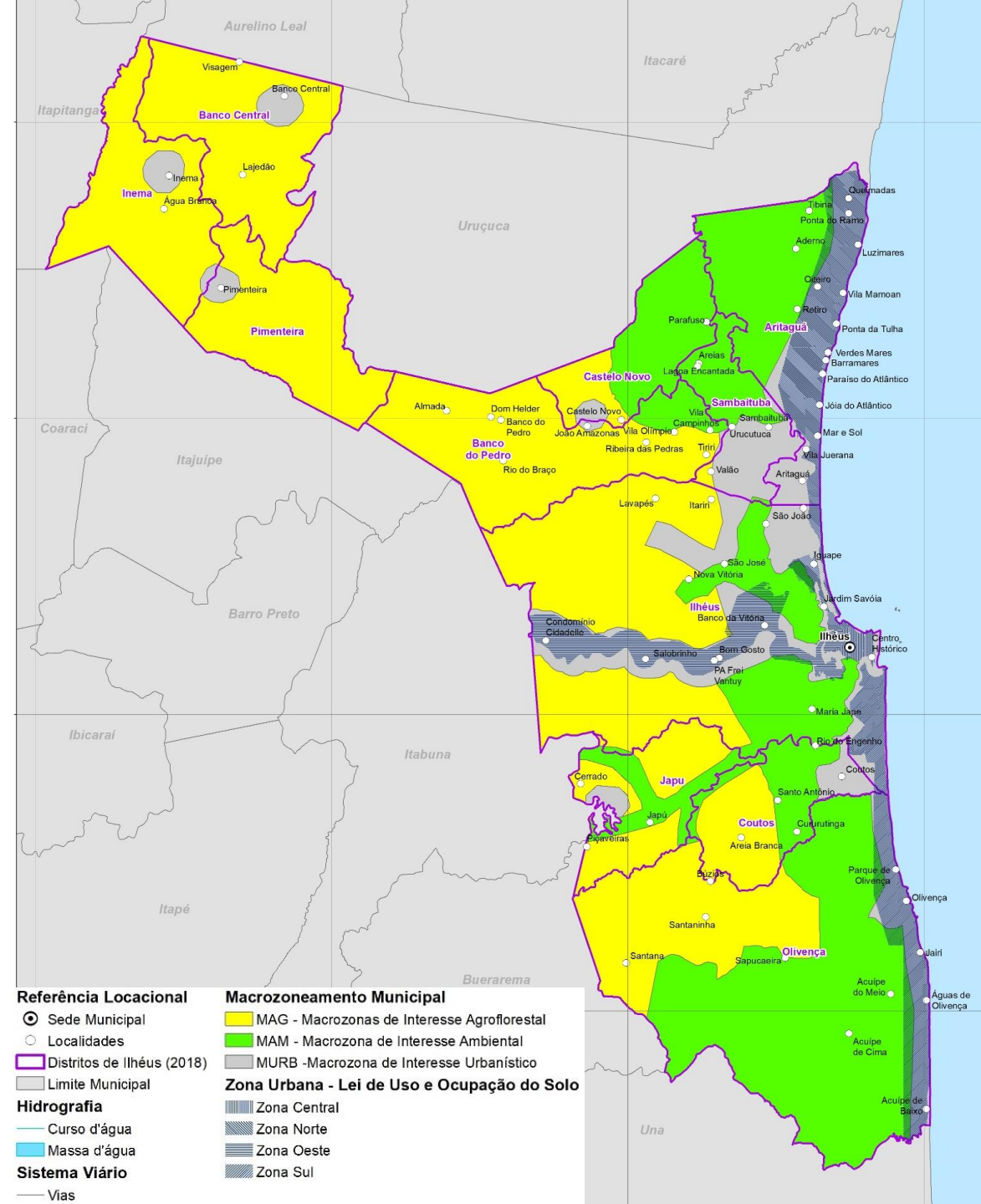
Fonte: Plano Diretor (2006)



Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

O cruzamento entre o perímetro da macrozona de interesse urbanístico prevista no Plano Diretor de 2006 e da zona considerada urbana pela Lei de Uso e Ocupação do Solo mostra que o perímetro urbano definido pela LUOS não está limitado à macrozona de interesse urbanístico, por isso há uma sobreposição com a macrozona de interesse ambiental. (imagem ao lado)



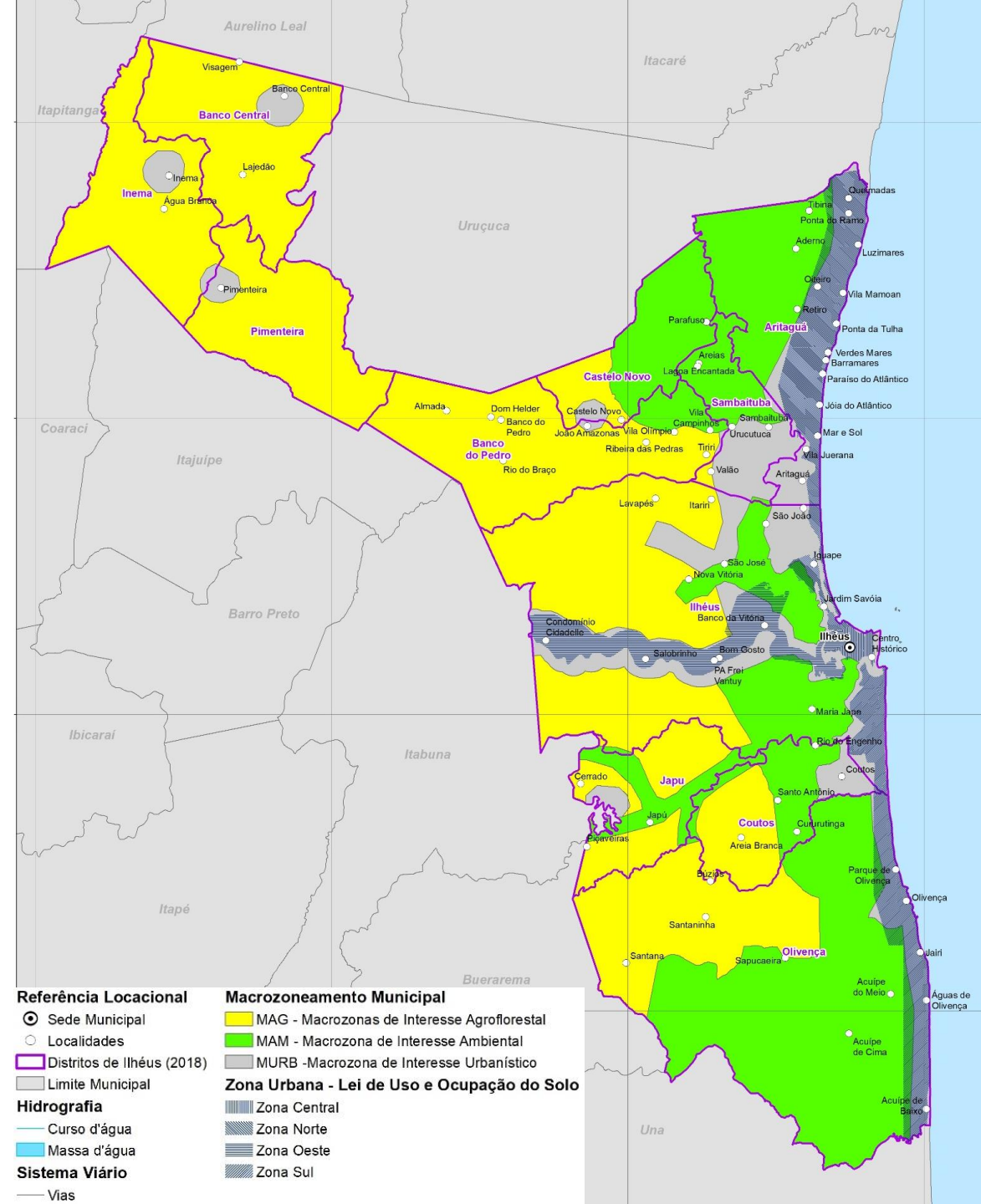
Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

PD X LUOS

A sobreposição entre o macrozoneamento do Plano Diretor o perímetro regulado como urbano pela Lei de Uso e Ocupação do Solo, mostra (imagem ao lado) que parte da Zona de Interesse Urbanístico do Plano Diretor não foi regulada pela lei de uso e ocupação do solo em especial nas áreas de:

- Coutos;
- Aritaguá;
- Margem sul do Rio Cachoeira.



Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

Ampliação do Perímetro Urbano

A Lei Municipal n. 3.554/11, por sua vez, altera o limite da zona urbana do Município de Ilhéus, ampliando o perímetro urbano do Município, principalmente para inclusão das faixas litorâneas. Segundo o artigo 1º da referida lei, a zona urbana do Município de Ilhéus passa a ser definida pela inclusão das seguintes delimitações:

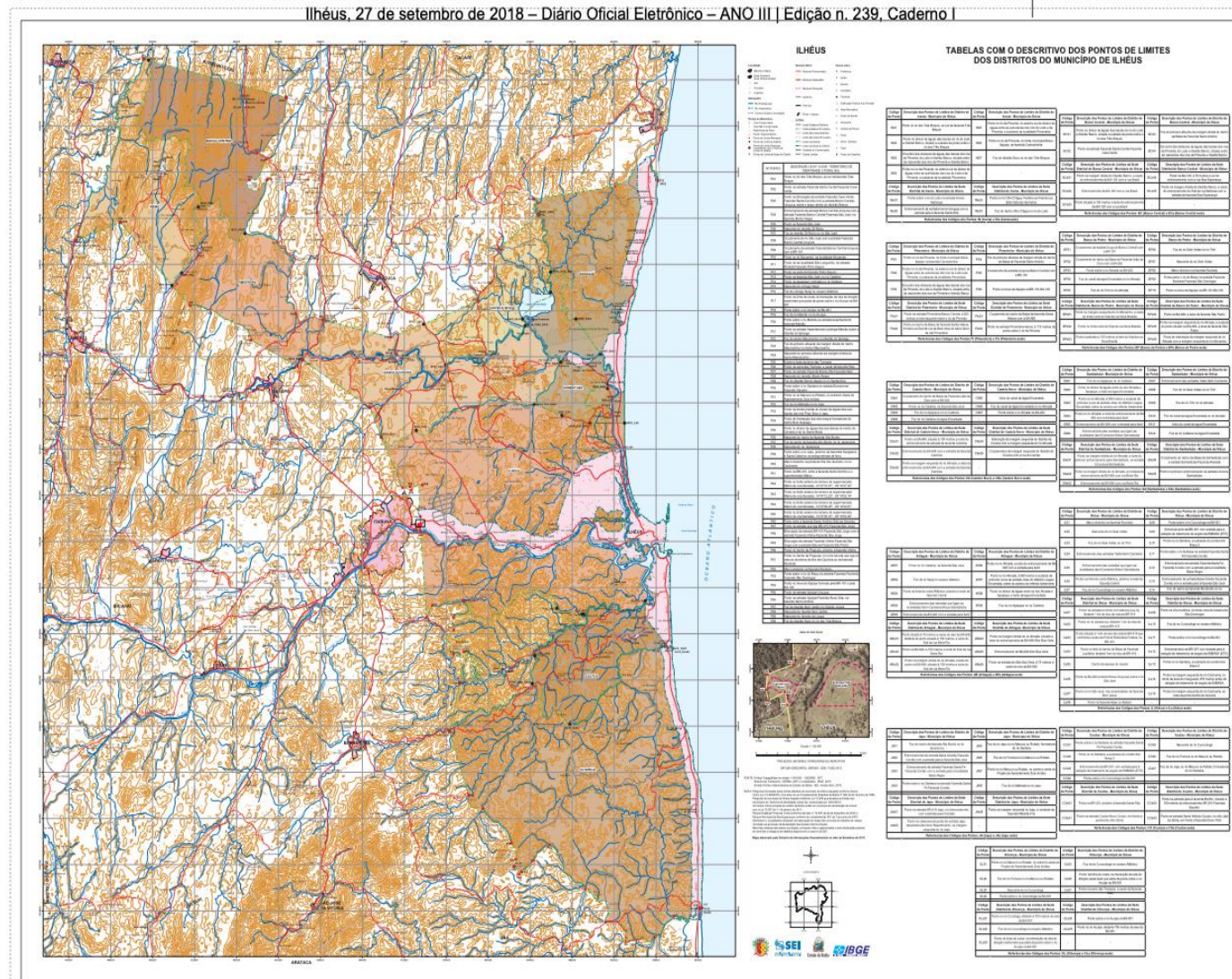
- Perímetros dos bairros deste município, definidos conforme Leis nº 3.476/2009, nº.3606/2012 e nº 3.890/2017;
- Zonas declaradas de interesse prioritário para expansão urbana, definidas na Lei 2.400, de 06 de Agosto de 1991;
- Faixa litorânea de 2.000 de largura a oeste, a partir das zonas declaradas de interesse prioritário para expansão urbana definidas na Lei nº 2.400/1991, até as margens do Rio Santana e rio Almada;
- Faixa litorânea de 3.000m, a partir da preamar máxima do Oceano Atlântico, que se estende desde o limite sul do Loteamento Águas de Olivença até o rio Acuípe;
- Faixa litorânea de 3.000 m (três mil metros), a partir da preamar máxima do Oceano Atlântico, que se estende desde o limite do rio Mamoã até o rio Sargi.

Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

Distritos e Bairros

Malha Distrital Ilhéus - Lei Municipal n. 3983/18, delimita os **11 distritos** do município de Ilhéus e suas zonas urbanas, incluindo a sede do município. Esta lei obedece a as leis estaduais: Lei Complementar Estadual nº 02/90 e a Lei Estadual nº 12.638/13.



Malha Distrital Ilhéus - Lei Municipal n. 3983

Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

Regulação do Uso do Solo Rural

A legislação federal é expressa na necessidade do Plano Diretor regular o território rural do município. O art. 40. § 2o , do Estatuto da Cidade define que o plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, deve englobar o território do Município como um todo.

Entre as diretrizes gerais da política urbana o VII do artigo 2º do Estatuto da Cidade define como diretriz da política urbana a integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência e o inciso IV define como um dos objetivos do planejamento do desenvolvimento das cidades evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

A macrozona de interesse agroflorestal do Plano Diretor de 2006 se caracteriza como:

- Destinadas a atividades produtivas desenvolvidas em meio rural, bem como aquelas que exploram o potencial florestal do Município, devendo ambas atender as restrições para proteção do patrimônio ambiental.
- Fazem parte das macrozonas de interesse agrícola florestal áreas produtivas onde se desenvolvam atividades econômicas de natureza agrícola e reservas florestais que apresentam potencial econômico ou paisagístico.

Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

Regularização Fundiária Urbana

O município de Ilhéus já possui em seu ordenamento jurídico uma estratégia de diferenciação no tratamento da regularização fundiária de interesse social por meio da demarcação das ZEIS e estabelecimento de um regramento especial para as áreas ocupadas por população de baixa renda e a previsão da regularização onerosa de obras já edificadas, inclusive com a isenção de obras regularizadas situadas em ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, do pagamento da Contrapartida Financeira.

No entanto, esta estratégia de regularização onerosa está prevista apenas para as obras e não para a irregularidade urbanística do parcelamento do solo.

Plano Diretor (artigo 156) conceitua as Zonas de Especial Interesse Social como aquelas de concentração de habitações precárias, cuja definição tem por objetivo possibilitar a proposição de medidas específicas para sua recuperação, integração, bem como de critérios urbanísticos em conformidade com as características destes locais, possibilitando intervenções que visam melhorar suas condições de habitabilidade, devendo tais intervenções estar integradas, não sendo fragmentadas ou pontuais.

Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

Regularização Fundiária Urbana

A Lei federal nº 13.465/17 trouxe novas regras e instrumentos de regularização fundiária:

- REURB – S: regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal.
- REURB – E: regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada como de baixa renda.
- Núcleo urbano informal: aquele clandestino, irregular ou no qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização.
- Novos instrumentos: legitimação de posse, demarcação urbanística entre outros.

Referência Legal.

Estatuto da Cidade

LUOS

Plano Diretor de Ilhéus (2006)

Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

Regularização Fundiária em Área Rural

Aplicam a regularização fundiária urbana (Reurb), portanto a **Lei Federal 13465/17** aos imóveis localizados em área rural, desde que a unidade imobiliária tenha área inferior à fração mínima de parcelamento prevista na **Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972**.

Fração Mínima de Lotes Ilhéus é de dois hectares.

Referência Legal

IN/INCRA nº 26/82

Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

REURB e Plano Diretor

Considerando a legislação federal 13465/17 é importante que o município regulamente os seguintes elementos relacionados à regularização fundiária no Plano Diretor:

- Regulação das áreas urbanas, expansão urbana e rural;
- Definição de ZEIS;
- Participação popular na regularização fundiária;
- Infraestrutura essencial;
- Identificação dos núcleos urbanos informais (REURB-S e REURB-E);
- Critérios de priorização das ações de REURB-E e REURB-S;
- Áreas de aplicação dos instrumentos de regularização fundiária;
- Área de regularização fundiária em terras da união.

Referência Legal.

STF, RE 607.940/DF

Lei federal nº 11.952/09

Lei Federal nº 13.465/17

Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

Licenciamento Urbanístico e Ambiental

O **Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)** é importante instrumento de licenciamento urbanístico de empreendimentos e atividades de impacto pelo Município. A regulamentação do EIV pelo Plano Diretor e lei de uso e ocupação do solo é bastante completa, com lista de atividades sujeitas e conteúdo do EIV e o procedimento, mas não prevê a realização de consultas e audiências públicas na sua aprovação e não sugere a análise do impacto socioeconômico dos empreendimentos. É desejável que o Plano Diretor preveja as formas de aprovação e controle social do EIV e a análise do impacto socioeconômico do empreendimento.

Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

Políticas Setoriais

O Plano Diretor de 2006 prevê as seguintes **políticas setoriais** para as quais detalha objetivos, diretrizes e ações:

- Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável;
- Desenvolvimento Socioeconômico;
- Turismo;
- Comércio, Indústria e Serviços
- Agricultura, Aqüicultura e Pesca;
- Abastecimento;
- Desenvolvimento urbano-ambiental;
- Habitação;
- Mobilidade Urbana e Acessibilidade;
- Qualificação de Serviços Públicos;
- Desenvolvimento Humano;
 - Trabalho, Emprego e Renda
 - Educação
 - Saúde
 - Assistência Social
 - Cultura
 - Esporte e Lazer
 - Segurança Urbana
- Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos;
- Meio Ambiente; e
- Saneamento Ambiental.

Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

Proteção do Meio Ambiente

O Município de Ilhéus está situado na Zona Costeira em região caracterizada como Mata Atlântica e que concentra uma enorme variedade de recursos naturais.

Incidem sobre o seu território diversas leis federais que regulam a proteção do meio ambiente, tais como a **Lei de Proteção da Vegetação Nativa “Código Florestal”**, a **Lei da Mata Atlântica**, o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação** e a **Lei de Gerenciamento Costeiro**, bem como leis municipais e estaduais.

Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

Áreas de Preservação Permanente (APPs)

Aprovação de nova lei de proteção da vegetação nativa “Código Florestal” (Lei federal nº 12.251/12), que instituiu novas regras para proteção de áreas de preservação permanente.

Foram estabelecidos quatro tipos de áreas de preservação permanente: (i) as margens dos cursos d’água; (ii) entorno dos lagos e lagoas naturais, reservatórios, nascentes e olhos d’água; (iii) as montanhas e encostas e; as (iv) restingas, manguezais e veredas.

Legislação municipal amplia o rol de áreas de preservação permanente:

- Lei Orgânica (2018), art. 251;
- Código Ambiental - Lei municipal nº 3.510/10, art. 6º, XII; art. 26, II, art. 27 e seguintes.

As APPs são consideradas áreas verdes (art. 103, plano diretor), áreas naturais protegidas (art. 109, III, plano diretor) e fazem parte da Macrozona de Interesse Ambiental (art. 145, §1º).

Com as alterações introduzidas pela Lei Federal 14.285/21, abre-se a possibilidade dos Municípios alterarem os limites das áreas de preservação permanente marginais de qualquer curso d’água em área urbana pelo Plano Diretor ou por leis municipais de uso do solo.

Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

Áreas de Preservação Permanente (APPs)

Legislação municipal de Ilhéus de proteção de APP é mais ampla que a legislação municipal (plano diretor, lei orgânica e código ambiental)

- orla marítima;
- os manguezais, as restingas, áreas estuarinas;
- matas ciliares e locais de nascentes dos rios, encostas;
- zonas de valor paisagístico;
- recifes de corais;
- lagos, lagoas e nascentes;
- áreas de proteção das nascentes e margens dos rios;
- matas ciliares;
- áreas que abriguem exemplares de espécies raras da fauna e da flora;
- reservas da flora apícola;
- áreas de valor paisagístico;
- cavidades naturais subterrâneas e cavernas;
- encostas sujeitas à erosão e deslizamento;
- ilhas fluviais costeiras e oceânicas.

Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

Mata Atlântica

Há grande presença de mata atlântica no território de Ilhéus. Esta tem uma regulação própria para sua proteção:

- A **Mata Atlântica é patrimônio nacional** (art. 225, §4º, CF) e é objeto de proteção pela Lei Federal nº 11.428/06.
- Os limites do bioma estão definidos por mapa do IBGE e seu regime jurídico de proteção está baseado na vedação de corte e supressão conforme se trate de vegetação primária e secundária e conforme o respectivo estágio de regeneração – médio ou avançado.
- A supressão vegetação primária de Mata Atlântica em áreas regiões metropolitanas e áreas urbanas é proibida.
- A vegetação secundária em estágio avançado de regeneração também não pode ser suprimida nos perímetros urbanos aprovados após 26 de dezembro de 2006.
- As regras de supressão no caso de vegetação secundária em estágio médio de regeneração dependem da data da lei que definiu o perímetro urbano no Município.

Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

Mata Atlântica

Conforme a lei de proteção da mata atlântica:

- É vedada a supressão da vegetação secundária em estágio avançado de regeneração:

I - nos perímetros urbanos aprovados até 2006, a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração dependerá de prévia autorização do órgão estadual competente e somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio avançado de regeneração em no mínimo 50% (cinquenta por cento) da área total coberta por esta vegetação.

II - nos perímetros urbanos aprovados após a data de início de vigência desta Lei, é vedada a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica para fins de loteamento ou edificação.

Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

Mata Atlântica

Nas regiões metropolitanas e áreas urbanas, assim consideradas em lei, o parcelamento do solo para fins de loteamento ou qualquer edificação em área de vegetação secundária, em estágio médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, devem obedecer ao disposto no Plano Diretor do Município e demais normas aplicáveis, e dependerão de prévia autorização do órgão estadual competente;

- § 1º Nos perímetros urbanos aprovados até 2006, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio médio de regeneração em no mínimo 30% da área total coberta por esta vegetação;
- § 2º Nos perímetros urbanos delimitados após 2006, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração fica condicionada à manutenção de vegetação em estágio médio de regeneração em no mínimo 50% (cinquenta por cento) da área total coberta por esta vegetação.

Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

Mata Atlântica e CABRUCÁ

Há regras estaduais específicas sobre o manejo agroflorestal da cabruca, definido como sistema agrossilvicultural com densidade arbórea igual ou maior que 20 (vinte) indivíduos de espécies nativas por hectare, que se fundamenta no cultivo em associação com árvores de espécies nativas ou exóticas de forma descontínua e aleatória no bioma Mata Atlântica (Decreto estadual nº 15180/14).

A legislação baiana proíbe a supressão de vegetação nativa para implantação de novos sistemas agrossilviculturais, inclusive a cabruca, excepcionado os casos em que a área já ter sido convertida para outros usos.

As áreas de Mata Atlântica devem ser consideradas, em particular, para fins de definição das áreas passíveis de urbanização ou adensamento urbano bem como de novas áreas de exploração da cabruca.

Os remanescentes de mata atlântica são considerados patrimônio ambiental (art. 262, Lei Orgânica) e a lei orgânica define que o plano diretor deve conter diretrizes para o plano municipal da Mata Atlântica (art. 166).

Referência Legal.

Decreto estadual nº 15180/14

Lei Orgânica

Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

Unidades de Conservação (UCs)

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação prevê uma série de espaços ambientalmente protegidos, os quais são classificados como de proteção integral e uso sustentável.

Em Ilhéus, conforme apontado pelo relatório de aspectos físico-ambientais, há unidades de conservação, instituídas pelo(a): União Federal, Estado da Bahia e Município.

Há também um sistema municipal de unidades de conservação (art. 31 e seguintes, Código Ambiental).

São ainda consideradas áreas naturais protegidas (art. 109, I, plano diretor), integrando a Macrozona de Interesse Ambiental (art. 145, §1º).

As Unidades de conservação integram a Macrozona de Interesse Ambiental do Plano Diretor.

Plano Diretor deve considerar regras dos Planos de Manejo e Zonas de Amortecimento.

Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

Gerenciamento Costeiro

Os Municípios participam de múltiplas formas da política de gerenciamento, em particular por intermédio do plano de intervenção da orla marítima (art. 14, inciso I, Decreto federal nº 5.300/04).

Município reconhece o papel no ordenamento costeiro no art. 188, Lei Orgânica e o Projeto Orla é reconhecido como instrumento da política municipal de turismo e transporte (art. 18, XXVIII; art. 88, inciso I, plano diretor).

A revisão do plano diretor de Ilhéus deve considerar a legislação federal de gerenciamento costeiro e, em particular, os subsídios estabelecidos pelo plano de intervenção da Orla de Ilhéus (2006) bem como dos convênios celebrados entre a Prefeitura e a Secretaria de Patrimônio da União para a gestão das praias.

Necessidade de atualização do plano de intervenção da orla marítima de Ilhéus.

Revisão do plano diretor de Ilhéus deve dar tratamento específico à orla marítima.

Referência Legal.

Lei federal nº 7.661/81

Decreto federal nº 5.300/04

Decreto estadual nº 10.969/08

Lei Orgânica Municipal

Projeto Orla (2006)

Convênios SPU e Prefeitura de Ilhéus

Temas Prioritários

01. Diagnóstico Jurídico

Proteção dos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais

Revisão do Plano Diretor deve garantir como conteúdo mínimo a proteção territórios ocupados pelas comunidades tradicionais de modo a garantir a proteção de seus direitos (Resolução nº 34, Conselho Nacional das Cidades);

Zonas Especiais nas áreas ocupadas por povos e comunidades tradicionais já demarcados pelos órgãos competentes ou em processo de demarcação;

Município não tem competência para efetuar o processo de demarcação de territórios indígenas e quilombolas;

Permanência das comunidades tradicionais ribeirinhas já residentes na área de preservação permanente às margens dos corpos d'água, desde que a área venha sendo utilizada em atividades de subsistência e seja garantida a função protetora do ecossistema e dos recursos hídricos e adotados métodos conservacionistas.

Referência Legal.

Código Ambiental Municipal
Plano Diretor
STF, RE 1017365

Conclusões

01. Diagnóstico Jurídico

Pontos de Atenção

Leitura Técnica

O Plano Diretor não define em qual área serão aplicados os instrumentos urbanísticos, o que não atende ao que espera como conteúdo mínimo do plano diretor – tal como previsto no Estatuto da Cidade, que determina ao Plano Diretor a previsão da área de incidência dos instrumentos de política urbana, conforme mencionado no item anterior, que trata do conteúdo mínimo do Plano Diretor.

. A lei de uso e ocupação do solo de Ilhéus deixa áreas de interesse urbanístico sem regulação e a área urbana prevista na LUOS avança sobre a macrozona de interesse urbanístico do Plano Diretor.

No Plano Diretor a zona de adensamento restrito não corresponde com a proposta de um índice de coeficiente de aproveitamento máximo 4, igual ao da zona de adensamento prioritário.

A expansão urbana de qualquer território municipal deve levar em consideração as diretrizes gerais da política urbana previstas no Estatuto da Cidade e o artigo 42-B.

Plano Diretor deve apontar diretrizes para o parcelamento do solo no município para garantir qualidade das áreas verdes e institucionais e articulação das vias de circulação com sistema viário existente.

Plano Diretor deve definir a área em que devem incidir as normas de proteção do patrimônio prevista na lei de 1989 e adequar suas normas aos objetivos de preservação e proteção das características da área.

O Plano Diretor, deve regulamentar a regularização fundiária no município de forma a determinar sua estratégia de priorização, adequada instalação da infraestrutura.

Plano Diretor deve prever mecanismos de controle social na aprovação do EIV

As áreas de preservação permanente são definidas de forma mais ampla na legislação municipal do que a previsão na legislação federal.

Durante a revisão do plano diretor, em particular na regulação do ordenamento territorial, é importante levar em consideração as áreas de Mata Atlântica existentes em Ilhéus, em particular para fins de definição das áreas passíveis de urbanização ou adensamento urbano bem como de eventuais novas áreas de exploração da cabruca.

Durante a revisão do plano diretor, levar em consideração as unidades de conservação instituídas, em particular as regras estabelecidas pelos respectivos planos de manejo, em particular as destinadas ao estabelecimento de suas respectivas zonas de amortecimento.

Plano Diretor deve delimitar Zonas Especiais nas áreas ocupadas por povos e comunidades tradicionais já demarcados pelos órgãos competentes ou em processo de demarcação.

Conclusões

01. Diagnóstico Jurídico

Pontos Fortes/Potencialidades

Leitura Técnica

Já há uma regulamentação dos instrumentos no atual plano diretor e aplicação de outros.

O Plano Diretor deve orientar o processo de desenvolvimento urbano e expansão urbana e deve haver um diálogo direto entre o Plano Diretor e a lei de uso e ocupação do solo que permita a regulação do território de acordo com as diretrizes de planejamento contidas no plano diretor

O Plano Diretor precede às demais normas no que diz respeito à definição das zonas urbanas e de expansão urbana, incluindo, portanto, a delimitação do perímetro urbano.

Já há uma zona de adensamento restrito que dialoga em parte com o perímetro do centro histórico

Embora desatualizado, município já possui Plano Municipal de Conservação da Mata Atlântica.

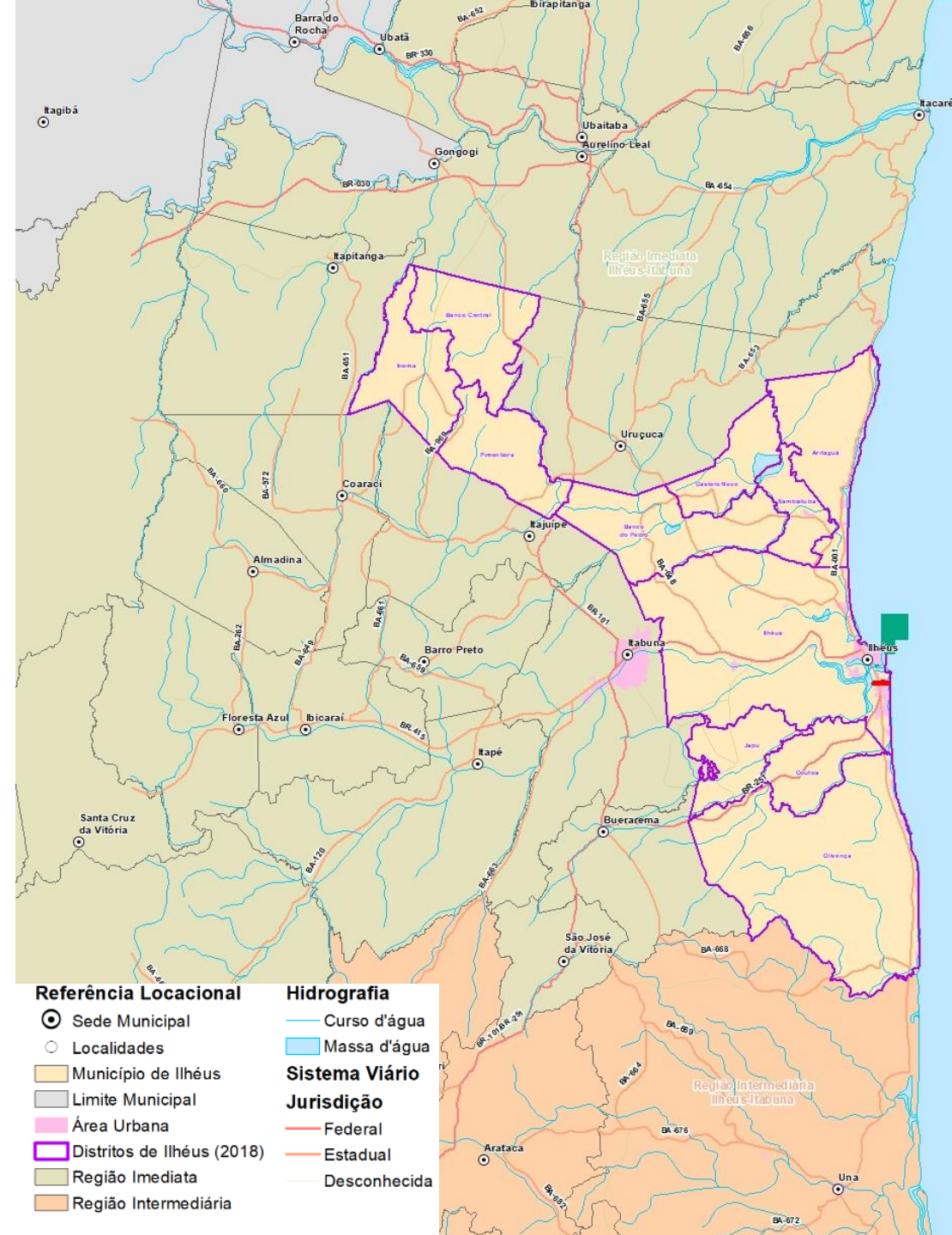


02. CONTEXTO REGIONAL

Inserção Regional

02. Contexto Regional

- Ilhéus é reconhecida como a terra do cacau, por ser um dos maiores produtores de cacau no Brasil. O município está localizado no litoral sul do Estado da Bahia, a 458km de distância de Salvador, capital do estado
- Com área de 1.588 km² e população estimada em 157.639 habitantes em 2021 (IBGE, 2021)
- Faz limite com os municípios de Aurelino Leal, Uruçuca, a Norte; Itapitanga, a Noroeste; Itajuípe e Coaraci, a Oeste; Una a Sul; Itabuna e Buerarema, a Sudoeste e o Oceano Atlântico a leste
- Possui o mais extenso litoral do estado

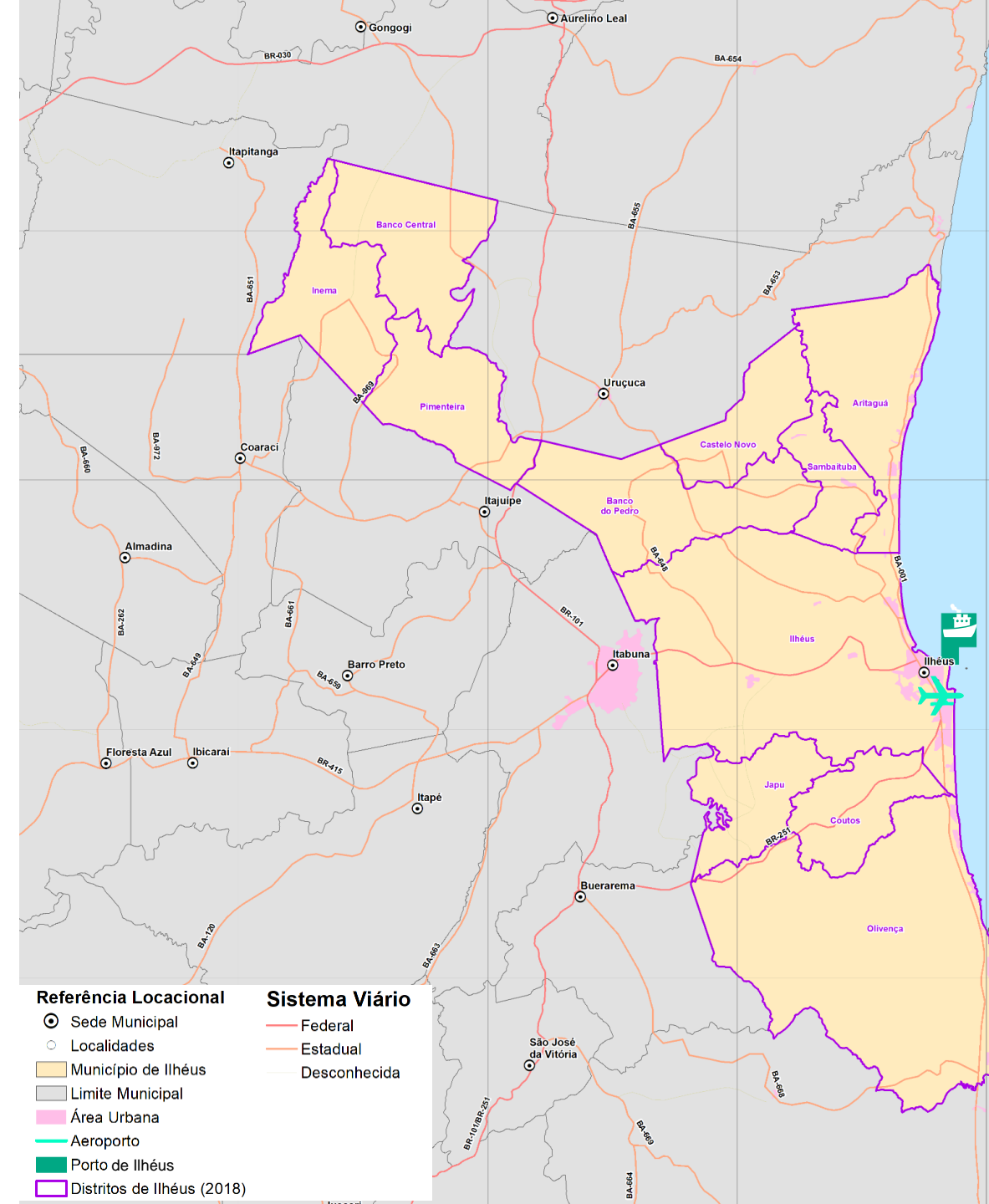


Inserção Regional

02. Contexto Regional

Conectividade e Acessibilidade

- **Aeroporto Jorge Amado:** porta de entrada para as principais cidades ao Sul da Bahia;
- **Porto de Ilhéus:** principal saída para a exportação de grãos da Bahia. Além disso, também é operador turístico;
- **Principais acessos:**
 - **BR-415** é uma das principais vias de conexão de acesso ao porto de Ilhéus, seguindo até Itabuna;
 - **BA-001** interliga o litoral sul do estado, fazendo uma conexão importante que perpassa Itacaré e se estende até o Itaparica, ao norte;
 - **BR-251** (Rodovia Júlio Garcia), que se estende do estado da Bahia até o Mato Grosso;
 - **BA-262** liga Uruçuca até a Sede Municipal de Ilhéus.



Inserção Regional

02. Contexto Regional

Aspectos Socioeconômicos

- Ilhéus está inserido na microrregião Ilhéus - Itabuna, reconhecida como a região cacaueira do estado baiano
- Composta por 41 municípios, com população estimada em 2021, de 978 mil habitantes
- A maioria dos municípios da região são de pequeno porte, com até 20 mil habitantes. **38% da população da região está em Ilhéus e Itabuna**, os municípios mais populosos
- À exceção de Ilhéus, Itabuna e Una, os municípios são em sua maioria dependentes de transferências de receitas externas (federais e estaduais), com menos de 5% das receitas municipais formadas por arrecadação própria.

Fonte: Portal IBGE cidades (2022).
Elaborado por Arcadis, 2022.

Municípios	Área da unidade territorial (km²)	População residente 2000 (IBGE, 2000)	População residente 2010 (IBGE, 2010)	População estimada [2021]	Percentual População ocupada [2020]	Total de receitas realizadas R\$ (×1000) [2017]	Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]
Itabuna	401,03	196.675	204.667	214.123	20,4 %	506.552,92	79,4 %
Ilhéus	1.588,56	222.127	184.236	157.639	20,1 %	397.911,54	76 %
Ipiaú	280,45	43.621	44.390	45.969	12,0 %	79.383,69	
Gandu	229,63	27.160	30.336	32.778	11,2 %	59.938,82	92,4 %
Camacan	584,85	31.055	31.472	32.023	9,5 %	58.681,00	91,1 %
Canavieiras	1.334,28	35.322	32.336	30.722	9,4 %	60.662,19	94,3 %
Itacaré	726,26	18.120	24.318	29.051	13,0 %	58.565,54	86,7 %
Ubatã	177,64	21.803	25.004	27.481	6,6 %	52.434,39	94,9 %
Belmonte	1.939,44	20.032	21.798	23.540	7,2 %	60.821,88	90,7 %
Ibirapitanga	472,69	22.177	22.598	23.433	5,5 %	58.668,30	94,8 %
Ibicaraí	230,95	28.861	24.272	21.083	10,4 %	56.556,62	
Wenceslau Guimarães	655,06	23.926	22.189	20.862	6,9 %	55.976,00	
Uruçuca	510,10	20.323	19.837	20.312	7,6 %	44.499,32	94,4 %
Itajuípe	270,75	22.511	21.081	20.309	8,1 %	42.368,12	
Ubaitaba	181,10	23.854	20.691	18.647	12,2 %	39.677,59	92,6 %
Buerarema	219,49	19.118	18.605	18.269	7,3 %	33.821,50	97,2 %
Una	1.126,73	31.261	24.110	18.108	13,2 %	52.969,14	79,3 %
Coaraci	274,50	27.852	20.964	16.128	10,4 %	41.578,92	
Teolândia	289,78	12.572	14.836	15.097	7,4 %	40.679,24	95,3 %
Ibirataia	318,13	24.741	18.943	14.476	10,9 %	47.065,93	96,4 %
Itagibá	810,99	17.191	15.193	14.331	18,8 %	38.742,70	82,9 %
Mascote	742,69	16.093	14.640	13.619	7,0 %	32.920,25	94,7 %
Santa Luzia	824,47	15.503	13.344	12.308	7,8 %	28.764,38	96,7 %
Aurelino Leal	445,39	17.149	13.595	11.079	9,4 %	31.326,74	91,2 %
Arataca	435,96	11.218	10.392	10.904	7,4 %	27.011,71	96,5 %
Floresta Azul	321,01	11.614	10.660	10.525	7,4 %	34.148,90	96,3 %
Itapitanga	420,66	10.382	10.207	10.284	7,7 %	24.364,67	95,7 %
Itapebi	1.013,07	11.126	10.495	10.173	7,4 %	42.716,04	
Pau Brasil	626,31	13.048	10.852	9.550	8,5 %	23.849,09	93,9 %
Itapé	453,14	14.639	10.995	8.300	9,5 %	21.896,15	97,6 %
Itamari	143,48	8.347	7.903	7.971	5,8 %	20.805,45	98,2 %
Gongogi	202,19	10.522	8.357	6.852	9,0 %	18.787,01	
Nova Ibiá	203,20	7.166	6.648	6.518	6,3 %	18.574,52	
Itaju do Colônia	1.225,28	8.580	7.309	6.515	10,2 %	19.736,50	93,8 %
Santa Cruz da Vitória	284,08	7.025	6.673	6.241	8,8 %	16.683,53	
Jussari	329,19	7.556	6.474	5.706	12,2 %	18.312,66	96,3 %
Firmino Alves	172,35	5.170	5.384	5.641	14,7 %	16.165,13	97,8 %
São José da Vitória	127,93	6.210	5.715	5.562	10,7 %	15.903,68	98,2 %
Barra do Rocha	214,41	8.074	6.313	5.515	8,7 %	18.310,50	97,5 %
Barro Preto	201,59	8.602	6.453	5.312	10,2 %	21.268,92	95,9 %
Almadina	245,24	7.862	6.357	5.273	7,2 %	17.495,21	98,6 %

Inserção Regional

02. Contexto Regional

Aspectos Socioeconômicos

- Ilhéus foi agrupado ao Território de Identidade (TIs) Litoral SUL [Divisão Territorial do Estado da Bahia] junto com outros 25 municípios, todos inseridos na microrregião de Ilhéus-Itabuna.
- Em relação a hierarquia urbana, Ilhéus é um município de importante centralidade regional, classificado como uma capital regional C e com relevante influência do município de Itabuna (capital regional B), segundo a última classificação da REGIC (IBGE, 2018).
- As duas capitais regionais distam cerca de 32km (pela BR - 415) de suas respectivas sedes. Além disso, participam com **57% do PIB (2019)** total desta região e caracterizam-se por sua complementaridade de funções e atividades. Também são os municípios com **maiores percentuais de população ocupada** na região, Ilhéus com **20,1%** e Itabuna **20,4%**, segundo o IBGE em 2020.
- Dos 41 municípios da região:
 - 30 apresentam IDHM - índice de Desenvolvimento Humano Municipal baixo (entre 0,500-0,599);
 - 10 apresentam IDHM médio (0,600-0,699), incluindo Ilhéus;
 - apenas Itabuna apresenta IDHM alto, com índice de 0,712.

Fonte: Portal IBGE cidades (2022). Elaborado por Arcadis, 2022.

Municípios	PIB a preços correntes [2019] (R\$ x 1000)	PIB per capita [2019] (R\$)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]
Itabuna	418.323.759	19.619,07	0,712
Ilhéus	466.785.846	28.755,90	0,69
Ipiáu	47.737.416	10.406,43	0,67
Gandu	38.894.220	12.003,28	0,632
Camacan	29.331.849	9.169,64	0,581
Canavieiras	34.381.346	11.055,45	0,59
Itacaré	33.138.731	11.711,45	0,583
Ubatã	20.188.393	7.467,50	0,593
Belmonte	31.841.127	13.649,32	0,598
Ibirapitanga	23.346.544	9.987,83	0,558
Ibicaraí	19.018.889	8.768,91	0,625
Wenceslau Guimarães	26.907.907	12.751,96	0,544
Uruçuca	23.617.399	11.510,01	0,616
Itajuípe	22.675.689	11.066,17	0,599
Ubaitaba	22.006.642	11.548,41	0,611
Buerarema	20.964.634	11.425,49	0,613
Una	26.869.330	14.140,26	0,56
Coaraci	17.312.856	10.188,23	0,613
Teolândia	18.246.034	12.210,42	0,555
Ibirataia	18.062.668	11.796,41	0,576
Itagibá	20.595.534	14.126,85	0,589
Mascote	13.559.122	9.809,81	0,581
Santa Luzia	9.921.820	7.876,34	0,556
Aurelino Leal	10.956.796	9.502,03	0,568
Arataca	8.944.713	8.117,54	0,559
Floresta Azul	8.544.751	8.039,09	0,557
Itapitanga	7.845.359	7.607,25	0,571
Itapebi	29.048.452	28.315,09	0,572
Pau Brasil	8.787.352	8.938,41	0,583
Itapé	9.366.984	10.691,68	0,599
Itamari	8.932.728	11.117,27	0,578
Gongogi	6.264.709	8.788,87	0,576
Nova Ibiá	8.445.552	12.813,76	0,57
Itaju do Colônia	7.303.405	10.929,97	0,592
Santa Cruz da Vitória	5.911.832	9.361,57	0,61
Jussari	5.964.444	10.225,34	0,567
Firmino Alves	5.133.980	9.140,08	0,578
São José da Vitória	5.307.799	9.382,71	0,546
Barra do Rocha	6.317.167	11.055,59	0,577
Barro Preto	6.093.649	10.899,03	0,602
Almadina	5.304.496	9.708,08	0,563

Inserção Regional

02. Contexto Regional

Aspectos Socioeconômicos

- Em relação aos aspectos demográficos, a Região de Influência de Ilhéus – Itabuna é caracterizada pela **diminuição de sua população**, com taxas negativas de crescimento demográfico e saldo migratório negativo de 2002 a 2021, segundo o IBGE.
- A força polarizadora dessa região se apoia nas relações de complementariedade, fruto de um suporte de comércio e serviços diversos. Em Itabuna, o setor de saúde ganha destaque, ao passo que **Ilhéus possui uma estrutura de serviços de turismo, lazer e educação superior** (EIA Porto Sul, 2011).
- Ilhéus, em 2021, **exportou mais de 185 milhões US\$ FOB***; e Itabuna, aproximadamente 34,2 milhões US\$ FOB. Esses valores são distantes, principalmente pelo fato de que Ilhéus, nesse período, exportou 76,7% mais cacau que Itabuna. No entanto, Itabuna possui um segmento de exportação exclusivo (em relação a Ilhéus), o de materiais têxteis, que esteve na posição de seu segundo setor mais exportado de 2021 (Comex stat, 2022)

*FOB- Free on Board

Inserção Regional

02. Contexto Regional

Aspectos Ambientais

As Bacias Hidrográficas e as Unidades de Conservação situadas em Ilhéus e em municípios limítrofes, tem grande importância socioecológica para a região.

Por suas características, constituem um imenso potencial agroecológico. Além disso compartilham responsabilidade e conselhos gestores com outras jurisdições. Ilhéus faz parte de duas Regiões de Planejamento e Gestão das Águas (RPGA) (BAHIA, 2014):

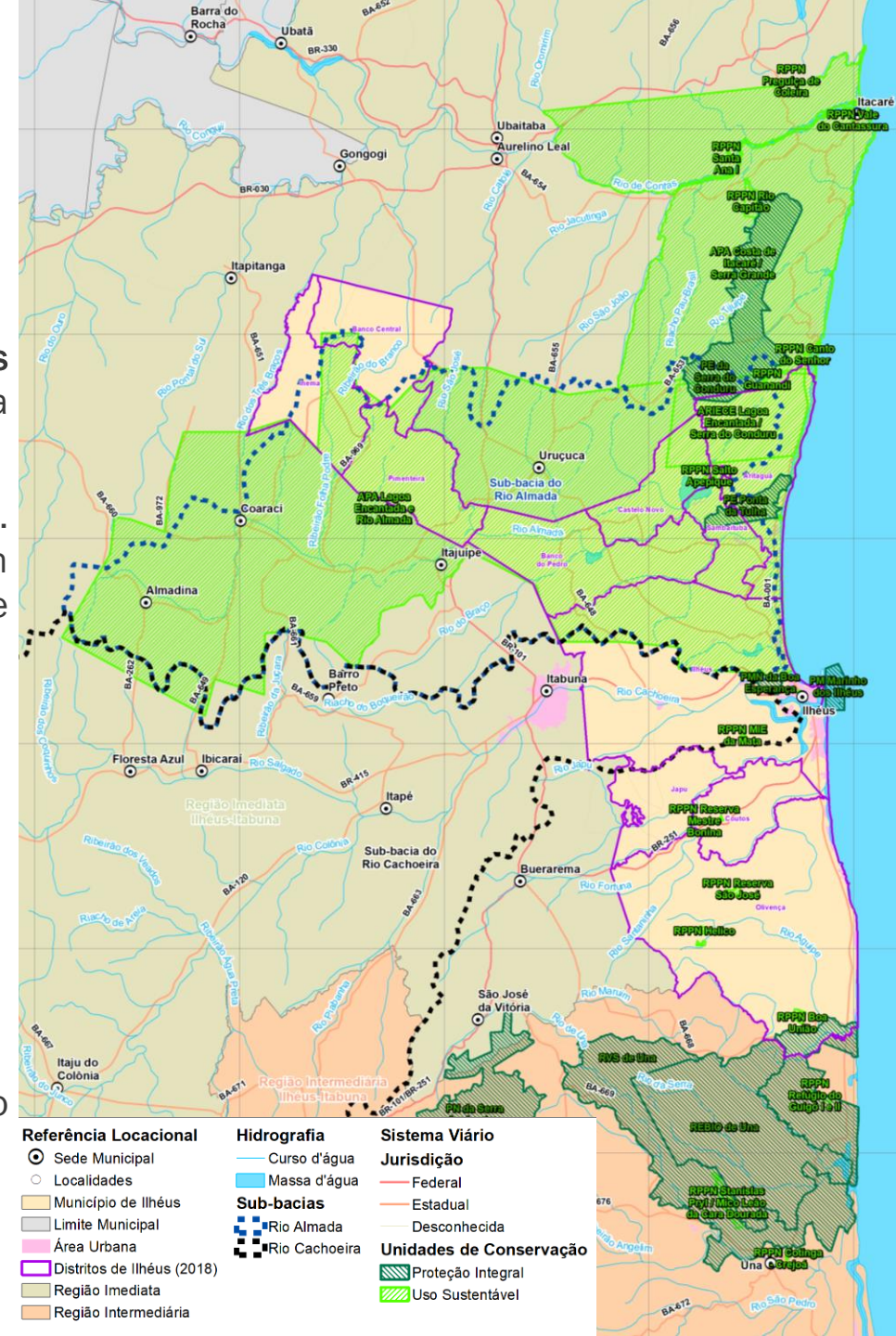
- RPGA VII Leste;
- RPGA VIII Rio de Contas.

Sub-Bacias Hidrográficas mais relevantes:

- Bacia do Rio Cachoeira;
- Bacia do Rio Almada.

Unidades de Conservação:

- Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC);
- Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Encantada e o Rio Almada;
- Reserva Biológica de Una;
- Reserva de Vida Silvestre de Una.



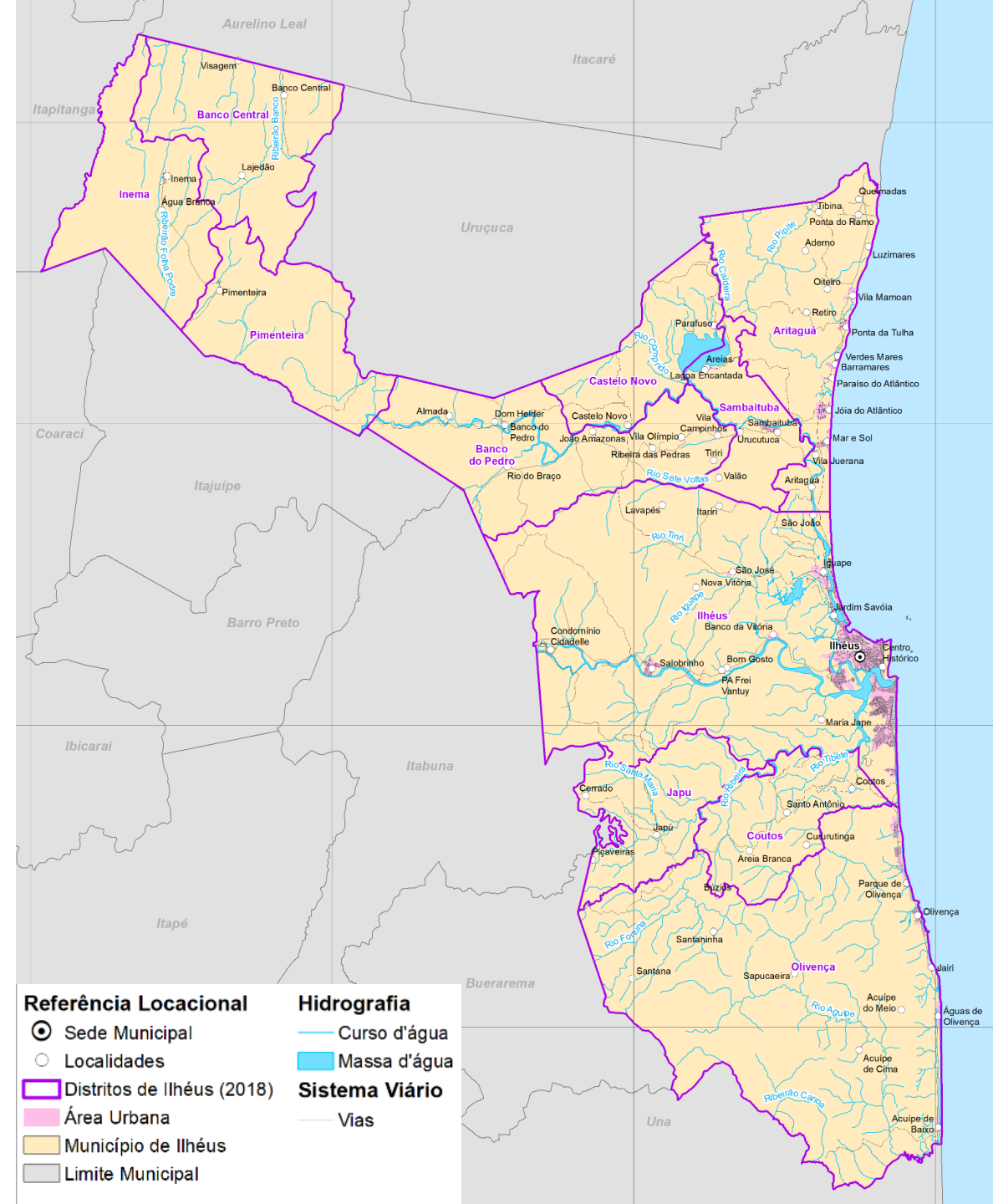


03. CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO

Organização Político-administrativa

03. Configuração do Território

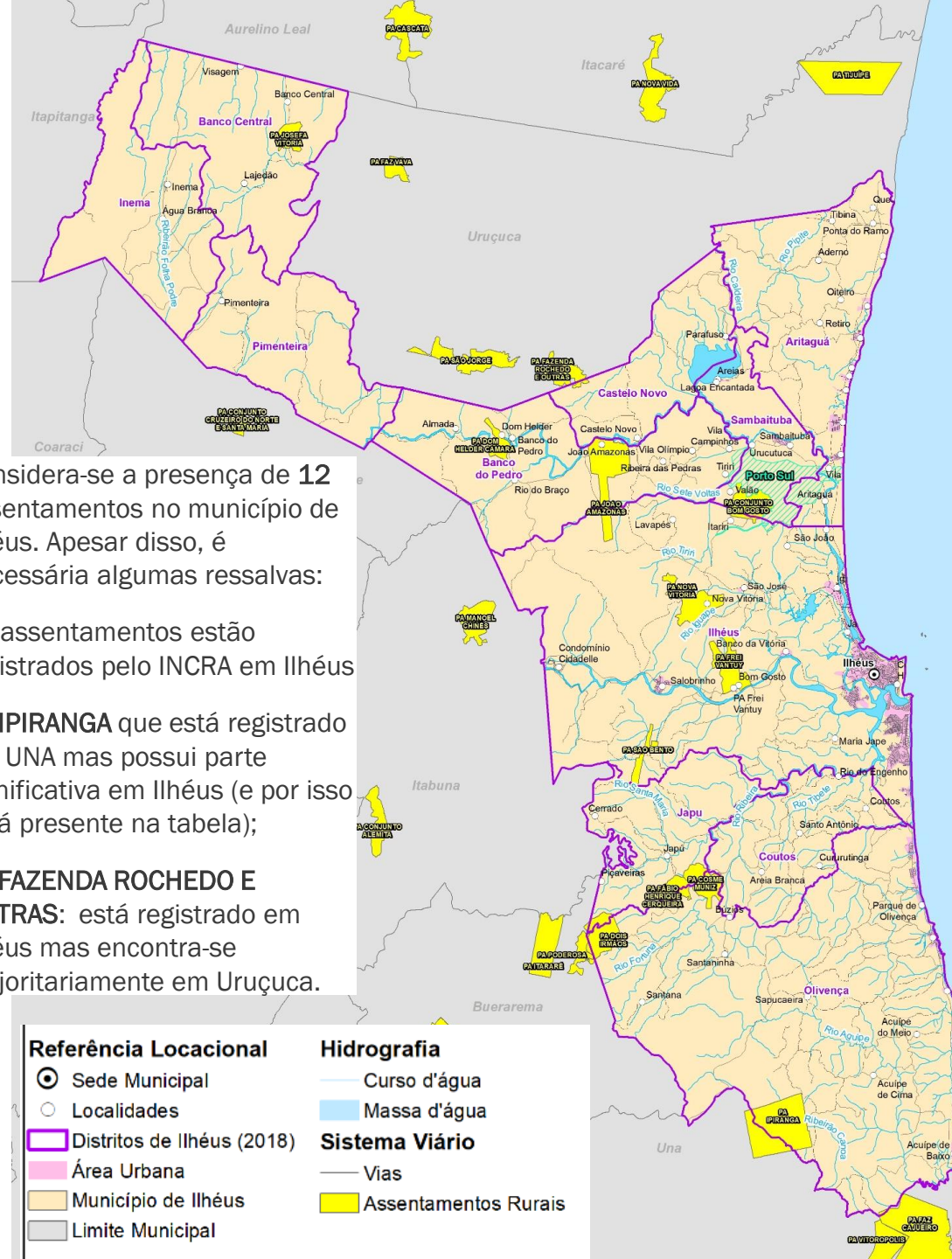
- 11 Distritos:
 - Centro: Ilhéus;
 - Norte: Aritaguá, Sambaituba e Castelo Novo;
 - Oeste: Banco Central, Inema, Pimenteira e Banco do Pedro;
 - Sul: Japu, Coutos e Olivença.
- 25 povoados e 14 arraiais
- A sede municipal é dividida em 27 bairros (Leis nº 3.476/2009, nº.3606/2012 e nº 3.890/2017)
- 84% da população está nos bairros da sede urbana. 4% em Olivença e quase 3% em Aritaguá, os distritos mais populosos



Assentamentos Rurais

03. Configuração do Território

Nome do Projeto	Área (ha)	Capacidade total	Nº de famílias assentadas	Data de criação
PA Fábio Henrique Cerqueira	269,86	30	27	25/07/1996
PA Cosme Muniz	423,99	40	34	17/12/1997
PA Josefa Vitória	180,83	22	22	04/08/1998
PA Conjunto Bom Gosto	431,31	40	37	09/09/1999
PA Dois Irmãos	461,87	25	21	12/04/2000
PA Frei Vantuy	476,44	47	47	12/04/2000
PA Nova Vitoria	580,80	36	35	12/04/2000
PA Dom Helder Camara	241,07	26	26	18/12/2002
PA Joao Amazonas	833,26	75	63	02/08/2004
PA Sao Bento	235,48	16	14	18/03/2005
PA Ipiranga	1.261,00	45	43	29/05/1998
A Fazenda Rochedo e Outras	342,30	35	29	07/12/2006



Considera-se a presença de **12** assentamentos no município de Ilhéus. Apesar disso, é necessária algumas ressalvas:

11 assentamentos estão registrados pelo INCRA em Ilhéus

PA IPIRANGA que está registrado em UNA mas possui parte significativa em Ilhéus (e por isso está presente na tabela);

PA FAZENDA ROCHEDO E OUTRAS: está registrado em Ilhéus mas encontra-se majoritariamente em Uruçuca.

Referência Locacional

- Sede Municipal
- Localidades
- Distritos de Ilhéus (2018)
- Área Urbana
- Município de Ilhéus
- Limite Municipal

Hidrografia

- Curso d'água
- Massa d'água

Sistema Viário

- Vias
- Assentamentos Rurais

Fonte: INCRA, 2022.

TI e Comunidades Quilombolas

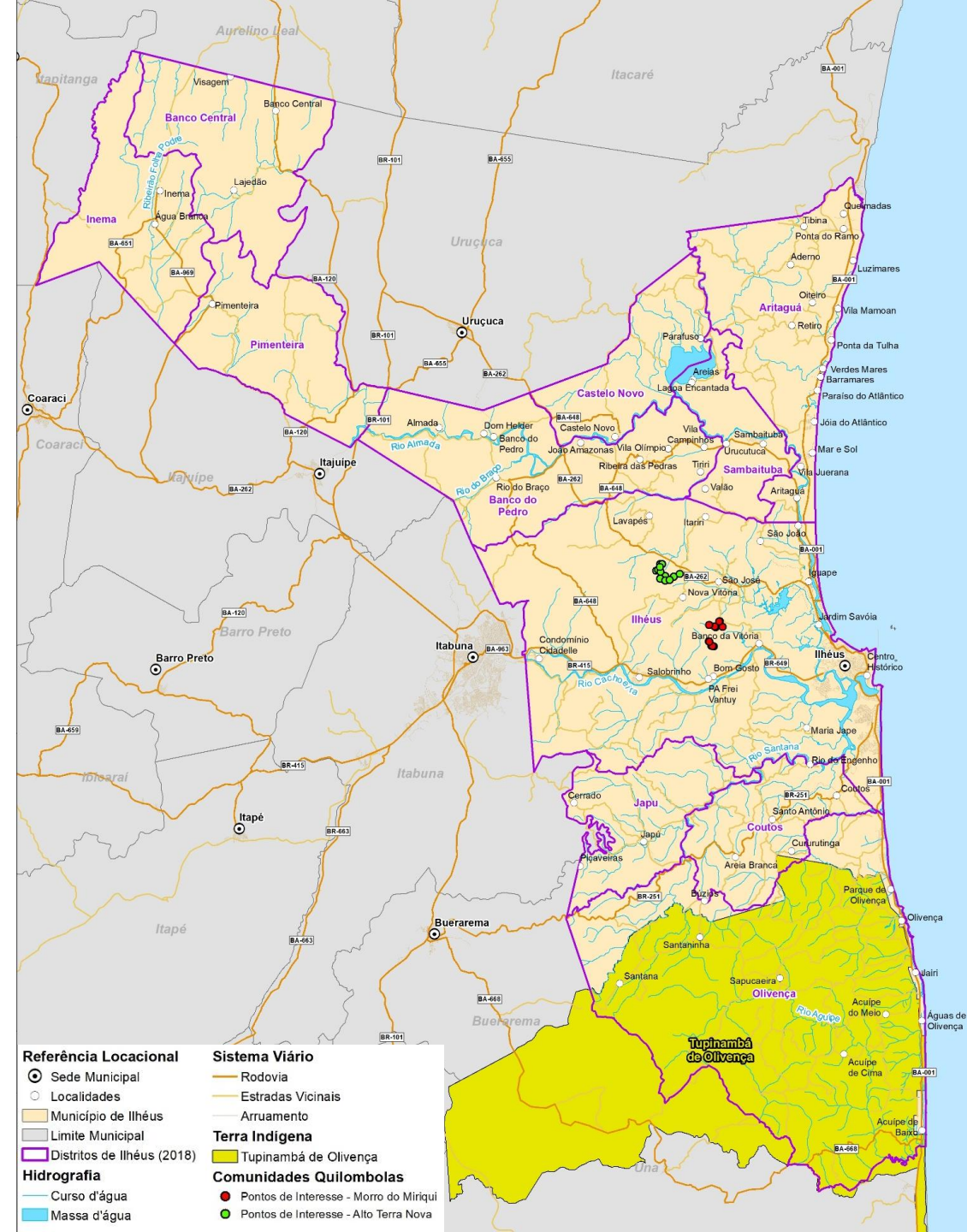
03. Configuração do Território

Terras Indígenas - em processo de demarcação

- Ilhéus engloba cerca de 30 mil dos 47 mil hectares do Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença. Localizado no distrito de Olivença, na porção sul do município, O território indígena Tupinambá de Olivença foi reconhecido e delimitado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 2009. A terra Indígena Tupinambá, sob domínio da mata Atlântica, possui população em torno de 4.631 pessoas.

Comunidades Quilombolas

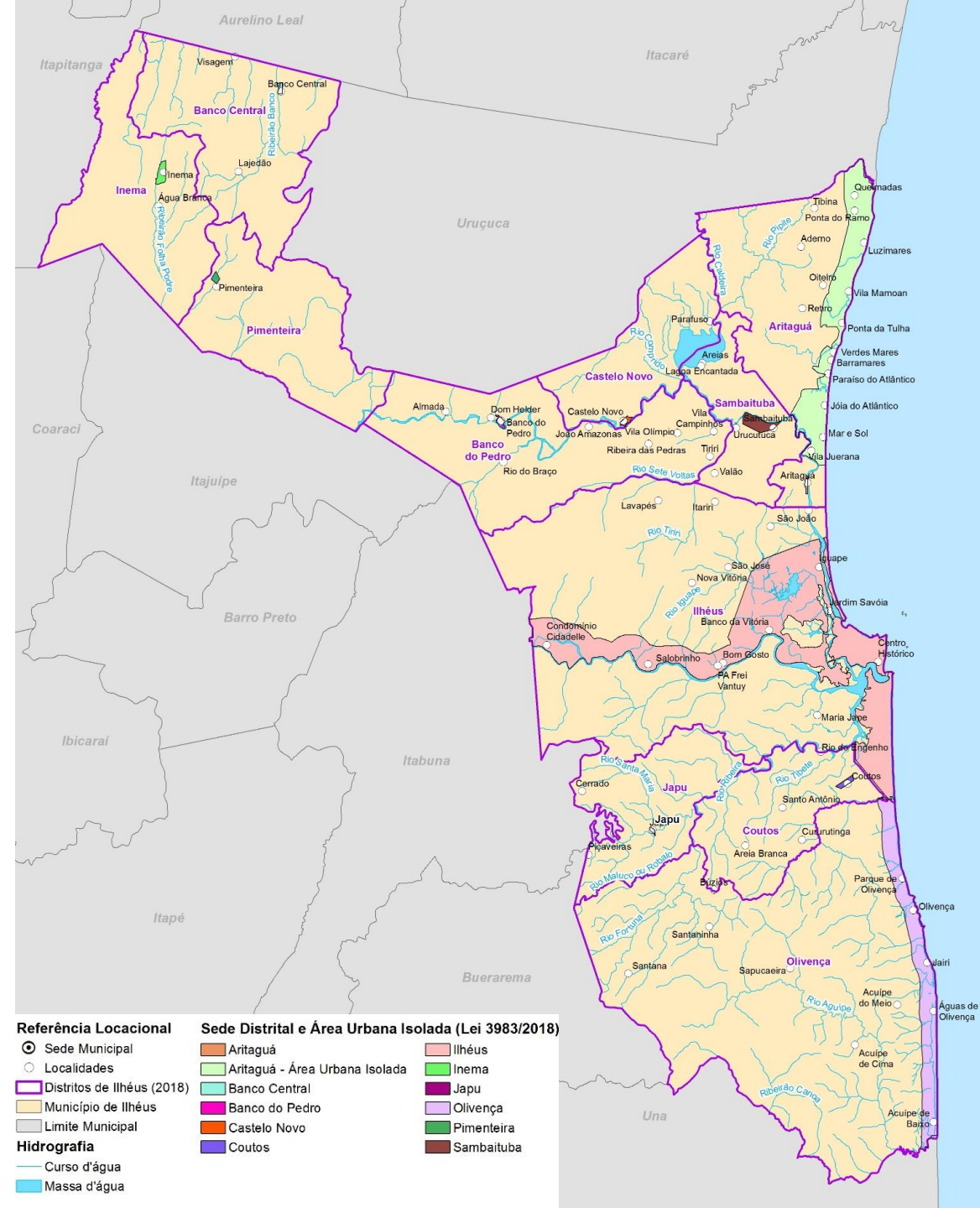
- Em Ilhéus, há uma Comunidade Quilombola registrada, denominada Morro do Miriqui e Alto Terra Nova, certificada em maio de 2019, a partir da portaria 88/2019 sob processo nº 01420.101947/2018-96 na Fundação Cultural Palmares (FCP).



Áreas Urbanas

03. Configuração do Território

A Lei Municipal nº 3.983/2018 estabelece os limites das áreas urbanas da sede municipal e das áreas urbanas isoladas dos demais distritos.



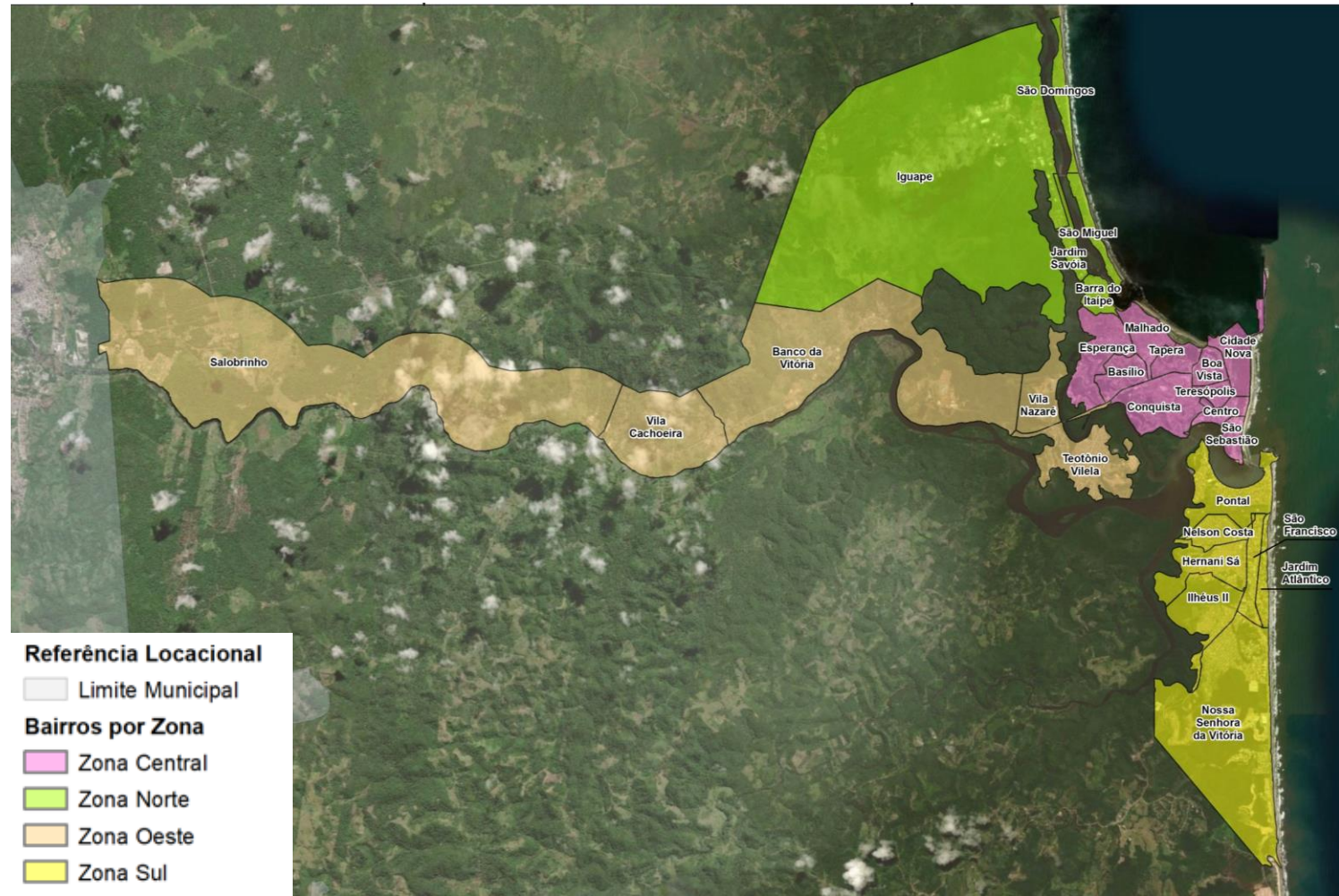
Bairros e Divisão Espacial

03. Configuração do Território

- Bairros da sede urbana (Leis nº 3.476/2009, nº.3606/2012 e nº 3.890/2017)

Zonas de análise do diagnóstico

- **Zona Central:** Centro, São Sebastião, Cidade Nova, Boa Vista, Teresópolis, Conquista, Basílio, Tapera, Malhado e Esperança;
- **Zona Norte:** Barra do Itaípe, Jardim Savóia, São Miguel, São Domingos e Iguape;
- **Zona Oeste:** Teotônio Vilela, Vila Nazaré, Banco da Vitória, Vila Cachoeira e Salobrinho;
- **Zona Sul:** Pontal, Nelson Costa, Hernani Sá, São Francisco, Jardim Atlântico, Ilhéus II e Nossa Senhora da Vitória.



Evolução da Mancha Urbana

03. Configuração do Território

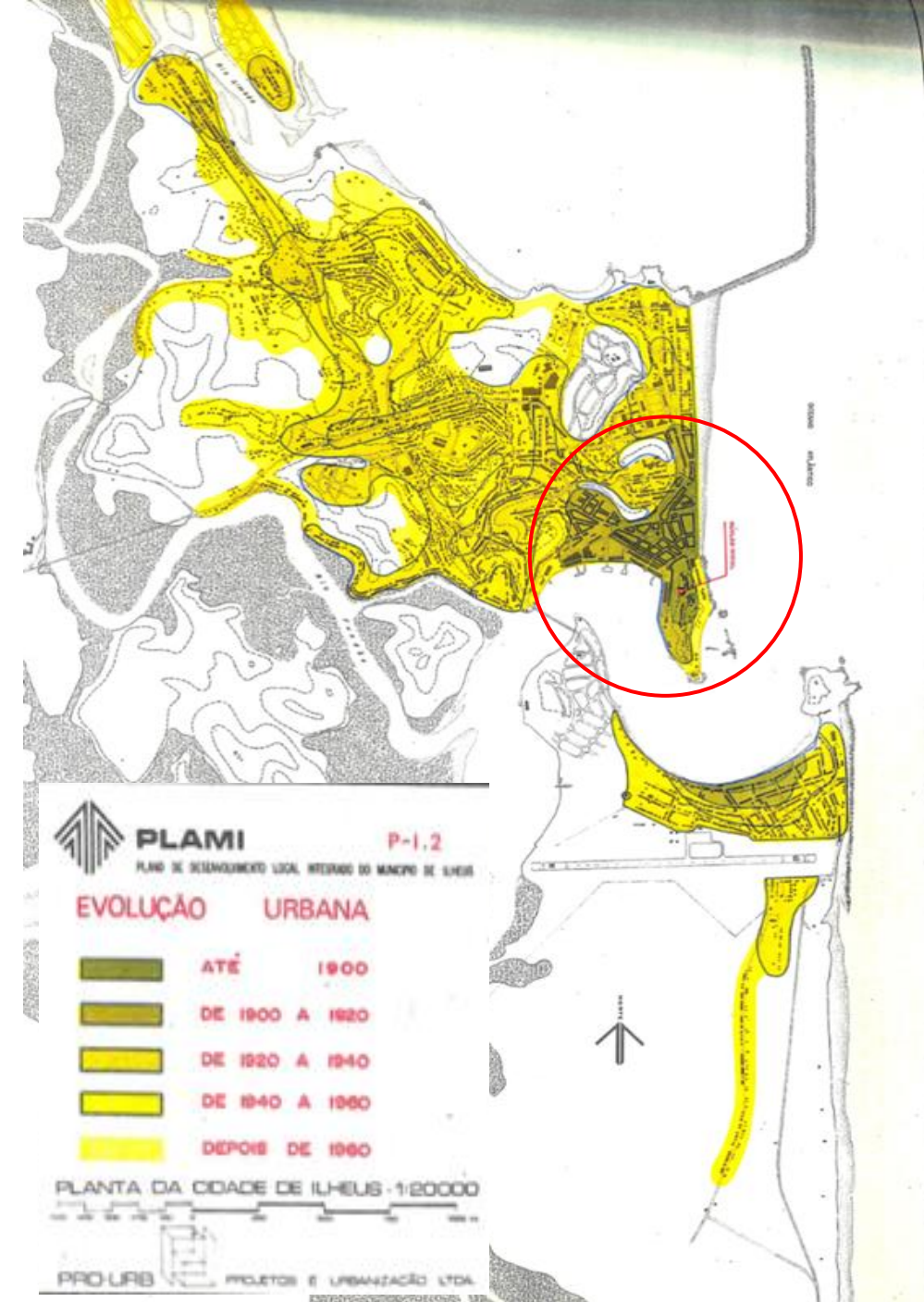
Histórico

O núcleo inicial da cidade (até 1900) se deu no atual bairro São Sebastião e Centro. Na década de 30 a cidade passou a se expandir para o norte, conforme previsto pelo Plano Diretor de 1933. Neste período houve um **aumento populacional em virtude da prosperidade econômica em razão do cultivo do cacau**.

Até o final dos anos 60 as áreas ainda desocupadas encontravam-se na ilha à margem direita do rio Fundão e na Ilha do Frade, setores nos quais os entornos predominam os manguezais.

De modo geral, até este momento, o **crescimento da cidade em direção à Itabuna não era possível em virtude de obstáculos do relevo de escarpa**.

Ao norte, a presença do rio Almada também mostrou-se como um obstáculo à expansão urbana. Dessa forma, a **cidade encontrava-se cercada de barreiras naturais**, sendo a ocupação das áreas do litoral sul a opção mais viável e segura para o crescimento urbano.



Evolução da Mancha Urbana

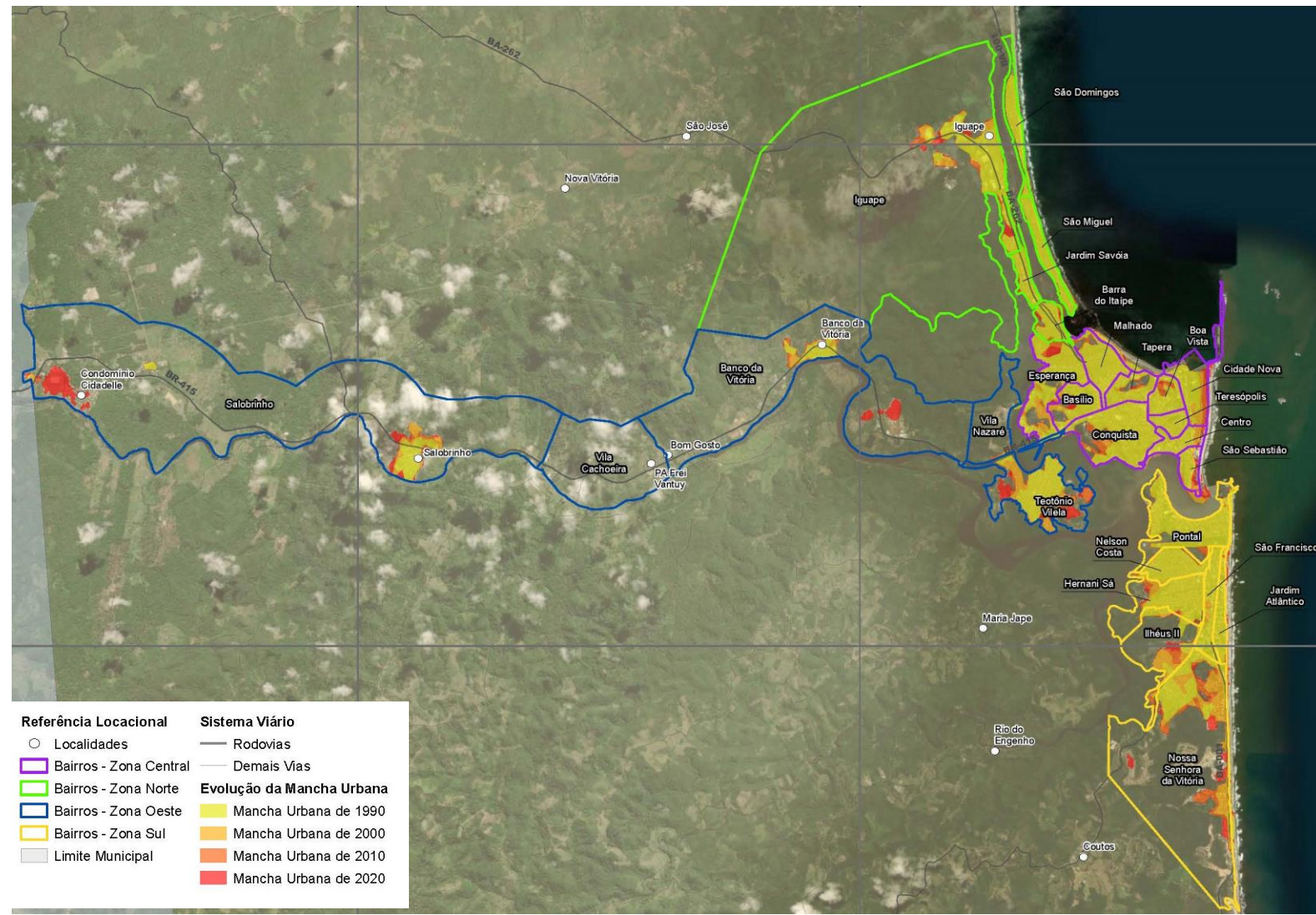
03. Configuração do Território

Histórico

A área urbana começou a ser formada a partir da ocupação por famílias de **mais alta renda** nas zonas mais planas do Centro e Cidade Nova, pequena faixa do Pontal, limítrofe à enseada do Rio Cachoeira.

Já as famílias de renda **intermediária** ocupam grande parte do Pontal, a parte baixa de Malhado e um trecho alto da Conquista.

Por fim, a população de renda mais baixa passou a ocupar as encostas mais íngremes, as margens do rio Fundão ou faixas planas e arenosas do litoral norte e sul.



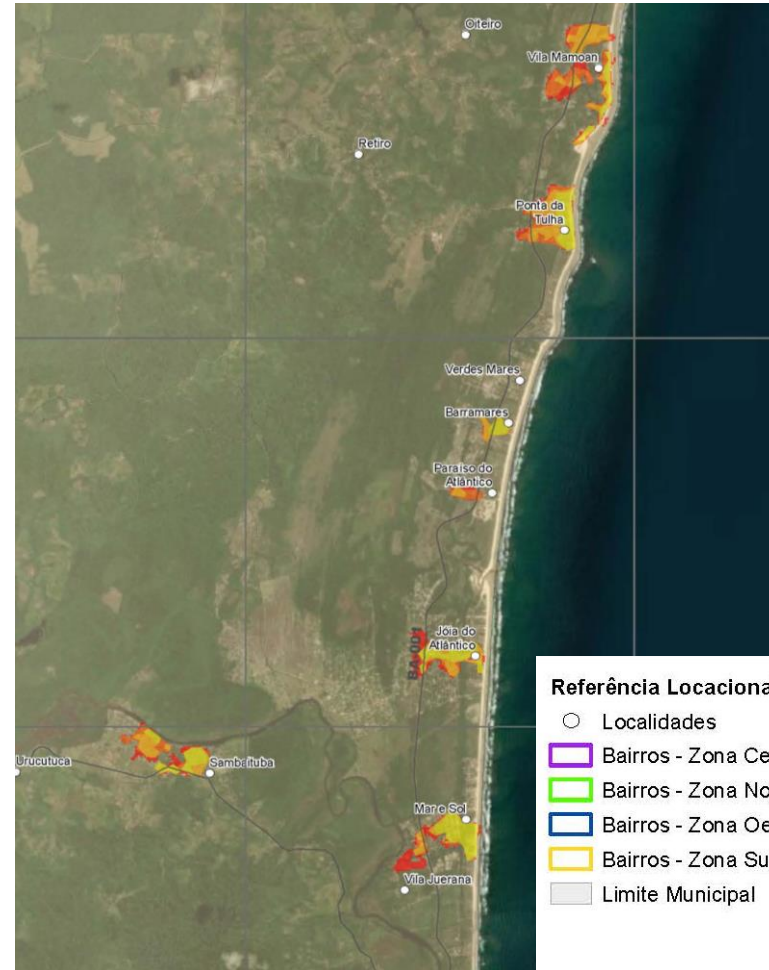
Evolução da Mancha Urbana

03. Configuração do Território

Histórico

Nas áreas ao Norte, no Distrito de Aritaguá, haviam pequenos núcleos urbanos nas localidades de Mar e Sol, Joia do Atlântico, Barramares, Ponta da Tulha e Vila Mamoan, que se expandiram mais recentemente nas bordas, ainda que de forma menos expressiva em comparação com a Sede. O mesmo ocorreu no núcleo urbano de Sambaituba.

Ao sul, em Olivença, tem-se o mesmo padrão, com núcleos maiores em 1990, e expansão das bordas, sobretudo a partir de 2020.



Referência Locacional	Sistema Viário
○ Localidades	— Rodovias
▭ Bairros - Zona Central	— Demais Vias
▭ Bairros - Zona Norte	
▭ Bairros - Zona Oeste	Evolução da Mancha Urbana
▭ Bairros - Zona Sul	■ Mancha Urbana de 1990
▭ Limite Municipal	■ Mancha Urbana de 2000
	■ Mancha Urbana de 2010
	■ Mancha Urbana de 2020

Evolução da Mancha Urbana

03. Configuração do Território

Histórico

Ilhéus cresceu contido na Zona Central em virtude das dificuldades de expansão impostas pelo relevo, cursos d'água e, conseqüentemente, acesso viário.

Em face disso, ocupações espontâneas começaram a ocorrer no entorno dos morros e colinas ao redor da área mais central, expandindo-se a noroeste pelas populações de mais baixa renda.

Ao longo dos anos, com obras de infraestrutura e dinamização econômica urbana, o vetor de crescimento se deu mais ao sul, sobretudo no litoral pelas populações com renda mais elevada.



Zona Sul de Ilhéus, 1979



Zona Central de Ilhéus, 1979



Zona Sul de Ilhéus, 2015



Zona Central de Ilhéus, 2015

Vetores de Crescimento Urbano

03. Configuração do Território

Quatro principais dinâmicas:

- i. contínua **ocupação de vazios urbanos**, especialmente nas encostas de colinas e morros na Zona Central;
- ii. **crescimento dos núcleos na Zona Sul**, principalmente no bairro de Nossa Sra. da Vitória e no Jardim Atlântico, demonstrando a tendência programada **de expansão a partir do Pontal**;
- iii. de **forma mais esparsa**, uma série **de novos loteamentos** começam a **surgir por todo o litoral** de Olivença (sul), e Aritaguá (norte), ao passo que todo o litoral da Zona Central sofre pressão de expansão sobre a orla;
- iv. na Zona Oeste o que se nota é um crescimento além dos limites do núcleo urbano, especialmente um **direcionamento à Itabuna**, na parte oeste de Salobrinho.

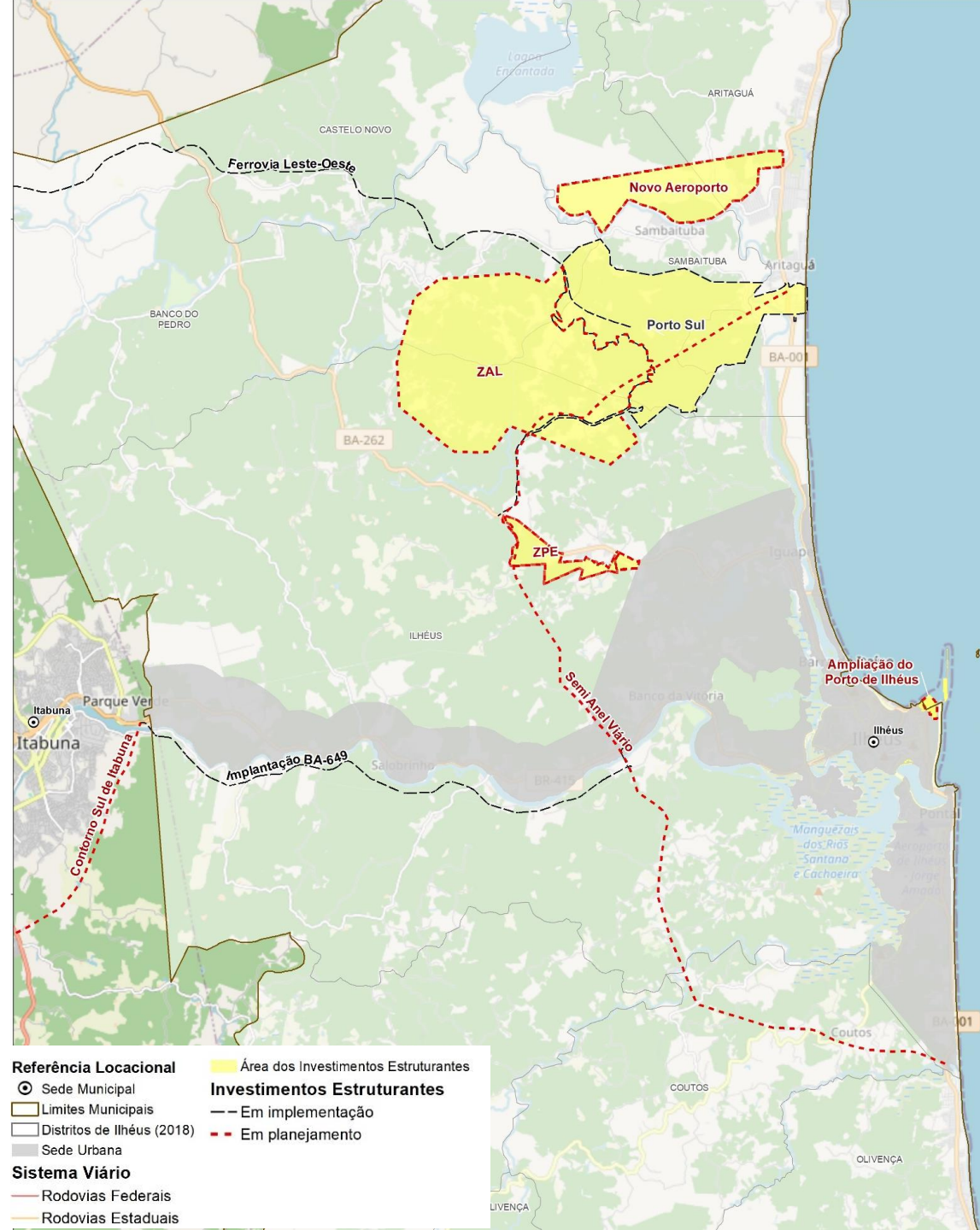
Em resumo: **os vetores de crescimento estão orientados para a faixa litorânea e no sentido de Itabuna**, de forma mais intensa nas Zonas Central e Sul e de forma mais esparsa nos Distritos de Olivença, de Aritaguá e sentido Itabuna.

Investimentos Estruturantes

03. Configuração do Território

Há uma série de projetos, intervenções e intenções de investimentos que podem intensificar ainda mais as dinâmicas urbanas, sobretudo na região Norte, como é o caso da Ferrovia Oeste-Leste, do Porto Sul, da implantação da BA-649 (novo trecho a ser implantado paralelo a BR-415 - Ilhéus-Itabuna) e da requalificação da BA-001 sentido Olivença.

A implantação da BA-649 (Ilhéus-Itabuna) favorece um crescimento não apenas na Zona Oeste da sede, como também na própria Zona Central, uma vez que a expectativa é que o acesso ocorra de forma mais rápida.



Investimentos Estruturantes

03. Configuração do Território

Investimentos em Implementação:

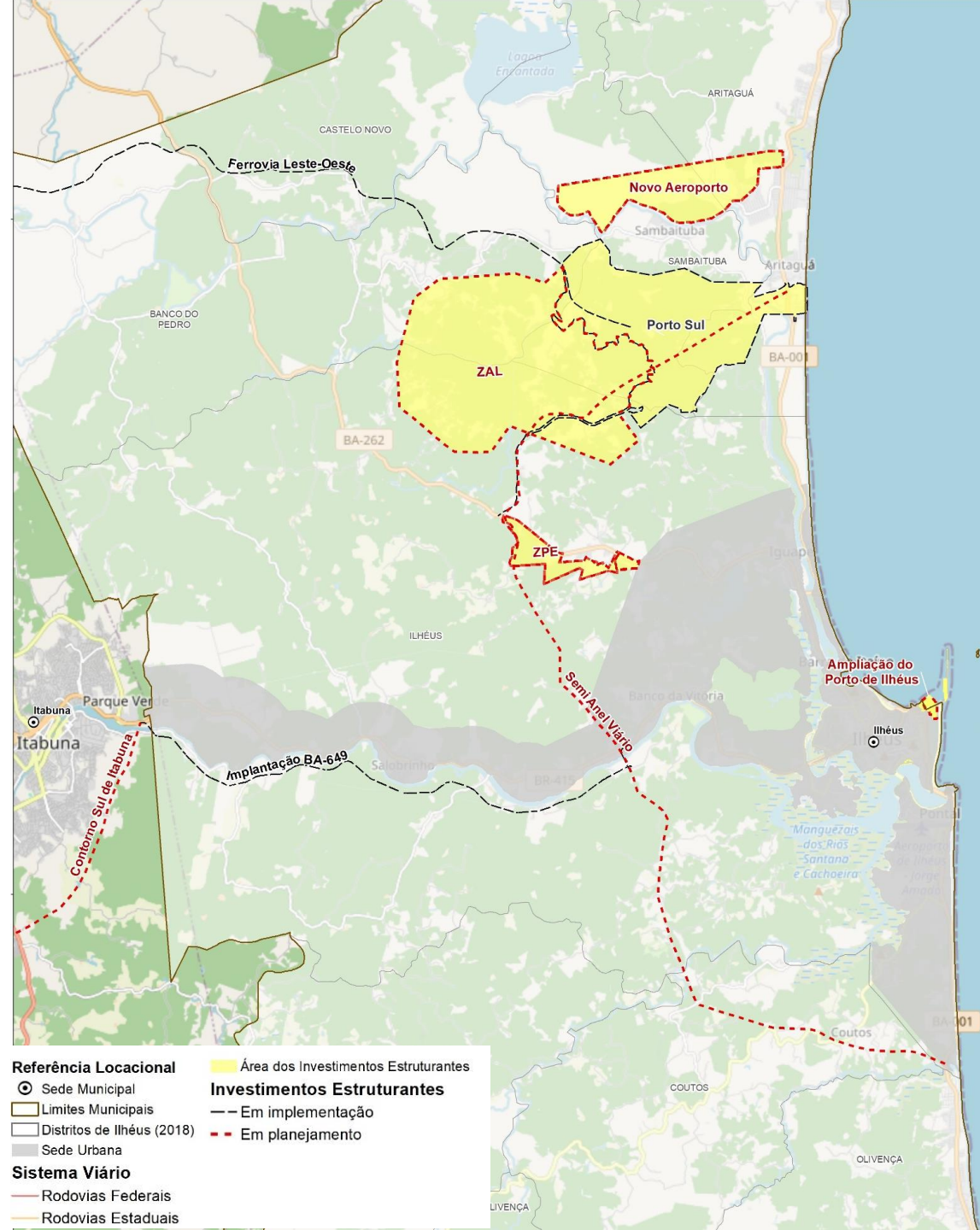
- Porto Sul – obras iniciadas em 2021;
- FIOL – concessão realizada em 2022;
- Implantação BA-649 (paralela à BR-415) – obras iniciadas em 2021.

Investimentos em Planejamento:

- ZAL – Zona de Apoio Logístico;
- ZPE;
- Contorno de Ilhéus;
- Acesso ao Porto de Ilhéus;
- Aeroporto Internacional;

Pontos de Atenção:

- Fortalecimento da infraestrutura do município;
- Atração de novos investimentos;
- Geração de emprego e renda;
- Transformação do território: ocupações especulativas, impacto ambiental, novas áreas urbanas e industriais.





04. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Caracterização Geral

04. Caracterização Socioeconômica



População: 157.639 habitantes (IBGE Cidades - 2021)



84% da população habitava áreas urbanas (Censo 2010 - IBGE)



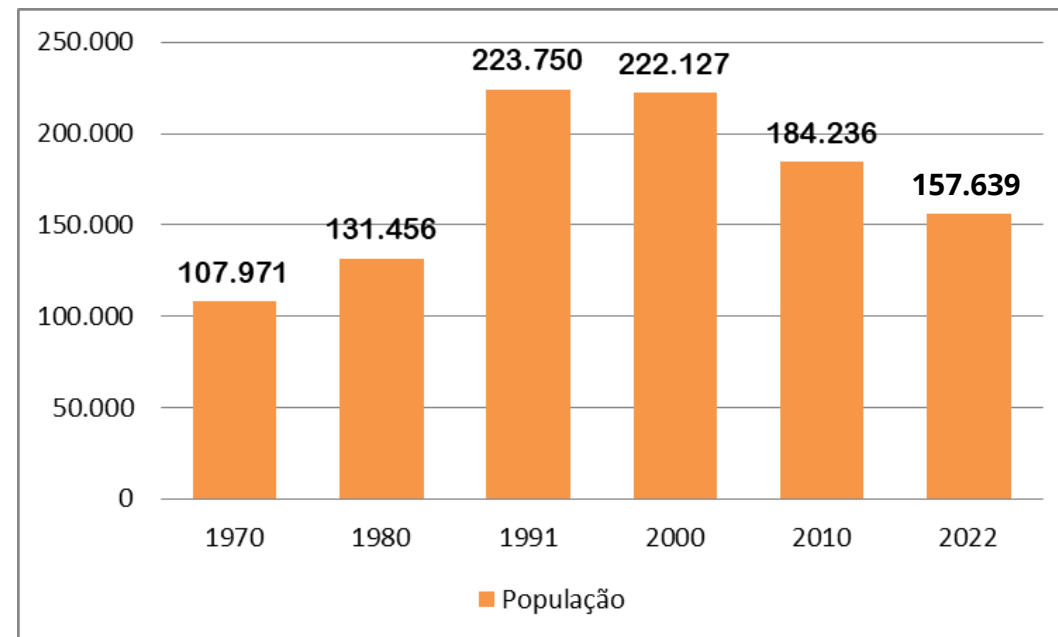
PIB per capita em 2019 era de R\$ 28.755,90 (IBGE)



43% da população em situação de extrema pobreza (Ministério da Cidadania, 2019)

Demografia

Taxas demográficas negativas foram observadas a partir dos anos 2000 (IBGE/censos demográficos)

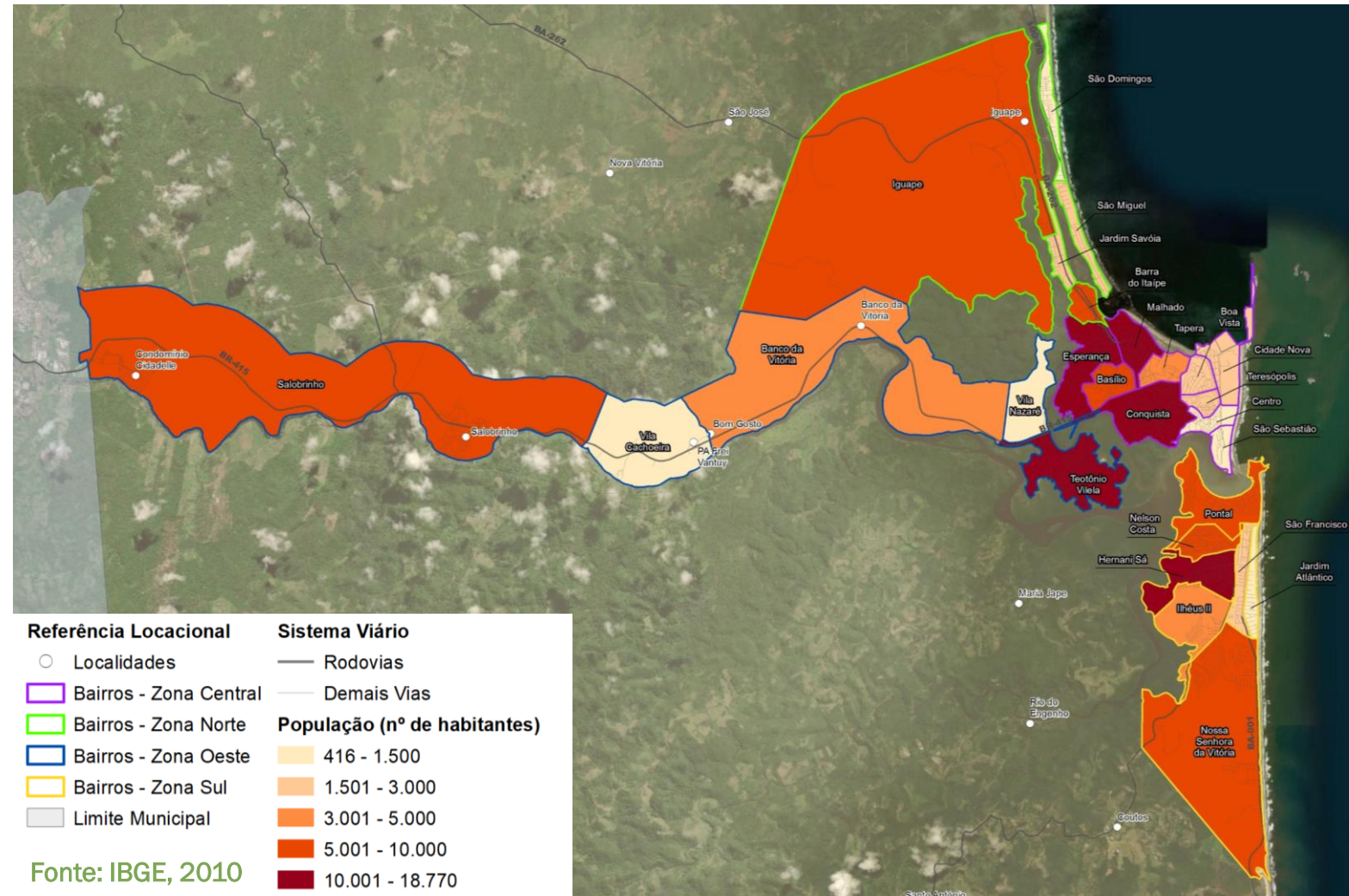


Dinâmicas Populacionais

04. Caracterização Socioeconômica

População

- Observamos a concentração populacional nos bairros mais centrais e de características residenciais.
- Bairros mais populosos: Esperança, Malhado, Conquista, Teotônio Vilela e Hernani Sá.
- Bairros menos populosos: Centro, São Sebastião, Jardim Atlântico, Vila Cachoeira, Vila Nazaré.



Dinâmicas Populacionais

04. Caracterização Socioeconômica

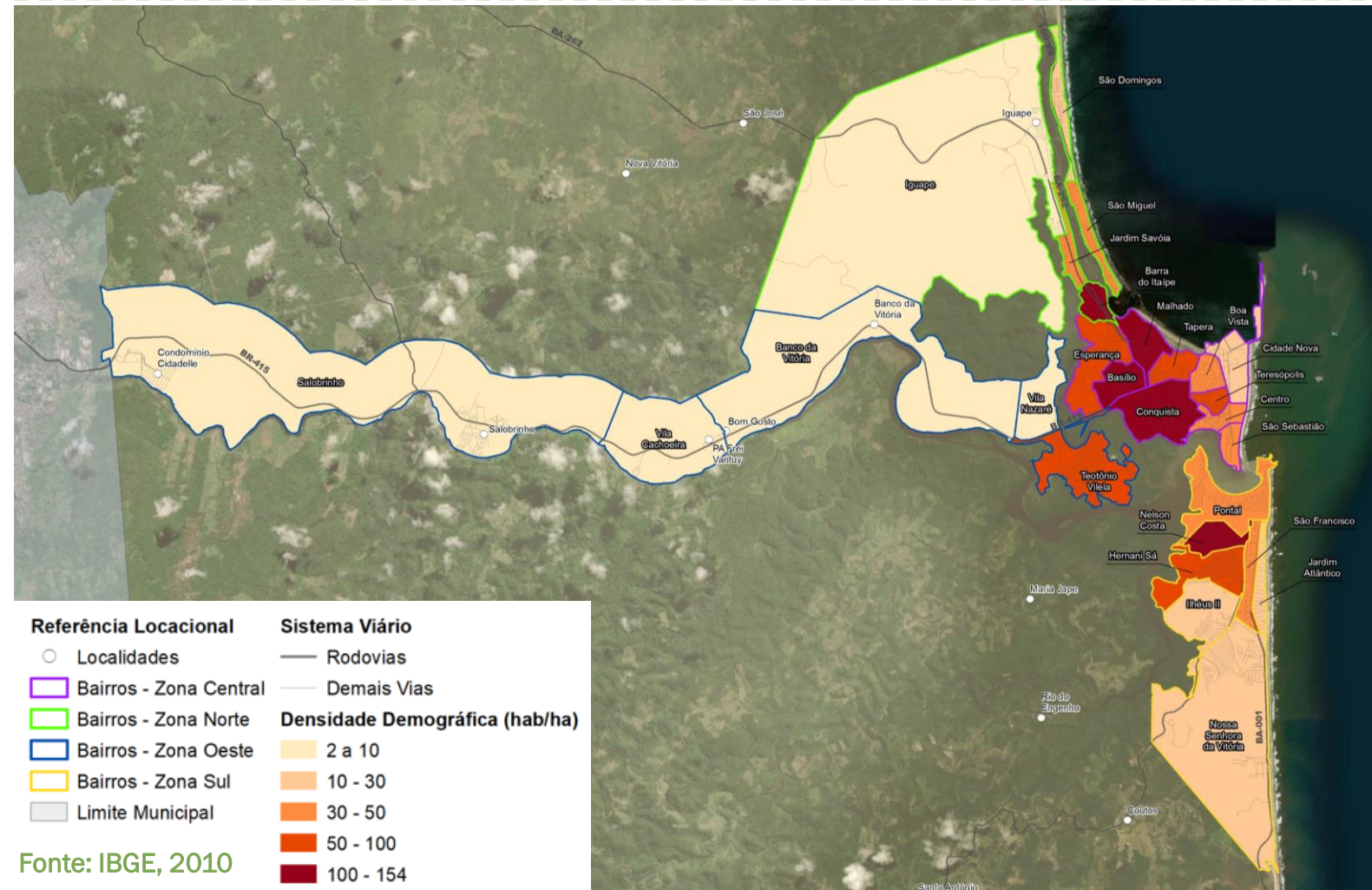
Densidade Demográfica

- Concentração populacional nos bairros mais centrais e próximos ao litoral do município;
- O bairro com maior densidade demográfica é o Nelson Costa (Zona Sul) com 154 hab/ha;
- O vetor em direção ao município de Itabuna tem os bairros com mais baixa densidade demográfica, como Salobrinho, Vila Cachoeira, Banco da Vitória e Vila Nazaré.

Zonas	Densidade Demográfica*
Zona Oeste	7,59
Zona Norte	5,80
Zona Central	84,42
Zona Sul	31,22

*Considerando população e áreas dos bairros de cada zona

A UN-Habitat estabelece o valor de 150 a 300 hab/ha como densidade ideal para melhor equilíbrio entre população x infraestrutura e equipamentos públicos



Composição Setorial

04. Caracterização Socioeconômica

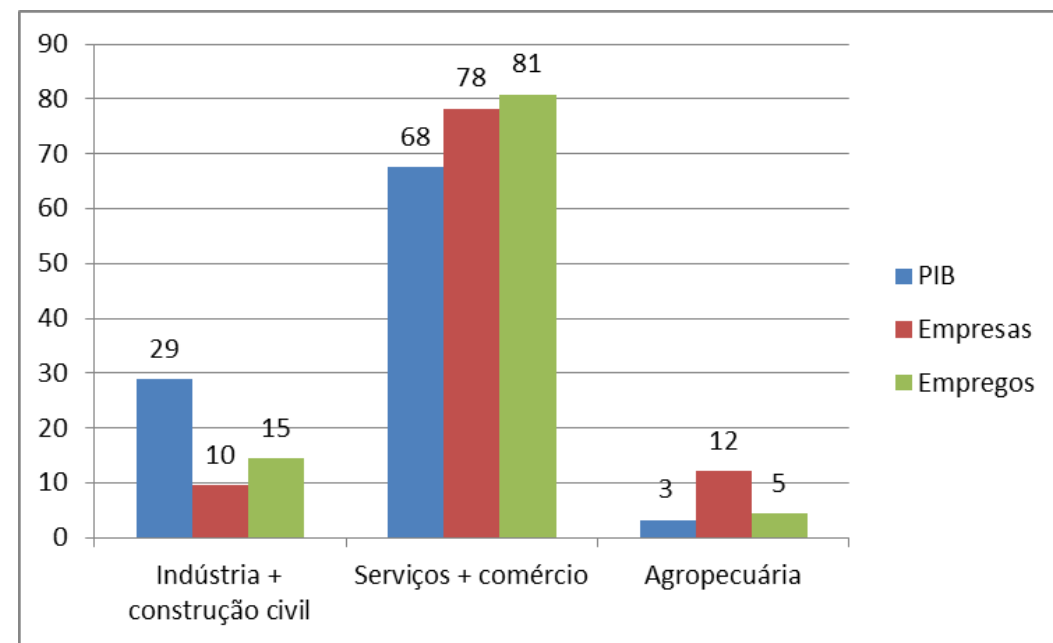
Após o apogeu do cacau como setor predominante, a economia de Ilhéus se reorganizou induzida por vetores econômicos do setor terciário.

Evolução setorial do PIB de Ilhéus - %
1939 - 2019

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1939	56,6	4,3	39,2	100
1980	18,2	30,8	51,0	100
2002	3,1	32,5	64,4	100
2019	3,3	29,0	67,7	100

PIB

Distribuição setorial do PIB, empresas e empregos. Ilhéus, 2019 - 2020 - %



Distribuição dos estabelecimentos econômicos

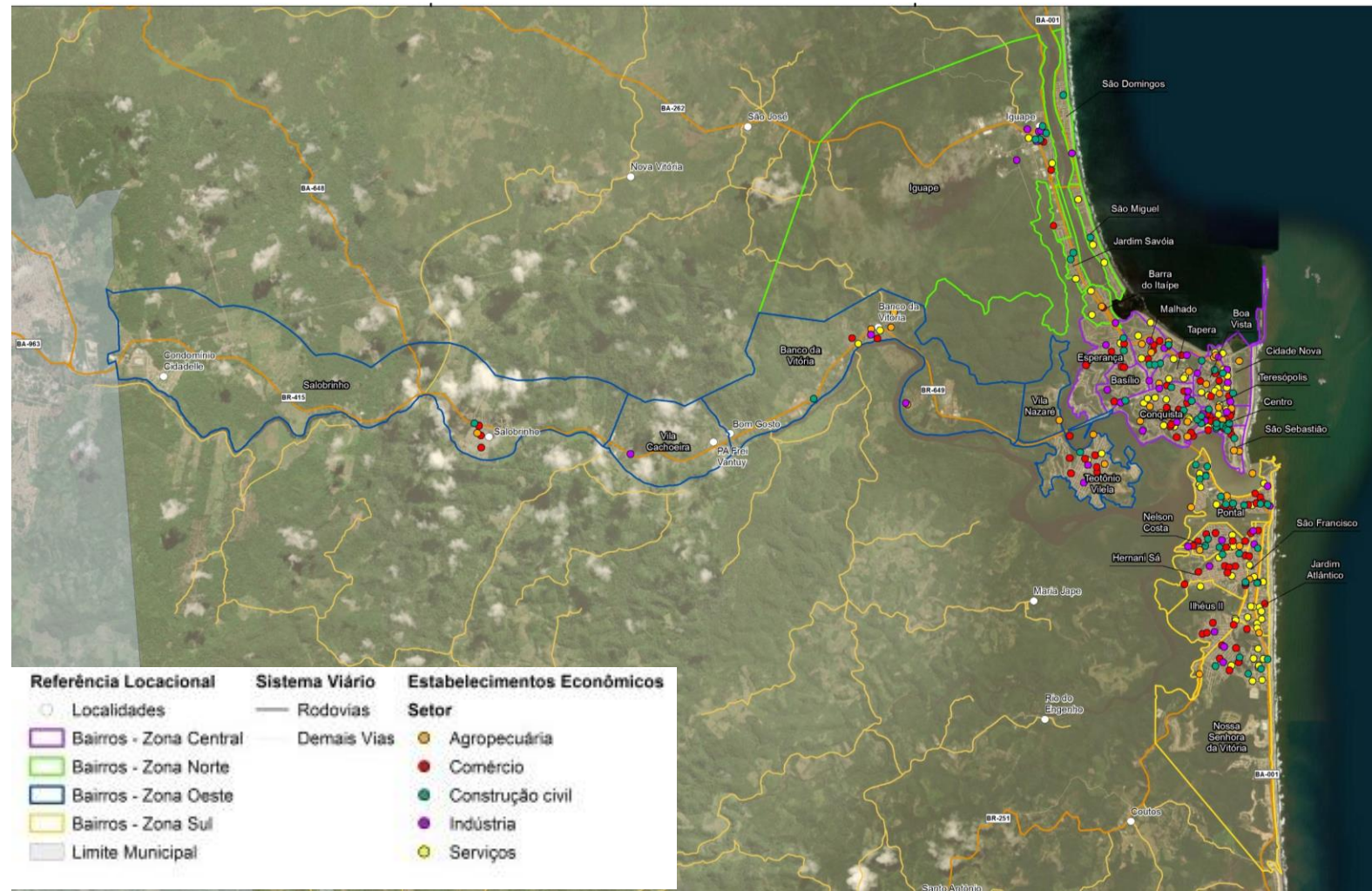
04. Caracterização Socioeconômica

Segundo o último dado disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Previdência, em 2020, o município de Ilhéus possuía:

- 2.870 estabelecimentos econômicos;
- 29.405 trabalhadores.

Setor	Estabelecimentos		Empregos	
	2002	2020	2002	2020
Indústria	8,1	6,1	12,5	11,9
Construção Civil	3,6	3,5	1,8	2,7
Comércio	36	37,2	16,6	21,2
Serviços	32,4	41	61,3	59,7
Agropecuária	20	12,1	7,8	4,6
Total	100	100	100	100

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência, RAIS 2002-2020



Distribuição dos estabelecimentos econômicos

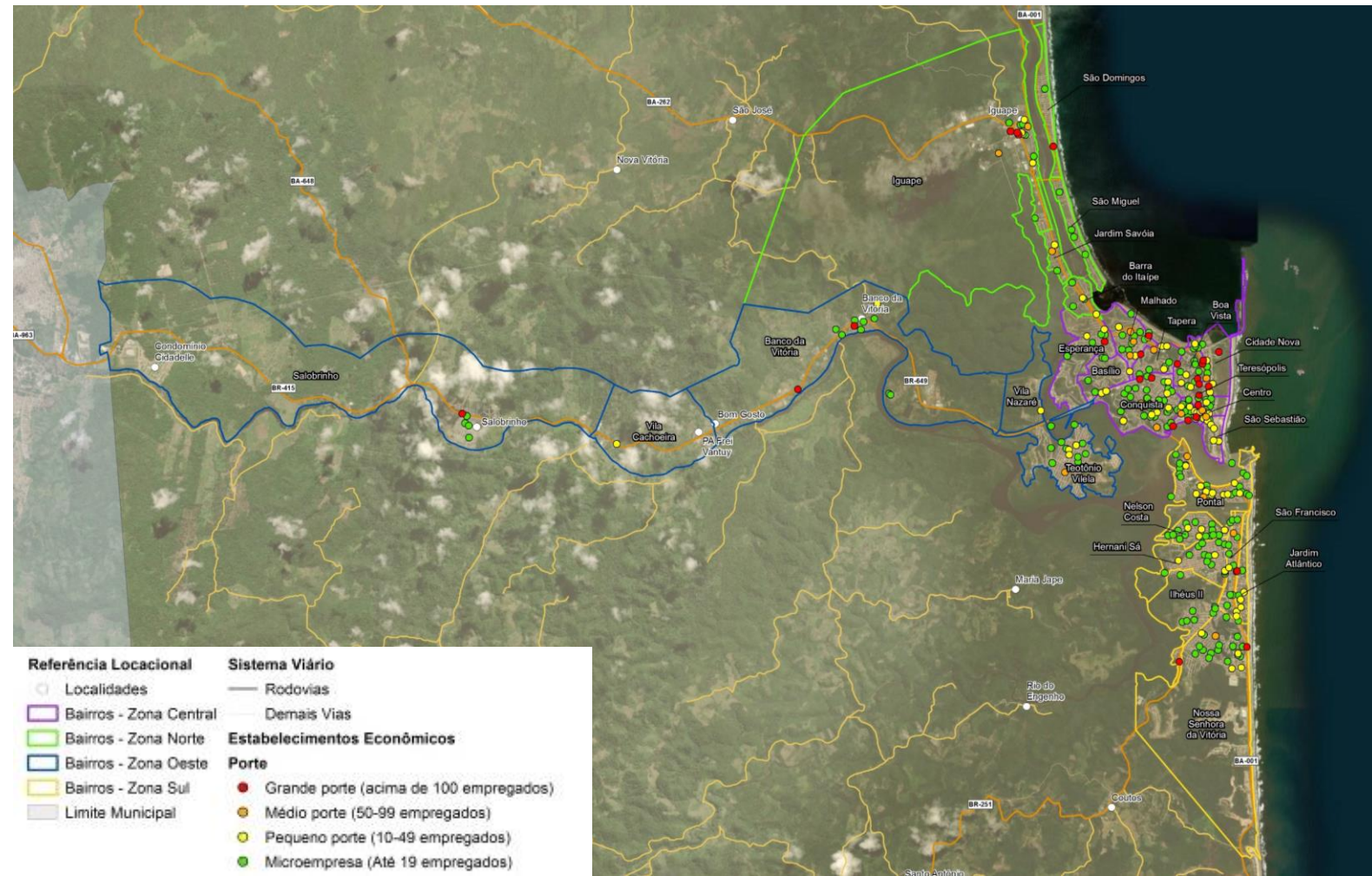
04. Caracterização Socioeconômica

Segundo o último dado disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Previdência, em 2020, o município de Ilhéus possuía:

- 2.870 estabelecimentos econômicos;
- 29.405 trabalhadores.

Porte	Nº	%
Até 10	2.457	85,6
De 10 a 49	343	12,0
De 50 a 99	31	1,1
Mais de 100	39	1,4
Total	2.870	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência, RAIS 2020



Exportação

04. Caracterização Socioeconômica

Segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, em 2021, o município de Ilhéus exportou U\$ 185.588.551

Distribuição dos produtos exportados por Ilhéus (em U\$). Jan - Dez 2021

Descrição	Valor (US\$)
Cacau e suas preparações	182.190.868
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes;	2.786.934
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos;	494.150
Matérias para entrançar e outros produtos de origem vegetal;	107.877
Filamentos sintéticos ou artificiais	2.126
Café, chá, mate e especiarias	1.800
Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal;	1.290
Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	1.048
Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia, médico-cirúrgicos;	1.017
Livros, jornais, gravuras e outros produtos das indústrias gráficas;	662
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes	347
Borracha e suas obras	215
Plásticos e suas obras	212
Frutas; cascas de frutos cítricos e de melões	4
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1

Fonte: MIDIC, 2021

Importação

04. Caracterização Socioeconômica

Segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, em 2021, o município de Ilhéus importação U\$ 352.338.632

Distribuição dos produtos importados por Ilhéus (em U\$). Jan - Dez 2021

Descrição	Valor (US\$)
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, gravação ou de reprodução de som	187.221.122
Produtos das indústrias alimentares; bebidas líquidos e vinagres, tabaco;	152.296.353
Plásticos e suas obras	9.554.492
Materiais têxteis e suas obras	1.185.438
Metais comuns e suas obras	627.394
Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia, e médico-cirúrgicos;	368.799
Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas;papel	339.745
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes	255.642
Produtos das indústrias químicas	169.448
Mercadorias e produtos diversos	160.963
Produtos do reino vegetal	94.516
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira;	46.471
Peles, couro, bolsas e artefatos semelhantes;	14.868
Material de transporte	3.367
Produtos minerais	14

Fonte: MIDIC, 2021

Fluxos dos Porto de Ilhéus

04. Caracterização Socioeconômica

Fluxos comerciais realizados a partir de dos anos 2000 no complexo portuário do município:

- **Entre 2000 e 2004:** foi o ciclo das exportações de produtos do cacau e importação de trigo em grãos, ambos extintos em 2004.
- **Entre 2005 e 2010:** encerra-se a exportação de farelo de soja (2008). A importação de amêndoas de cacau segue regular, chegando a representar 30% de todas as cargas do porto. Tem início a exportação de óxido de magnésio (2008), mas a movimentação do porto cai ao seu menor nível nesses 15 anos, com apenas 201.953 toneladas, no total, em 2010;
- **Entre 2011 e 2021:** o porto diversifica sua movimentação, com novas mercadorias de exportação a granel, como a magnesita, transferida do Porto de Aratu-Candeias para Ilhéus, e o níquel. Os embarques de milho são retomados e continuam os de óxido de magnésio, embora em menor escala. Na carga geral, as amêndoas de cacau continuam sendo regularmente importadas. Em 2014 o início de importações de trilhos para a Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL. Equipamentos e movimentações *off-shore* completam a diversificação ocorrida no período.

Distribuição das importações e exportações do Porto de Ilhéus (em toneladas) Jan - Dez 2021

Meses (2021)	Espécie De Carga - Em Tonelada					Nº de navios
	Carga Geral		Granel Sólido		Total	
	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Geral	
Janeiro	0	9.991	0	0	9.991	1
Fevereiro	10.661	0	0	9.931	20.592	2
Março	12.154	0	0	0	12.154	1
Abril	0	0	0	73.697	73.697	3
Maiο	16.217	0	0	12.140	28.357	2
Junho	10.043	0	0	69.680	79.723	4
Julho	0	0	0	41.765	41.765	2
Agosto	6.858	0	0	68.381	75.239	4
Setembro	0	0	0	12.120	12.120	1
Outubro	0	21.962	0	11.753	33.715	2
Novembro	0	21.966	0	9.940	31.906	2
Dezembro	10.726	24.354	0	10.252	45.332	8
Total	66.659	78.273	0	319.659	464.591	32

Fonte: Estatísticas CODEBA, 2022.

Em 2021, destaca-se o recebimento de um único navio com 10,5 mil toneladas de amêndoas de cacau da África, destinado a suprir as necessidades das indústrias processadoras instaladas no município.

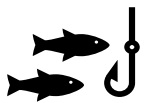
Dinâmica Econômica Rural

04. Caracterização Socioeconômica



Produção Agropecuária

- Responsável por aproximadamente **4,6% dos empregos** (Ministério do Trabalho - RAIS, 2020);
- Contribuiu com **3,3% do PIB** (IBGE, PIB Municipal, 2019).
- A produção do cacau se destaca e representa **78%** do valor da produção agrícola municipal



Pesca

- Pesca comercial de pequeno e médio porte artesanal para atividades camaroneras, captura de peixes por linhas e captura por arrasto;
- De acordo com o relatório da Bahia Pesca, em 2014, o volume pescado foi de **130 toneladas de pescado**.

Dinâmica Econômica Rural

04. Caracterização Socioeconômica

Produção Agrícola

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, o município Ilhéus possuía **3.559 estabelecimentos agropecuários**, que ocupavam **106.231 hectares**.

Segundo a definição utilizada pelo IBGE, um **estabelecimento agropecuário** é toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento do produtor ou de sua família).

Distribuição da utilização da terra pelos estabelecimentos agropecuários (2017)

Utilização das terras	Área utilizada (em hectares)	%
Lavouras	9.611,83	9,04
Permanentes	7.973,33	7,50
Temporárias	1.577,51	1,48
Área para cultivo de flores	60,97	0,74
Pastagens	18.643,69	17,55
Naturais	1.075,70	1,01
Plantadas em boas condições	12.288,92	11,56
Plantadas em más condições	5.279,07	4,96
Matas ou florestas	29.686,85	27,94
Naturais	25.052,87	23,58
Naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	4.626,98	4,35
Florestas plantadas	7	0,58
Sistemas agroflorestais	48.289,1	45,45
Área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo por animais	43.229,97	40,69
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de caminhas degradadas e de terras inaproveitáveis	5.059,12	4,76
Demais usos	21,25	0,02
Total	106.231,38	100

Dinâmica Econômica Rural

04. Caracterização Socioeconômica

Agricultura familiar, aquisição pública de alimentos e ATER

Segundo o Censo Agropecuário 2017, e conforme pode ser verificado na tabela a seguir, as **pessoas ocupadas no setor agropecuário correspondiam a 10.797**, sendo que **55,5% trabalhavam em estabelecimentos da agricultura familiar**. Nas lavouras permanentes, na qual inclui-se as culturas do cacau, banana, café, açaí e borracha, a proporção de pessoas ocupadas na agricultura familiar chega 80,6% - equivalente a 1.339 pessoas.

No que se refere a **Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)**, desde o chamamento público estadual nº 001/2017 sobre o tema, o município de Ilhéus contava com **90 famílias cadastradas** para que o governo estadual, em convênio com a prefeitura municipal, promova o atendimento a agricultores e agricultoras familiares no Território de Identidade Litoral Sul da Bahia com enfoque agroecológico.

Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários segundo agricultura familiar e atividade econômica (2017)

Grupos de atividade econômica	Agricultura familiar (em nº)			Agricultura familiar (em %)		
	Não	Sim	Total	Não	Sim	Total
Produção de lavouras temporárias	323	1.339	1.662	19,4	80,6	100,0
Horticultura e floricultura	169	222	391	43,2	56,8	100,0
Produção de lavouras permanentes	3.785	3.706	7.491	50,5	49,5	100,0
Pecuária e criação de outros animais	449	389	838	53,6	46,4	100,0
Produção florestal - florestas plantadas	*	*	104	*	*	100,0
Produção florestal - florestas nativas	36	260	296	12,2	87,8	100,0
Aquicultura	*	*	8	*	*	100,0
Total	4.807	5.990	10.797	44,5	55,5	100,0

Dinâmica Econômica Rural

04. Caracterização Socioeconômica

Produção Agrícola

Produção agrícola da lavoura permanente. Ilhéus, 2020

Unidade	Quantidade produzida (t)	Área plantada (ha)	Valor (em R\$ 1.000)
Abacate	20	4	32
Açaí	800	220	1.520
Banana	7.800	1.850	9.360
Borracha	595	700	1.428
Cacau	7.540	34.800	90.480
Café	600	236	3.300
Coco-da-baía	4.250*	2.763	960
Dendê	60	30	18
Guaraná	8	20	68
Laranja	100	15	80
Mamão	520	52	562
Maracujá	50	8	70
Palmito	1.064	380	1.490
Pimenta do reino	6	4	57

O cacau representa:
78% do valor da
produção agrícola
municipal

Produção agrícola da lavoura temporária. Ilhéus, 2020

Unidade	Quantidade produzida (t)	Área plantada (ha)	Valor (em R\$ 1.000)
Abacaxi	280*	325	32
Cana de açúcar	1.000	45	124
Feijão	49	65	196
Mandioca	6.500	900	3.770
Melancia	200	20	110
Milho	10	5	10

* No caso do coco-da-baía e do abacaxi a quantidade produzida é mensurada em 1.000 frutos

Fonte: IBGE, Pesquisa Produção Agrícola Municipal, 2020

Dinâmica Econômica Rural

04. Caracterização Socioeconômica

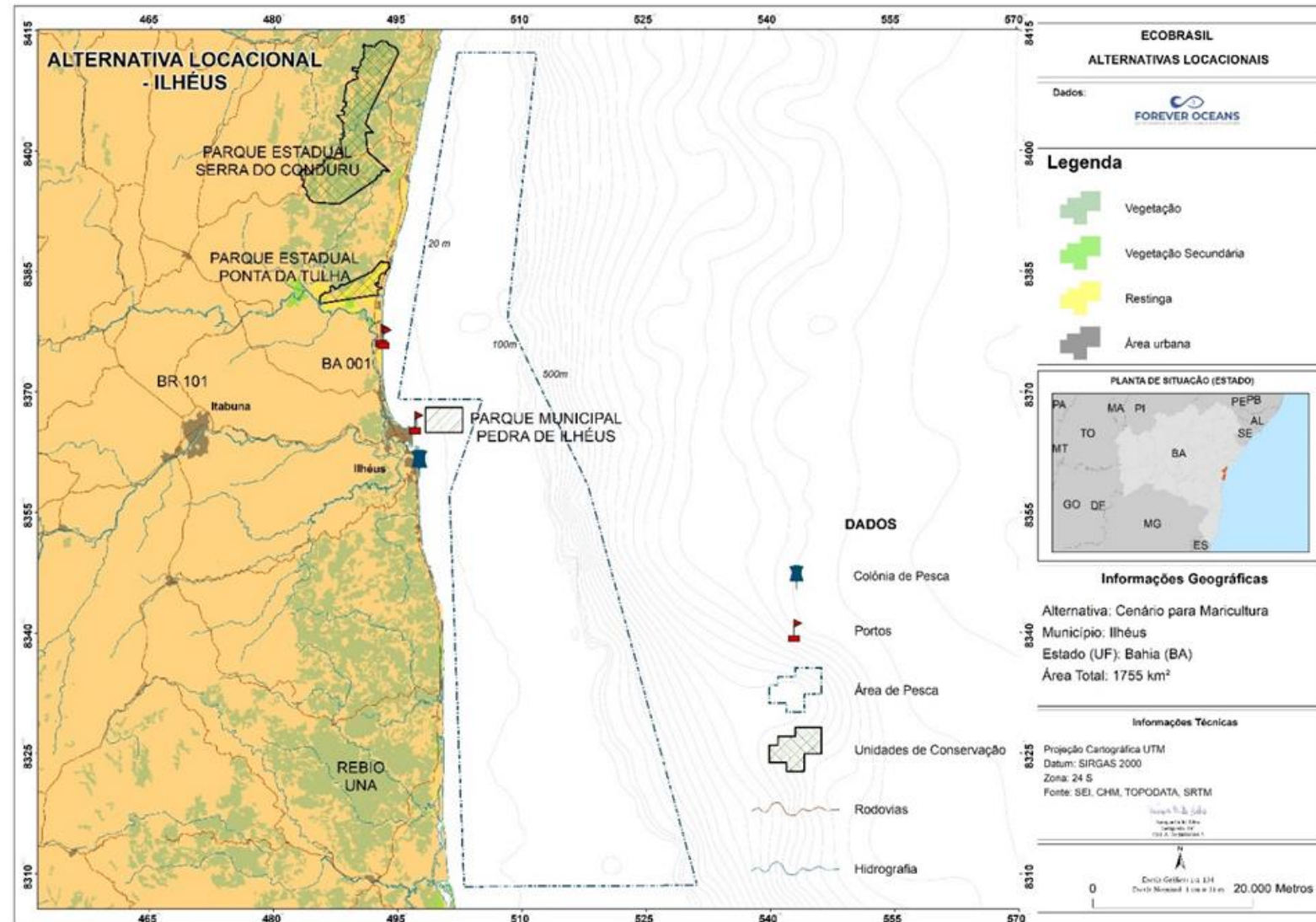
Pesca

O diagnóstico socioeconômico realizado pela empresa Ecobrasil em 2022, na costa de Ilhéus, traz a delimitação da pesca realizada pelos componentes da Colônia de Pesca de Z-19 e Z-34 localizadas na cidade.

Essa delimitação é baseada na formulação de mapas mentais, construídos através da vivência desses pescadores e seus conhecimentos sobre as particularidades da costa, como profundidades, recifes, cânions, costões rochosos, dentre outros atributos (ECOBASIL, 2022).

Fonte: EcoBrasil, 2022.

Delimitação da concentração da pesca artesanal na costa de Ilhéus.





- **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Índice de Desenvolvimento Econômico

04. Caracterização Socioeconômica

Metodologia

Com a finalidade de contribuir para as ações da revisão do PDPI, que necessitam de uma visão da distribuição espacial da atividade econômica municipal, se elaborou o **Índice de Desenvolvimento Econômico**. O índice visa classificar os distritos do município e os bairros da sede urbana segundo a taxa de assalariamento formal, quantidade de estabelecimentos econômicos per capita e proporção de empresas segundo porte.

Escalas

- Municipal
- Sede Urbana

Composição de indicadores do Índice de Desenvolvimento Econômico

Dimensões	Indicadores	Fonte	Ano
Dimensão Emprego	Proporção de empregos assalariados formais em relação à população em idade produtiva	RAIS	2020
Dimensão Empresas	Quantidade de empresas per capita Proporção de empresas com mais 10 empregados em relação ao total de empresas	RAIS	2020

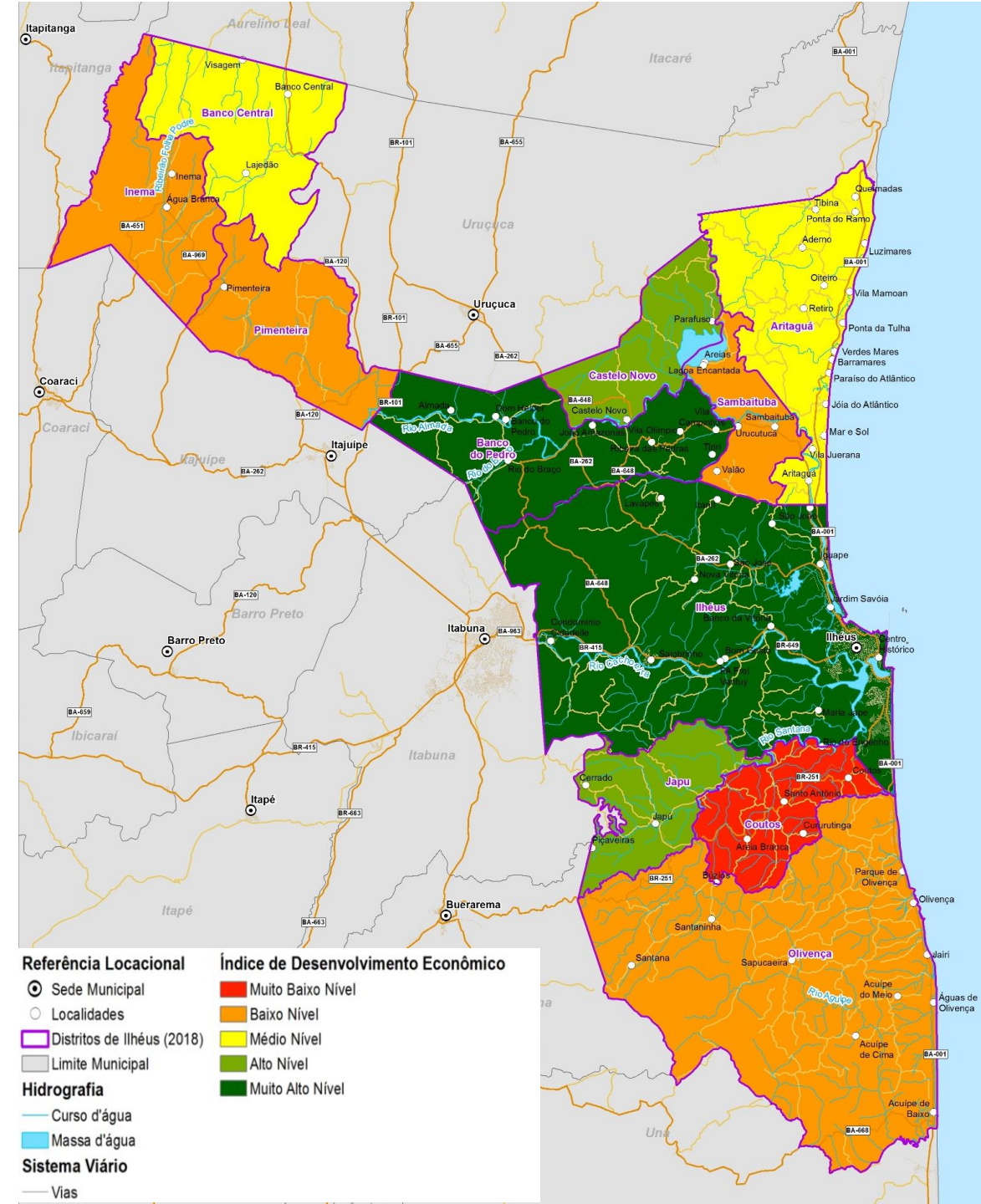
Fonte: Arcadis, 2022.

Índice de Desenvolvimento Econômico

04. Caracterização Socioeconômica

Contexto Municipal

- **Muito baixo** nível de desenvolvimento econômico (cor vermelha no Mapa): **Coutos**;
- **Baixo** nível de desenvolvimento econômico (cor laranja no Mapa): **Pimenteira, Sambaituba, Inema e Olivença**;
- **Médio** nível de desenvolvimento econômico (cor amarela no Mapa): **Aritaguá e Banco Central**;
- **Alto** nível de desenvolvimento econômico (cor verde clara no Mapa): **Castelo Novo e Japu**;
- **Muito alto** nível de desenvolvimento econômico (cor verde escuro no Mapa): **Banco do Pedro e Ilhéus**.

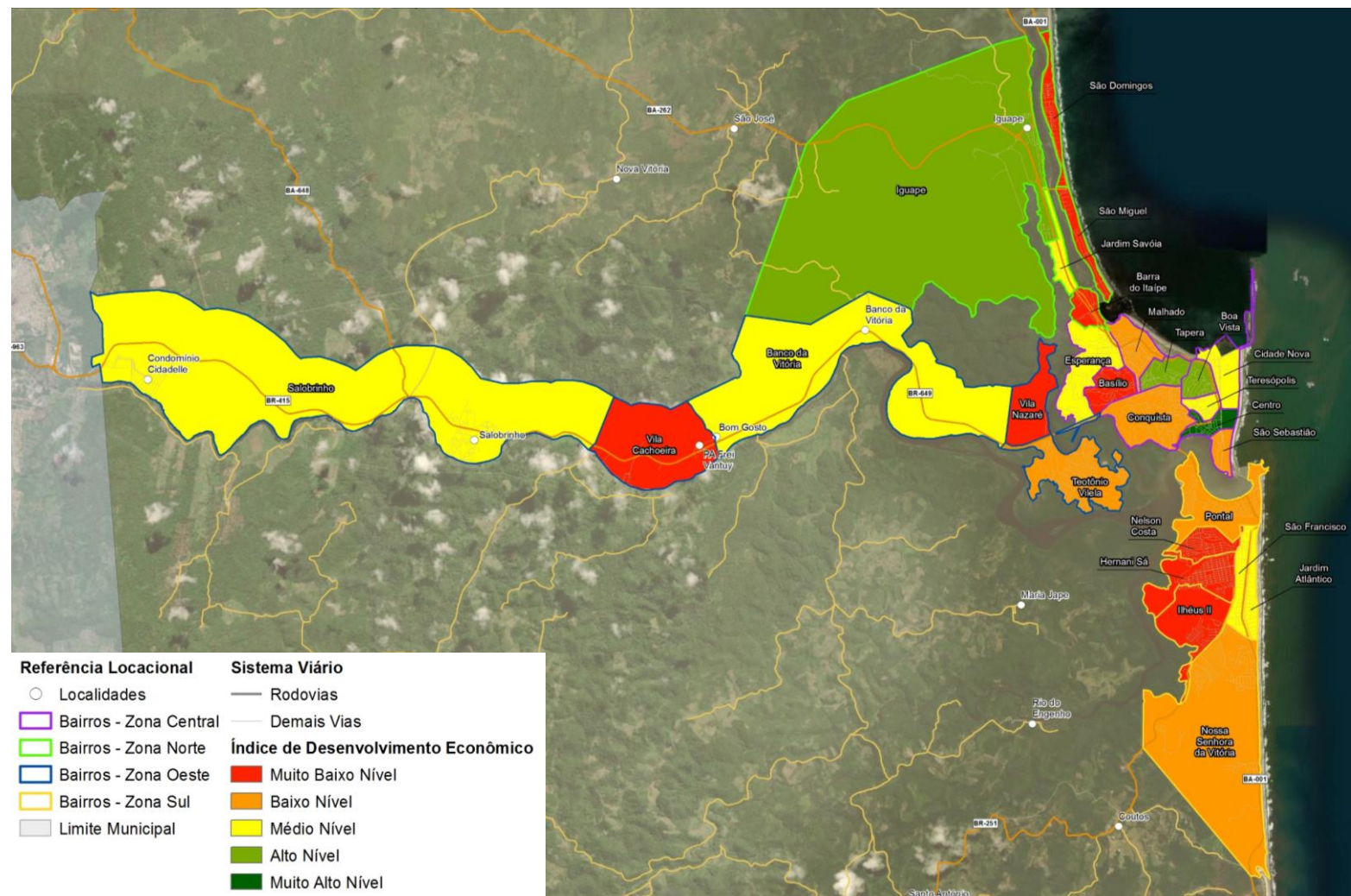


Índice de Desenvolvimento Econômico

04. Caracterização Socioeconômica

Contexto Sede Urbana

- Muito baixo nível de desenvolvimento econômico (cor vermelha no Mapa): Barra do Itaípe, Vila Cachoeira, Nelson Costa e Vila Nazaré;
- Médio nível de desenvolvimento econômico (cor amarela no Mapa): São Sebastião, Teotônio Vilela, Conquista, Pontal, Nossa Senhora da Vitória e Malhado;
- Alto nível de desenvolvimento econômico (cor verde clara no Mapa): Banco da Vitória, Esperança, Jardim Savóia, São Francisco, Teresópolis, Jardim Atlântico, Salobrinho e Cidade Nova;
- Muito alto nível de desenvolvimento econômico (cor verde escuro no Mapa): Tapera, Boa Vista, Iguape e Centro.





- **ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

Índice de Vulnerabilidade Social

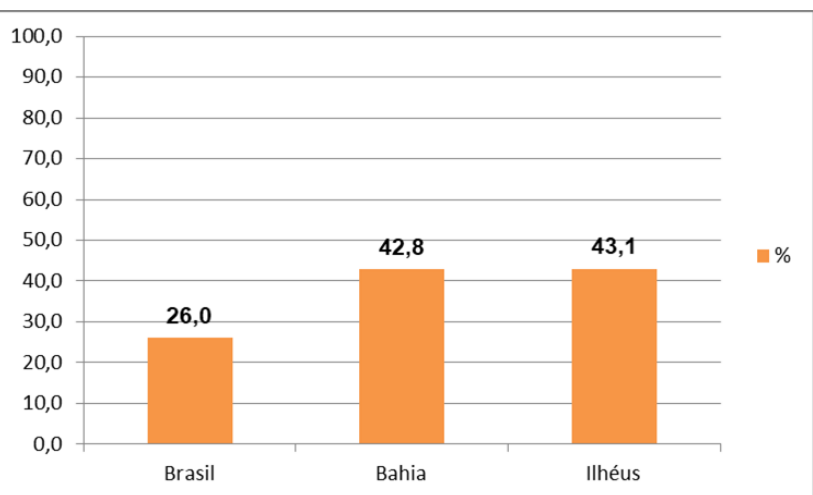
04. Caracterização Socioeconômica

Metodologia

O índice tem o objetivo de classificar os distritos do município e os bairros da sede urbana segundo proporção de famílias em situação de extrema pobreza e presença de assentamentos precários.

Escalas

- Municipal
- Sede Urbana



Percentual da população considerada pobre e extremamente pobre cadastrada no Cadastro Único do Governo Federal

Fonte: Ministério da Cidadania/CECAD, 04/2022

Composição de indicadores do Índice de Vulnerabilidade Social

Dimensões	Indicadores	Fonte	Ano
Dimensão Pobreza Extrema	Percentual de domicílios com renda per capita familiar de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo	IBGE	2010
Dimensão presença assentamentos precários urbanos	Existência de domicílios na situação de aglomerados subnormais urbanos*	IBGE	2019

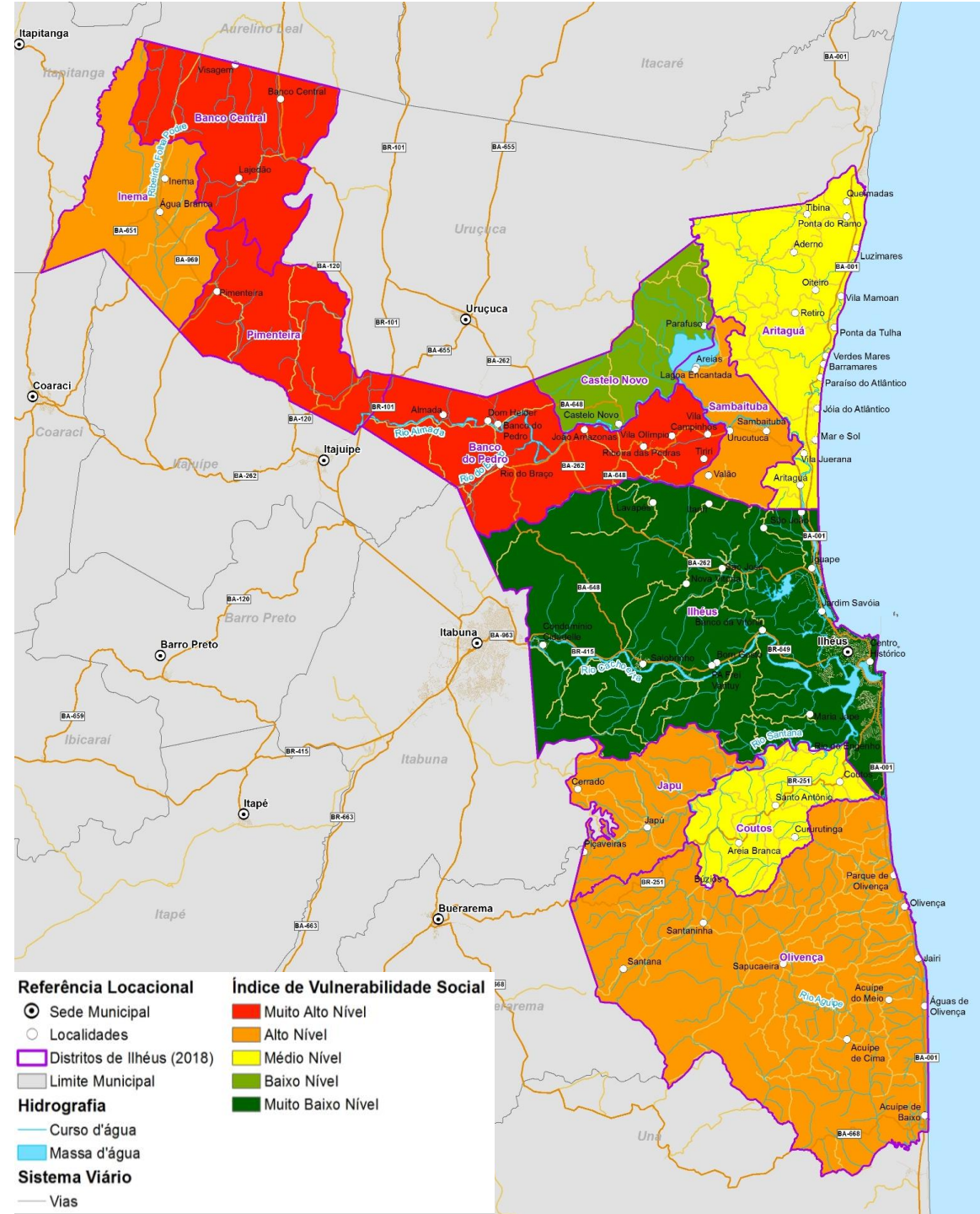
Fonte: Arcadis, 2022.

Índice de Vulnerabilidade Social

04. Caracterização Socioeconômica

Contexto Municipal

- **Muito Alto nível** de vulnerabilidade social (sinalizados na cor vermelha no Mapa): Banco do Pedro, Pimenteira e Banco Central;
- **Alto nível** de vulnerabilidade social (sinalizados na cor laranja no Mapa): Olivença, Japu, Inema e Sambaituba;
- **Médio nível** de vulnerabilidade social (sinalizados na cor amarela no Mapa): Aritaguá, Olivença, Banco Central e Inema;
- **Baixo nível** de vulnerabilidade social (sinalizados na cor verde clara no Mapa): Coutos e Aritaguá;
- **Muito baixo nível** de vulnerabilidade social (sinalizados na cor verde escuro no Mapa): Castelo Novo e Ilhéus.



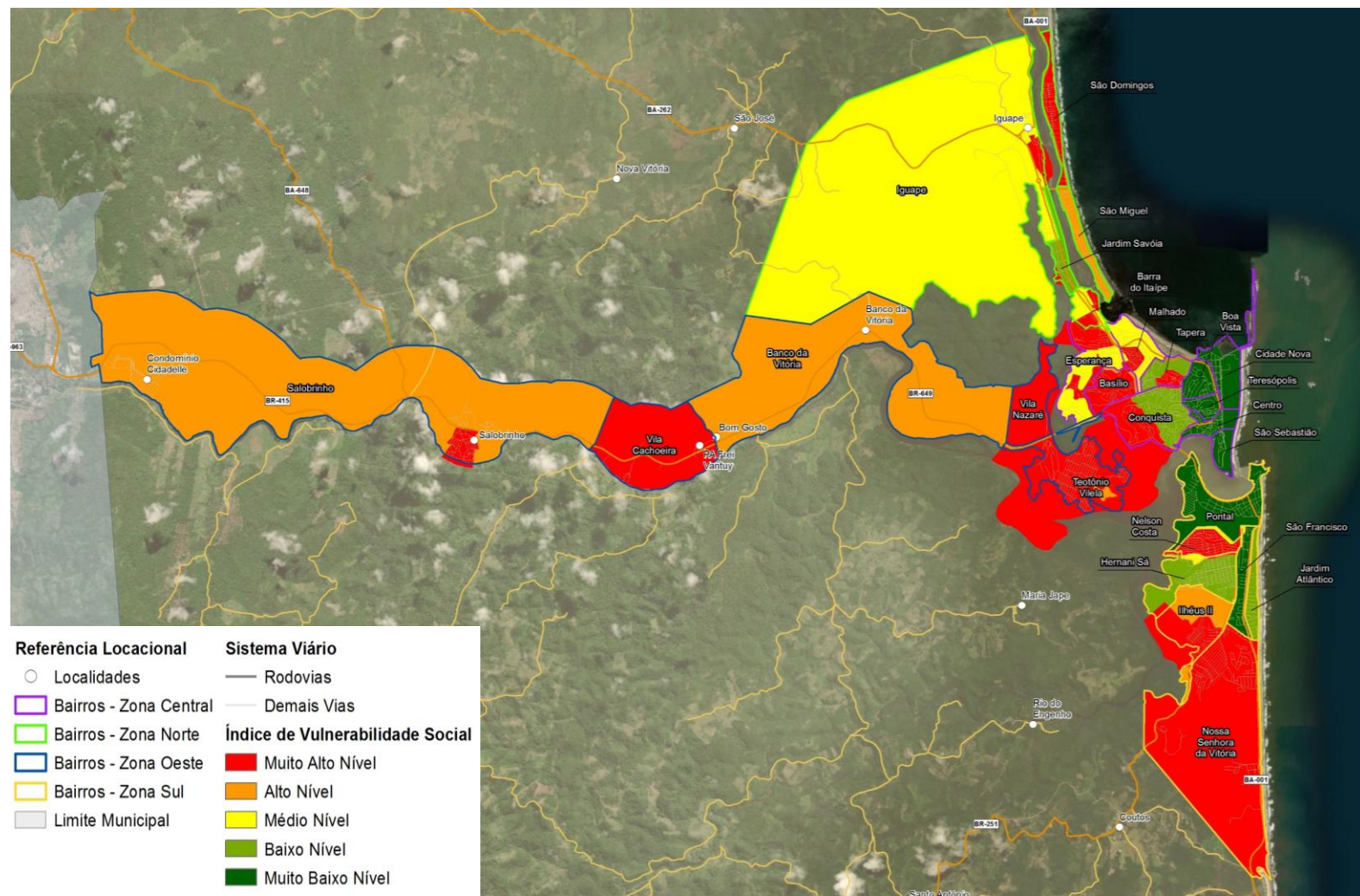
Índice de Vulnerabilidade Social

04. Caracterização Socioeconômica

Contexto Sede Urbana

- **Muito alto nível de vulnerabilidade social (cor vermelha):** Vila Cachoeira, Vila Nazaré, São Domingos e Nossa Senhora da Vitória;
- **Alto nível de vulnerabilidade social (cor laranja):** Teotônio Vilela, Banco da Vitória, Basílio, São Miguel, Ilhéus II e Salobrinho;
- **Médio nível de vulnerabilidade social (cor amarela):** Barra do Itaípe, Esperança, Iguape, Malhado e Nelson Costa;
- **Baixo nível de vulnerabilidade social (cor verde clara):** Tapera, Conquista, Hernani Sá, Jardim Atlântico e Jardim Savóia;
- **Muito baixo nível de vulnerabilidade social (cor verde escuro):** São Francisco, Teresópolis, Pontal, São Sebastião, Cidade Nova e Boa Vista.

* 24 aglomerados subnormais (cor vermelha): concentrados nos bairros: Esperança, Basílio, Malhado, Tapera, Barra do Itaípe, Jardim Savóia, Vila Nazaré, Conquista, Nelson Costa, Teotônio Vilela, Hernani Costa, Ilhéus II, Nossa Senhora da Vitória, Salobrinho e Vila Cachoeira





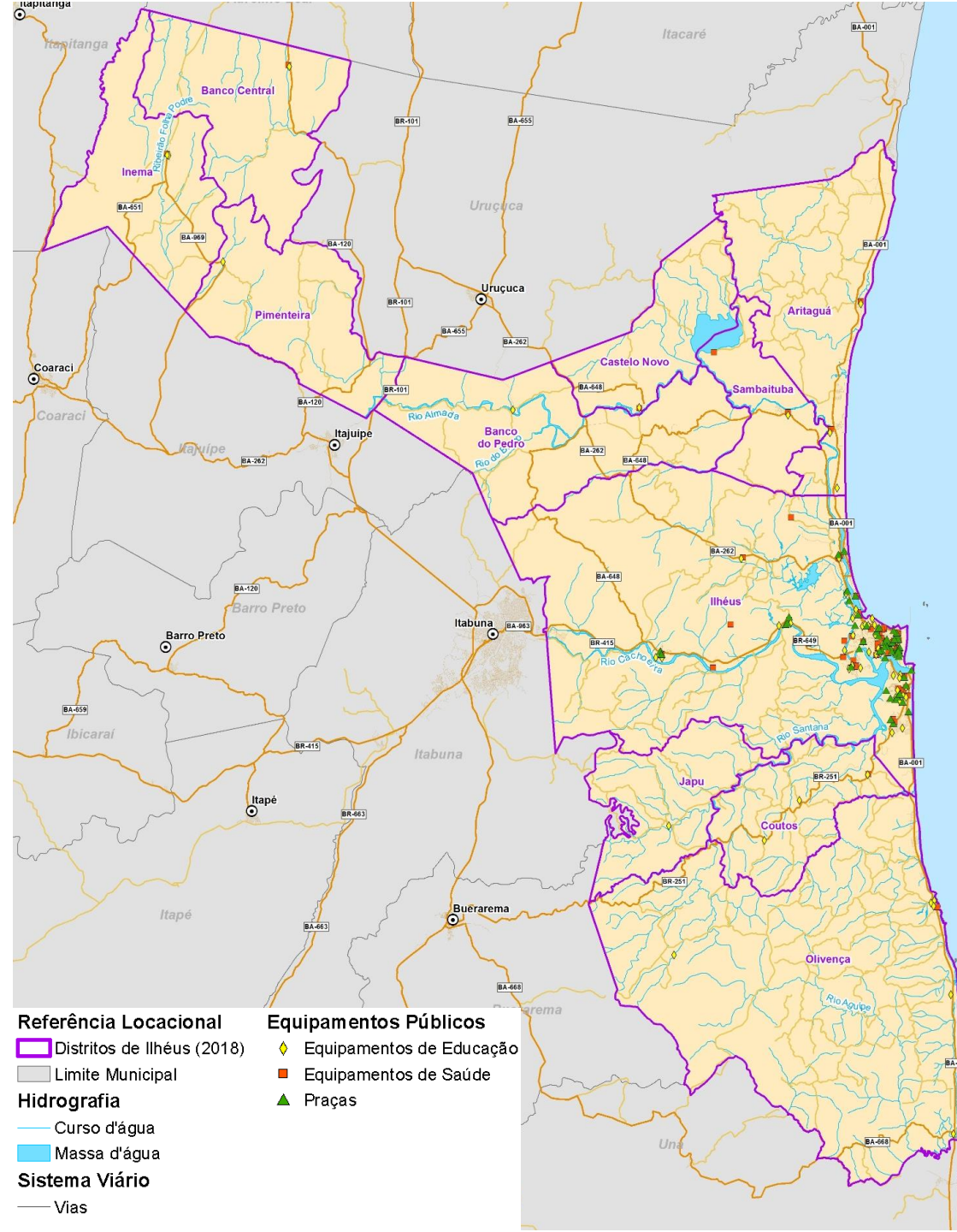
- **ÍNDICE DE INFRAESTRUTURA URBANA E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS**

Equipamentos Públicos

04. Caracterização Socioeconômica

A tabela e mapa demonstram a quantidade e a distribuição dos equipamentos de educação e saúde e praças nos distritos do município de Ilhéus. Eles estão concentrados, sobretudo, na sede municipal, com um pequeno destaque para os equipamentos de educação em Olivença.

Distritos	Equipamentos Públicos		
	Equipamentos de Educação	Equipamentos de Saúde	Praças
Aritaguá	3	2	1
Banco Central	1	1	1
Banco do Pedro	1	0	1
Castelo Novo	1	1	1
Coutos	3	1	1
Ilhéus	47	65	62
Inema	2	1	1
Japu	1	0	1
Olivença	8	1	3
Pimenteira	1	0	1
Sambaituba	1	2	2

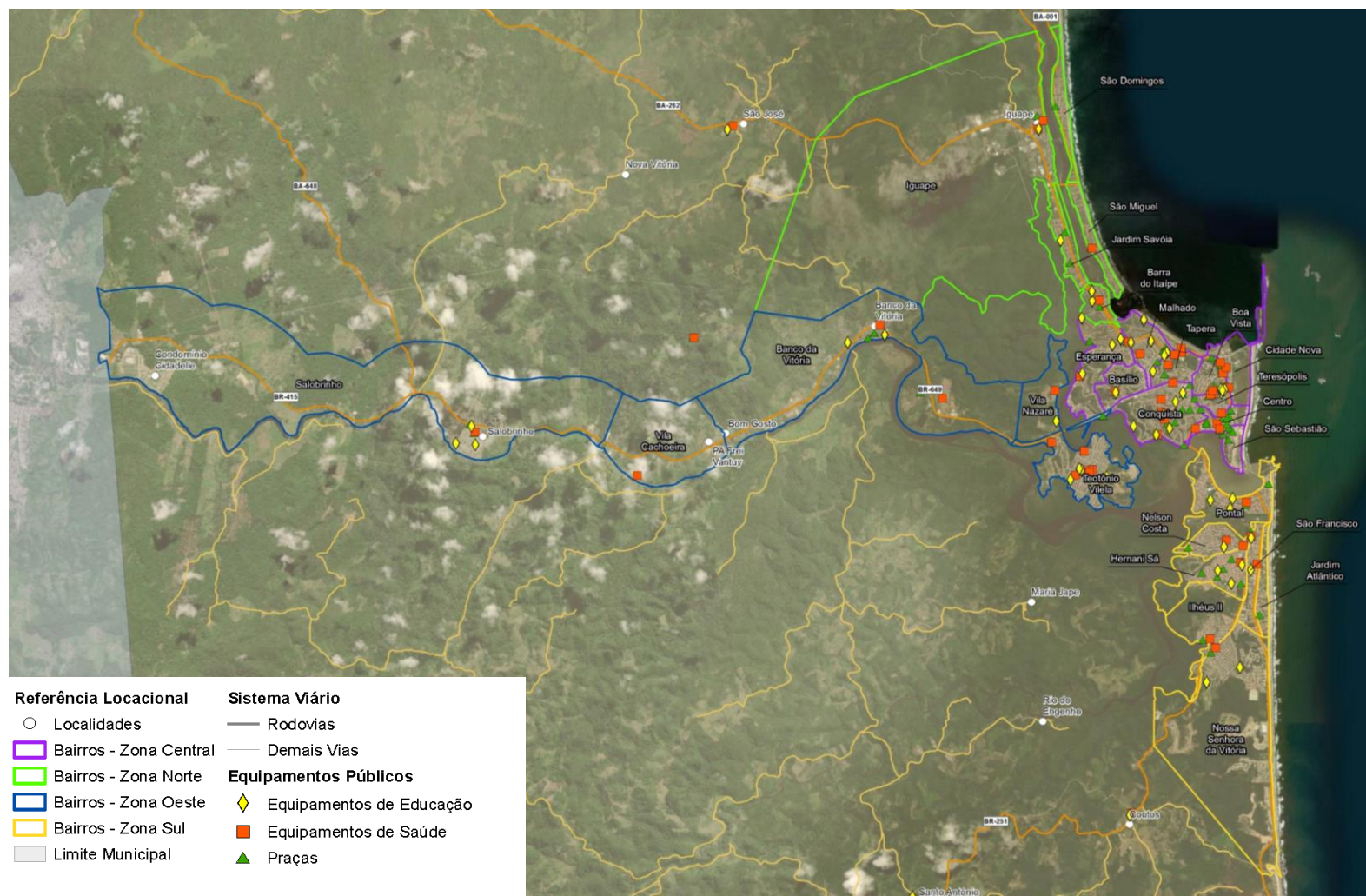


Equipamentos Públicos

04. Caracterização Socioeconômica

Na análise por bairros se verifica que o bairro Conquista, no geral, possui a maior quantidade de equipamentos e relevante número de praças. Estas, por sua vez, estão mais concentradas no Centro, seguido por Hernani Sá e Boa Vista. Já Teresópolis, Teotônio Vilela e Cidade Nova apresentam os maiores números de equipamentos de Saúde.

Bairro	Equipamentos Públicos		
	Equipamentos de Educação	Equipamentos de Saúde	Praças
Banco da Vitória	2	2	4
Barra do Itaípe	2	1	1
Basilio	1	1	1
Boa Vista	2	4	5
Centro	0	4	11
Cidade Nova	0	5	0
Conquista	6	5	7
Esperança	4	2	2
Hernani Sá	3	1	5
Iguape	1	2	2
Ilhéus II	0	1	1
Jardim Atlântico	0	0	1
Jardim Savóia	1	0	1
Malhado	3	1	3
Nelson Costa	2	4	1
Nossa Senhora da Vitória	2	1	1
Pontal	3	1	3
Salobrinho	3	2	2
São Domingos	0	0	1
São Francisco	1	1	0
São Miguel	0	1	1
São Sebastião	0	0	4
Tapera	2	2	1
Teotônio Vilela	4	6	2
Teresópolis	2	6	2
Vila Cachoeira	0	1	0
Vila Nazaré	1	1	0



Índice de Infraestrutura Urbana e Equipamentos Públicos

04. Caracterização Socioeconômica

Metodologia

A finalidade desse índice é classificar os distritos do município e os bairros da sede de Ilhéus segundo o grau da presença de infraestrutura urbana e acesso a equipamentos públicos básicos, como escolas e estabelecimentos de saúde.

Escalas

- Municipal
- Sede Urbana

Composição de indicadores do Índice de Infraestrutura Urbana e Equipamentos Públicos

Dimensões	Indicadores	Fonte	Ano
Dimensão infraestrutura urbana	% de domicílios com coleta de resíduos	EMBASA FG Soluções Ambientais	2021 e 2022
	% de domicílios ligados à rede de abastecimento de água		
	% de domicílios ligados à rede de esgoto		
Dimensão acesso a equipamentos públicos	Cobertura de escolas públicas do ensino infantil, fundamental e médio	Inep MEC	2022
	Cobertura de estabelecimentos públicos prestadores de serviços de saúde	CNES MS	2022

Fonte: Arcadis, 2022.

Índice de Infraestrutura Urbana e Equipamentos Públicos

04. Caracterização Socioeconômica

Metodologia

O diagnóstico sobre a infraestrutura urbana e de equipamentos públicos básicos visam classificar as localidades do município de Ilhéus segundo o grau de acesso a água, coleta de esgoto e resíduos. Por sua vez, o grau de acesso a equipamentos públicos foram mensurados por raios de distância/abrangência.

Principais Fontes de informações:

- IBGE. Censos Demográficos 2010
- EMBASA, Água e Esgoto, 2021/2022
- FG Soluções Ambientais, Resíduos, 2022
- INEP/MEC. Censo Escolar, 2022
- Ministério da Saúde/Datasus. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, 2022
- Prefeitura do município de Ilhéus, 2022

Raios de abrangência de equipamentos (ONU):

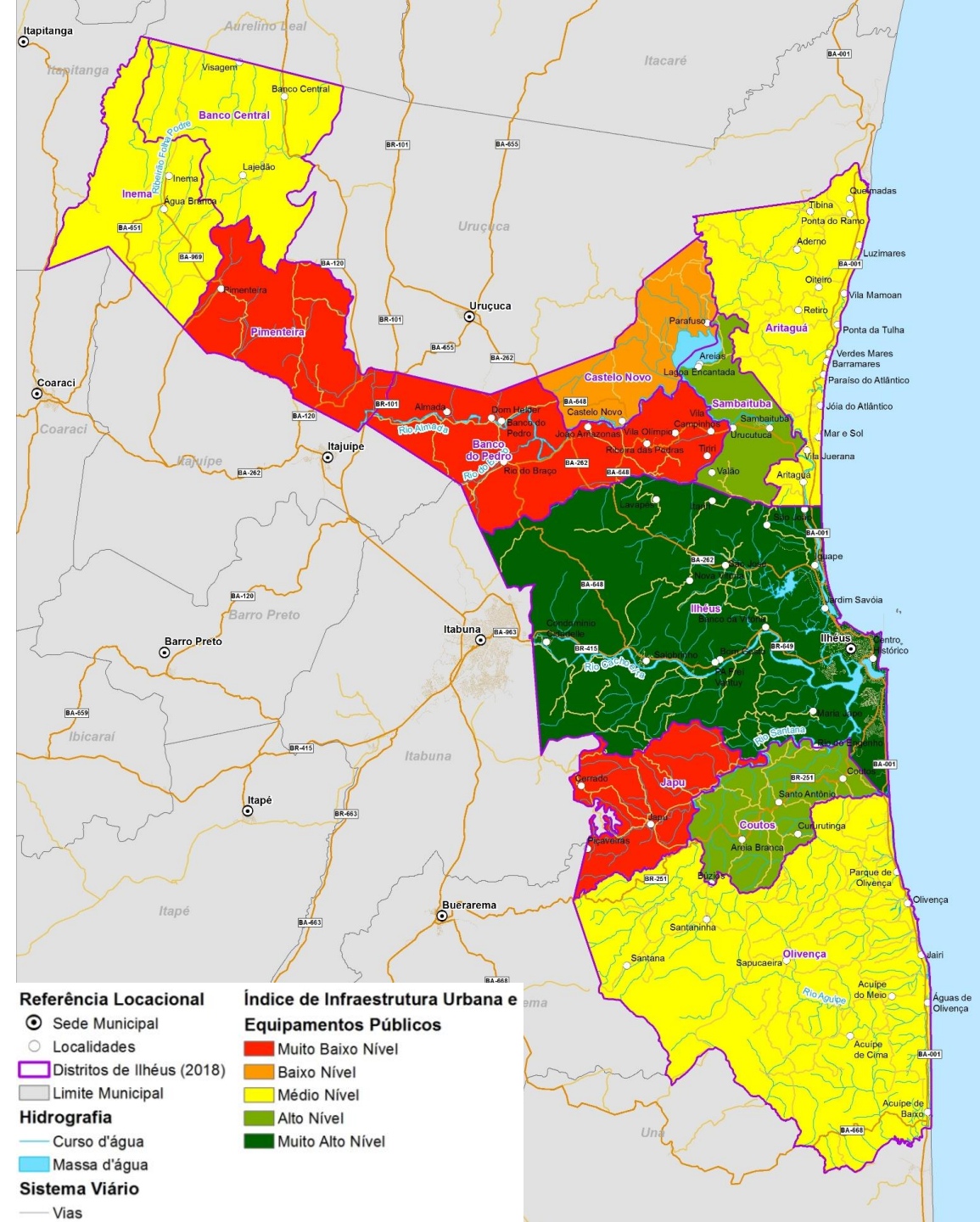
- Escola ensino infantil (raio de 300 metros)
- Escola ensino fundamental (raio de 1.500 metros)
- Escola ensino médio (raio de 3.000 metros)
- Estabelecimentos públicos prestadores de serviços de saúde (1.000 metros)

Índice de Infraestrutura Urbana e Equipamentos Públicos

04. Caracterização Socioeconômica

Contexto Municipal

- Muito baixo nível de infraestrutura e serviços públicos (cor vermelha): Pimenteira, Banco do Pedro e Japu;
- Baixo nível de infraestrutura e serviços públicos (cor laranja): Castelo Novo;
- Médio nível de infraestrutura e serviços públicos (cor amarela): Aritaguá, Olivença, Banco Central e Inema;
- Alto nível de infraestrutura e serviços públicos (cor verde clara): Coutos e Sambaituba;
- Muito alto nível de infraestrutura e serviços públicos (cor verde escuro): Ilhéus.

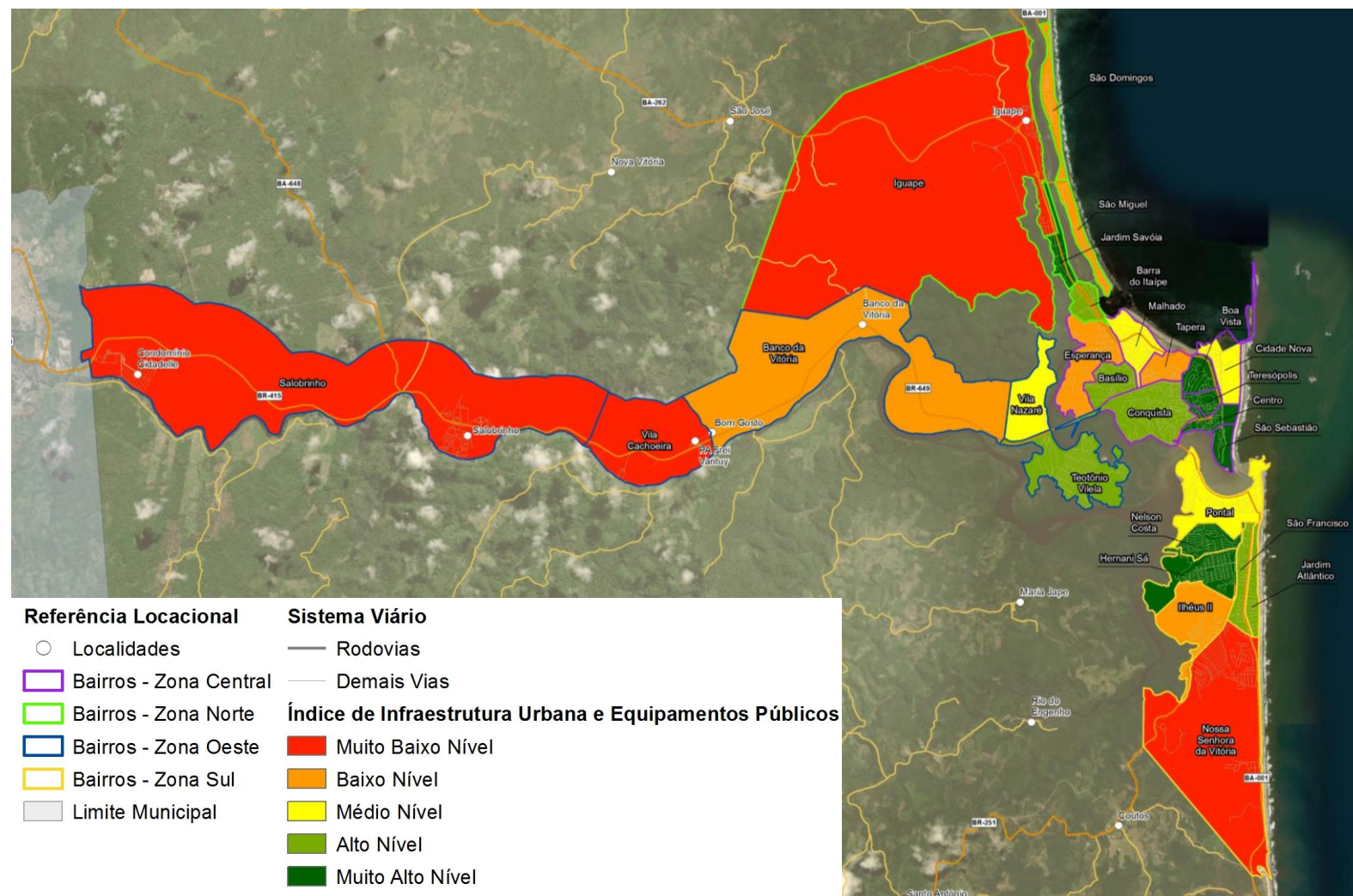


Índice de Infraestrutura Urbana e Equipamentos Públicos

04. Caracterização Socioeconômica

Contexto Sede Urbana

- **Muito baixo nível** de infraestrutura e serviços públicos (cor vermelha): Nossa Senhora da Vitória, Vila Cachoeira, Salobrinho e Iguape;
- **Baixo nível** de infraestrutura e serviços públicos (cor laranja): São Domingos, Banco da Vitória, Esperança, Ilhéus II, Tapera e São Miguel;
- **Médio nível** de infraestrutura e serviços públicos (cor amarela): Cidade Nova, Vila Nazaré, Malhado e Pontal;
- **Alto nível** de infraestrutura e serviços públicos (cor verde clara): Cidade Nova, Vila Nazaré, Malhado, Pontal, Teotônio Vilela, Conquista, São Francisco, Basílio, Barra do Itaípe e Jardim Atlântico;
- **Muito alto nível** de infraestrutura e serviços públicos (cor verde escuro): São Sebastião, Centro, Jardim Savóia, Nelson Costa, Hernani Sá, Boa Vista e Teresópolis.





- **CENÁRIOS FUTUROS: PROJEÇÃO POPULACIONAL**

Cenários Futuros: Projeções Populacionais

04. Caracterização Socioeconômica

Métodos de tradição quantitativa baseado em:

- Dados oficiais do IBGE;
- Estimativas populacionais realizadas pela Universidade Federal Fluminense;
- Programa Básico Ambiental – PBA (2014);
- Estudo de Impacto Ambiental Porto Sul – EIA (2011);
- Relatório de Impacto Ambiental – RIMA (2011);
- Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Intermodal e Logístico Porto Sul - AAE (2011).

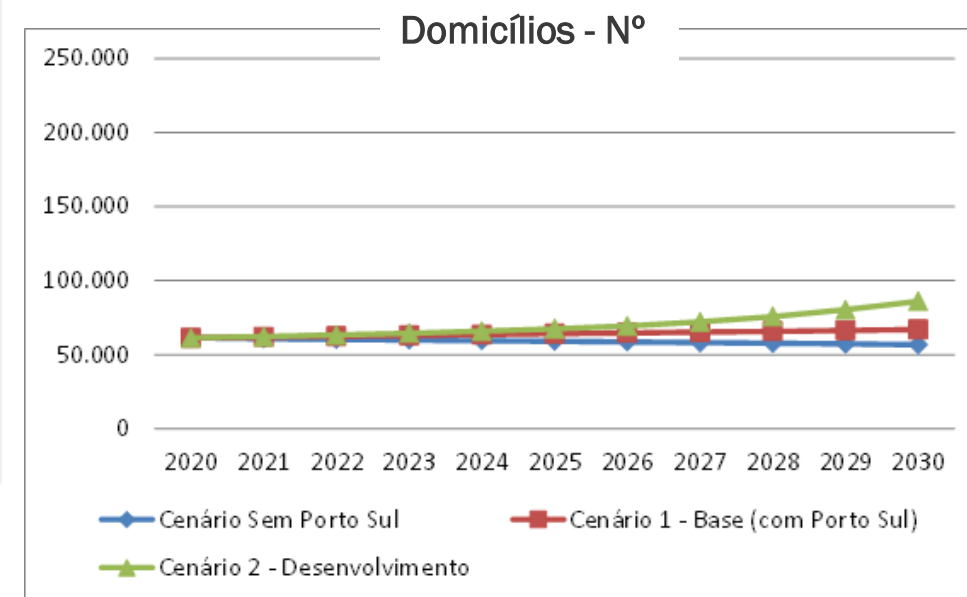
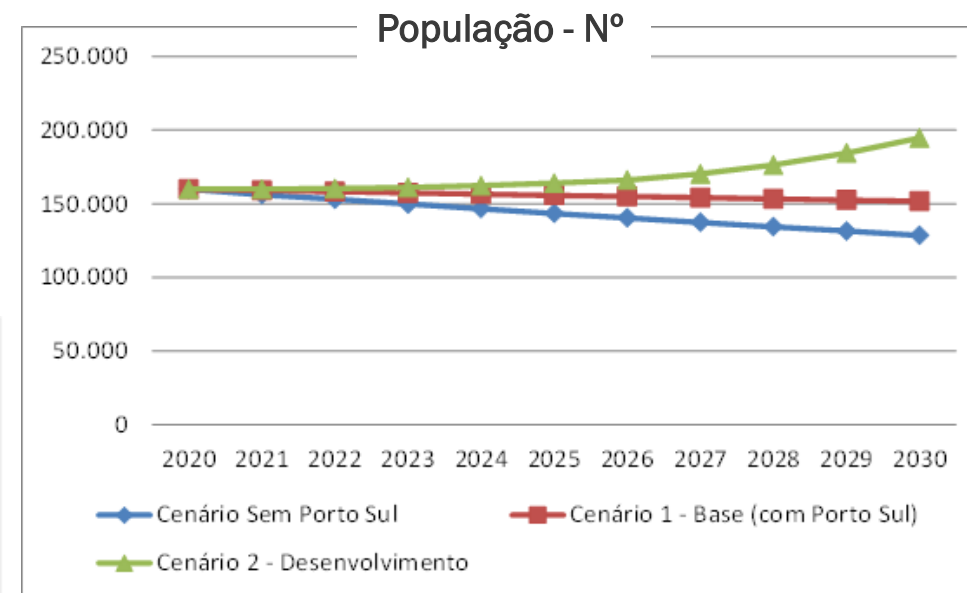
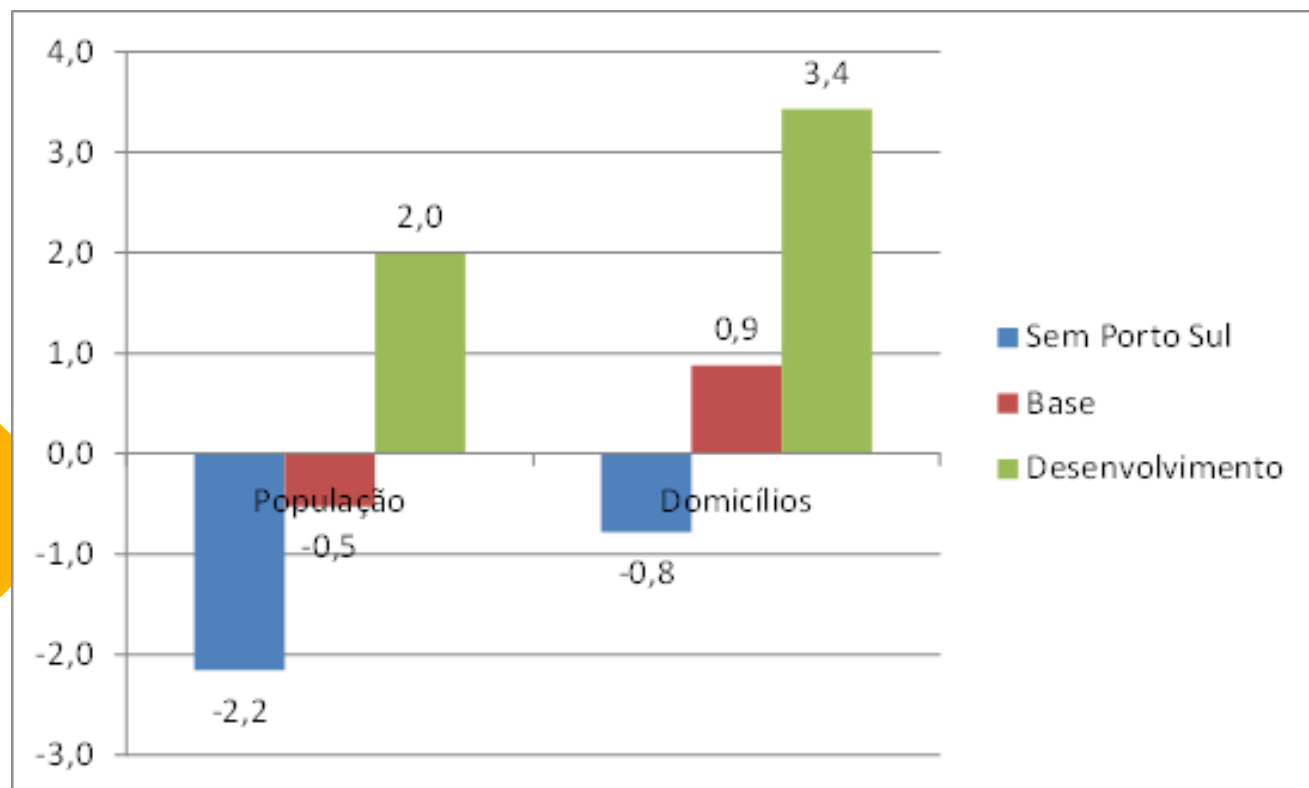
Cenário sem investimentos	
01	Projeção baseada nos dados oficiais
Cenário base	
02	Empreendimento Porto Sul – Porto público e terminal privado
	Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL)
Cenário de desenvolvimento	
03	Empreendimento Porto Sul – Porto público e terminal privado
	Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL)
	Aeroporto Internacional
	Zona de Processamento de Exportação (ZPE)
	Complexo Industrial
	Consolidação dos setores agrícola, turismo e tecnologia
	Zona de Apoio Logístico (ZAL)
	Duplicação da BR-415
Contorno de Ilhéus	

Cenários Futuros: Projeções Populacionais

04. Caracterização Socioeconômica

Resultados:

Taxa média anual de variação (%) - 2020-2030



Conclusões

04. Caracterização Socioeconômica

Pontos de Atenção

Leitura Técnica

Taxas demográficas negativas foram observadas nos dados oficiais a partir dos anos 2000 (IBGE/censos demográficos).

O crescimento do tecido urbano no caso de um cenário de aumento populacional causado pela viabilidade de novos empreendimentos de grande porte no município, pode gerar um crescimento desordenado e efeitos negativos, caso não sejam utilizados instrumentos de planejamento governamental, como os existentes no Plano Diretor.

Nas últimas décadas, observou-se diminuição de novas oportunidades de desenvolvimento econômico e geração de emprego, dado o declínio da produção de cacau, que se configurava como principal vetor da economia local.

No segmento de amêndoas de cacau observou-se balança comercial deficitária com mais importações do que exportações.

Na comparação do desenvolvimento econômico entre os bairros da sede municipal observa-se muito baixo nível em Barra do Itaípe, Vila Cachoeira, Nelson Costa e Vila Nazaré.

Na comparação do desenvolvimento econômico entre os distritos do município observa-se muito baixo nível em Coutos.

Pressão social com 43% da população em situação de extrema pobreza - nível mais elevado ao da Bahia e do Brasil.

Na comparação da vulnerabilidade social entre os bairros da sede municipal observa-se piores condições sociais em: Vila Cachoeira, Vila Nazaré, São Domingos e Nossa Senhora da Vitória.

Na comparação da vulnerabilidade social entre os distritos do município observa-se Muito Alto nível Banco do Pedro, Pimenteira, Banco Central.

Leitura Social

Infraestrutura básica e serviços públicos insuficientes no Distrito Industrial.

Indústria com logística interna deficitária, faltando áreas adequadas para armazenagem.

Falta de ATER para agricultura

Falta fiscalização ambiental da pesca.

Falta apoio logístico para escoamento da produção industrial

ZPE em local crítico para o Meio Ambiente; sugere-se que seja realocada para junto da ZAL

Falta medidas de alívio da vulnerabilidade social.

Conclusões

04. Caracterização Socioeconômica

Pontos Fortes/Potencialidades

Leitura Técnica

Na projeção de cenários futuros aposta-se que Ilhéus entrará em um ciclo de desenvolvimento a partir dos novos investimentos em implantação e planejados – com destaque para FIOLE e Porto Sul. Este cenário irá proporcionar taxas de crescimento populacional positivas, bem como aumentará a demanda por domicílios. A revisão do Plano Diretor e o uso de seus instrumentos são oportunidades de crescimento urbano ordenado e minimizar os efeitos negativos no caso de um cenário de aumento populacional, gerado pela viabilidade de novos empreendimentos de grande porte no município.

Mostrando potencial de desenvolvimento econômico, após o apogeu do cacau como setor predominante, a economia de Ilhéus se reorganizou induzida por vetores econômicos do setor terciário - que representa 68% do PIB e 80% dos empregos.

No setor do cacau e derivados observou-se balança comercial superavitária, devido a exportação no segmento de cacau processado, como manteiga e pasta de cacau.

Na comparação do desenvolvimento econômico entre os distritos do município observa-se elevado nível de desenvolvimento econômico no distrito de Ilhéus.

Na comparação do desenvolvimento econômico entre os bairros da sede municipal observa-se muito alto nível em Tapera, Boa Vista, Iguape e Centro.

Caso o cenário de desenvolvimento econômico (com a implantação de novos empreendimentos) se torne viável existe a possibilidade de redução da pressão social e diminuição na população em situação de pobreza extrema que representa 43% da população.

Na comparação da vulnerabilidade social entre os bairros da sede municipal observa-se melhores condições sociais em: São Francisco, Teresópolis, Pontal, São Sebastião, Centro, Cidade Nova e Boa Vista.

Na comparação da vulnerabilidade social entre os distritos do município observa-se Muito Baixo nível no distrito de Ilhéus.

Leitura Social

Possibilidade de implantação de indústrias nas áreas rurais.

Disponibilidade de áreas para expansão industrial no atual Distrito

Benefício fiscal para inscritos na Lei de Inovação e novas indústrias

Potencial de desenvolvimento da piscicultura, fruticultura e plantas medicinais na diversificação agropecuária

Existência do Polo de Informática de Ilhéus.

Baía do Pontal e Terminal Pesqueiro - melhorias possibilitariam utilização náutica



05. ASPECTOS FÍSICO-TERRITORIAIS E AMBIENTAIS

Metodologia

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

A avaliação do território de Ilhéus se pautou na avaliação entre a interface das principais questões referente às mudanças climáticas com os principais atributos físico-ambientais, com base no:

- Diagnóstico e Caracterização Territorial e Análise de Estudos Preliminares;
- Consolidação de dados e Elaboração de indicadores espacializados através de álgebra de mapas e sobreposição de variáveis (figura ao lado);

Objetivo:

Representar termômetros para a avaliação das condições ambientais do território de Ilhéus frente à temática físico-ambiental.

Mudanças Climáticas



Riscos Climáticos

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Conceito

A identificação das necessidades de adaptação requer que se analise os fatores que determinam a natureza da vulnerabilidade, exposição e intensidade das ameaças climáticas, ou seja, da Análise de Riscos Climáticos (ARC).

O conceito de risco climático, segundo o Painel Intergovernamental de Mudança do Clima (IPCC na sigla inglesa), é definido como:

“O potencial para consequências (impactos), onde algo de valor está em jogo e onde o resultado é incerto”.

O termo **impacto** é usado principalmente para se referir aos efeitos sobre os sistemas naturais e humanos de clima extremo e eventos climáticos e de mudança climática.



(IPCC, 2014)

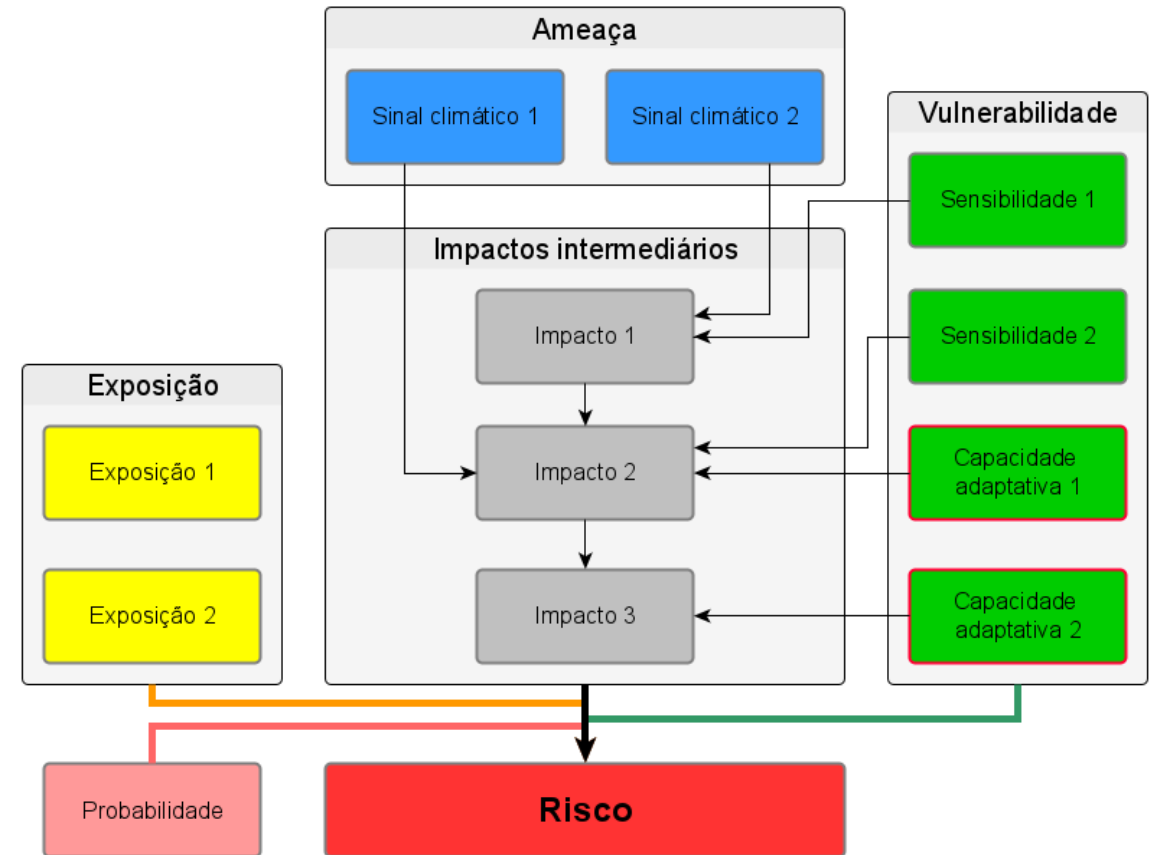
Riscos Climáticos:

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Cadeia de Impacto

Conforme apresentado ao lado, o risco de impactos relacionados ao clima resulta da interação entre **ameaça**, **vulnerabilidade**, **exposição** de sistemas humanos e naturais, conforme ilustrado ao lado.

- **Ameaça:** ocorrência potencial de um evento ou impacto físico, que pode causar algum dano, podendo ser um **sinal climático**¹;
- **Exposição:** presença de elementos, sociais ou culturais em lugares e ambientes que poderiam ser afetados negativamente.
- **Vulnerabilidade:** propensão ou predisposição a ser adversamente afetada.
 - **Sensibilidade:** fatores que afetam diretamente as consequências de uma ameaça.
 - **Capacidade adaptativa:** forma como se como lidar com os atuais e futuros impactos climáticos
- **Cadeia de Impacto:** Sequencia lógica de causa e efeito entre os elementos que formam o Risco Climático



¹ Sinal Climático não é necessariamente um evento climático extremo como tempestade tropical, mas também pode ser uma tendência manifestada de forma lenta como aumento do nível do mar; entre outros .

Riscos Climáticos

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Ameaças Climáticas

Os resultados das modelagens climáticas para Ilhéus teve como base:

- Indicadores de mudança do clima em relação a chuvas intensas e secas/estiagens;
- Valores são as anomalias (mudanças em indicadores climáticos relevantes);
- **RCP4.5** = Cenário intermediário de emissões de Gases de Efeito Estufa
- **RCP8.5** = Cenário pessimista de emissões de Gases de Efeito Estufa

Com base nos resultados apresentados nas tabelas acima, foram identificados **04 (quatro) principais riscos da mudança do clima** no município de Ilhéus:

- I. Risco de aumento de erosões e inundações costeiras;
- II. Risco do aumento de inundações e alagamentos devido às chuvas extremas;
- III. Risco do Aumento de Movimentos de Massa; e
- IV. Risco do Aumento de Crises no Abastecimento de Água.

Resultados das projeções do modelo Eta MIROC5 para os dois cenários RCP4.5 e RCP8.5 para as faixas temporais de 2011-2040 e 2041-2070

Período	2011-2040		2041-2070	
	RCP4.5	RCP8.5	RCP4.5	RCP8.5
Cenário de emissões				
Dias com mais de 20mm de chuva	-3/-5	-5/-10	-3/-5	-5/-10
Precipitação máx. em 5 dias (mm)	40/50	30/40	40/50	40/50
Precipitação máx. em 1 dias (mm)	10/20	10/20	10/20	20/30
Precipitação anual total (mm)	-100/-200	-300/-400	-100/-200	-300/-400
Dias consecutivos sem chuva	5/10	10/20	5/10	10/20

Relação de cenários intermediários e pessimistas para o aumento do nível do mar em Ilhéus – anos de 2050 e 2100

Período	2050		2100	
	RCP4.5	RCP8.5	RCP4.5	RCP8.5
Aumento do nível do mar (m)	0,21	0,24	0,58	0,78

Riscos Climáticos

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

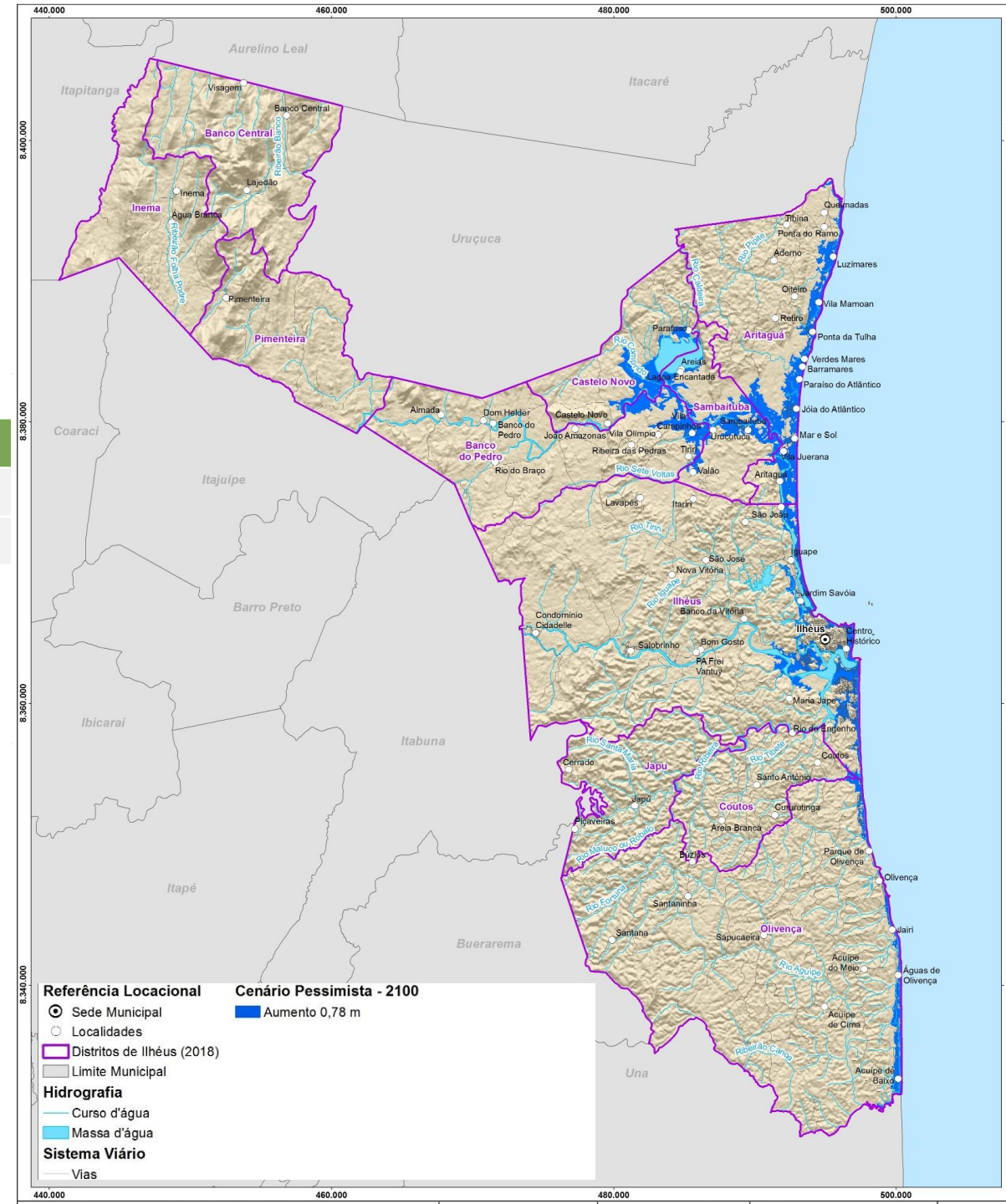
Aumento do nível do mar

Relação de cenários intermediários e pessimistas para o aumento do nível do mar em Ilhéus – anos de 2050 e 2100

Período	2050		2100	
Cenário de emissões	RCP4.5	RCP8.5	RCP4.5	RCP8.5
Aumento do nível do mar (m)	0,21	0,24	0,58	0,78

O mapa ao lado foi elaborado com base no aumento do nível do mar relacionado com a projeção do cenário pessimista de emissões de gases de efeito estufa plotado sobre declividade e altitude do município de Ilhéus. Deste modo, alguns resultados podem chamar atenção para o planejamento territorial:

- Uma boa parte da zona costeira pode ser afetada;
- Bairros de cota altimétrica similar ao nível do mar (como São Miguel e São Domingos) podem sofrer amplamente;
- Setores de ligação até a Lagoa Encantada podem ser inundados e alterar parte da dinâmica salina e hídrica da região.



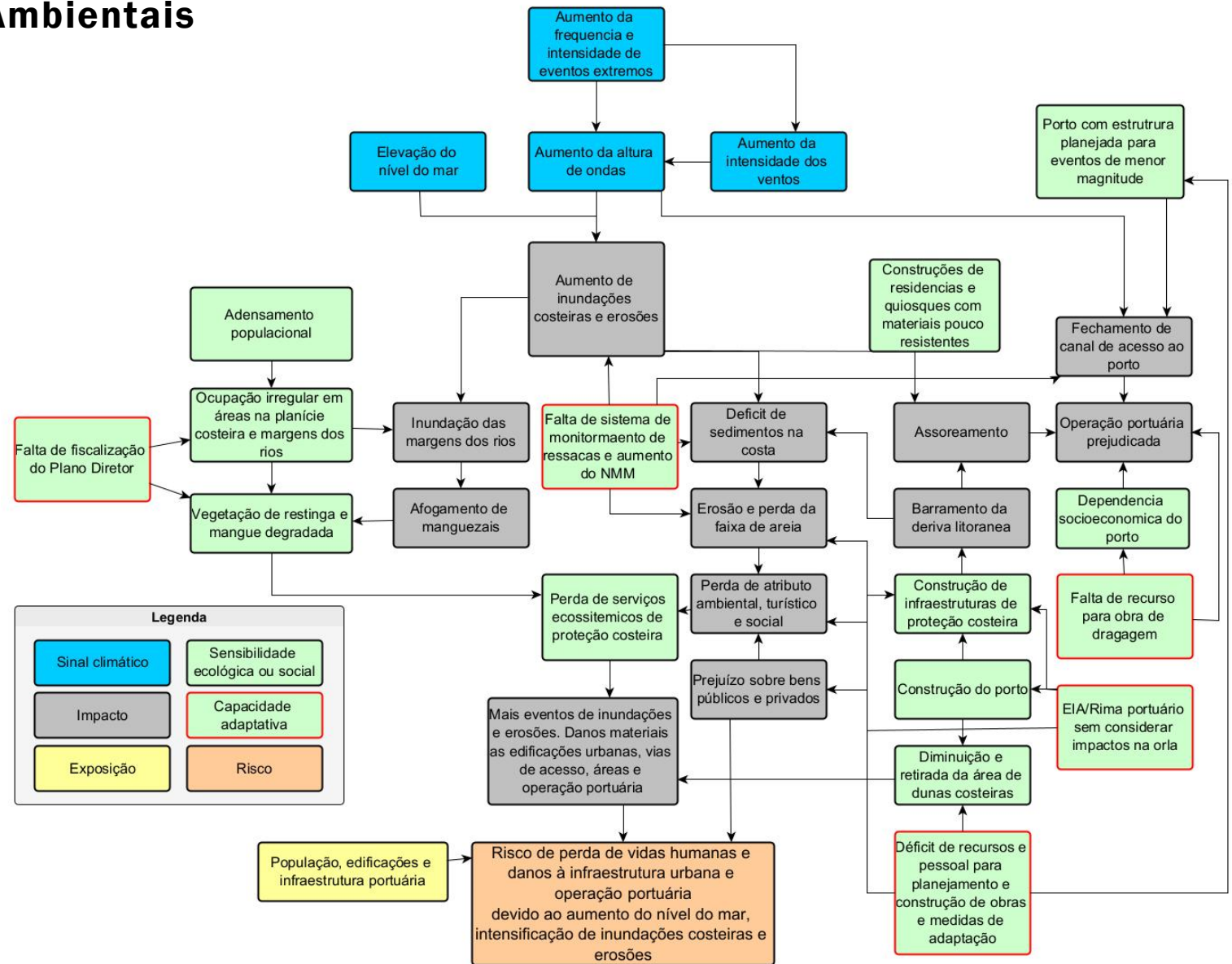
Riscos Climáticos

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Erosões e Inundações Costeiras

Eventos de ressaca e marés de tempestade são fenômenos comuns nas zonas costeiras ao redor do mundo. Combinados com o aumento do nível médio do mar (NMM), podem trazer riscos ainda mais substanciais, gerando impactos de maior magnitude à faixa costeira.

No contexto de Ilhéus, conforme apresentado na cadeia de impacto na imagem ao lado, esses eventos estão atrelados a efeitos sobre a malha urbana e portuária de Ilhéus e podem ser cada vez mais severos.



Riscos Climáticos

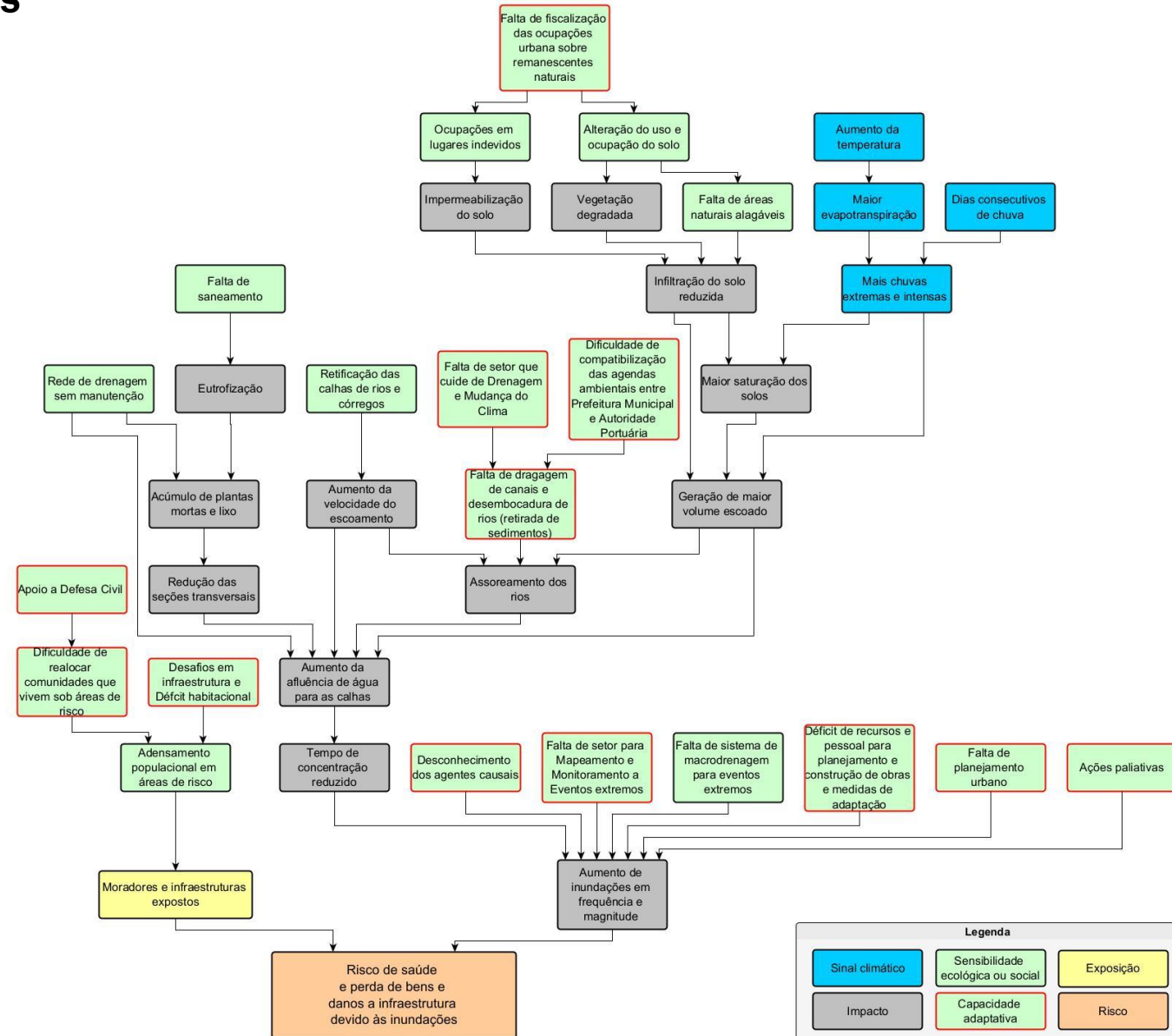
05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Inundações e Alagamentos

O município de Ilhéus vem reiteradamente sofrendo com os efeitos de chuvas extremas, que trazem eventos de inundações e alagamentos, além de processos erosivos na sua porção estuarina.

Conforme destacado na cadeia de impacto ao lado, a ocorrência de eventos extremos e a modificação contínua no uso e ocupação do solo tendem a intensificar os impactos advindos de chuvas extremas, enxurradas e inundações.

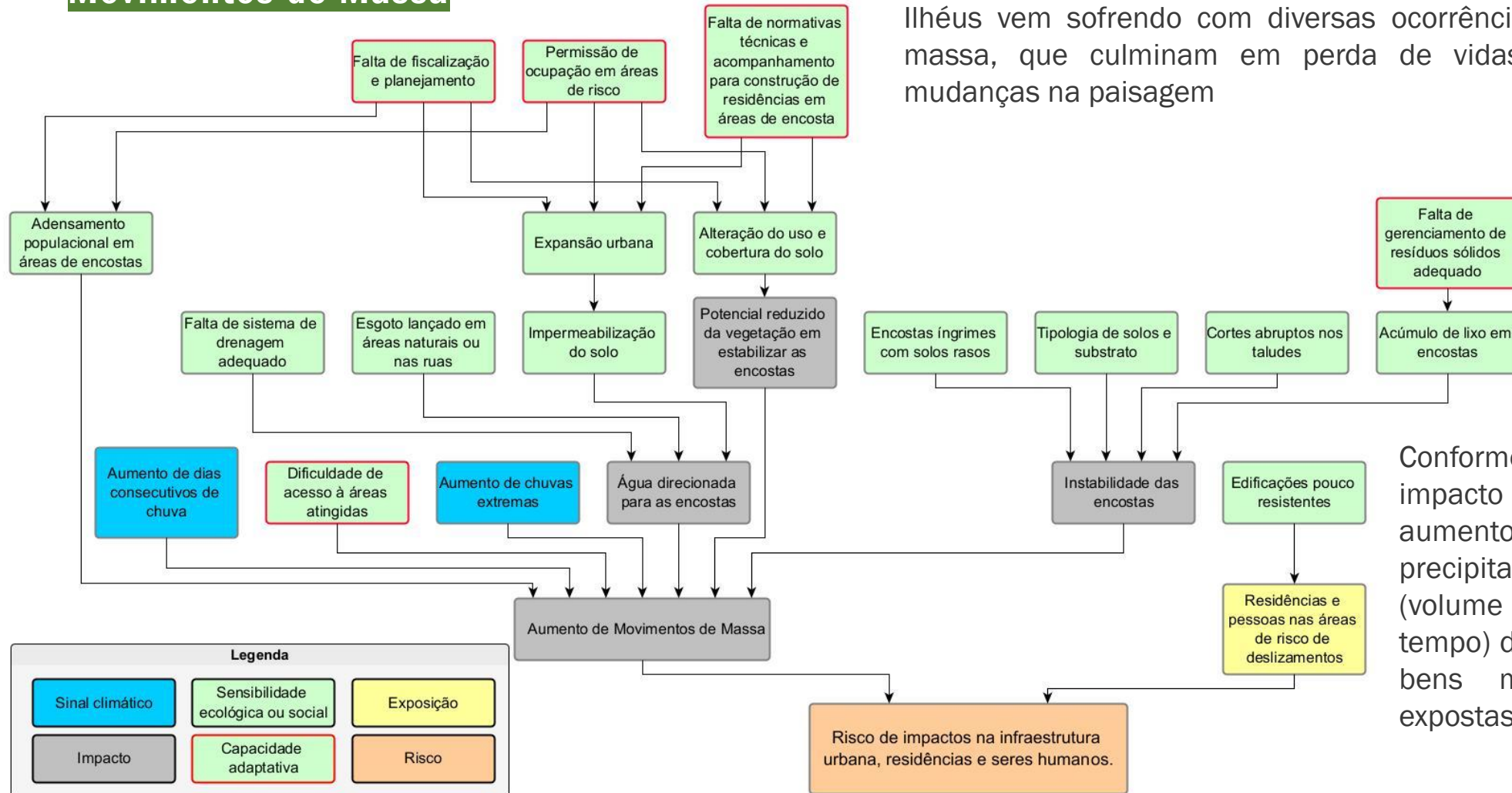
A retirada histórica de remanescentes florestais, como manguezais e restinga para expansão da malha urbana, construção de áreas turísticas, resorts, somado a falta de obras de drenagem e a retificação das calhas de rios e córregos se caracterizam como fatores de sensibilidade do município de Ilhéus.



Riscos Climáticos

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Movimentos de Massa



Ilhéus vem sofrendo com diversas ocorrências de movimentos de massa, que culminam em perda de vidas, danos materiais e mudanças na paisagem

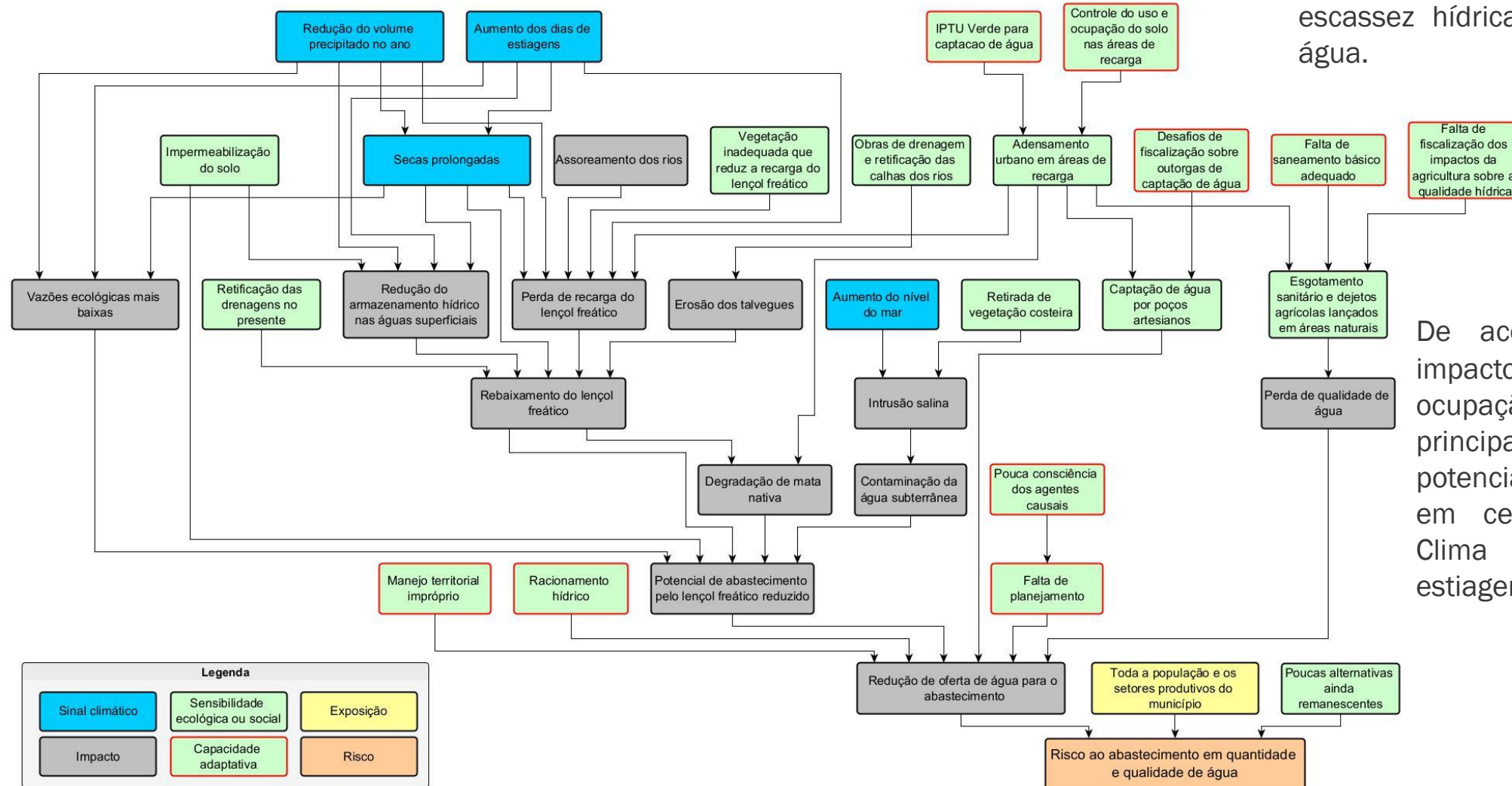
Conforme observado na cadeia de impacto ao lado, o potencial aumento de eventos intensos de precipitação termos de intensidade (volume de precipitação em pouco tempo) deixam a população e seus bens materiais nessas áreas expostas a esse risco climático.

Riscos Climáticos: Abastecimento Hídrico

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Abastecimento de Água

O uso e ocupação do solo é um dos fatores de risco que potencializam ainda mais a escassez hídrica e desabastecimento de água.



De acordo com a cadeia de impacto ao lado, o uso e ocupação do solo representa o principal fator de risco que potencializa a escassez hídrica em cenários de Mudança do Clima com mais períodos de estiagens.

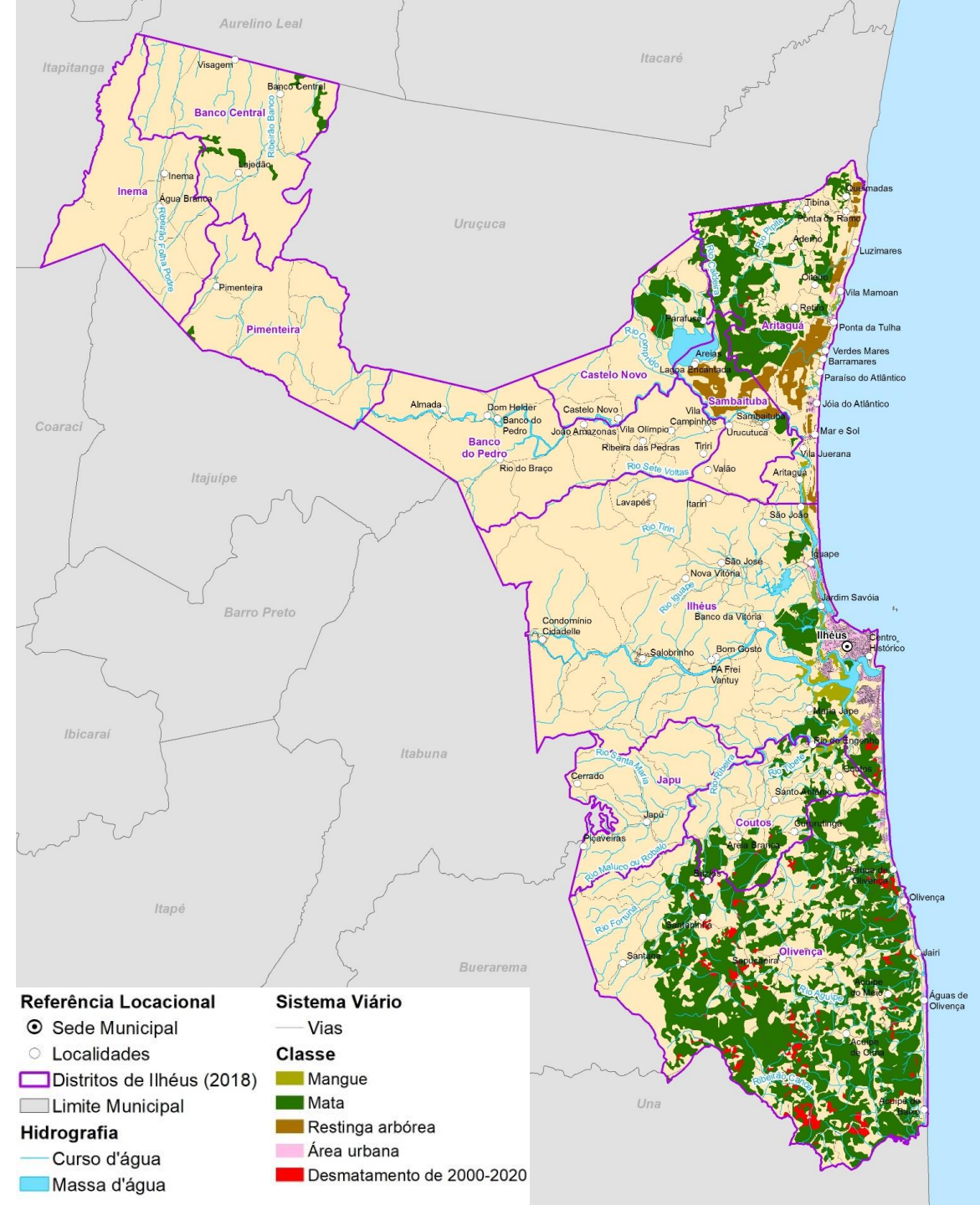
Mata Atlântica

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Em ilhéus há forte presença de remanescentes florestais do Bioma Mata Atlântica e outras vegetações nativas que são extremamente importantes tanto para a manutenção da biodiversidade quanto na geração de serviços ecossistêmicos que beneficiam a sociedade.

Lei da Mata Atlântica (11.428/2006):

- Cria incentivos financeiros para restauração dos ecossistemas;
- Estimula doações da iniciativa privada para projetos de conservação;
- Regulamenta o artigo da Constituição que define a Mata Atlântica como Patrimônio Nacional;
- Delimita qual é o domínio da floresta;
- Proíbe o desmatamento de florestas primárias;
- Cria regras para exploração econômica;

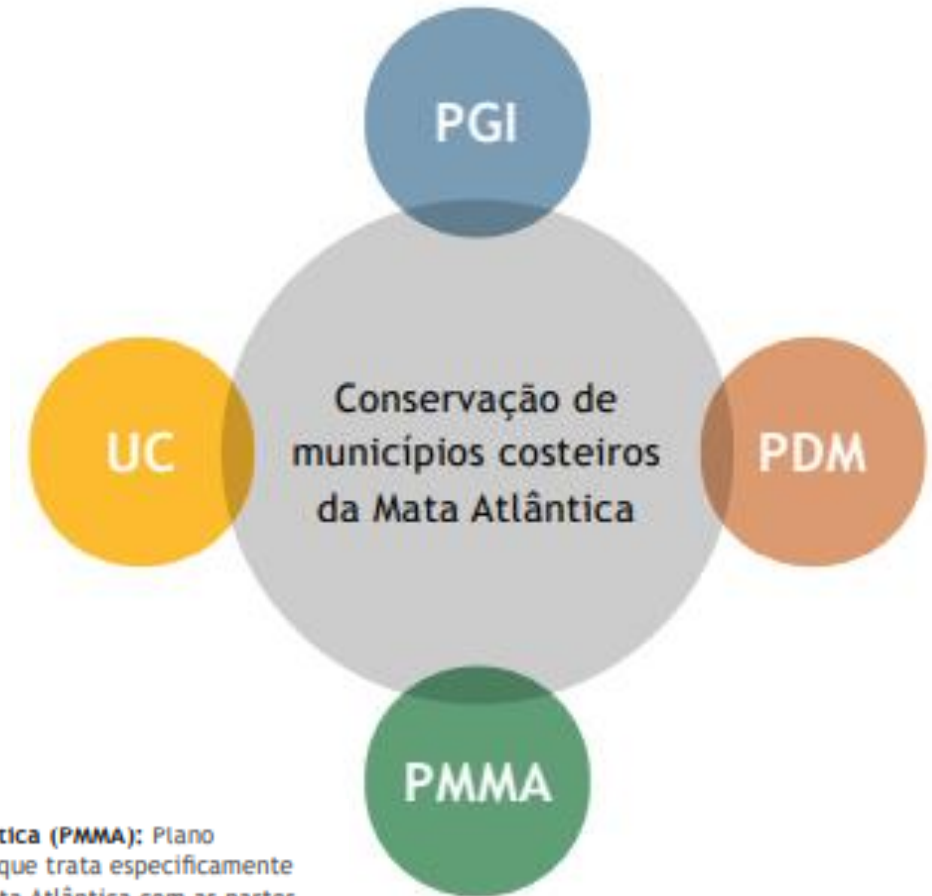


Mata Atlântica

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Ilhéus está entre os dois únicos municípios do país que possui os quatro instrumentos considerados essenciais para conservação da Mata Atlântica.

- PGI: 2007 (Projeto Orla)
- UC: Parque Municipal Natural Boa Esperança e Parque Municipal Marinho
- PDM: 2006 (em revisão)
- PMMA: 2012



UC **Unidade de Conservação (UC) Municipal:** Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público Municipal, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias de proteção.

PDM **Plano Diretor Municipal (PDM):** Instrumento legal que ordena a política urbana a ser implementada pelo Poder Público Municipal. Define os zoneamentos e os índices de ocupação, dos instrumentos para a regularização fundiária, para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e para a preservação do patrimônio ambiental e histórico.

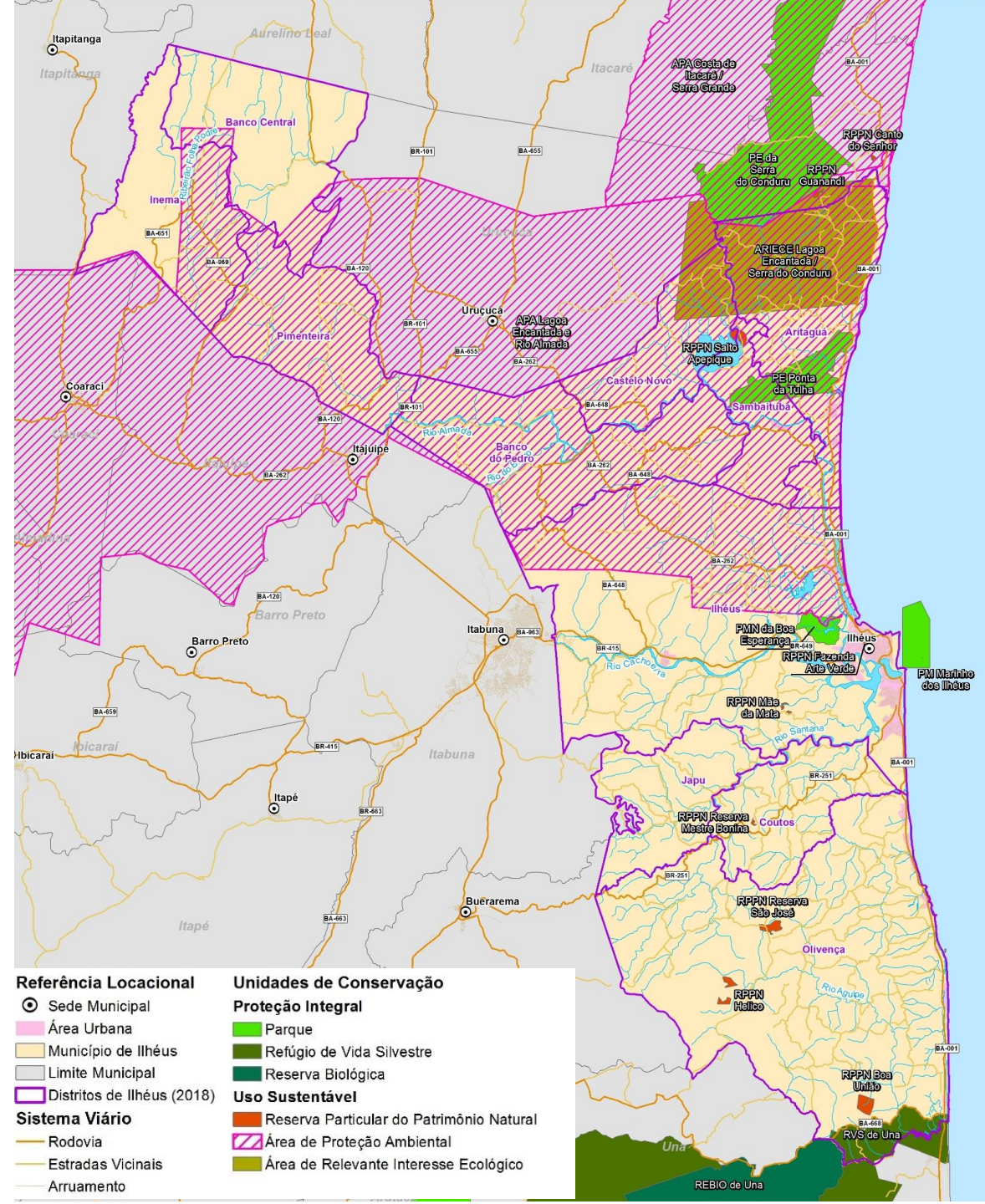
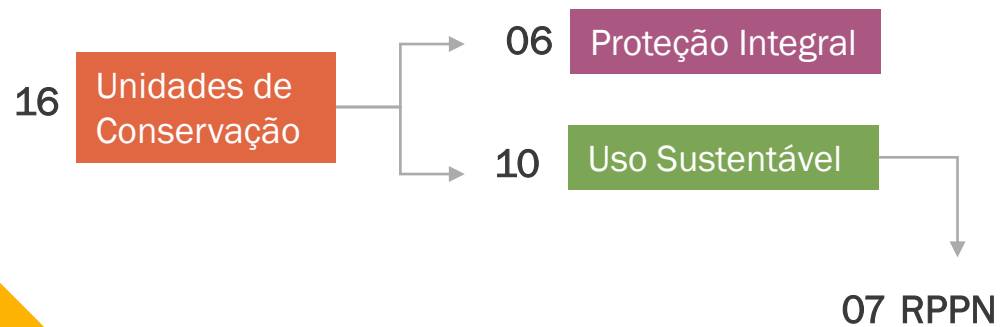
PMMA **Plano Municipal de Mata Atlântica (PMMA):** Plano elaborado em nível municipal, que trata especificamente da questão da vegetação da Mata Atlântica com as partes interessadas, composto pelo diagnóstico da situação atual, definição da visão de futuro e plano de ação.

PGI **Plano de Gestão Integrada da Orla (PGI):** Instrumento de planejamento construído no âmbito do Projeto Orla nos municípios; introduz uma ação sistemática de planejamento local, visando a gestão compartilhada da orla, incorporando normas ambientais e urbanas em um processo participativo.

Unidades de Conservação

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

As unidades de conservação presentes no município de Ilhéus estão listadas abaixo e apresentadas no mapa ao lado.

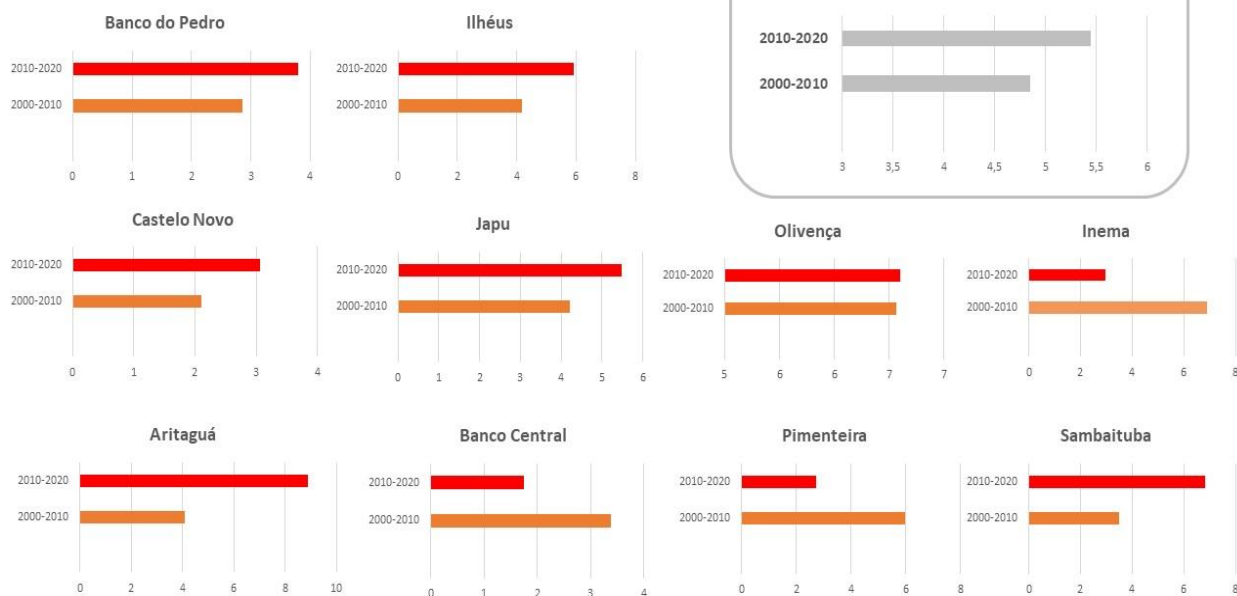


Desmatamento

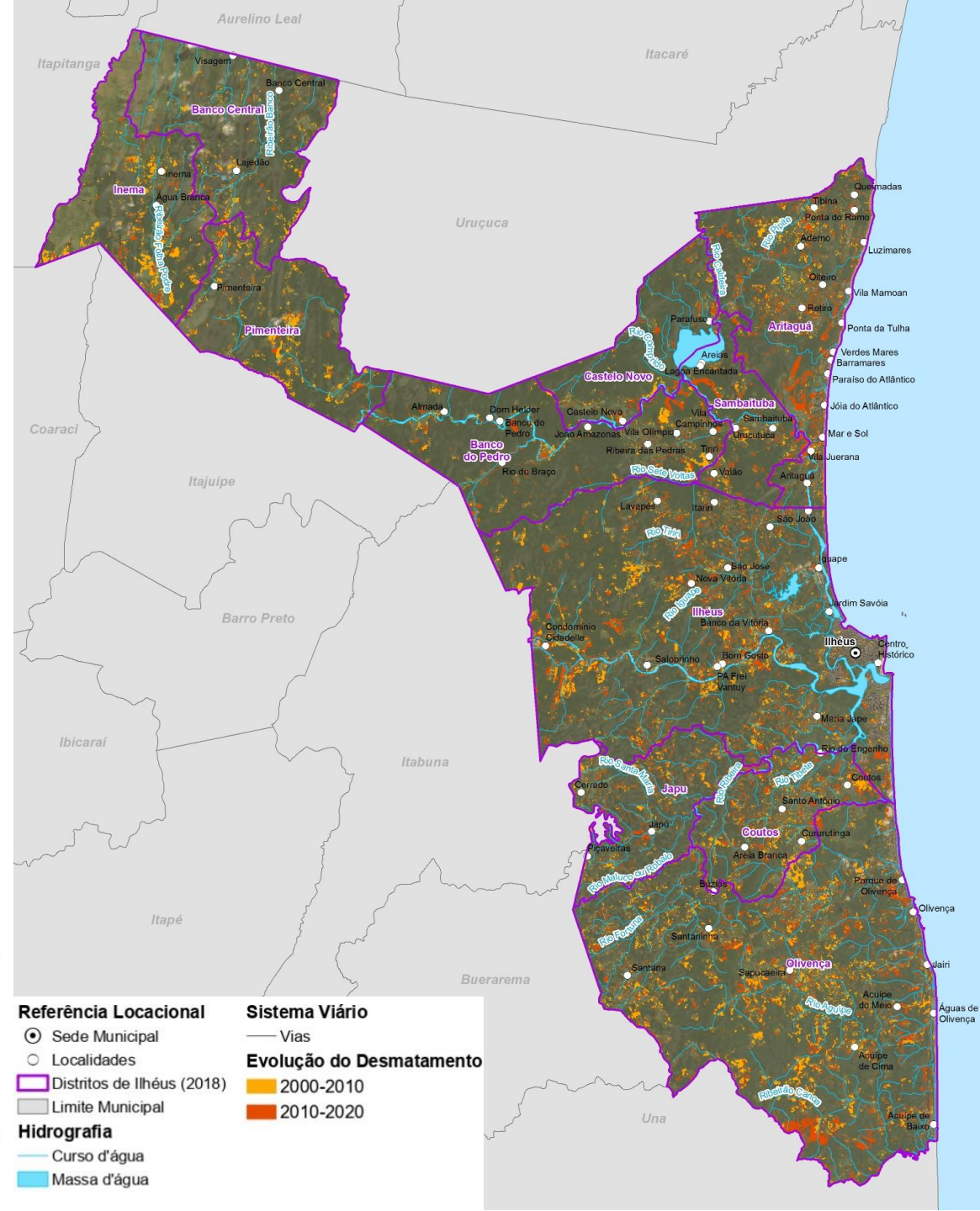
05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Em relação ao avanço do desmatamento no município de Ilhéus entre os anos 2000 e 2020, de acordo com os gráficos abaixo, a região de Olivença e Aritaguá apresentam elevado percentual de remoção de vegetação em relação ao seu território, enquanto em Sambaituba houve forte expansão nos últimos dez anos de análise (2010-2020 em vermelho). Como observado no mapa ao lado há maior concentração de desmatamentos ao longo da faixa litorânea do município.

Porcentual de desmatamento em relação a área dos distritos (%)



Fonte: MAPBiomias 2022.Elaboração: Arcadis, 2022

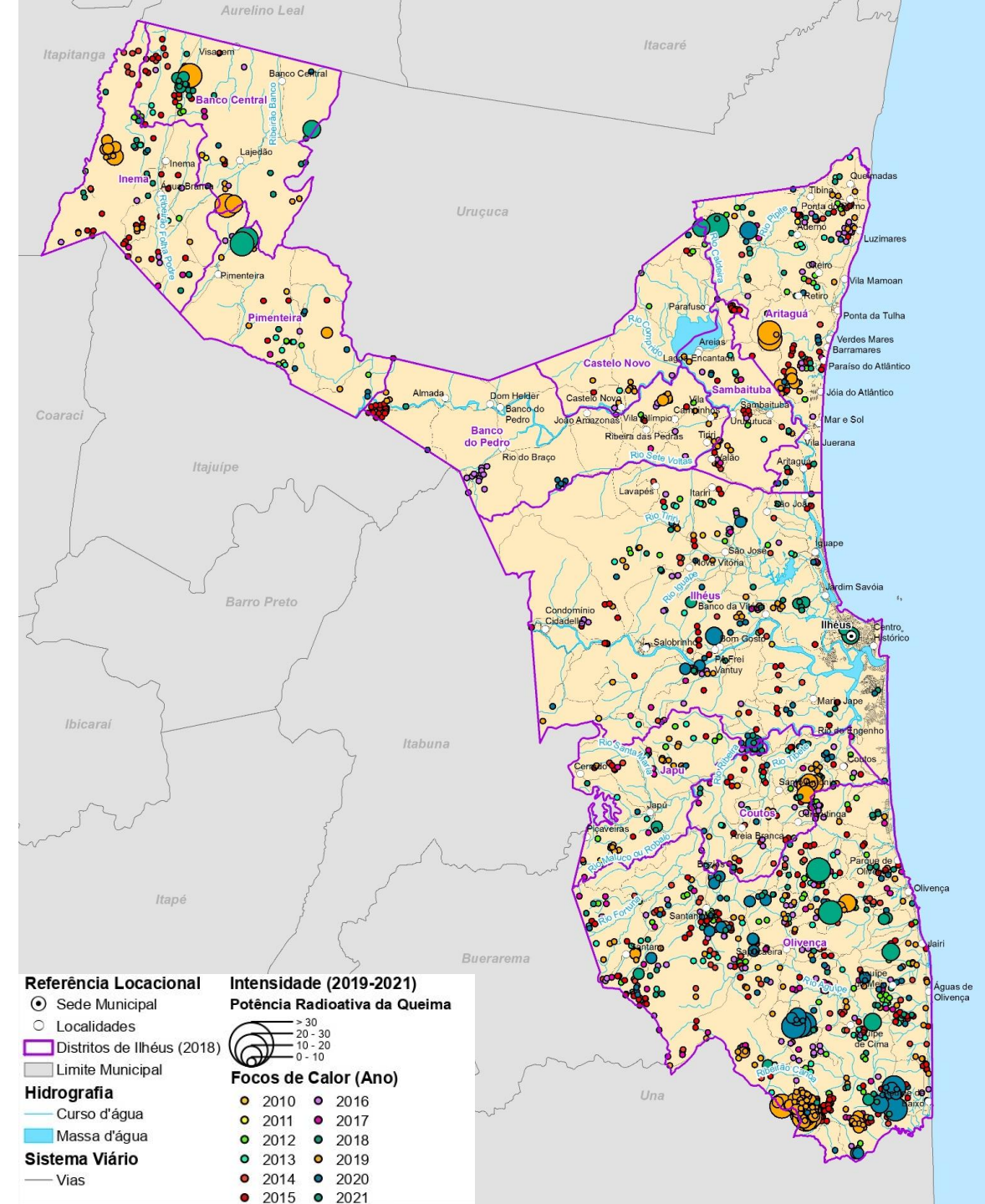


Focos de Calor

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Com a análise dos focos de calor mapeados anualmente de 2010 à 2021 podemos verificar muita **similaridade** entre ambos com a **evolução de desmatamento**, especialmente nos último três anos de análise (2019, 2020 e 2021), com **significativa concentração de focos de calor** com alta potência radioativa de queima (indicativos de queimadas) no distrito de Olivença e Aritaguá.

O mapa ao lado apresenta a distribuição das possíveis queimadas florestais no município.

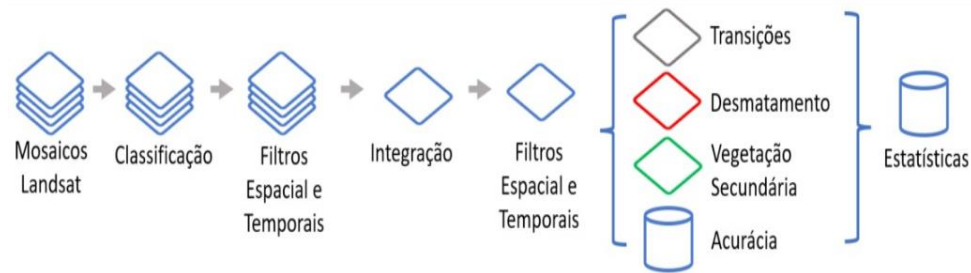


Fonte: BDQueimadas (parte do Projeto Platform of Monitoring and Warning of Forest Fires in the Cerrado), INPE 2022. Elaboração: Arcadis, 2022

Uso do Solo Municipal

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

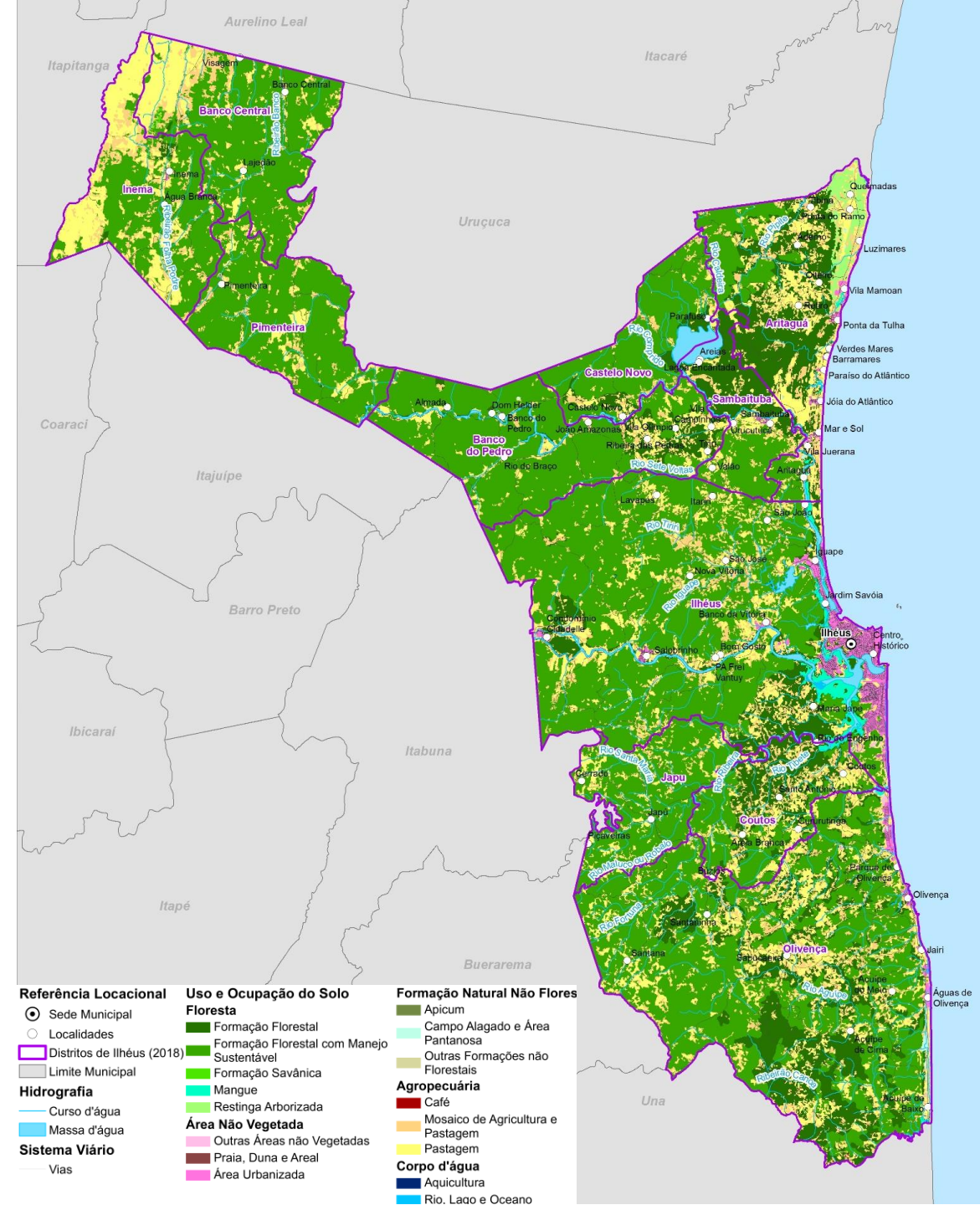
O mapeamento de cobertura e uso do solo foi elaborado com base nos dados do MapBiomas (2020) que é realizado a partir da classificação pixel a pixel de imagens dos satélites Landsat seguindo algumas etapas:



Com base nesse mapeamento, a área de **Formação Florestal com Manejo Sustentável (Cabruca)** foi ajustada em acordo com os dados da tese de doutorado de *Brito (2021) para obter maior aderência a realidade local.

Com exceção da zona litorânea, há grande conectividade entre as diferentes formações florestais observadas em Ilhéus.

*Com base na conjuntura de informações de cobertura vegetal levantadas no geoprocessamento de dados cartográficos da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), Instituto SOS Mata Atlântica (2015) e de trabalhos de mapeamento observados na SEI (2004), Silva et al. (2011), Franco et al. (2015) Silva et al. (2015) e Gomes et al. (2017).



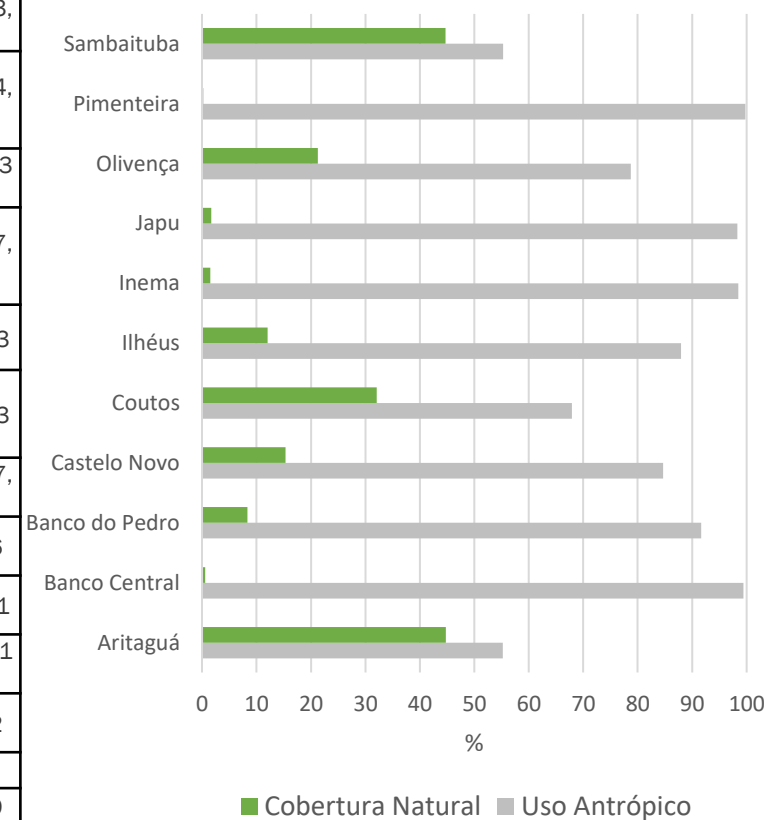
Uso do Solo Municipal

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Classe de Uso	Aritaguá	Banco Central	Banco do Pedro	Castelo Novo	Coutos	Ilhéus	Inema	Japu	Olivença	Pimenteira	Sambaituba	TOTAL
	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Apicum	0,43	0	0	0	0	0,43	0	0	0	0	0	0,86
Área Urbanizada	165,95	6,67	5,36	0	0	1.936,73	16,01	0	290,31	0	31,22	2.452,26
Campo Alagado e Área Pantanosa	32,26	0	4,07	1,73	2,69	7,64	0	1,81	88,6	0	2,08	140,88
Formação Florestal	4.732,05	41,62	1.159,99	667,19	2.202,73	2.884,71	135,37	118,32	7.466,42	21,17	1.984,20	21.413,78
Formação Florestal com Manejo Sustentável	2.511,57	7.966,41	10.677,59	5.028,58	2.505,04	23.432,15	5.296,98	5.740,65	19.241,16	7.969,32	1.684,79	92.054,23
Mangue	90,96	0	0	0	80,99	881,86	0	0	55,52	0	0	1.109,32
Mosaico de Agricultura e Pastagem	2.482,90	1.557,21	1.139,85	545,61	1.343,11	4.707,46	1.651,30	721,35	5.263,91	905,43	599,74	20.917,86
Outras Áreas não Vegetadas	25,29	0	0	0	0	63,47	0	0	67,47	0	0	156,23
Outras Formações não Florestais	10,38	0	0	0	0,69	0,17	0	0	92,69	0	0	103,93
Pastagem	2.042,63	1.716,00	953,52	226,23	1.003,58	2.987,01	2.912,30	638,06	4.056,21	644,5	467,83	17.647,87
Praia, Duna e Areal	53,52	0	0	0	0	31,44	0	0	7,2	0	0	92,16
Restinga Arborizada	865,61	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	865,61
Rio, Lago e Oceano	72,08	0	0,43	382,67	3,06	734,68	0	0,78	92,96	0	266,52	1.553,17
Formação Savânica	0	25,71	0	0	0	0	13,5	0	0	0	0	39,22
Aquicultura	0	0	0	0	0	1,04	0	0	0	0	0	1,04
Café	0	0	0	0	0	0	0	0	10,79	0	0	10,79

A tabela ao lado apresenta para cada distrito a área de área antropizada, (em cinza) e natural (em verde).

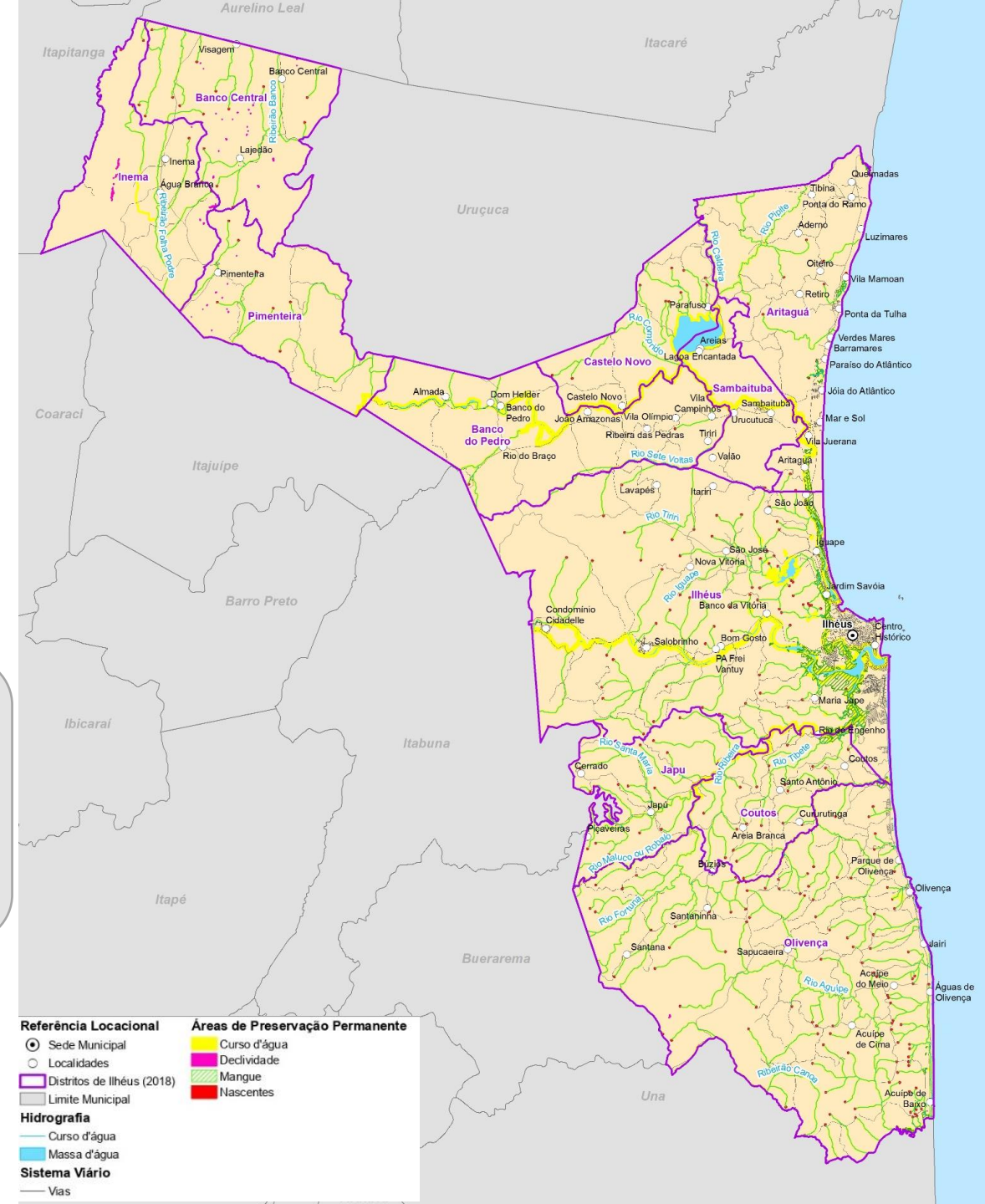
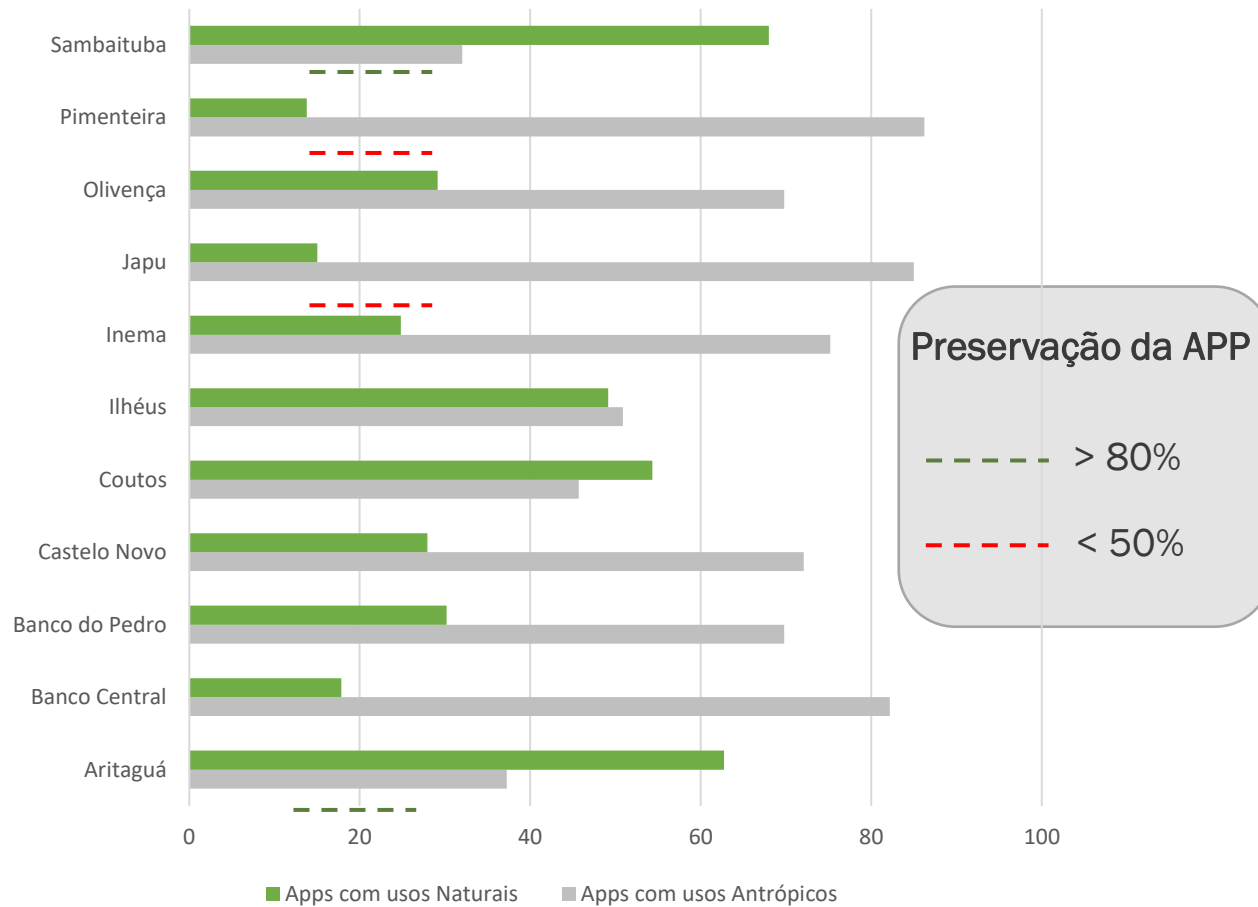
Enquanto o gráfico a seguir indica o percentual de cada distrito com essas tipologias de uso.



Uso do Solo Municipal

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

O mapa ao lado apresenta as APPs dos distritos, essas se encontram, em média, com menos de 50% das suas áreas cobertas por vegetação natural.



Suscetibilidade à Erosão e Movimentos de Massa

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

As áreas de suscetibilidade à erosão e movimentos de massa foram definidas a partir do cruzamento entre a inclinação das encostas (declividade) com a forma das vertentes (curvatura horizontal) resultando no mapa ao lado, em que as áreas em vermelhos apresentam maior potencial para a ocorrência desses processos, com destaque aos distritos de Banco Central, Inema e Pimenteira. Abaixo constam os critérios utilizados para o cruzamento em ferramenta de análise geospacial.

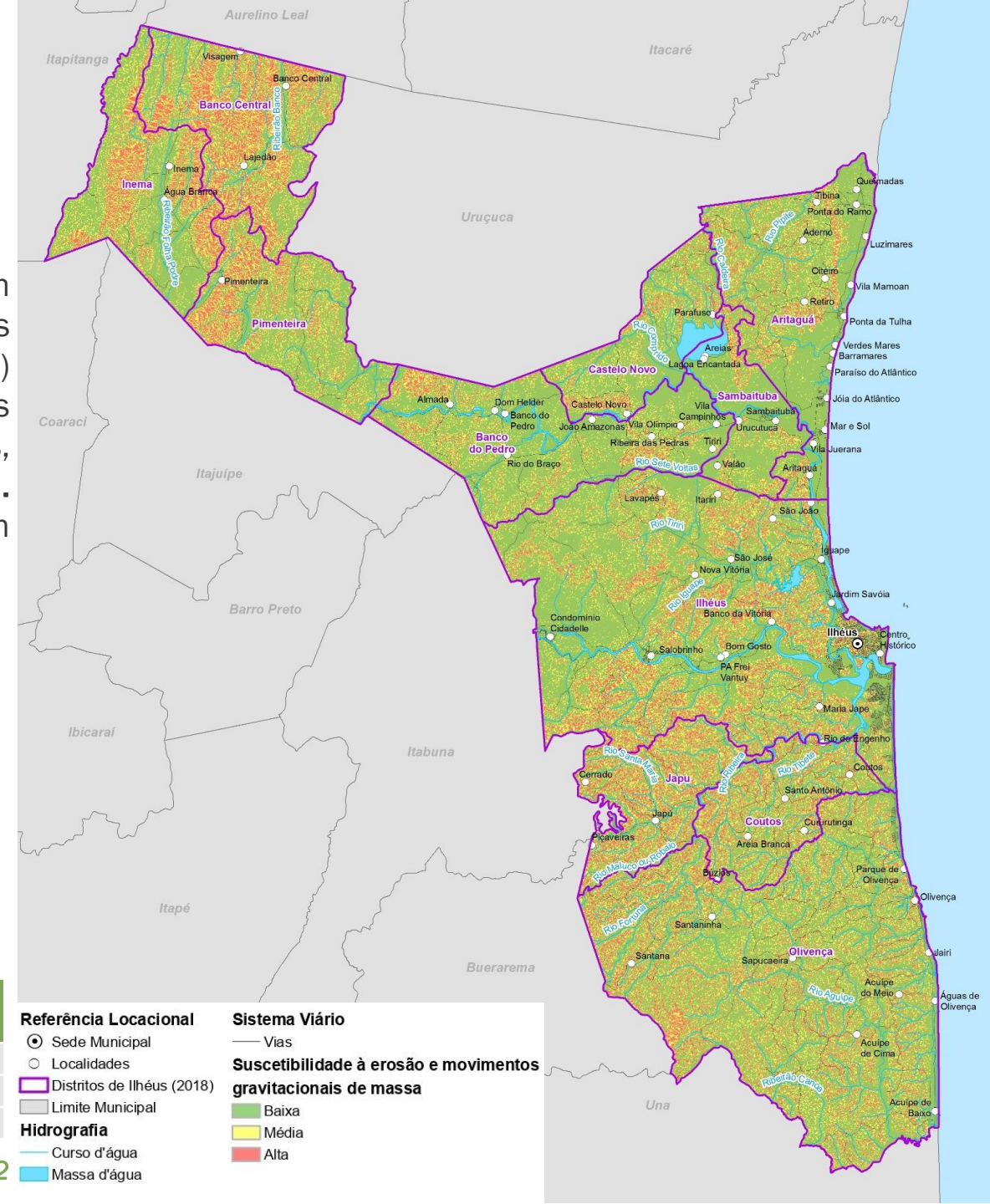
Suscetibilidade à Erosão / Movimentos de Massa		Formas das Vertentes		
		Baixa (1)	Média (2)	Alta (3)
Declividade das Vertentes	Baixa (1)	Baixa (2)	Baixa (3)	Média (4)
	Média (2)	Baixa (3)	Média (4)	Alta (5)
	Alta (3)	Média (4)	Alta (5)	Alta (6)

Curvatura Horizontal	Grau de Fragilidade
Convexa	Baixo (1)
Retilínea	Médio (2)
Côncava	Alto (3)

Classe de Declividade	Grau de Fragilidade
< 15%	Baixo (1)
15 a 30%	Médio (2)
>30%	Alto (3)

Referência Locacional
 ● Sede Municipal
 ○ Localidades
 ┌ Distritos de Ilhéus (2018)
 ┌ Limite Municipal
Hidrografia
 ┌ Curso d'água
 ┌ Massa d'água

Sistema Viário
 ┌ Vias
Suscetibilidade à erosão e movimentos gravitacionais de massa
 ┌ Baixa
 ┌ Média
 ┌ Alta



Fonte: Adaptado de ROSS, 2012 Elaboração: Arcadis, 2022

Áreas de Risco

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

- Segundo mapeamento realizado pela Serviço Geológico do Brasil – CPRM (2013) e apresentado nos relatórios de Defesa Civil Municipal, o município de Ilhéus apresentava, até a data em questão, **23 setores** com situação de risco.
- Foram delimitados setores de risco nos seguintes Altos: **Basílio, Coqueiro, Amparo, Seringal, Rua do Cano, Carvalho, Rua da Horta, Esperança, Soledade, Nerival, Uberlândia, Cacau, Capela, Gamboa, Santa Inês, São João, Formoso** e no Bairro **Teotônio Vilela**.
- Por outro lado, estudos de Franco Et al (2011) identificaram **44 áreas** consideradas de risco geológico.



Fonte: CPRM, 2013 e Franco et al, 2011

Susceptibilidade à Inundação ou Alagamento

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

O mapa ao lado indica as áreas mais suscetíveis à inundação ou alagamento considerando os critérios abaixo.

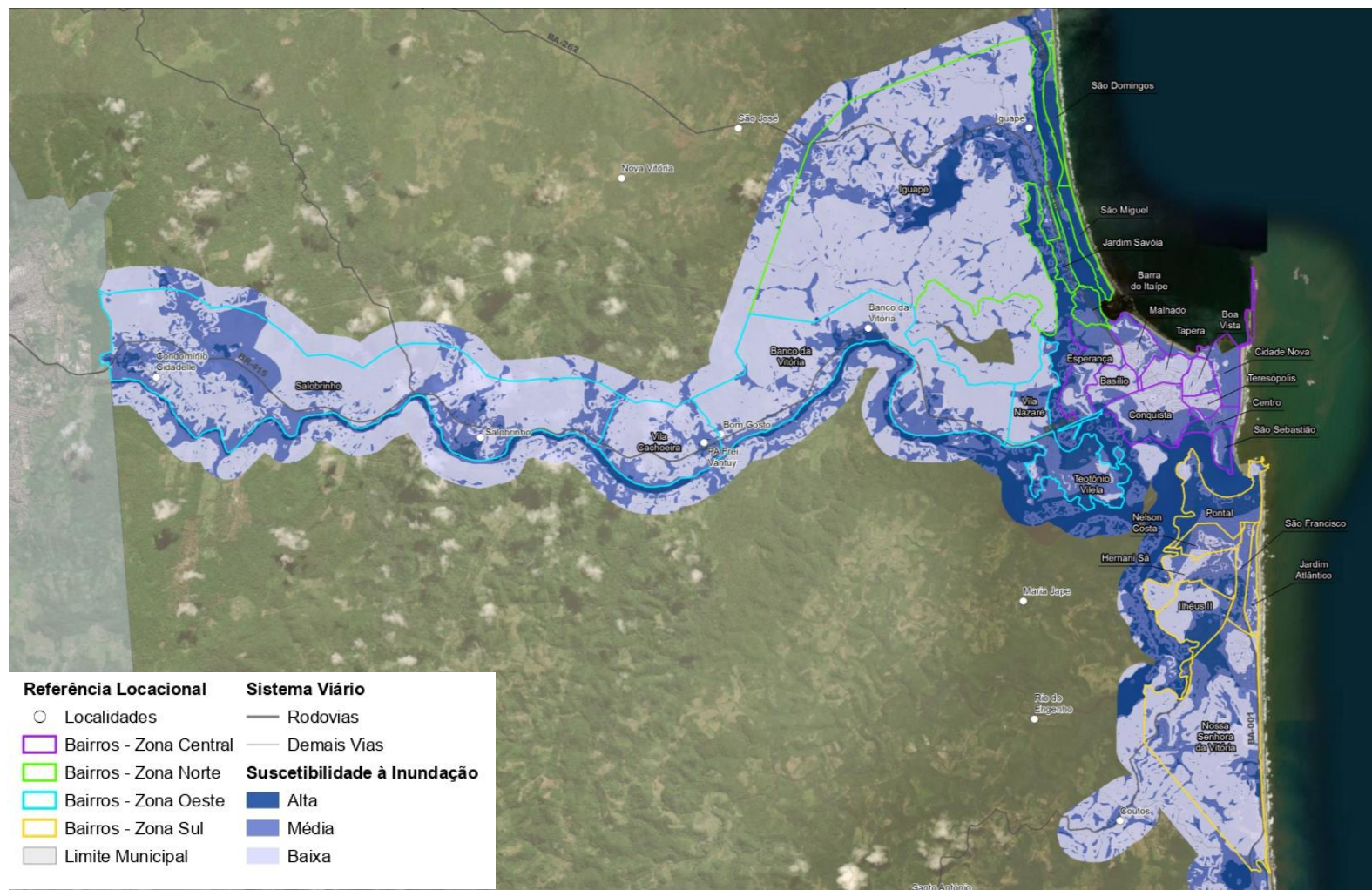
Classe de Declividade

Distância do curso
Hídrico

Uso do Solo

Destacam-se os bairros de São Domingos, São Miguel, Jardim Savóia, Pontal, Barra do Itaípe, Teotônio Vilela, Pontal e setores lindeiros ao rio Cachoeira em direção a Itabuna.

Adaptado de MIRANDA, 2016.
Elaboração: Arcadis, 2020

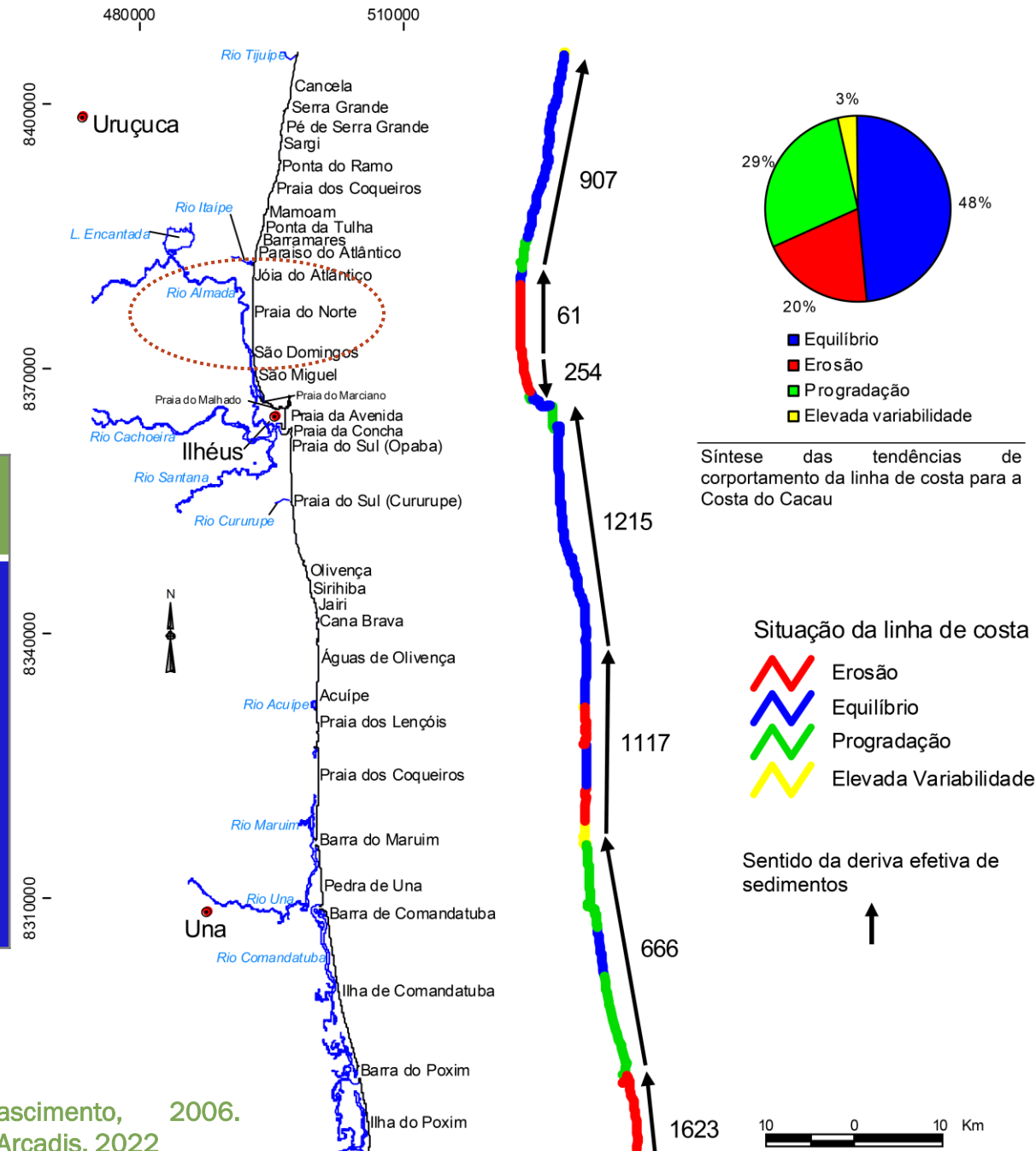


Orla

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Ao lado, observa-se as praias com efeitos de erosão costeira, estabilidade e de progradação (ampliação das praias pelo mar), abaixo são destacadas a situação de algumas das praias de Ilhéus.

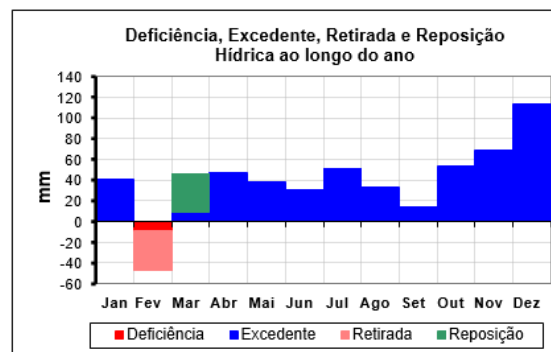
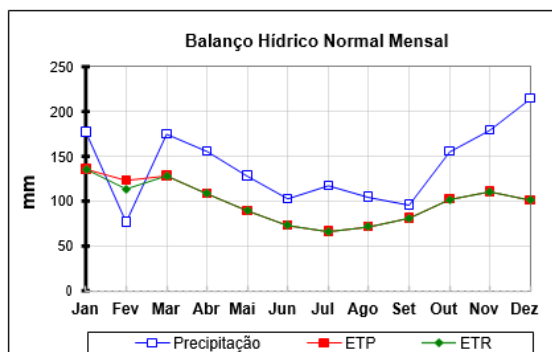
Praia Sede	Comportamento Linha de Costa	Praia Aritaguá	Comportamento Linha de Costa	Praia Olivença	Comportamento Linha de Costa
São Domingos	Erosão	Ponta do Ramo	Equilíbrio	Olivença	Equilíbrio
São Miguel		Praia dos Coqueiros		Sirihiba	
Praia do Marciano	Progradação	Mamoã		Jairi	
Praia da Avenida		Ponta da Tulha		Cana Brava	
Praia da Concha		Joia do Atlântico		Águas de Olivença	
Praia do Sul (Opaba)	Equilíbrio	Barramares	Progradação	Acuípe	Erosão
		Paraiso do Atlântico			
		Praia do Norte			



Hidrogeologia e Balanço Hídrico

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

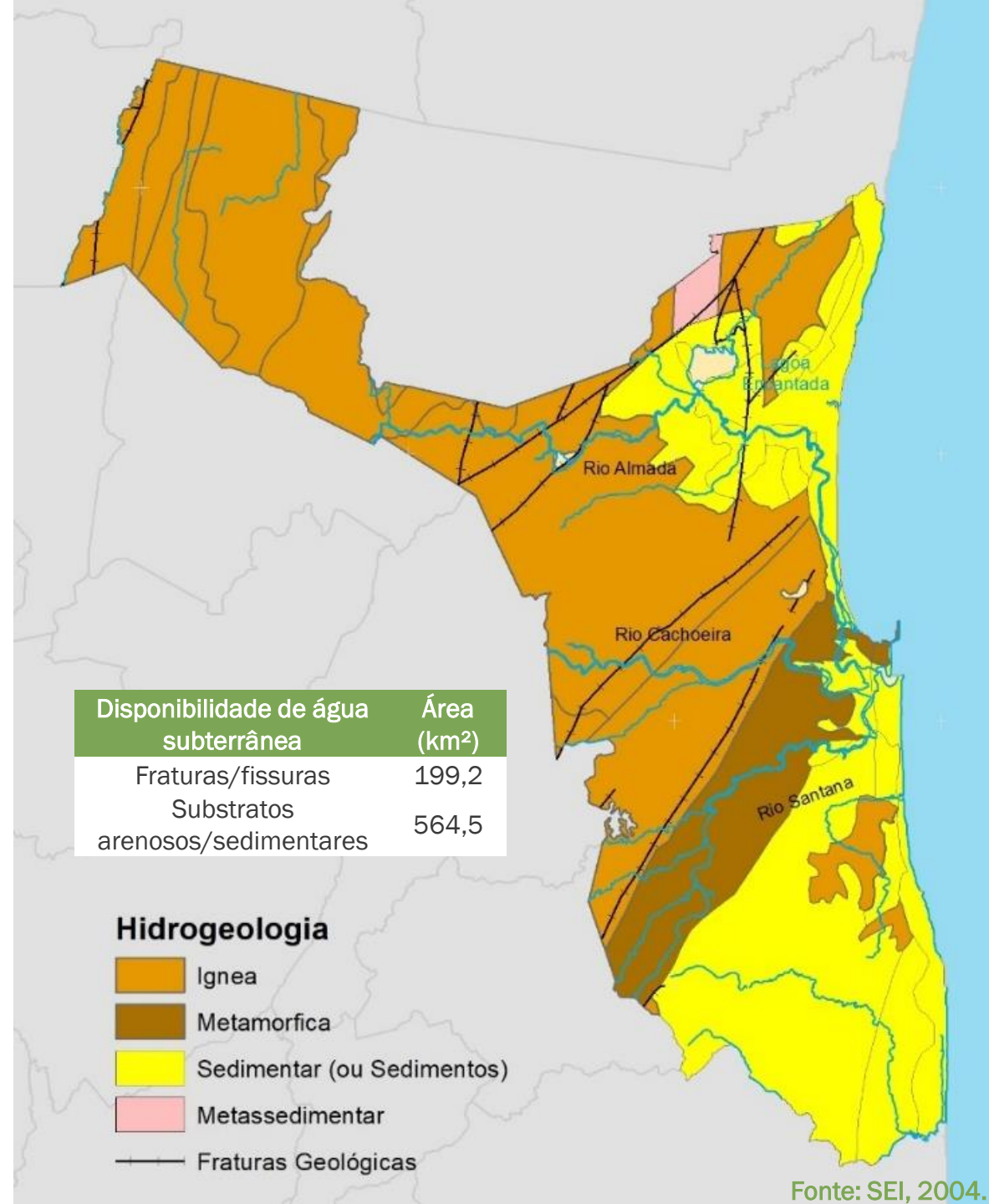
Conforme os gráficos abaixo, o balanço hídrico em Ilhéus apresenta disponibilidade de água positiva, mas próximo ao valor mínimo em função da perda por evaporação e evapotranspiração (linhas vermelhas e verde), que chega a 85%. Fevereiro é o mês marcado pela deficiência Hídrica.



Fonte: CEPLAC, período 1961 a 2010

O mapa ao lado apresenta os principais aquíferos de Ilhéus, sendo as rochas arenosas as áreas de maior disponibilidade para a captação de água subterrânea.

A captação indiscriminada de águas nessas rochas pode promover contaminação dos aquíferos por águas salinas.



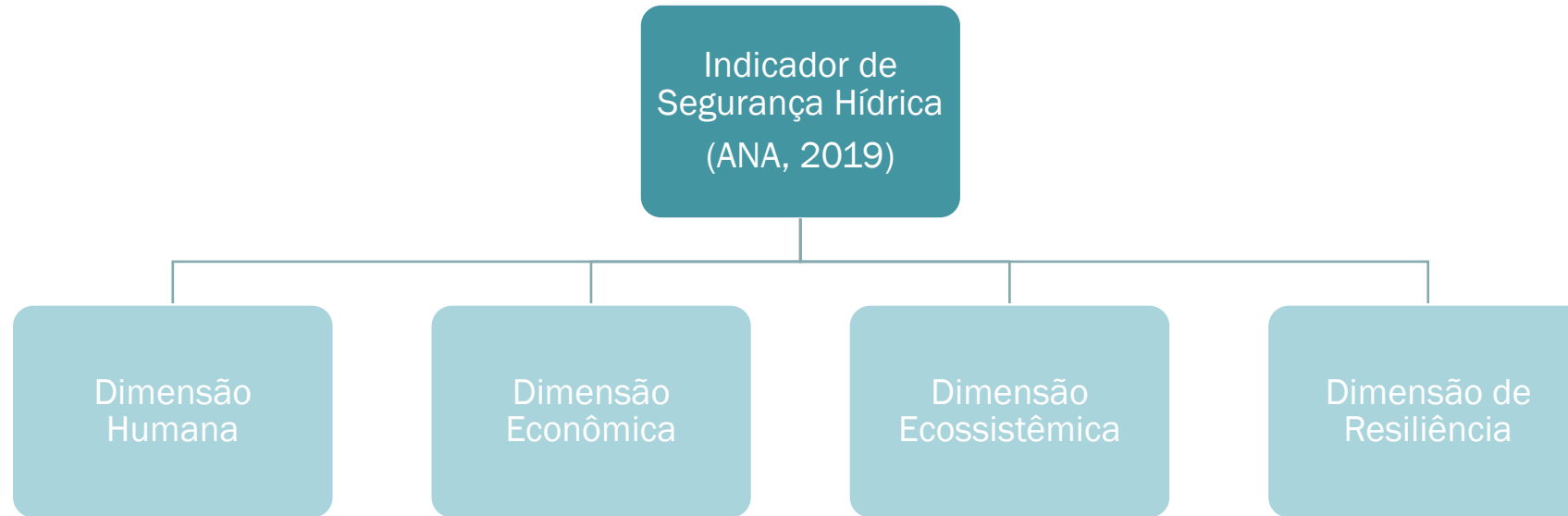
Fonte: SEI, 2004.



- **INDICADOR DE SEGURANÇA HÍDRICA**

Indicador de Segurança Hídrica (ISH)

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais



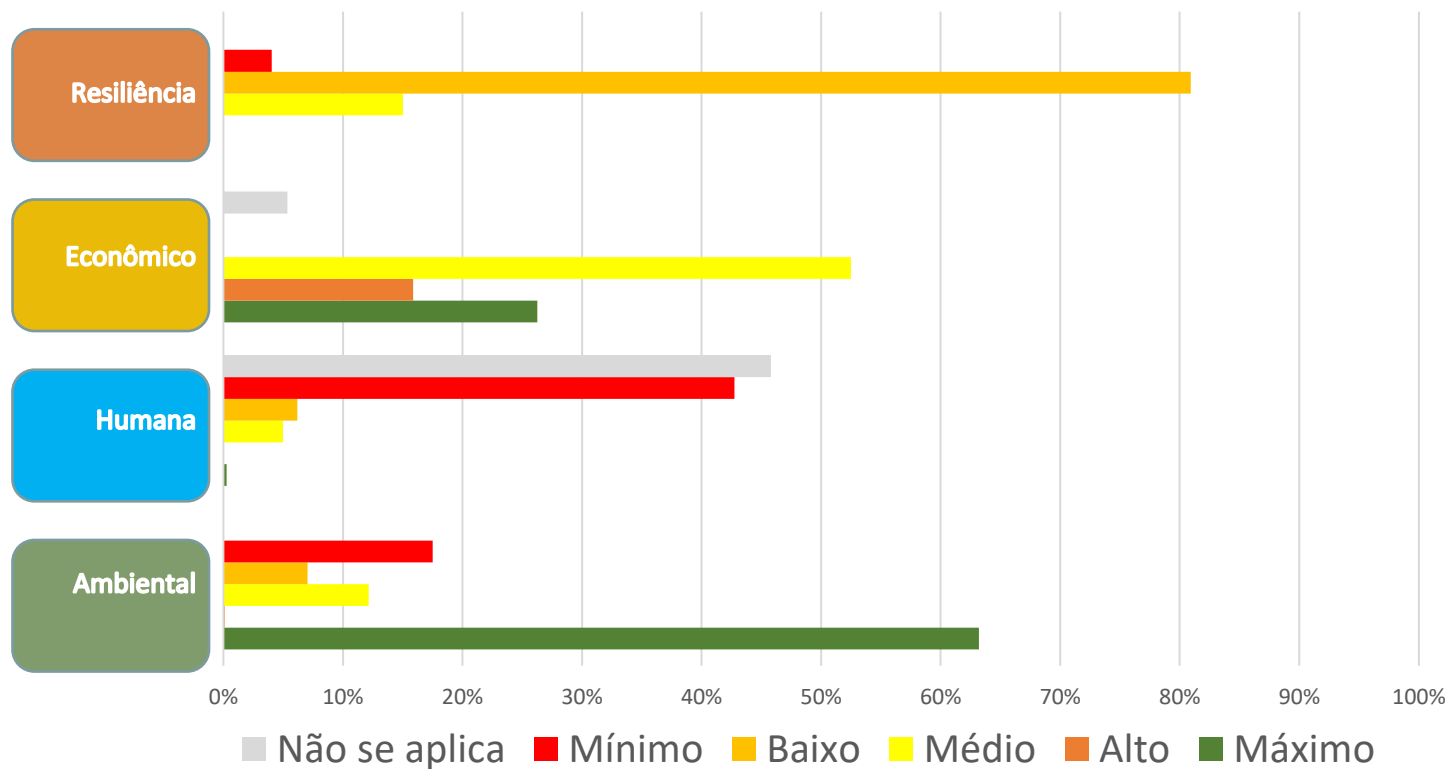
Objetivo: O Índice de Segurança Hídrica foi elaborado no contexto do Plano Nacional de Segurança Hídrica – PNSH pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA em 2019 e tem como objetivo retratar as diferentes dimensões da segurança Hídrica em acordo com o conceito da Organização das Nações Unidas (ONU).

Indicador de Segurança Hídrica (ISH)

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais



Percentual municipal do Indicador de Segurança Hídrica por Dimensão



Indicador de Segurança Hídrica (ISH)

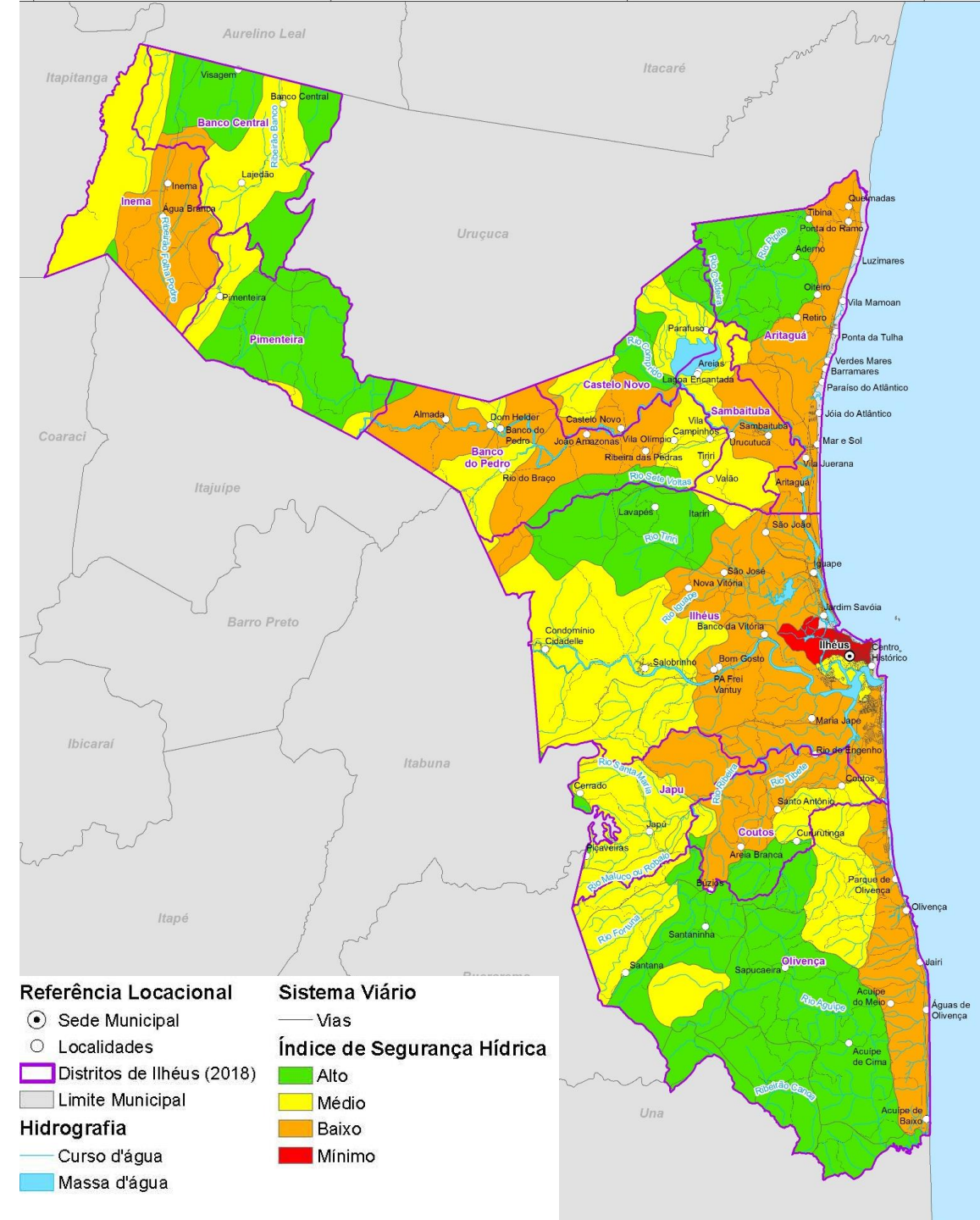
05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Contexto Municipal

Os resultados do ISH apontam que toda a zona costeira de Ilhéus possui menor segurança hídrica.

Destaques:

- A Sede Urbana em grande parte com segurança hídrica mínima;
- Baixa segurança hídrica da bacia do rio Iguape;
- Apesar Alta Segurança hídrica média em Olivença, os setores das lagoas e da área urbana estão sobre área com Baixa Segurança hídrica.

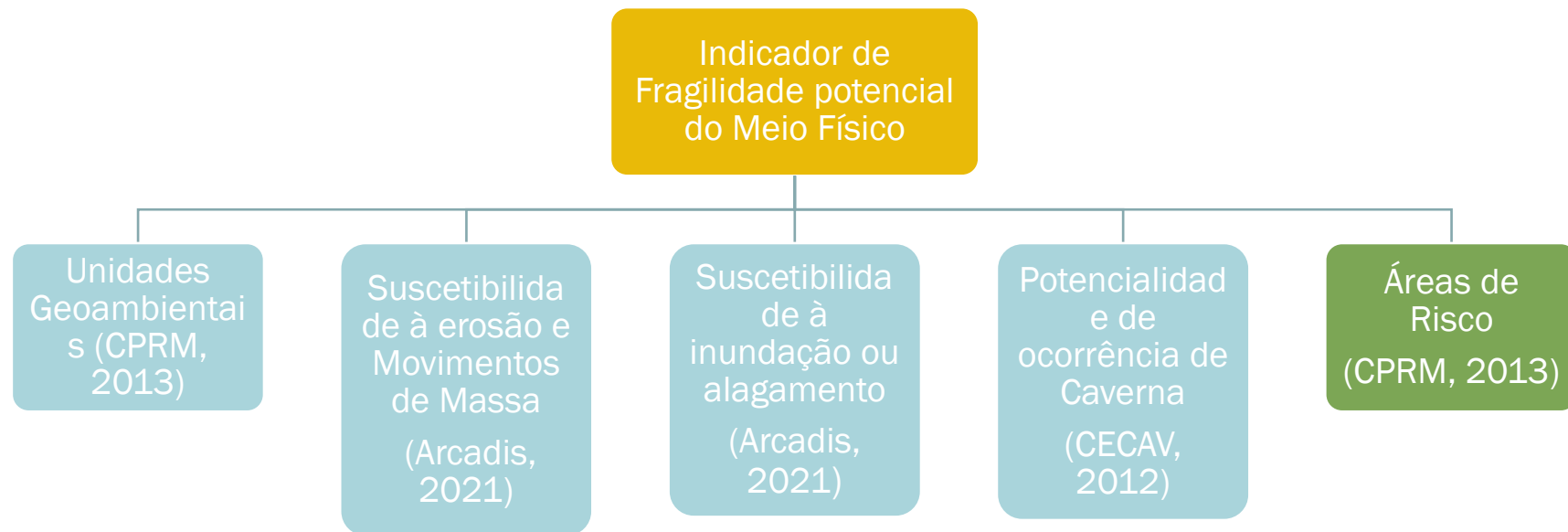




- **INDICADOR DE FRAGILIDADE POTENCIAL DO MEIO FÍSICO**

Indicador de Fragilidade Potencial do Meio Físico (IFPMF)

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais



Objetivo: identificar geograficamente setores do município com algum tipo de fragilidade em termos de processos especialmente relacionados com/ou em decorrência da modelagem de seu relevo onde a ocupação antrópica requer algum nível de atenção, adequação ou é preferencialmente inadequada para garantir a estabilidade do meio ambiente e/ou a segurança da população.

Indicador de Fragilidade Potencial do Meio Físico (IFPMF)

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

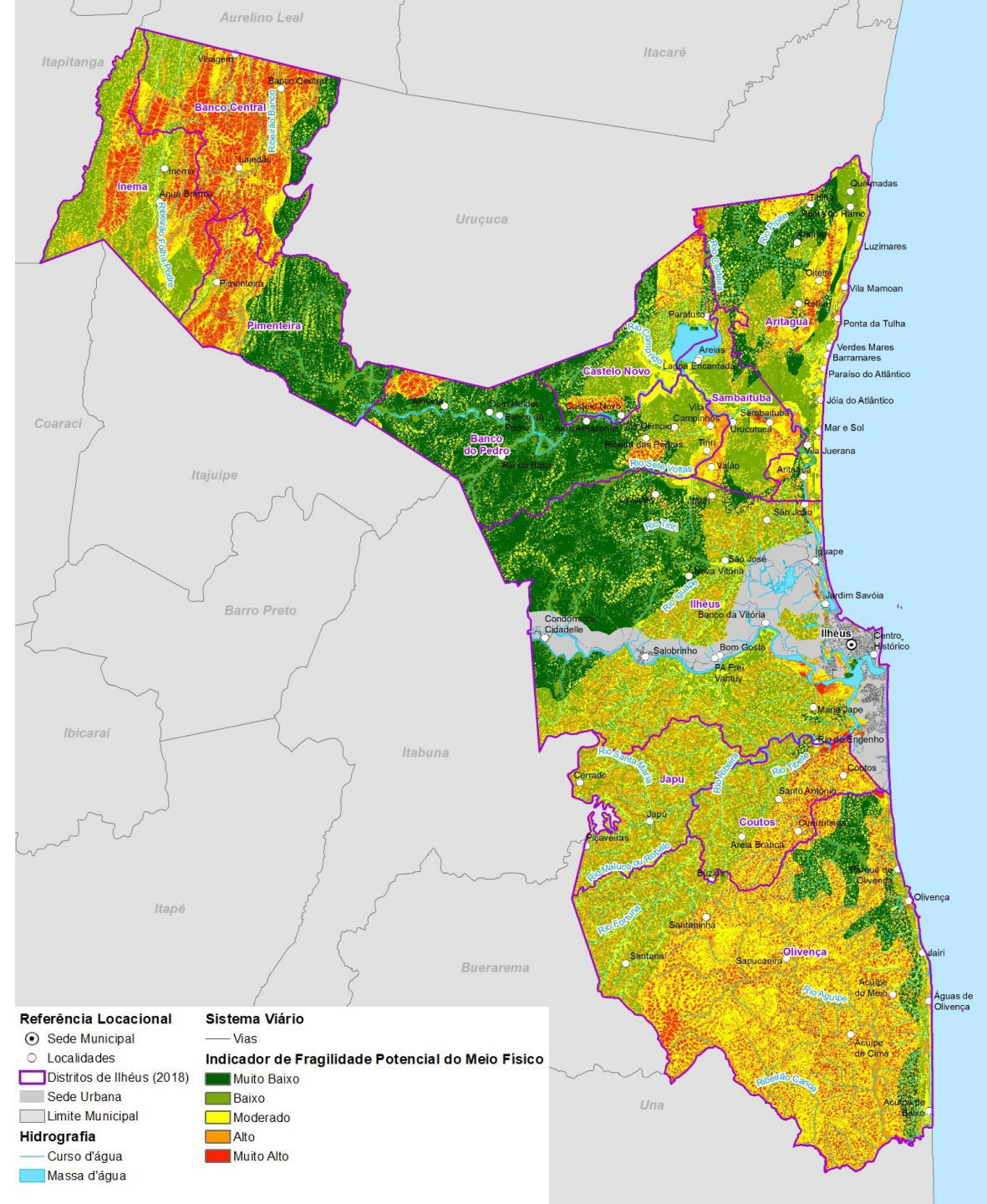
Contexto Municipal

Setores no **noroeste e sul** associados especialmente a processos de dinâmicas gravitacionais. Setores de entorno de cursos hídricos e planícies associadas à inundação.

Destaques:

- Setores montanhosos nos distritos de Banco Central e Inema e Pimenteira;
- Áreas com presença de **inselbergs**¹, devido às fortes inclinações de suas vertentes ;
- Vertentes dos tabuleiros dissecados² em Olivença;
- Faixa de mar, onde existe presença de processos de progradação ou erosão na faixa de praia.

¹ relevos residuais, montes isolados;
² formas tabulares dissecadas por rede de drenagem com alta densidade



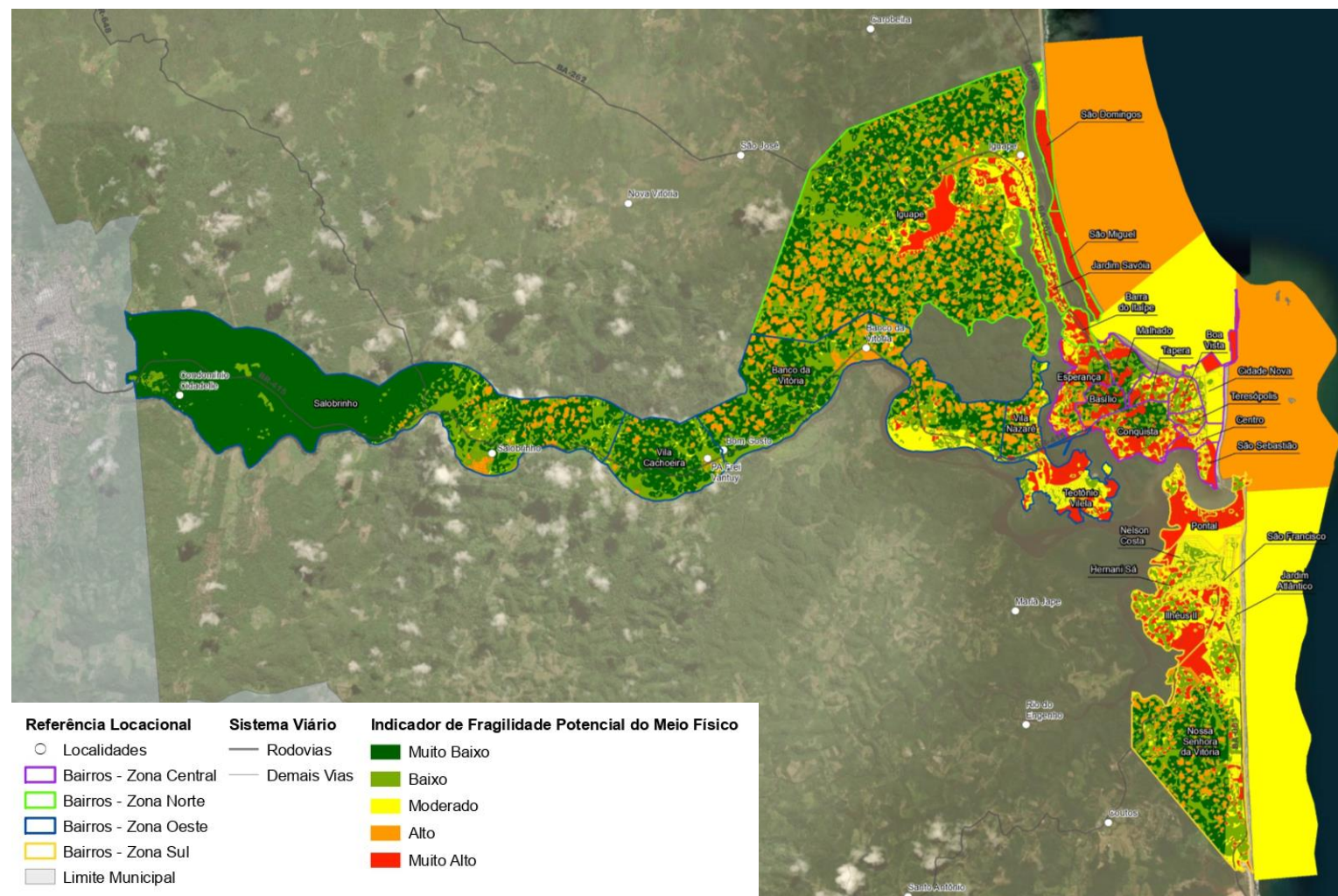
Indicador de Fragilidade Potencial do Meio Físico (IFPMF)

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Contexto Sede Urbana

Destaques:

- São Domingos, São Miguel, Pontal e Teotônio Vilela especialmente relacionado a suscetibilidade à inundação ou alagamento.
- Esperança, Basílio, Conquista, Tapera e Malhado especialmente relacionado a suscetibilidade erosão ou movimentos de massa.

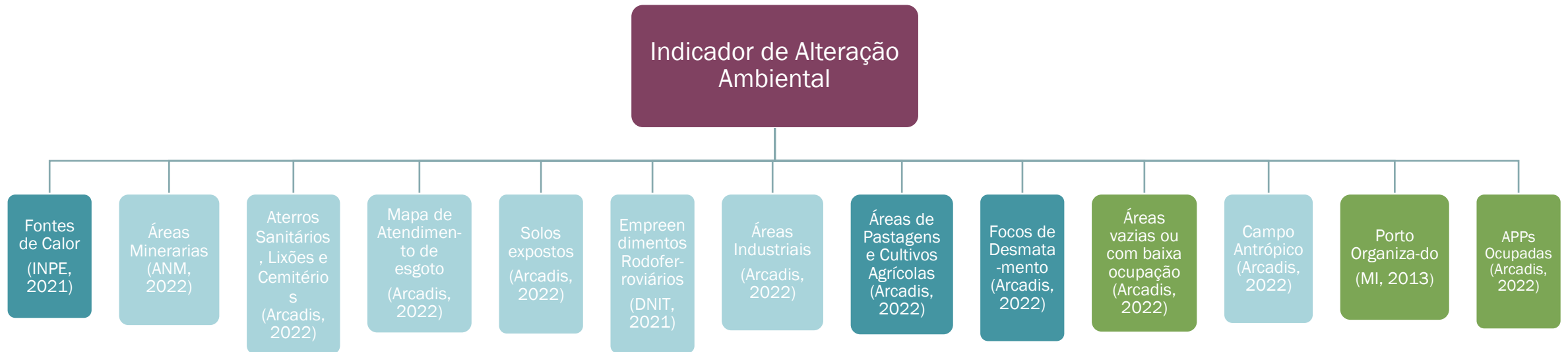




- **INDICADOR DE ALTERAÇÃO AMBIENTAL**

Indicador de Alteração Ambiental (IAA)

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais



Objetivo: apresentar a espacialização de alterações cumulativas de uso do solo no território municipal de Ilhéus que possam potencializar contaminação, degradação e/ou impactos socioambientais negativos diretos e significativos à população e/ou à biodiversidade.

Legenda Metodológica

Variável Municipal e Urbana

Variável Urbana

Variável Municipal

Indicador de Alteração Ambiental (IAA)

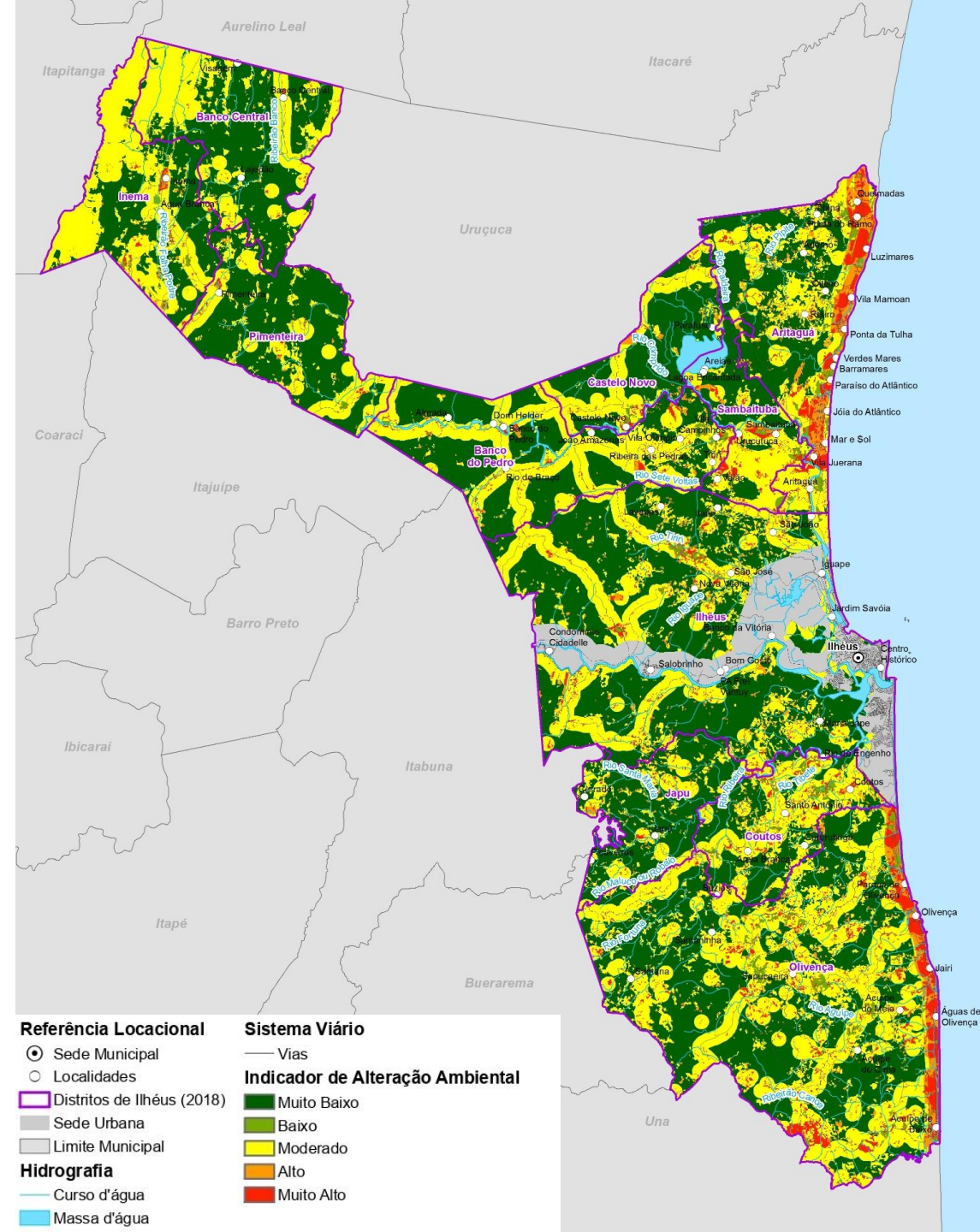
05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Contexto Municipal

Os resultados do IAA apontam Muito Alta ou Alta Alteração Ambiental por toda zona costeira de Ilhéus.

Destaques:

- Concentração de queimadas e desmatamentos no limite de Olivença e Una ;
- Extensas Alterações na orla de Aritaguá e sul do município;



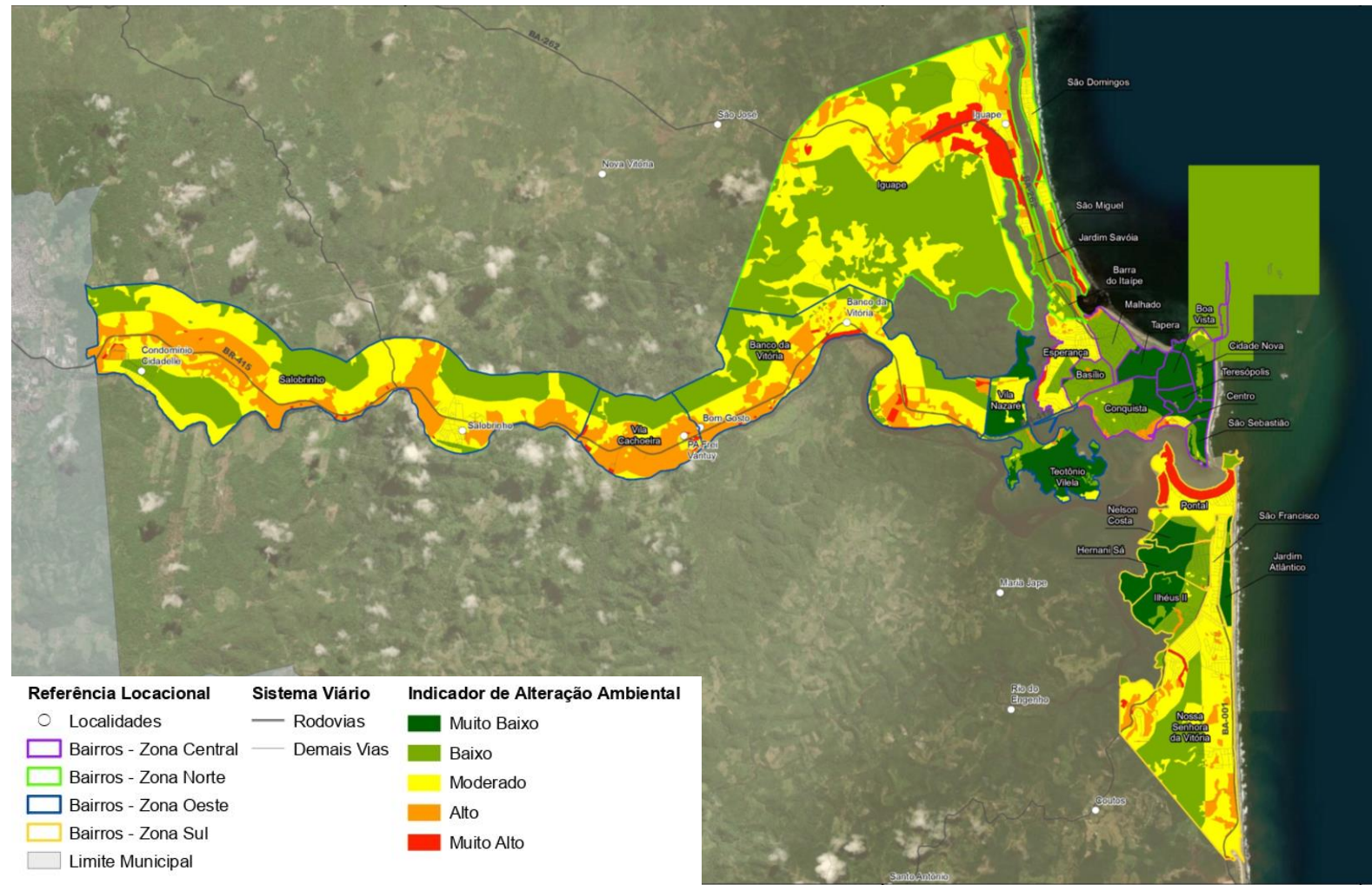
Indicador de Alteração Ambiental (IAA)

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Contexto Sede Urbana

Destaques:

- **Muito Alta** Alteração Ambiental em **Iguape** por conta do uso do solo e **Pontal** por conta das Áreas de Preservação Permanentes Ocupadas.
- Apesar de **Teotônio Vilela** não apresentar Alteração Significativa apresenta relevante pressão para sua área de entorno.



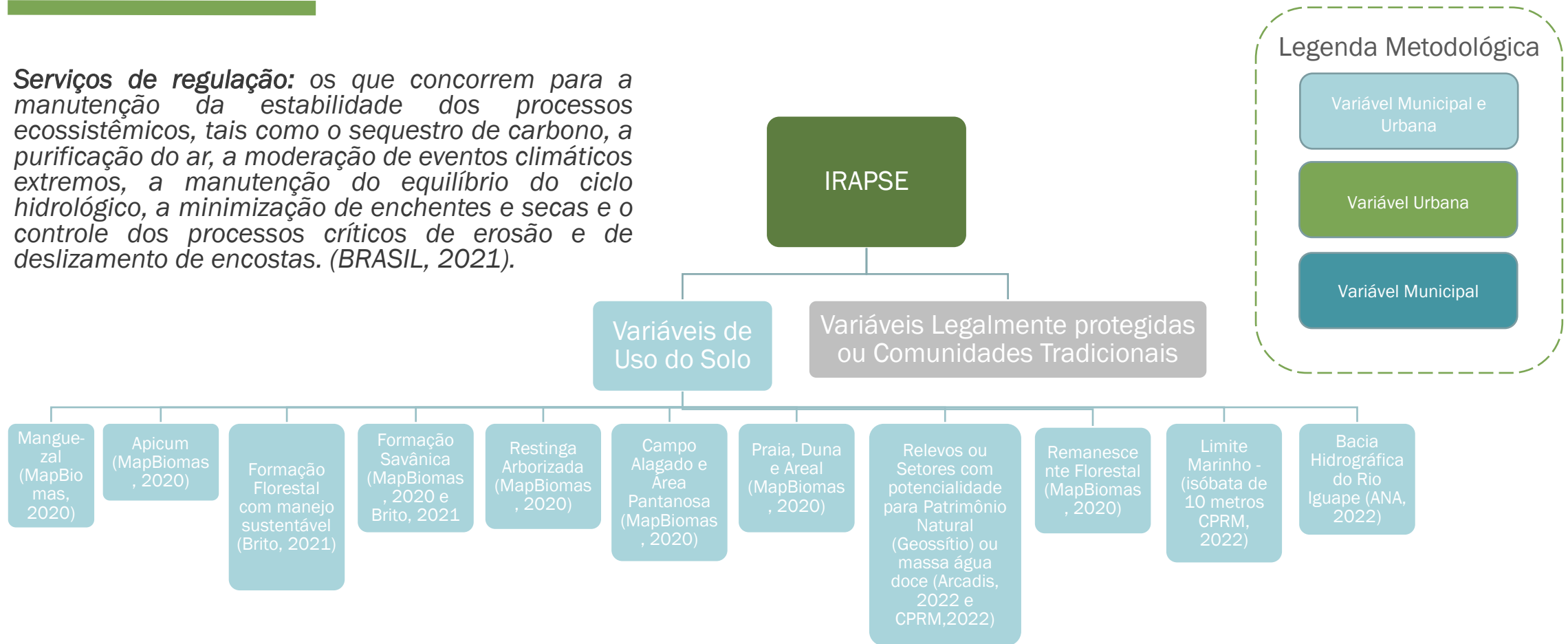


- **INDICADOR DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E POTENCIAL SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS DE REGULAÇÃO (IRAPSE)**

Indicador De Relevância Ambiental e Potencial Serviços Ecossistêmicos de Regulação (IRAPSE)

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

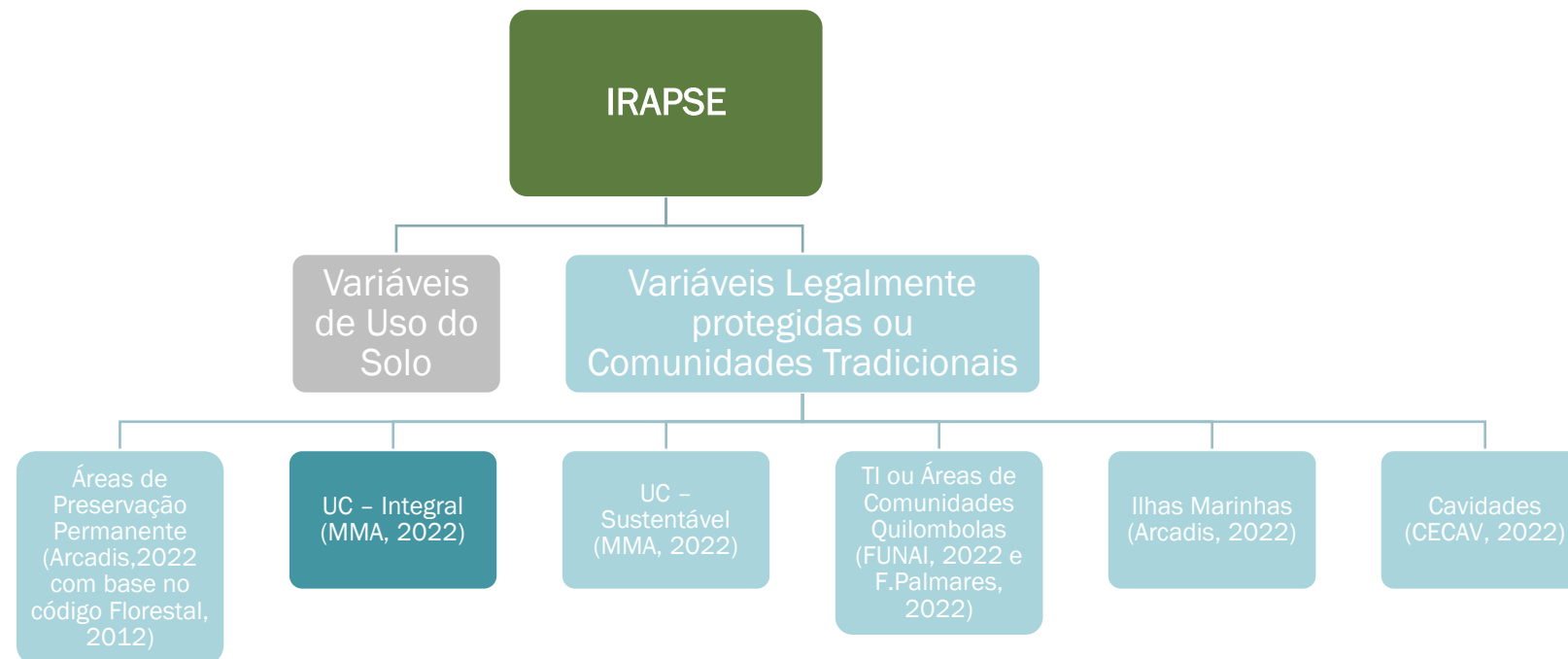
Serviços de regulação: os que concorrem para a manutenção da estabilidade dos processos ecossistêmicos, tais como o sequestro de carbono, a purificação do ar, a moderação de eventos climáticos extremos, a manutenção do equilíbrio do ciclo hidrológico, a minimização de enchentes e secas e o controle dos processos críticos de erosão e de deslizamento de encostas. (BRASIL, 2021).



Objetivo: Identificar territorialmente os diferentes níveis de relevância ambiental, de acordo com a potencialidade de multifuncionalidade de prestação de serviços ecossistêmicos de regulação prestados pelo mosaico de áreas naturais no qual o território de Ilhéus está localizado.

Indicador De Relevância Ambiental e Potencial Serviços Ecossistêmicos de Regulação (IRAPSE)

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais



Objetivo: Identificar territorialmente os diferentes níveis de relevância ambiental, de acordo com a potencialidade de multifuncionalidade de prestação de serviços ecossistêmicos de regulação prestados pelo mosaico de áreas naturais no qual o território de Ilhéus está assentado. As variáveis legalmente protegidas ou comunidades tradicionais são mapeadas pelas suas delimitações legais ou pleiteadas e avaliam sua relevância em caráter de potencialidade.

Indicador De Relevância Ambiental e Potencial Serviços Ecosistêmicos de Regulação (IRAPSE)

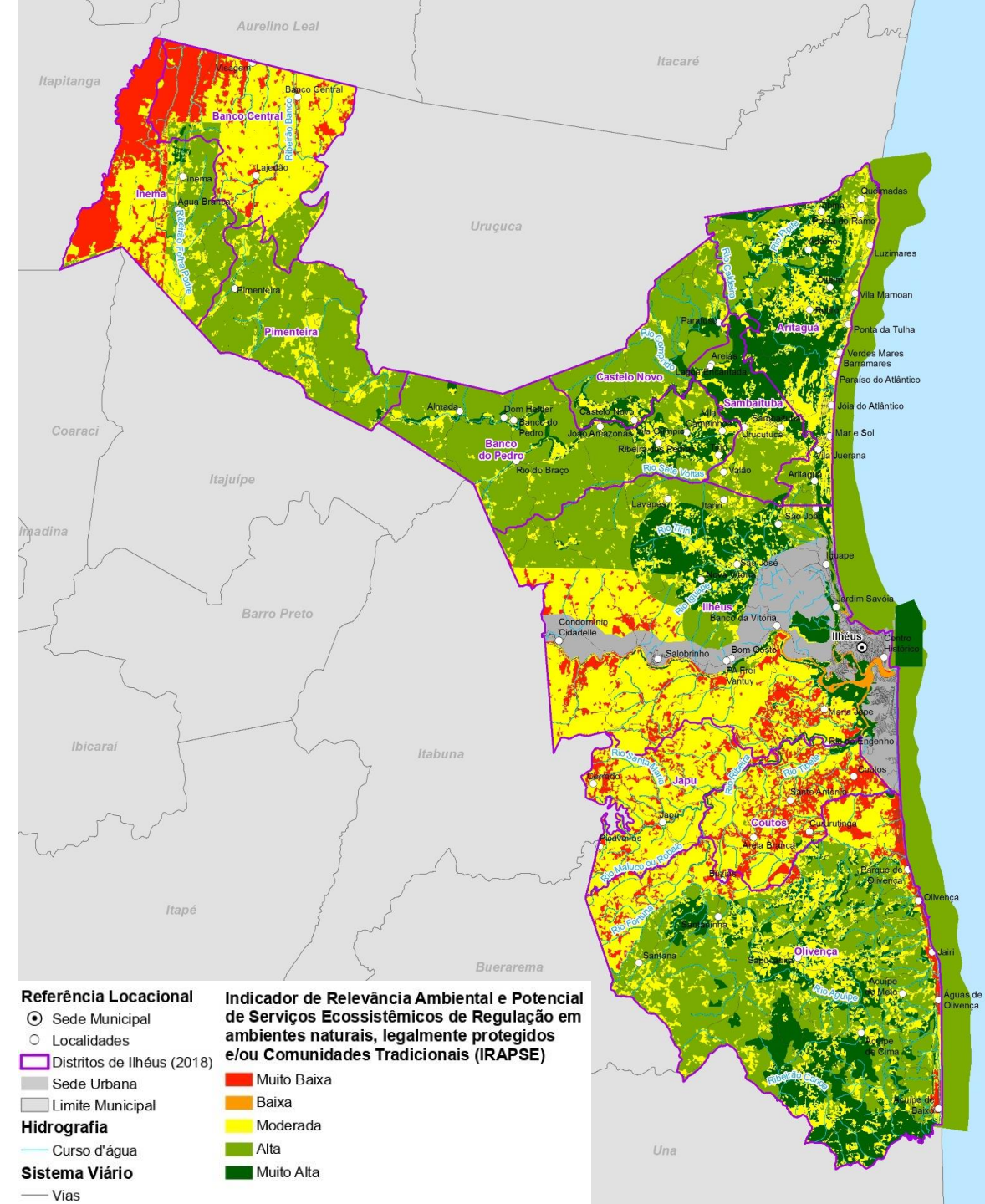
05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Contexto Municipal

Setores Norte e Sul do município representam as regiões com maiores contribuições e de relevância ambiental ou de potencial prestação de serviços ecossistêmicos de regulação.

Destaques:

- Territórios de Aritaguá e Sambaituba;
- Áreas de manguezais da sede de Ilhéus;
- Bacia do rio Iguape;
- Distrito de Olivença.



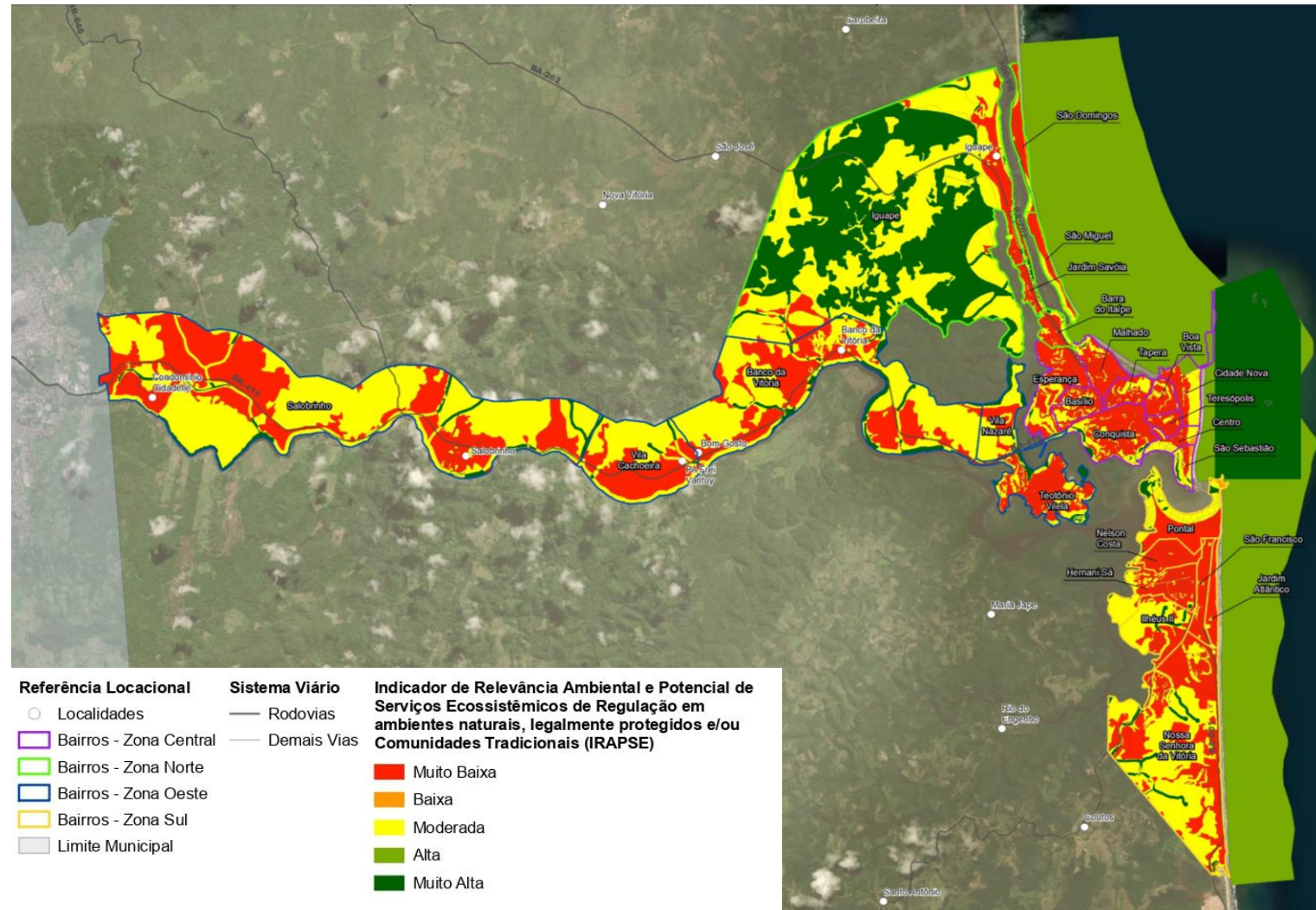
Indicador De Relevância Ambiental e Potencial Serviços Ecossistêmicos de Regulação (IRAPSE)

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Contexto Sede Urbana

Destaques:

- IRAPSE Muito Alto em Iguape especialmente ligada a setores de vegetação preservados e a bacia de abastecimento.
- Zona Marinha e Parque Marinho também apresentam IRAPSE em níveis Alta e Muito Alta.





- **ANÁLISES INDICADORES MEIO FÍSICO**

Reclassificação por Distritos: resultados por indicador

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

DISTRITO	INDICADOR DE ALTERAÇÃO AMBIENTAL	IRAPSE	INDICADOR DE FRAGILIDADE POTENCIAL DO MEIO FÍSICO	ÍNDICE DE SEGURANÇA HÍDRICA
Aritaguá	Red	Dark Green	Light Green	Yellow
Banco Central	Light Green	Orange	Red	Dark Green
Banco do Pedro	Orange	Light Green	Dark Green	Orange
Castelo Novo	Yellow	Light Green	Yellow	Light Green
Coutos	Orange	Red	Orange	Orange
Ilhéus (Não urbano)	Light Green	Yellow	Light Green	Red
Inema	Orange	Orange	Red	Yellow
Japu	Yellow	Yellow	Orange	Light Green
Oliveira	Red	Dark Green	Red	Dark Green
Pimenteira	Dark Green	Light Green	Orange	Dark Green
Sambaituba	Red	Dark Green	Yellow	Light Green



O ranking acima é composto considerando a normalização das áreas mais expressivas para cada um dos indicadores Físico-Ambientais, e permite compreender os diferentes cenários em cada distrito. As cores vermelhas e laranjas indicam condições piores para o indicador, enquanto os tons de verde, melhores.

Reclassificação por Distritos: resultados por indicador

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Avaliando de modo cruzado os mapas abaixo, vemos que a região sul, em Olivença, representa um território em níveis importantes de segurança hídrica e de relevância ambiental (IRAPSE), contudo são terrenos que apresentam fragilidades potenciais do meio físico e estão fortemente expostos a Alterações Ambientais de atividades antrópicas.

RANKING PELA CLASSE DE MAIOR RELEVÂNCIA COM MAIOR PROPORÇÃO EM RELAÇÃO À ÁREA DO BAIRRO OU DISTRITO

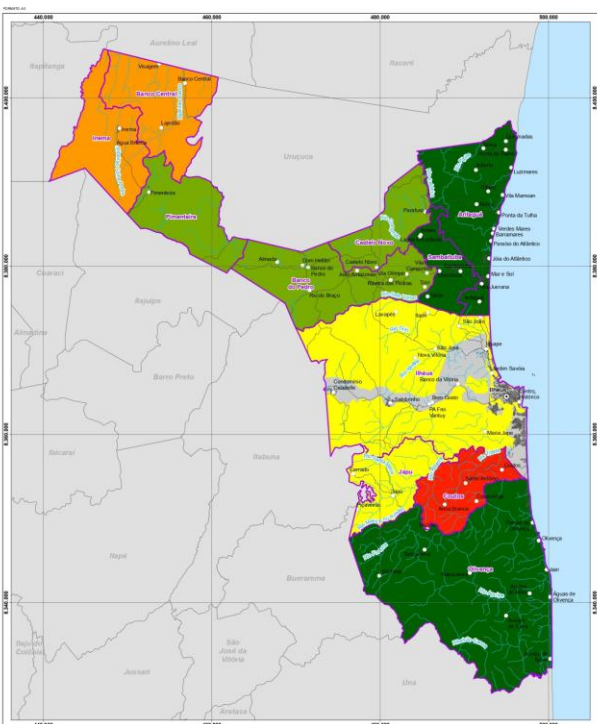
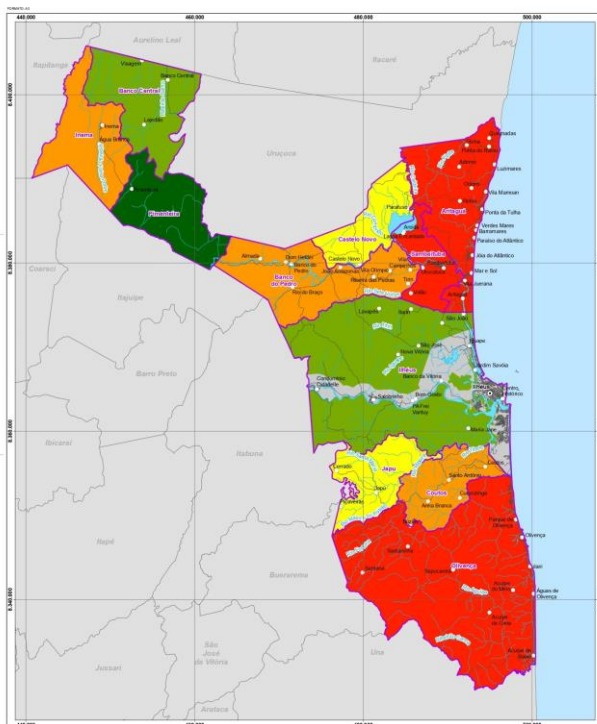
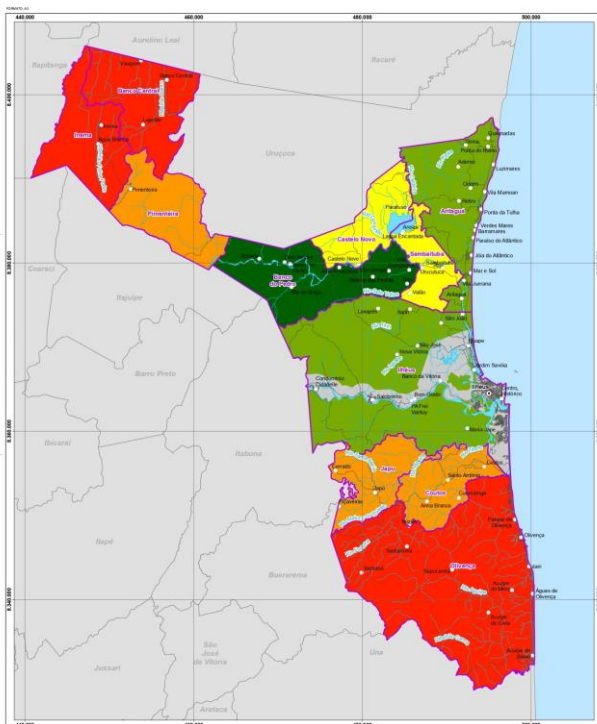
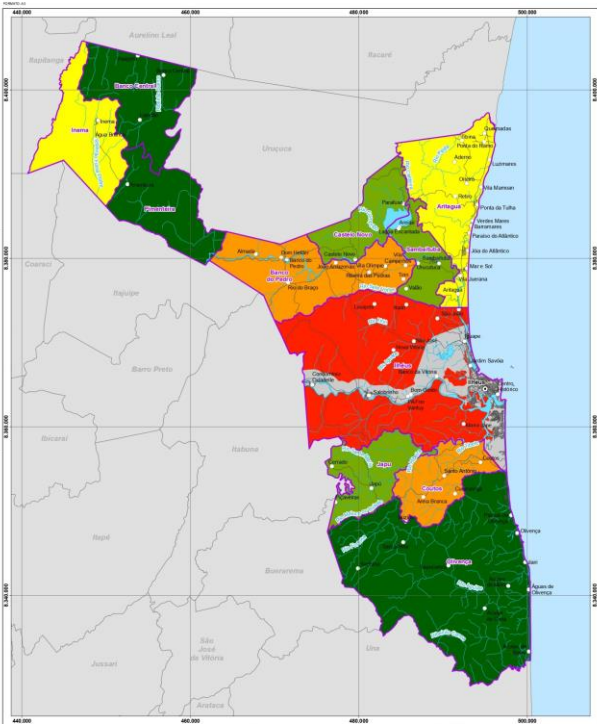


SEGURANÇA HÍDRICA

FRAGILIDADE POTENCIAL DO MEIO FÍSICO

ALTERAÇÃO AMBIENTAL

IRAPSE



Reclassificação por Bairros da Sede Urbana : resultados por indicador

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Seguindo a mesma lógica para os distritos, mas agora no contexto dos bairros que compõe a Sede de Ihéus, observa-se grande **alteração ambiental** ocorrendo, áreas de **relevância ambiental** como **Iguape** (Uso do Solo) e Pontal (por conta de APPs ocupadas) o destaque das áreas de maior fragilidade para processos de meio físico como **escorregamentos e inundações**.



Bairro	Alteração Ambiental Urbana	IRAPSE Urbano	Fragilidade Potencial de Meio Físico Urbano
Banco da Vitória	Amarelo	Verde Claro	Verde Escuro
Barra do Itaípe	Amarelo	Verde Claro	Vermelho
Basílio	Amarelo	Amarelo	Amarelo
Boa Vista	Verde Escuro	Amarelo	Verde Claro
Centro	Vermelho	Amarelo	Amarelo
Cidade Nova	Verde Claro	Amarelo	Amarelo
Conquista	Amarelo	Verde Claro	Amarelo
Esperança	Vermelho	Amarelo	Amarelo
Hernani Sá	Verde Claro	Amarelo	Amarelo
Iguape	Vermelho	Verde Escuro	Verde Escuro
Ilhéus II	Verde Claro	Verde Claro	Amarelo
Jardim Atlântico	Verde Escuro	Vermelho	Amarelo
Jardim Savóia	Amarelo	Verde Escuro	Vermelho
Malhado	Amarelo	Amarelo	Verde Claro
Nelson Costa	Verde Claro	Vermelho	Amarelo
Nossa Senhora da Vitória	Amarelo	Verde Claro	Verde Claro
Pontal	Vermelho	Verde Escuro	Vermelho
Salobrinho	Amarelo	Verde Claro	Verde Escuro
São Domingos	Vermelho	Amarelo	Vermelho
São Francisco	Amarelo	Vermelho	Amarelo
São Miguel	Vermelho	Amarelo	Vermelho
São Sebastião	Verde Claro	Verde Escuro	Vermelho
Tapera	Verde Escuro	Amarelo	Verde Claro
Teotônio Vilela	Amarelo	Verde Escuro	Amarelo
Teresópolis	Verde Escuro	Vermelho	Amarelo
Vila Cachoeira	Amarelo	Amarelo	Verde Escuro
Vila Nazaré	Amarelo	Verde Escuro	Verde Claro

Reclassificação por Bairros da Sede Urbana : resultados por indicador

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Dentre os bairros da sede de Ilhéus, Iguape representa o território com elevada relevância ambiental, principalmente ao considerarmos o reservatório de abastecimento, contudo, são observados índices elevados de alteração ambiental para essa região. Também podemos observar que os bairros de São Miguel e São Domingos estão em porções do território marcadas por elevada fragilidade do meio físico.

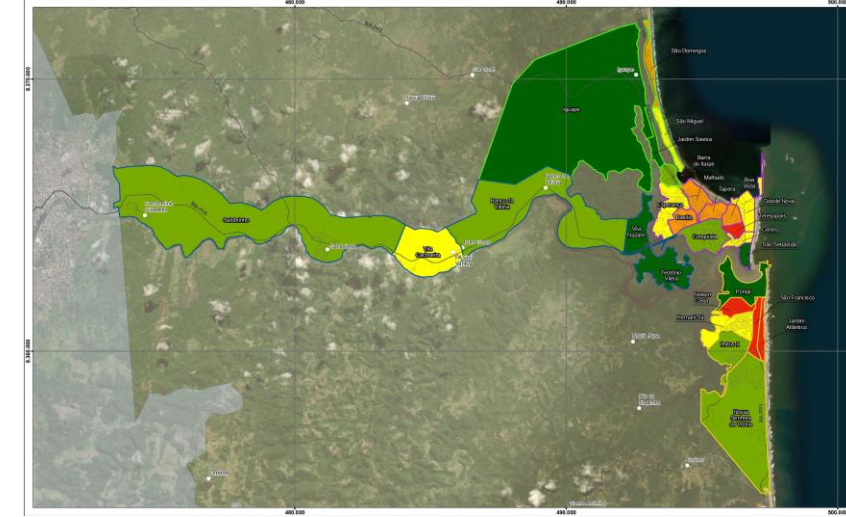
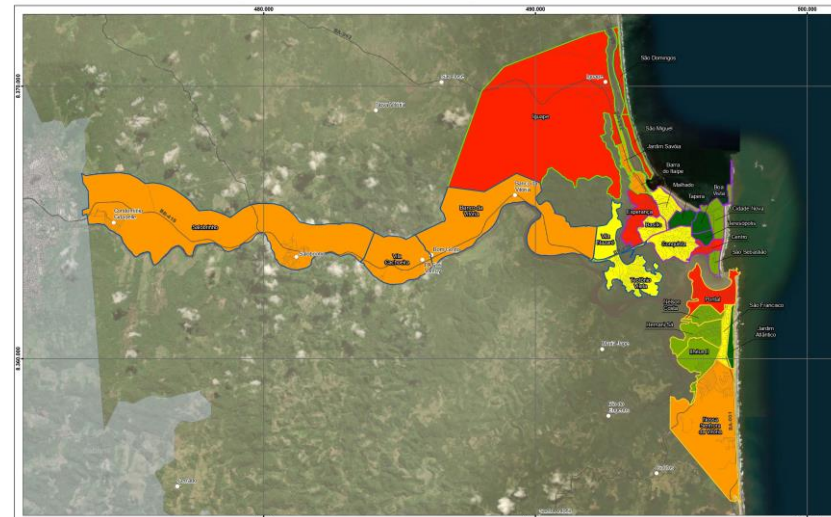
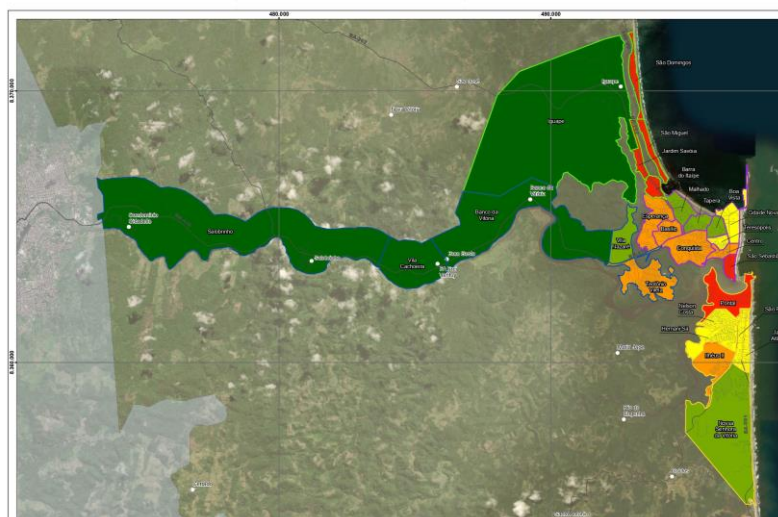
RANKING PELA CLASSE DE MAIOR RELEVÂNCIA COM MAIOR PROPORÇÃO EM RELAÇÃO À ÁREA DO BAIRRO OU DISTRITO



FRAGILIDADE POTENCIAL DO MEIO FÍSICO

ALTERAÇÃO AMBIENTAL

IRAPSE





- **SOBREPOSIÇÃO DOS INDICADORES**

Setores de Conflito

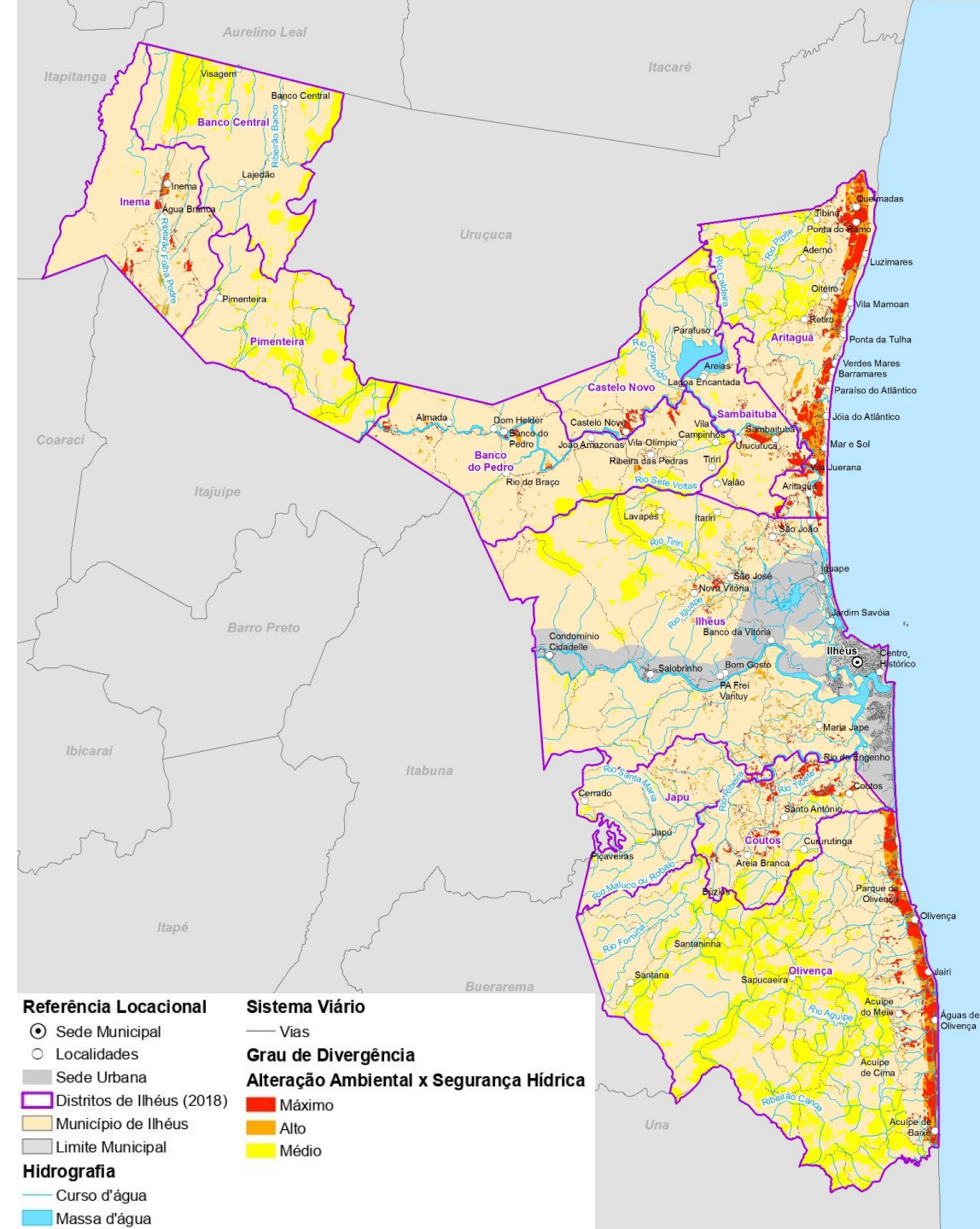
05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Contexto Municipal

Cruzamento entre Indicadores		
Alteração Ambiental	Segurança Hídrica	Grau de Conflito
Alta/Muito Alta	Baixa/Muito Baixa	Máximo
Média	Baixa/Muito Baixa	Alto
Alta/Muito Alta	Média	Médio
Baixa	Alta/Muito Alta	Médio

Realizando a sobreposição entre as classes de muito alta, alta, média e baixa do indicador de Alteração Ambiental com o de Segurança Hídrica obtemos as áreas com graus de conflito máximos, alto e médio.

De acordo com o mapa ao lado, a região litorânea concentra os níveis mais elevados de conflito.



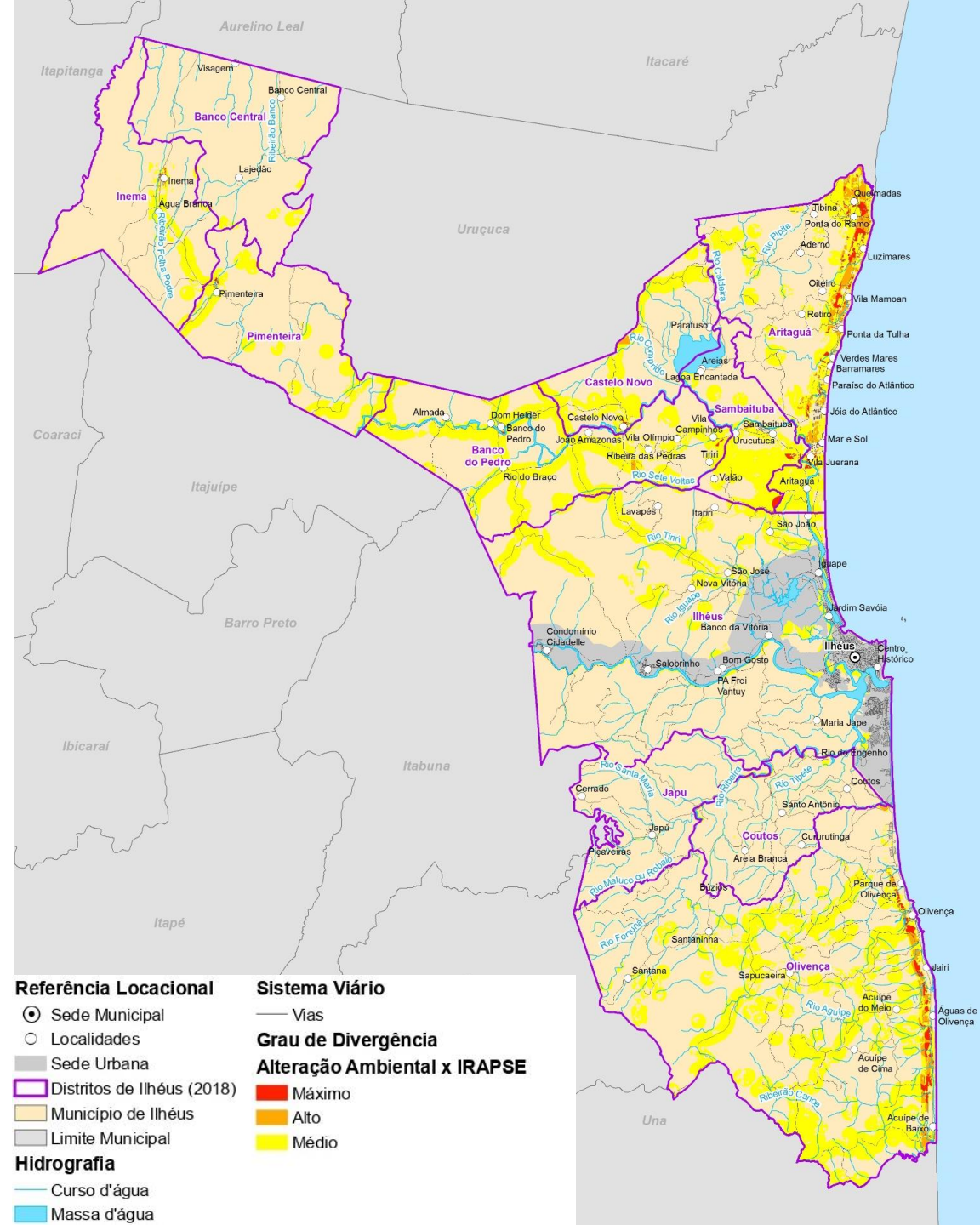
Setores de Conflito

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Contexto Municipal

Cruzamento entre Indicadores		
Alteração Ambiental	IRAPSE	Grau de Conflito
Alta/Muito Alta	Alta/Muito Alta	Máximo
Média	Alta/Muito Alta	Alto
Alta/Muito Alta	Média	Médio
Baixa	Alta/Muito Alta	Médio

O cruzando entre os indicadores de Alteração Ambiental e IRAPSE apontam maior grau de conflito principalmente nas regiões litorâneas dos distritos de Aritaguá e Olivença. Além disso, os eixos viários indicam níveis médios de conflito ocorrendo em seu entorno, representando os principais indutores de alteração nos ambientes de relevância ambiental para prestação de serviços ecossistêmicos de regulação.



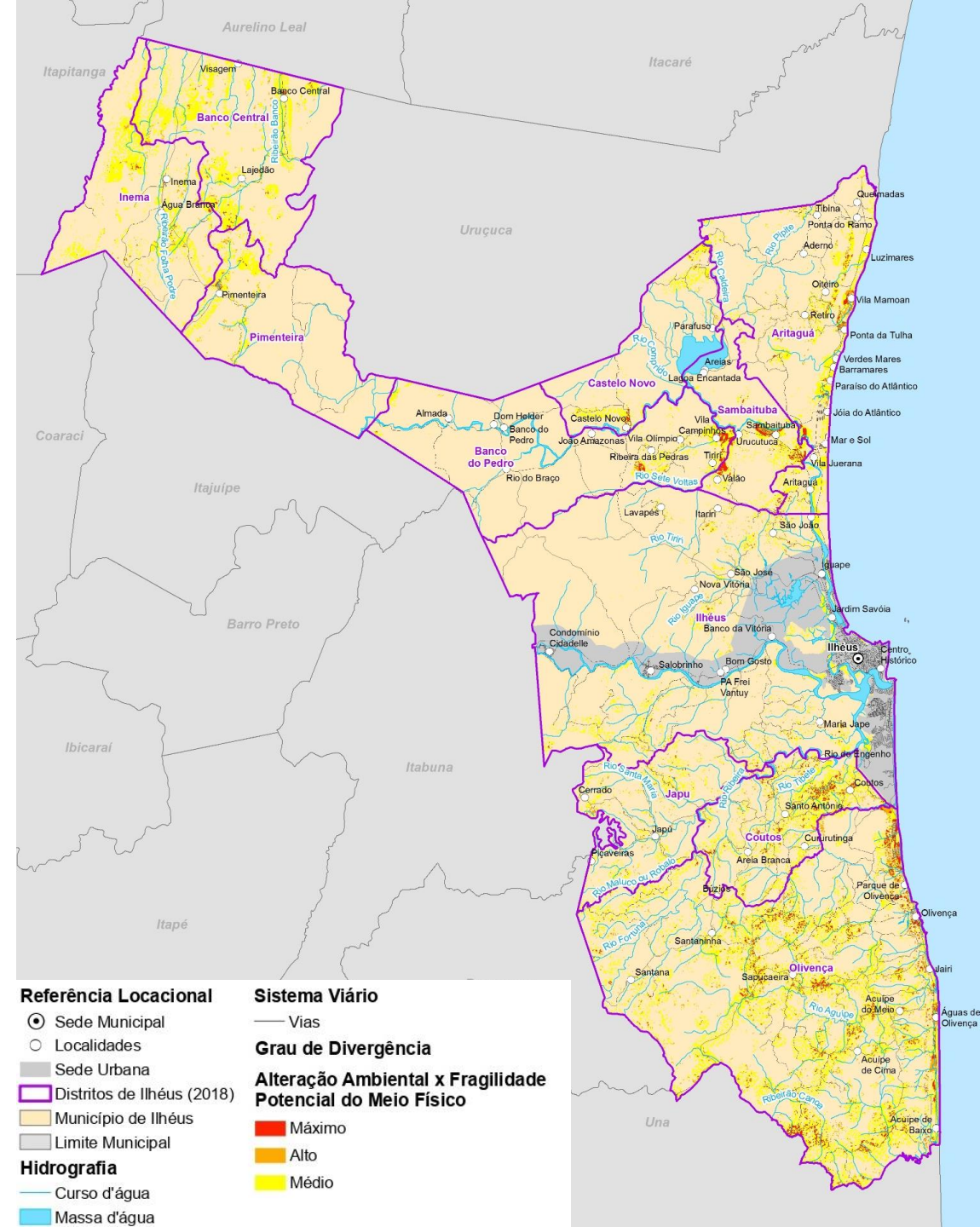
Setores de Conflito

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Contexto Municipal

Cruzamento entre Indicadores		
Alteração Ambiental	Fragilidade do MF	Grau de Conflito
Alta/Muito Alta	Alta/Muito Alta	Máximo
Média	Alta/Muito Alta	Alto
Alta/Muito Alta	Média	Médio
Baixa	Alta/Muito Alta	Médio

O cruzamento entre os indicadores de Alteração Ambiental e Fragilidade do Meio Físico apontam maiores níveis de conflito nos terrenos relacionados aos tabuleiros dissecados no **distrito de Olivença** e nas áreas com relevos do tipo **Inselbergs a norte do município**. Na região com relevos montanhosos, em **Inema e Banco Central**, ocorrem **níveis médios** relacionados às atividades agropecuárias em terrenos frágeis, de modo que a médio ou longo prazo podem evoluir para níveis de conflitos maiores.



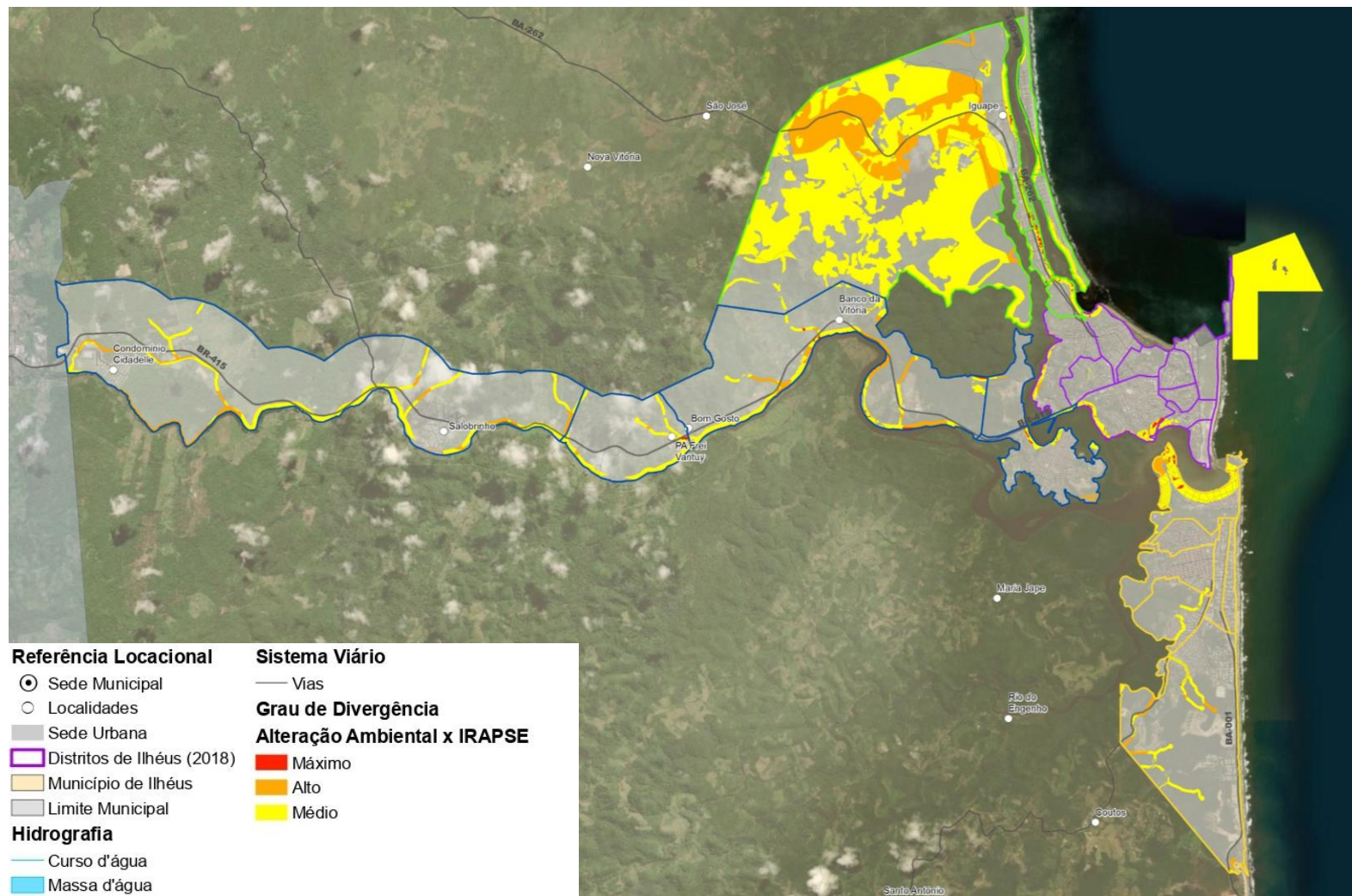
Setores de Conflito

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Contexto Sede Urbana

Cruzamento entre Indicadores		
Alteração Ambiental	IRAPSE	Grau de Conflito
Alta/Muito Alta	Alta/Muito Alta	Máximo
Média	Alta/Muito Alta	Alto
Alta/Muito Alta	Média	Médio
Baixa	Alta/Muito Alta	Médio

Para a o cruzamento entre os indicadores acima, observamos que os principais conflitos estão atrelados às **áreas de APP** bem como o **uso industrial** na região do manancial de abastecimento do **Iguape**. No contexto marinho ocorre a sobreposição entre o **Parque Marinho do Município** com o **Porto de Ilhéus**.



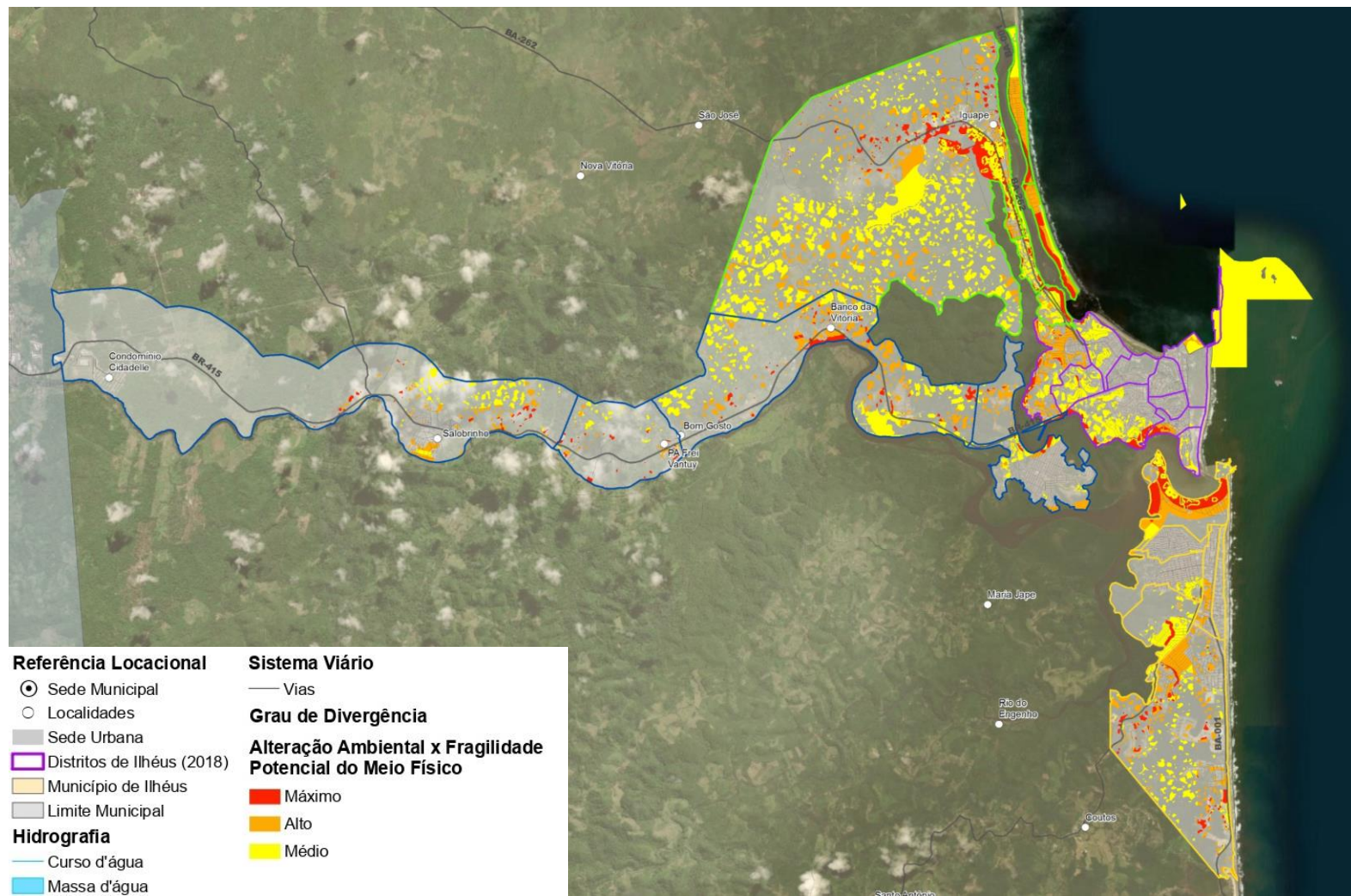
Setores de Conflito

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Contexto Sede Urbana

Cruzamento entre Indicadores		
Alteração Ambiental	Fragilidade do MF	Grau de Conflito
Alta/Muito Alta	Alta/Muito Alta	Máximo
Média	Alta/Muito Alta	Alto
Alta/Muito Alta	Média	Médio
Baixa	Alta/Muito Alta	Médio

O cruzamento entre os indicadores acima apontam a concentração dos maiores níveis de conflito nas áreas sujeitas a escorregamentos e inundações ou alagamentos. Dentre os bairros, destacam-se São Miguel, São Domingos e a região do entorno da Baía do Pontal.



Macrozoneamento Atual

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

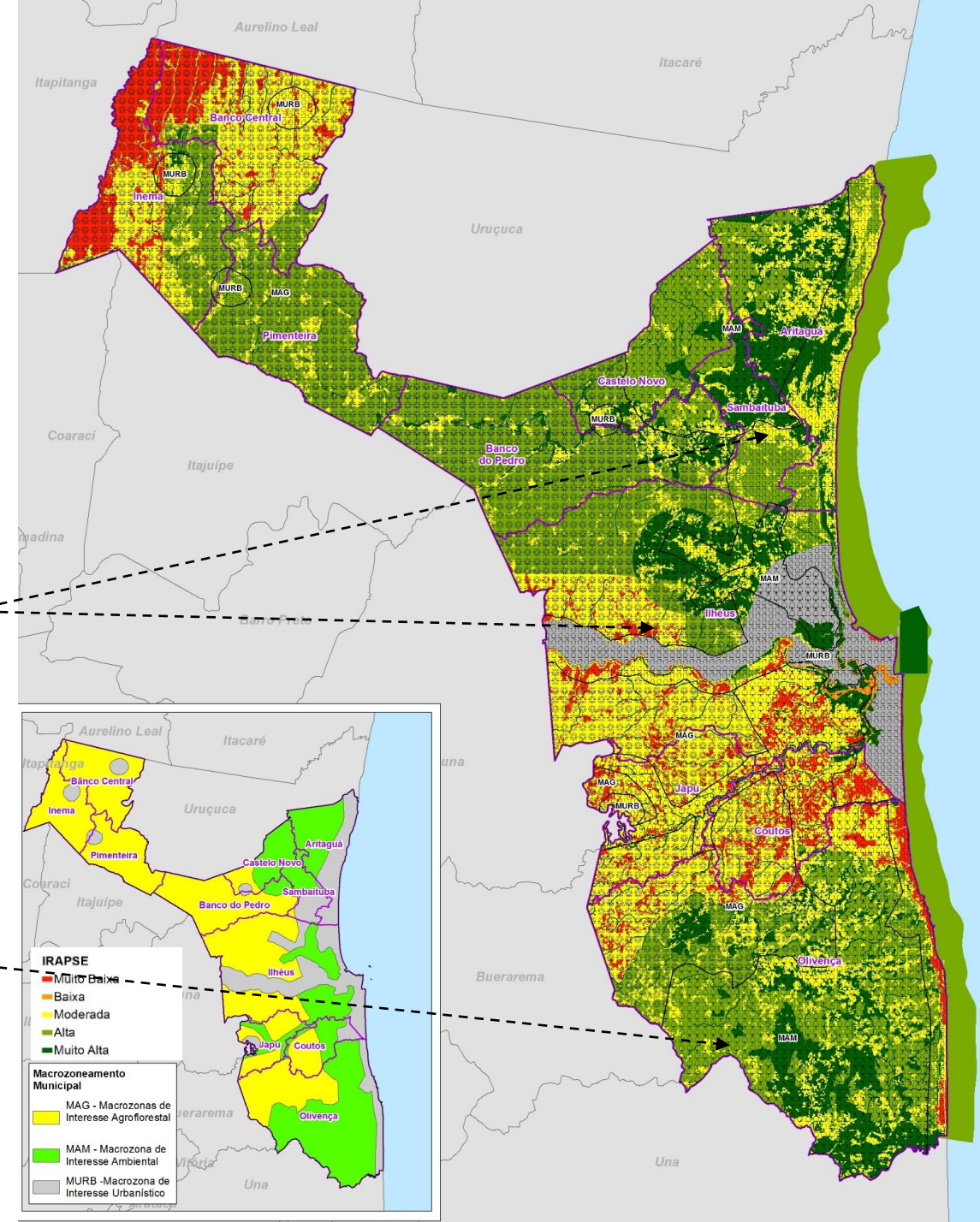
Ao lado consta a sobreposição do **indicador de Relevância Ambiental (IRAPSE)** com o Macrozoneamento Municipal (2006), verificando-se as aderências e incompatibilidades entre ambos objetos.

Incompatibilidade: áreas definidas como de interesse urbano em regiões com IRAPSE Muito Alta.

Art. 144 - Consideram-se macrozonas de Interesse Urbanístico, aquelas que, em razão de sua singularidade, função e localização, destinam-se prioritariamente ao parcelamento do solo com fins de ocupação para usos residenciais, comerciais, industriais e de serviços.

Aderência: áreas definidas como de interesse ambiental em regiões com IRAPSE Muito Alta.

Art.145- Consideram-se macrozonas de interesse ambiental aquelas que, em função das necessidades de proteção integral e dos diferentes graus de uso sustentável permitidos, são compostas por ecossistemas de interesse para a preservação, conservação e desenvolvimento de atividades Sustentáveis.



Macrozoneamento Atual

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

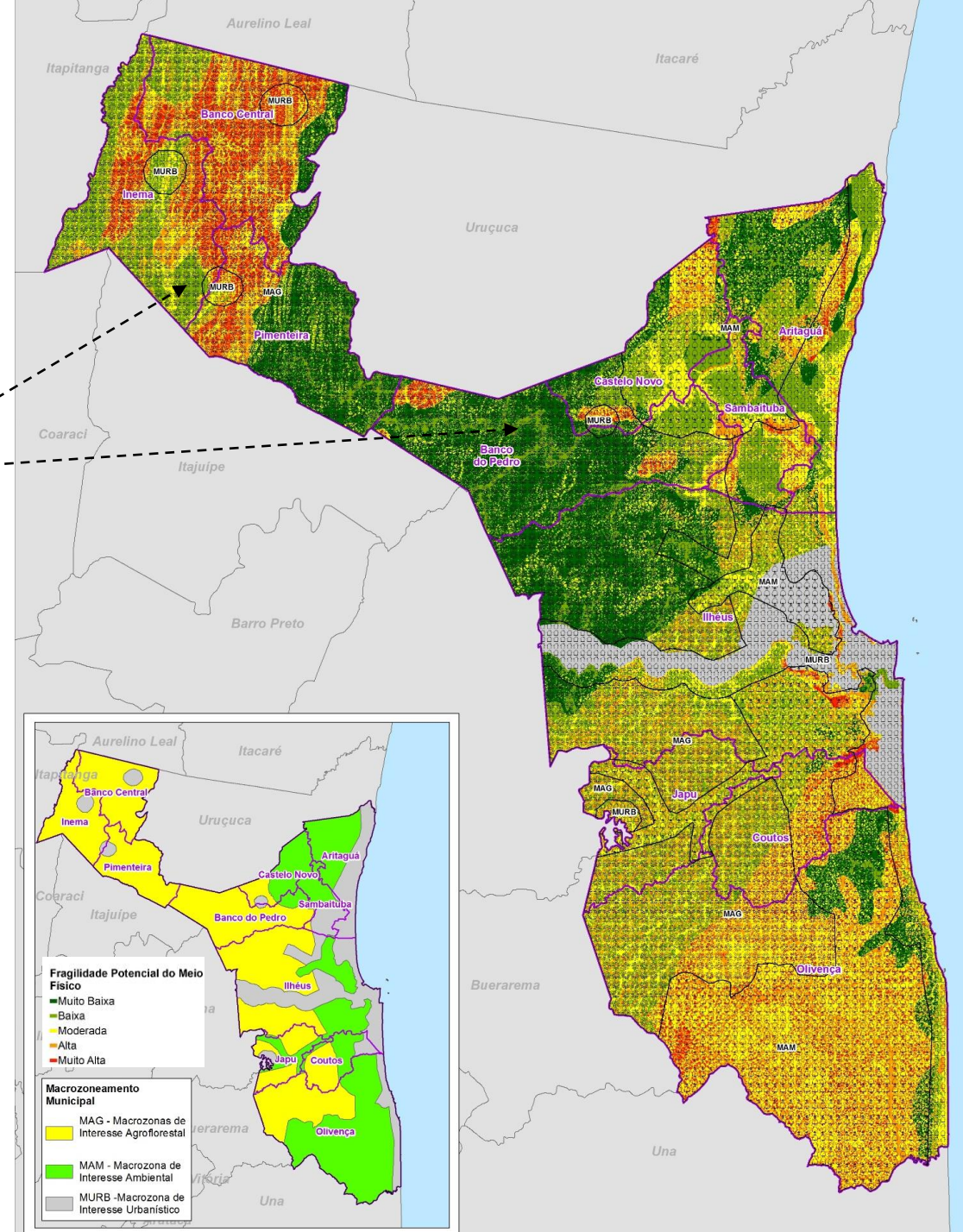
Ao lado consta a sobreposição do **indicador de Fragilidade do Meio Físico** com o Macrozoneamento Municipal (2006), verificando-se as aderências e incompatibilidades entre ambos objetos.

Incompatibilidade:
áreas definidas como de interesse agrícola florestal em regiões com Fragilidade elevada para processos de dinâmica superficial em níveis Muito Alta.

Aderência:
sobreposição com localidades de maior aptidão produtiva e indicação de manejo sustentável.

Art.146. Consideram-se macrozonas de **interesse agrícola florestal** aquelas destinadas a atividades produtivas desenvolvidas em meio rural, bem como aquelas que exploram o potencial florestal do Município, **devendo ambas atender as restrições para proteção do patrimônio ambiental.**

§1º. Fazem parte das macrozonas de **interesse agrícola florestal** áreas produtivas onde se desenvolvam atividades econômicas de natureza agrícola e reservas florestais que apresentam potencial econômico ou paisagístico.



Conclusões

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Pontos de Atenção

Leitura Técnica

Os impactos associados à elevação do nível do mar sobre o Porto de Ilhéus e o Terminal Privado -TUP podem desencadear impactos multiescalares e prejuízo para economia.

Aumento de erosões e alagamento especialmente nos Bairros Costeiros São Domingos e São Miguel

Muita pressão de expansão urbana e conseqüentemente comprometimento de mangue em setores de entorno do bairro Teotônio Vilela

Inundações e alagamentos nas planícies de inundação e nas margens dos rios, especialmente dos rios Cachoeira e Almada tendem a aumentar tanto em frequência quanto em magnitude no futuro devido à mudança do clima. Os principais fatores contribuintes são a modificação do uso e ocupação do solo como a retirada de remanescentes florestais, falta de obras de drenagem e sua manutenção e a retificação das calhas de rios além da impermeabilização do solo e falta de áreas naturais alagáveis.

Devido ao potencial aumento de chuvas extremas, a ocorrência de movimentos de massa como deslizamentos tende a aumentar, em especial nos bairros Amparo, Conquista e Teotônio Vilela. Além das construções em áreas de risco contribuem o acúmulo de resíduos sólidos, locais desmatado e sem rede coletora de esgoto e a falta de drenagem para o risco.

O potencial aumento de secas devido à mudança do clima aumentam as chances de redução no abastecimento de água nos dois sistemas do município. A retirada de vegetação natural e o adensamento/ocupação populacional nas áreas de recarga hídrica, a retificação de rios e córregos (baixa permeabilidade e aumento da velocidade do escoamento) e o plantio de vegetação inadequada que reduz a recarga do lençol freático (espécies invasoras) são os principais fatores que reforçam esse risco climático.

Concentração de outorgas de captação de água (INEMA, 2022) concentradas no distrito industrial (bairro Iguape), necessidade de avaliação de limite de exploração para evitar a ocorrência de plumas salinas e afetação, principalmente, de poços de abastecimento público.

Focos de desmatamento especialmente nos distritos de Aritaguá, Sambaituba e Olivença (mesmos locais com presença de remanescentes vegetais significativos)

Presença de RPPN sem georreferenciamento

Ausência de cadastramento da Gruta Encantada e outras cavidades no CANIE (CECAV/ICMbio)

Uso do solo antrópico (incluindo setores com "Cabruca" especialmente nos distritos de Pimenteira, Japu, Inema e Banco Central

Em relação a aptidão das terras a zona costeira configura uma região cultivável, porém setor norte possui problemas de conservação e sul problemas de textura, drenagem e fertilidade natural

Presença de muitas áreas de risco à inundação ou deslizamento especialmente na sede urbana.

Conclusões

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Pontos de Atenção

Leitura Técnica

Áreas mais frágeis em relação a deflagração de processos erosivos especialmente nos distritos de Banco Central, Inema e alguns pontos de Pimenteira e Castelo Novo. Indicador de Fragilidade Potencial do Meio Físico demonstram que em relação as suas próprias áreas, especialmente os distritos de Banco Central, Inema e Olivença necessitam apresentam Muito Alta fragilidade.

Maiores atenções em relação ao Indicador de Fragilidade Potencial do Meio Físico na sede urbana: São Sebastião, Centro, Esperança, Conquista, Basílio (Zona Central); Jardim Savóia, Pontal, Barra do Itaípe, São Domingos e São Miguel (Zona Norte); Pontal e Ilhéus II (Zona Sul); Teotônio Vilela (Zona Oeste). Destaque para outras áreas como as imediações da Represa de Iguape.

Maiores atenções em relação ao Indicador de Alteração Ambiental nos distritos de Aritaguá, Olivença e Sambaituba.

Maiores atenções em relação ao Indicador de Alteração Ambiental na sede urbana: Centro, Esperança, Iguape, Pontal, São Domingos e São Miguel.

Menor segurança hídrica por toda a costa de Ilhéus e especial atenção na subbacia Boa Esperança e Iguape

IRAPSExAlteração Ambiental: Muito conflito em toda a zona costeira em decorrência de muita alteração em áreas de relevância ambiental e na sede em áreas ocupadas de APPs.

Segurança HídricaXAlteração Ambiental: no Bairro de Iguape, região onde se encontra o reservatório municipal, são observados os conflitos de maior expressão, com níveis Máximos e Alto em toda a zona industrial.

FPMFxAlteração Ambiental: Distritos de Castelo Novo, Banco do Pedro e Sambaituba representam as maiores áreas com de níveis máximos de conflito, relacionado com o avanço de focos de desmatamento e queimadas sobre terrenos declivosos ou substratos vulneráveis a processos erosivos.

Necessidade de trabalho transversal no âmbito de Comitês de Bacias Hidrográficas envolvendo os municípios de Itapé, Itabuna e Ilhéus para a garantia da coleta e tratamento de esgotos ao longo do rio cachoeira para melhor aproveitamento dos recursos para fins consuntivos e incremento na segurança hídrica da população.

Leitura Social

Necessário o tombamento da Ilha do Frade como Patrimônio Natural

Falta de balneabilidade das praias

Mudanças climáticas - avanço do mar para o continente

Considerar diretrizes preventivas quanto aos riscos associados às moradias em encostas, beira de rios e de mangue – regularização documental dos aglomerados subnormais e ações de infraestrutura, especialmente de sistema de esgotamento sanitário, evitando-se o impacto do despejo direto nos rios

Áreas críticas para a conservação dos recursos hídricos estão em processo de degradação (nascentes da Represa do Iguape, do rio do Engenho e da Estância Hidromineral de Olivença)

Necessário o tombamento da Ilha do Frade como Patrimônio Natural

Conclusões

05. Aspectos Físico-Territoriais e Ambientais

Pontos Fortes/Potencialidades
Leitura Técnica
Remanescentes Florestais significativos de Mata Atlântica em Olivença e Aritaguá
Remanescentes Florestais significativos de Restinga em Aritaguá
Remanescentes Florestais significativos de Manguezal na sede urbana, margens do Rio Almada, foz do Rio Corurupe e foz do rio Cachoeira
Setores de importante recarga de água subterrânea especialmente em Aritaguá e Olivença (com presença de rochas sedimentares)
Sistema groflorestal "Cabruca" permite em parte do território a manutenção de parte da biodiversidade da Mata Atlântica.
Presença de muitas unidades de conservação e a possibilidade de elaborar corredores ambientais que possibilitem o fluxo gênico.
Áreas de preservação Permanente de entorno de cursos hídricos com usos antrópicos
Presença de Áreas Prioritárias para Conservação APCBS em setores costeiros e de mata atlântica.
Presença e distribuição de muitos rios e cursos hídricos, com especial destaque para setores de foz e que necessitam de maior atenção como no caso do rio Cururupe em decorrência de sua preservação e utilização pública
Maior parte das áreas com maior possibilidade de utilização para cultura de cacau e pastagens de acordo com o Zoneamento Agroecológico (Santana Et. al, 2003) está em acordo com o uso do solo atual, bem como as destinadas para preservação ambiental está em acordo com os setores do município com maior concentração de remanescente florestal.
Indicador de Fragilidade Potencial do Meio Físico demonstra maior estabilidade no distrito de Banco do Pedro
IRAPSE demonstra que em relação as suas próprias áreas, especialmente os distritos Aritaguá, Olivença e Sambaitua possuem muito alta relevância ambiental e potencialidade para prestação de serviços ecossistêmicos de regulação.
IRAPSE demonstra que na sede urbana em relação as suas próprias áreas, os bairros de Iguape, Teotônio Vilela, São Sebastião, Jardim Savóia, Pontal e Jardim Nazaré.
IRAPSE Aponta setores muito relevantes em Olivença, Sambaituba e Aritaguá.
Leitura Social
Implementação do Parque Marinho
Previsão de corredores ecológicos
Espaço existente na orla, ao longo da Av. Soares Lopes, como área de preservação ambiental
Ilha do Frade ainda preservada



**06. TEMÁTICAS SETORIAIS: MOBILIDADE,
CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E
TURISMO**



- **MOBILIDADE**

Metodologia

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

O diagnóstico sobre mobilidade urbana no município de Ilhéus visa compreender a infraestrutura e os serviços de transporte existentes, assim como a circulação de pessoas e de cargas.

As análises deste tema tiveram como fontes principais:

- Informações elaboradas por especialista local;
- Informações coletadas em reunião com o Superintendente e o Diretor Geral de Trânsito da Superintendência de Transporte, Trânsito e Mobilidade - SUTRAM e a Professora Peolla da Universidade Estadual de Santa Cruz - UFSB;
- Relatório Síntese da Pesquisa Origem e Destino Domiciliar dos municípios de Ilhéus e Itabuna de 2019;
- MobCidades – Orçamento temático da mobilidade urbana, Ilhéus;
- Projeto Ativa Ilhéus;
- Censo 2010 - IBGE;
- Companhia das Docas da Bahia - CODEBA;
- Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA.

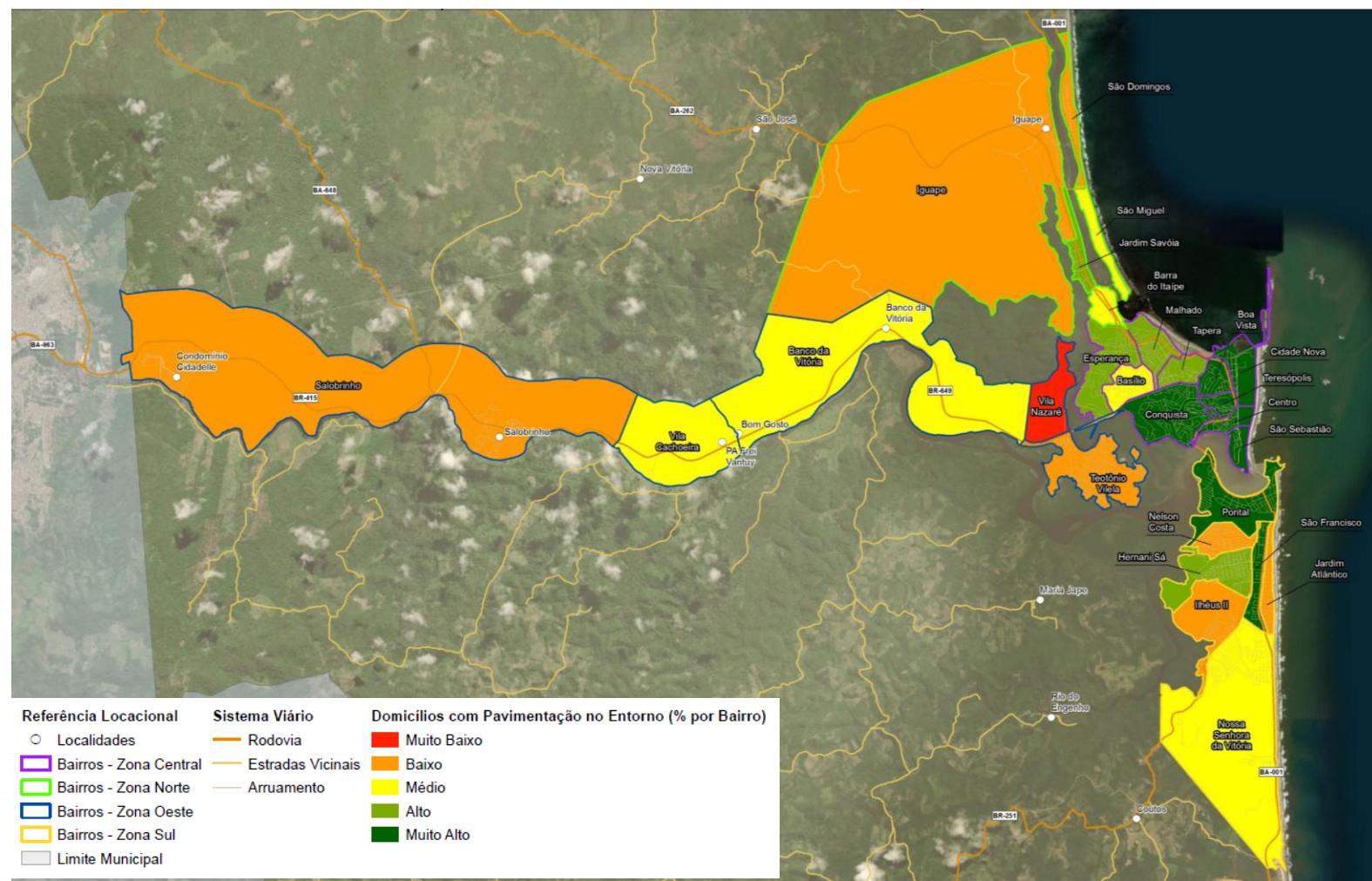
Sistema Viário e Caracterização

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

Pavimentação da Rede Viária

Vias pavimentadas no entorno dos domicílios das áreas urbanas:

- Zona Central: com maior concentração, alto (82%);
- Zona Sul: médio (61%);
- Zona Norte: médio (49%);
- Zona Oeste: baixo (28%).



Sistema Viário e Caracterização

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

BR-415

Principal conexão entre Ilhéus e Itabuna;

- Margeada pelo rio Cachoeira, e importantes polos geradores de tráfego, como universidades, indústrias e áreas residenciais;
- Rodovia conta com baixa qualidade de operação e muitos acidentes (Pesquisa OD 2019);
- A BA-649 está em construção, fazendo um binário com a BR-415. Entre as duas rodovias há o rio Cachoeira;
- Dificuldade para acesso aos equipamentos existentes (calha do rio Cachoeira tem 150 metros de largura, dificultando sua transposição), e ocupação urbana irregular.



Sistema Viário e Caracterização

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

Corredores Especiais

- Corredores Especiais são elencados na Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS);
- Caracterizados por ocupação no alinhamento das vias, sem recuos;
- Visam impedir novos polos geradores de viagens, que prejudiquem a mobilidade dessas vias;
- Incluem avenidas que conectam diferentes bairros e com tráfego de Transporte Público: Esperança, Itabuna (saída de Ilhéus para Itabuna), Ubaitaba, Princesa Isabel e Nossa Senhora Aparecida;



Referência Locacional

- Sede Municipal
- Bairros - Zona Central
- Bairros - Zona Oeste
- Bairros - Zona Sul

Sistema Viário

- Rodovia
- Estradas Vicinais
- Arruamento

Corredores Especiais

- Corredor Avenida Itabuna
- Corredor Avenida Ubaitaba
- Corredor Avenida Princesa Isabel
- Corredor Avenida Nossa Senhora Aparecida
- Corredor Avenida Esperança

Sistema Viário e Caracterização

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

Estacionamentos

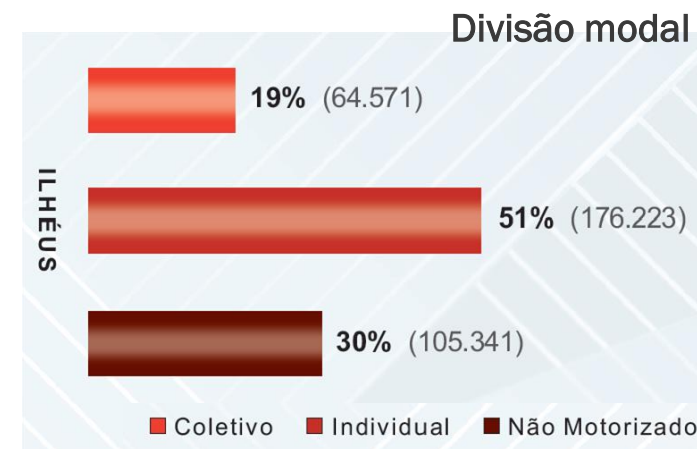
- Lei Municipal nº 3744, que regulamenta o estacionamento rotativo, foi aprovada em 2015;
- SUTRAM sinalizou que essa lei está em processo de licitação na Procuradoria Geral do Município - PROGER;
- Na região central de Ilhéus a baixa oferta de vagas de estacionamentos é considerada um grande problema, somado à falta uma política regulatória para estacionamentos;
- Em 2017/2018 foi realizado um projeto de mapeamento das áreas públicas que poderiam ser utilizadas como bolsões de estacionamento, inclusive para ônibus de turismo. Atualmente esse projeto está sendo refeito, sem previsão de finalização.

Sistema Viário e Caracterização

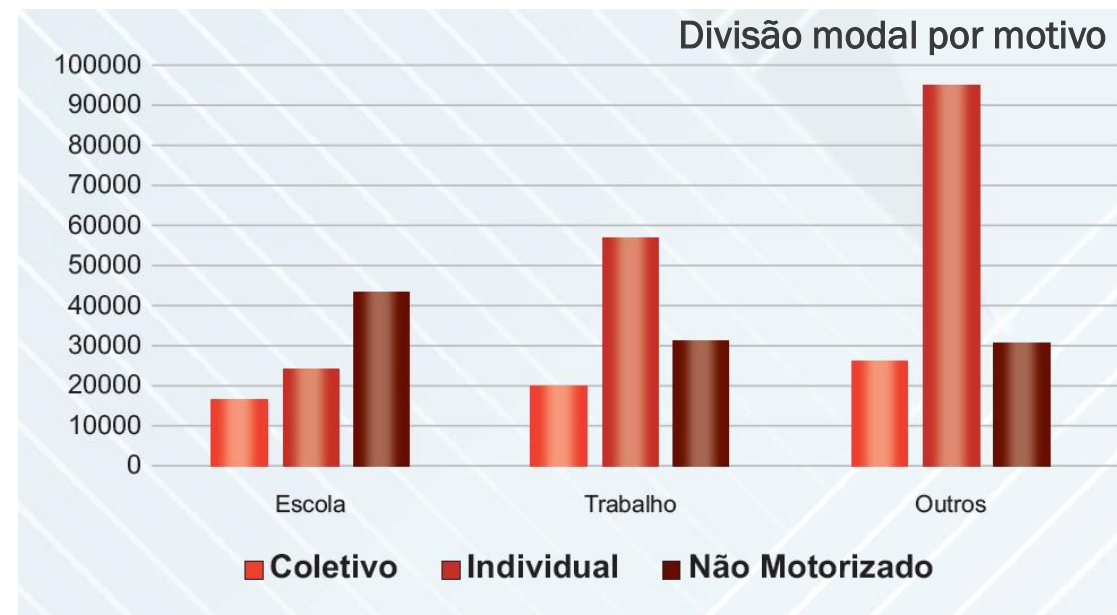
06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

Caracterização das Viagens (Pesquisa OD 2019)

- A Pesquisa OD domiciliar foi realizada em 2019/2020;
- Divisão modal observada: transporte coletivo 19%, individual 51% e ativo 30%;
- Deslocamentos por motivação: 32% trabalho, 24% para escola, 44% outros motivos;
- O transporte individual motorizado é o modo mais utilizado (tirando a destinação escolar).



Fonte: Pesquisa OD 2019.



Fonte: Pesquisa OD 2019.

Sistema Viário e Caracterização

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

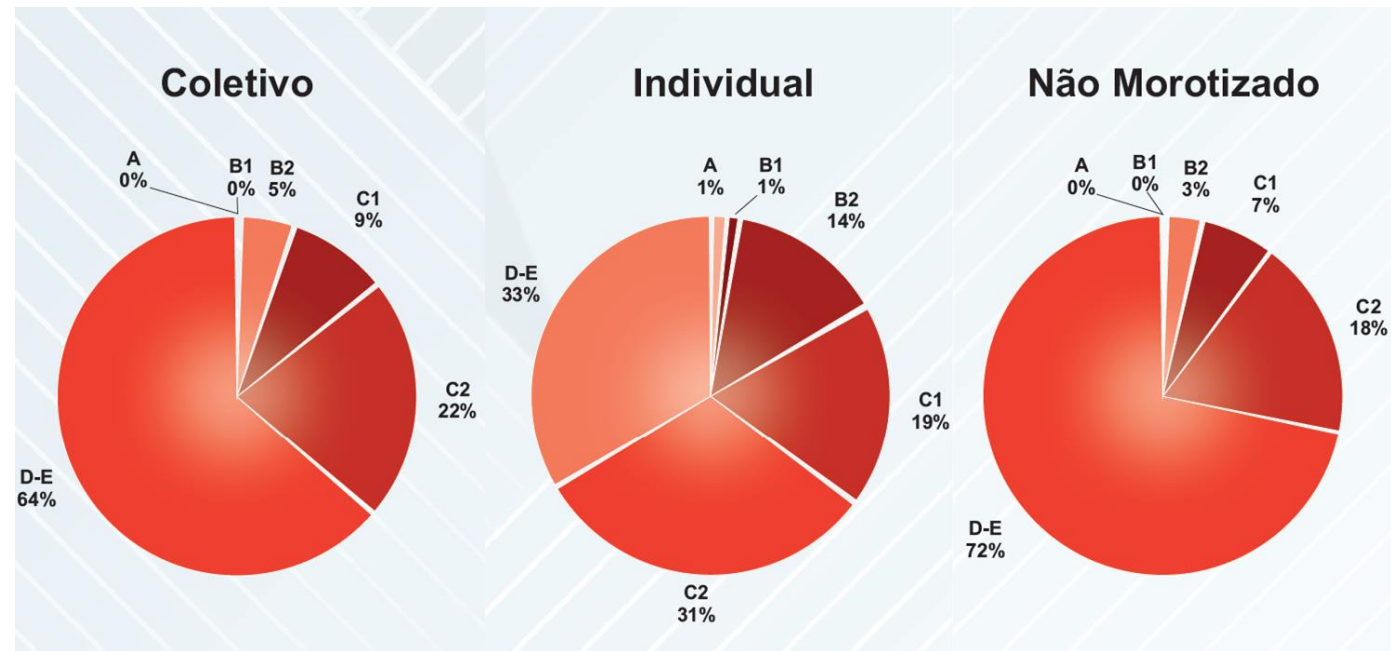
Caracterização das Viagens (Pesquisa OD 2019)

Variação por classe social:

- modos ativos e coletivos - usados por faixas de renda mais baixas;
- modo individual motorizado - usado por faixas de renda mais altas;

Tempo médio das viagens é:

- 43 minutos por transporte coletivo;
- 22 minutos por transporte individual motorizado;



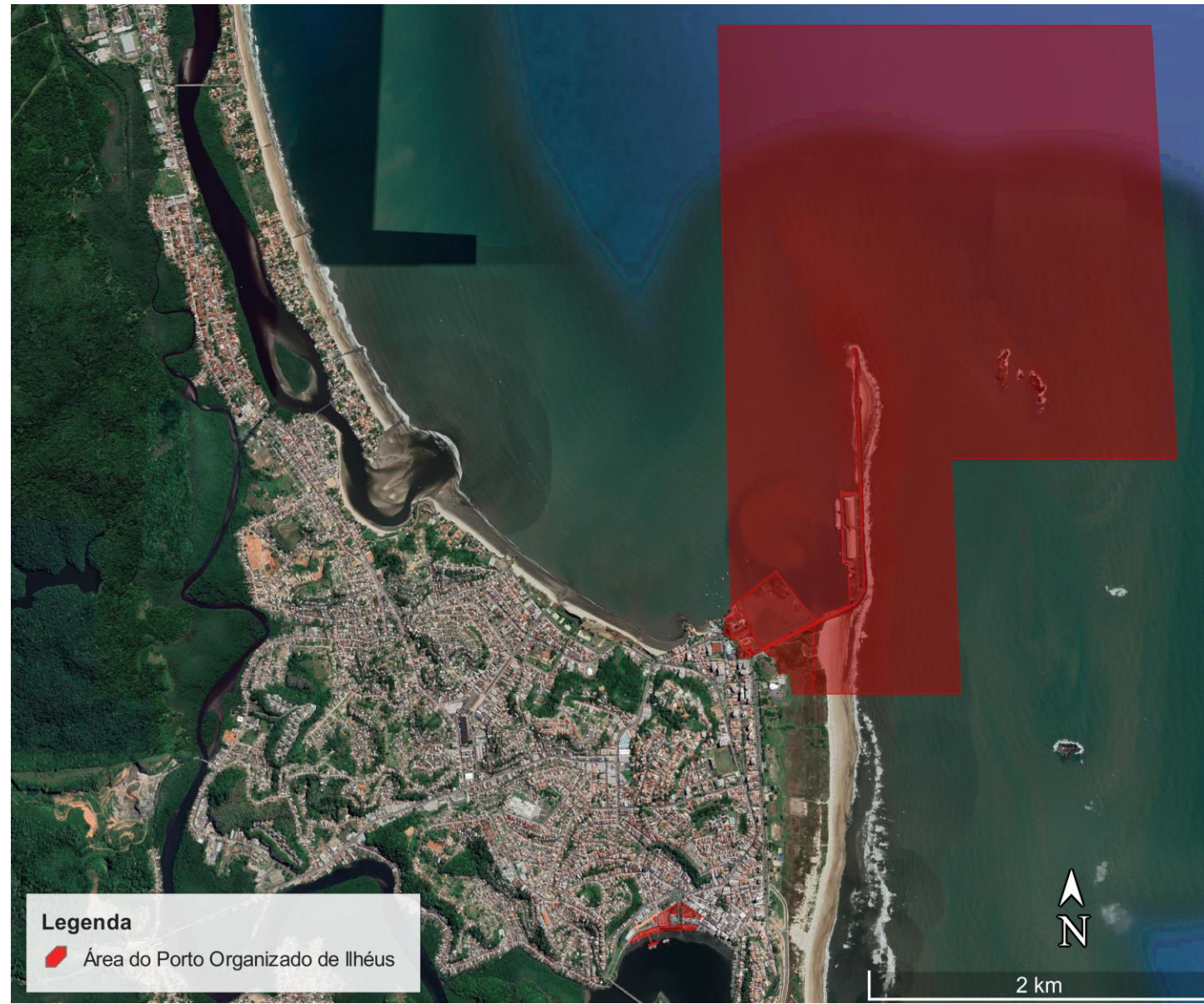
Fonte: Pesquisa OD 2019.

Grandes Infraestruturas

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

Infraestrutura Portuária

- Porto de Ilhéus (Porto do Malhado) tem administração e controle da CODEBA;
- Movimenta diversas cargas de várias regiões do Brasil e cruzeiros turísticos;
- Infraestrutura das vias não comporta o fluxo existente (principalmente de transporte receptivo para turistas);
- Terminal Pesqueiro, inaugurado 2014, fornece infraestrutura para atendimento dos pescadores.



Grandes Infraestruturas

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

Infraestrutura Aeroportuária

- O aeroporto foi inaugurado em 1938, e a ocupação urbana de seu entorno foi posterior à sua operação;
- Configura uma **barreira urbana**, pois limita conexão da área central com o sul da cidade;
- Há demanda por sua ampliação, porém, **não há espaço para expansão**, pois é limitado fisicamente pelo mar e pelo rio Cachoeira.



Transporte Público Coletivo

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

Transporte Coletivo por ônibus urbano e rural

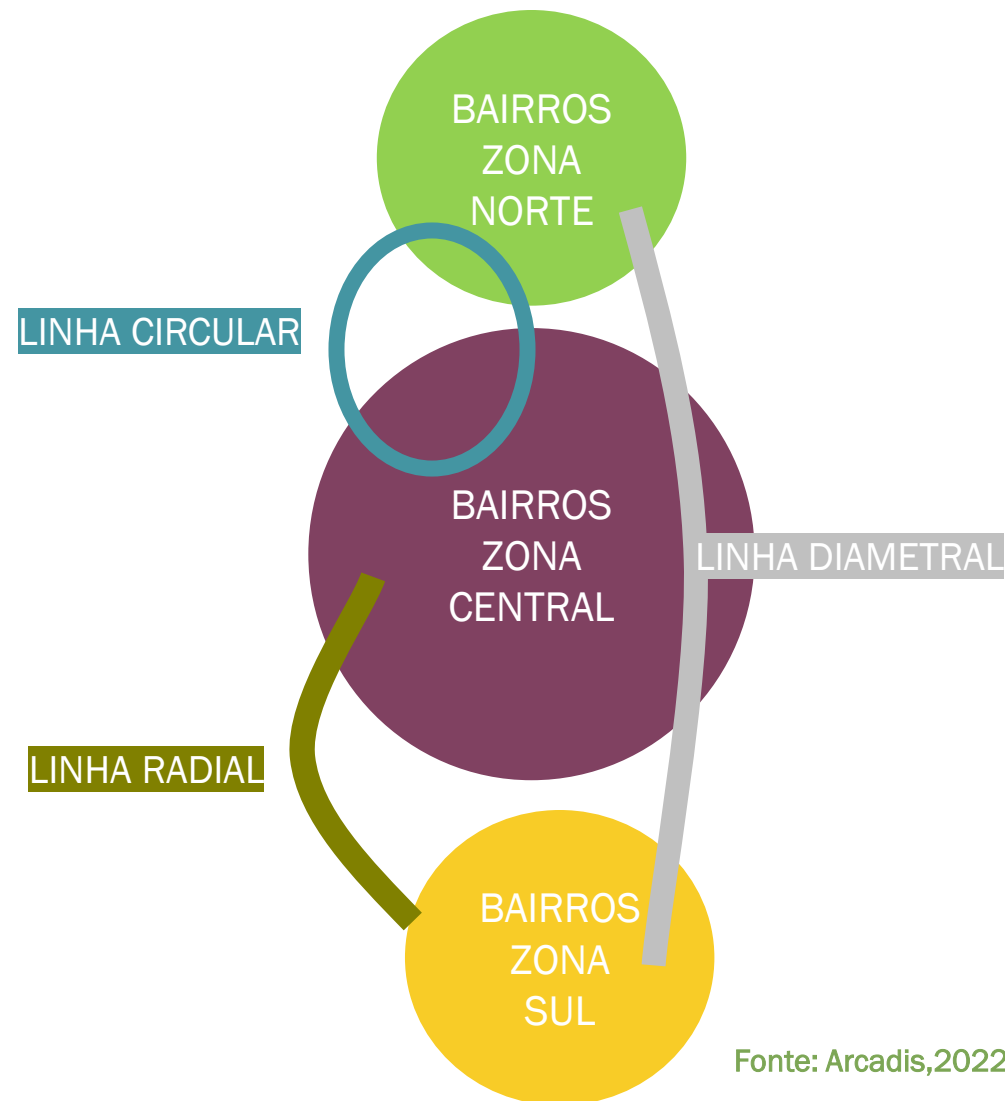
A lógica do itinerário das linhas de ônibus municipais de Ilhéus é: diametral, radial e circular:

- Na área urbana (bairros) as 3 lógicas são encontradas;
- Na área rural (distritos) encontra-se apenas a lógica radial;

São problemas da rede atual de TPC:

- Não é pensado como um sistema;
- Há sobreposição de linhas;
- Não há adequação da oferta (de linhas, horários, veículos e frequência) de acordo com as demandas;
- Não há integração entre as linhas;
- As linhas e a frequência de ônibus não suprem a demanda de alguns bairros urbanos e de muitos distritos rurais.

Esquema da lógica das linhas de transporte coletivo por ônibus na sede urbana de Ilhéus



Fonte: Arcadis, 2022.

Transporte Público Coletivo

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

Transporte Coletivo por ônibus urbano e rural

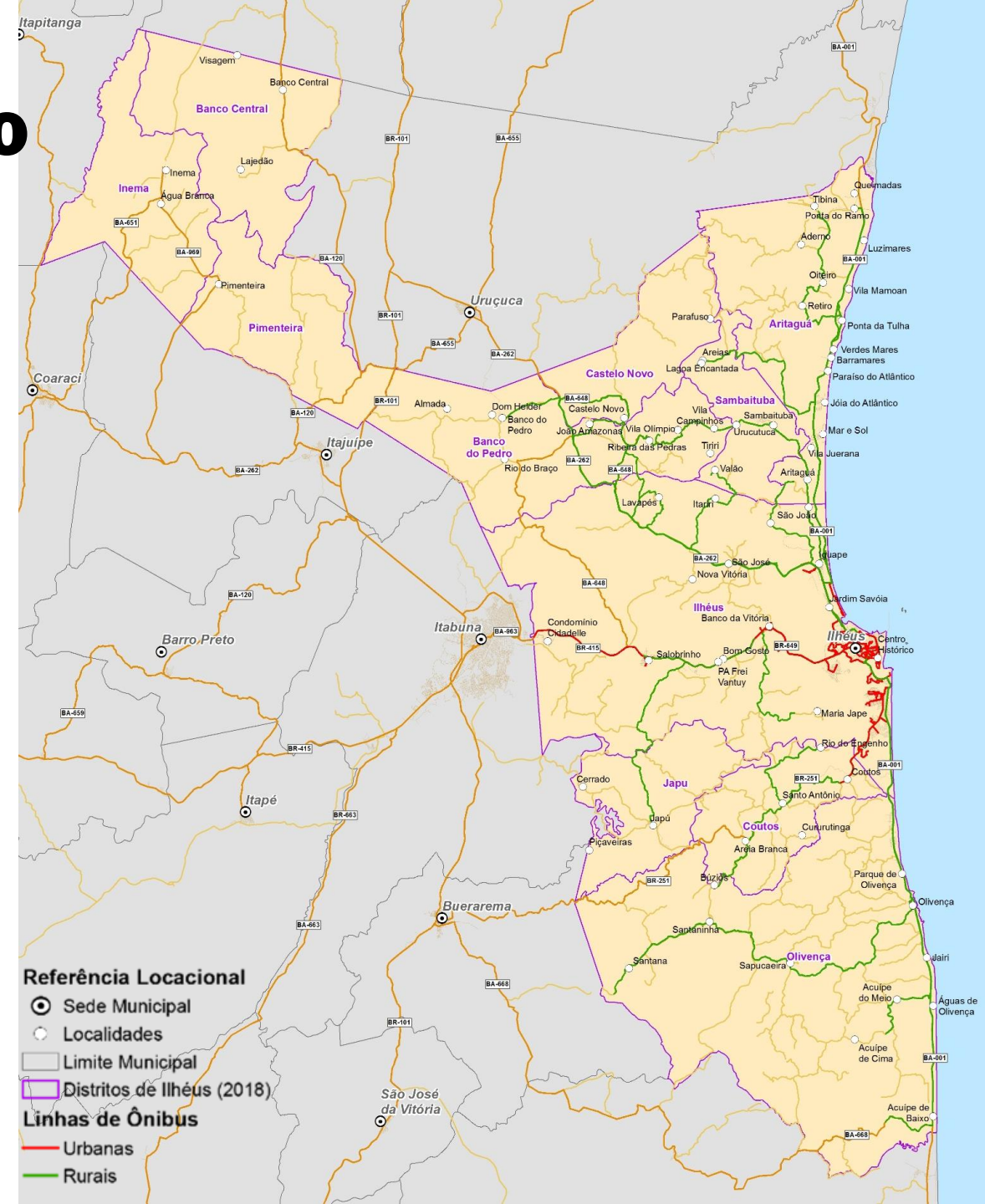
A operação é composta por 59 linhas:

- 20 que atendem os distritos rurais,
- 39 que atendem os bairros urbanos;

A frota é de 120 ônibus, dos quais 104 estão ativos atualmente (87,8%), após o redimensionamento por conta da pandemia;

O sistema é operado por 2 empresas de transporte, que alegam dificuldade financeira;

O sistema conta com 1/3 da demanda anterior à pandemia: muitos passageiros migraram para o transporte alternativo e outros modos.



Transporte Público Coletivo

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

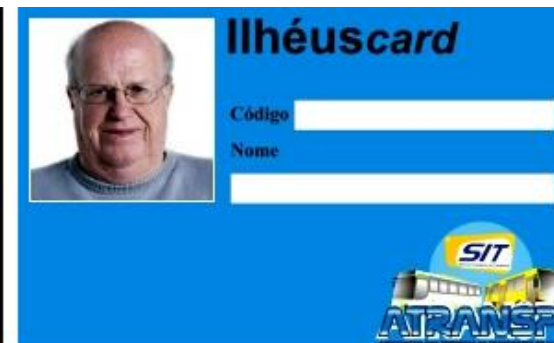
Política Tarifária

A tarifa do transporte público por ônibus municipal é de R\$ 3,80, sem integração tarifária;

Há pagamento por bilhetagem eletrônica. O Ilhéus card tem 4 categorias: idoso, estudante, vale transporte e cartão passe fácil;

Existe um projeto de reestruturação do sistema, com integração tarifária de 2 horas, além de pontos de transbordo. Atualmente o projeto está sendo refeito, para se adaptar às últimas mudanças do sistema viário e às demandas após os impactos da pandemia.

Ilhéus Card: modalidades



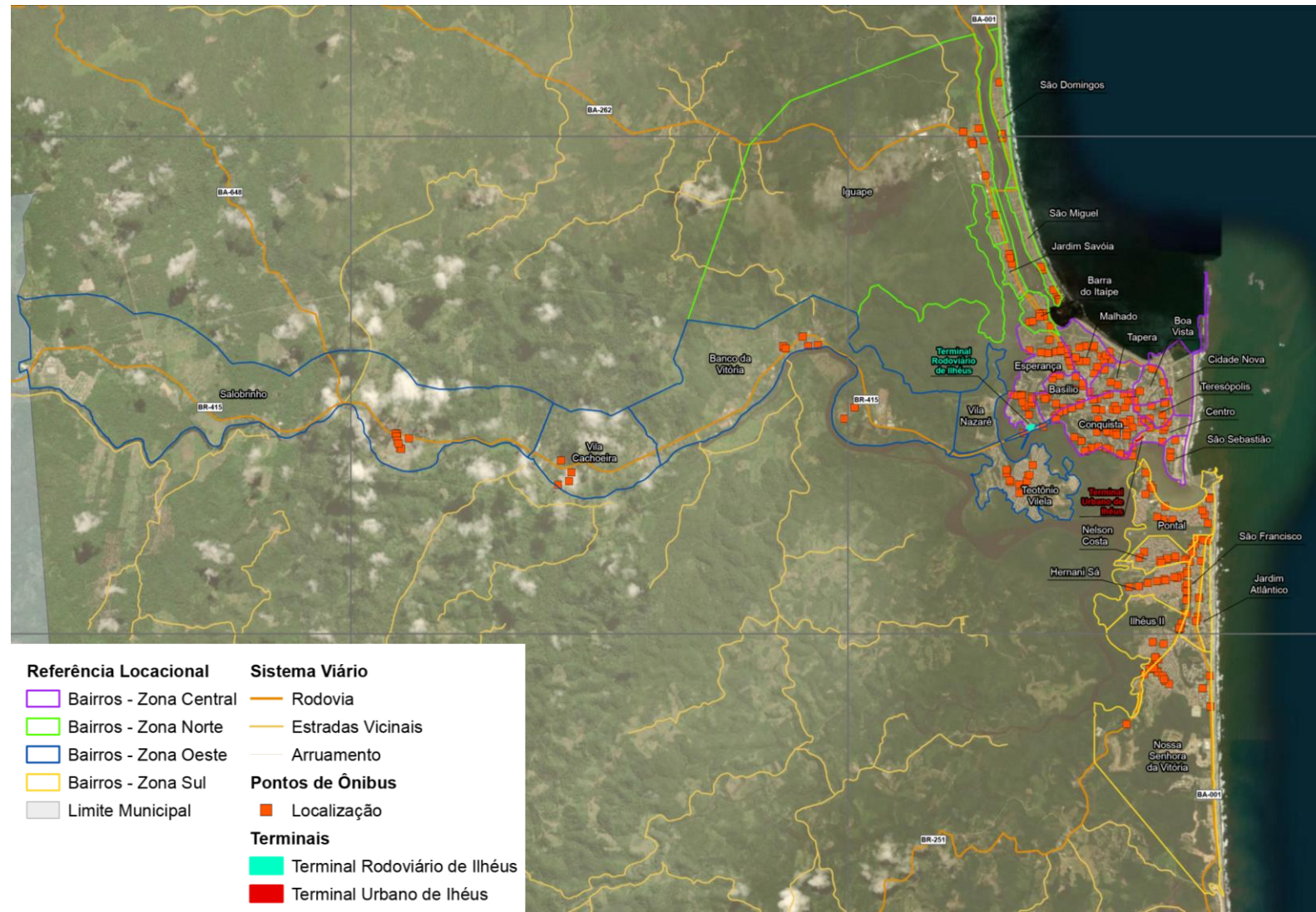
Fonte: Associação das empresas de transporte de Ilhéus-ATRANSPI

Transporte Público Coletivo

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

Infraestrutura do Transporte Público Coletivo

- Há faixas de ônibus nas avenidas: Tiradentes, Lomanto Júnior, Litorânea e Antônio Carlos Magalhães;
- Ilhéus possui 2 rodoviárias: Terminal Urbano Municipal e Terminal Rodoviário de Ilhéus;
- Existem 2 modelos de abrigos/pontos de paradas de ônibus: área urbana e para rodovias. Os abrigos na orla da praia devem ser resistentes à maresia.



Mobilidade Ativa

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

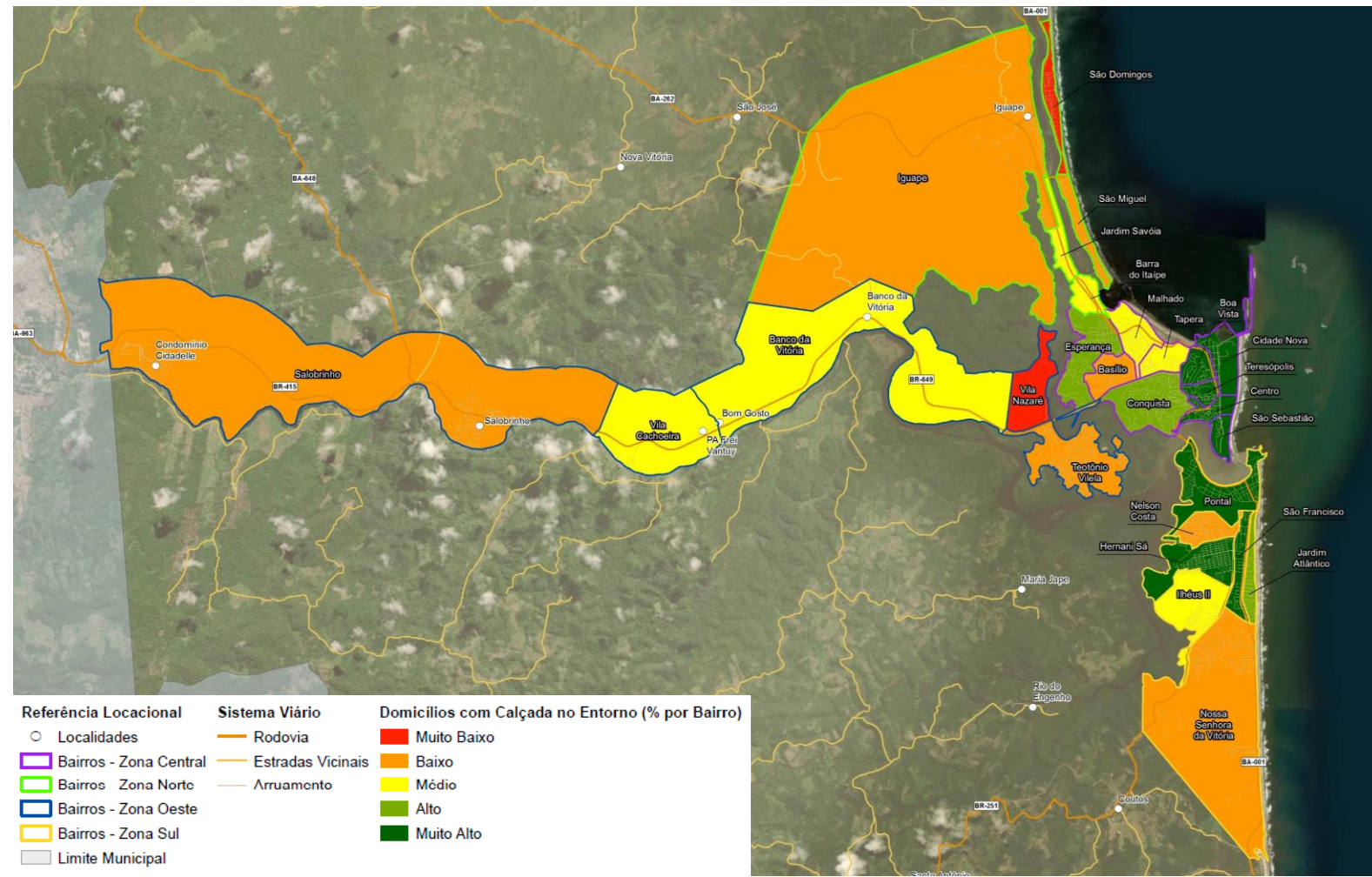
Mobilidade a pé

Apesar de 30% das viagens serem por modos ativos (Pesquisa OD 2019), as condições das calçadas são deficitárias;

A existência de calçadas é maior na região central:

- Zona Central: médio (64%);
- Zona Sul: médio (60%);
- Zona Norte: baixo (30%);
- Zona Oeste: baixo (19%);

Somente a existência de calçada não garante condições adequadas.



Mobilidade Ativa

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

Ciclomobilidade

Quase 4% das viagens em Ilhéus eram feitas por bicicleta em 2019 (Pesquisa OD 2019), o que pode ter aumentado após a pandemia;

Há poucos trechos de infraestrutura cicloviária, que não configuram uma rede integrada;

Faltam informações sobre os trechos e suas condições de uso, tal como sinalização, conservação, iluminação etc.

Quantas vezes por semana você usa a bicicleta?



Fonte: Projeto Ativa Ilhéus 2015/2016

Mobilidade Ativa

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

Infraestrutura geral ligada a mobilidade ativa, por zona

Zona	Domicílios Particulares Permanentes (DPP)	Existe Meio-fio/guia	
		Qtde	% (Total de DPP)
Zona Oeste	7.777	1.949	25,06%
Zona Norte	4.686	1.658	35,38%
Zona Central	19.334	12.348	63,87%
Zona Sul	13.330	8.354	62,67%

Zona	Domicílios Particulares Permanentes (DPP)	Existe Iluminação Pública	
		Qtde	% (Total de DPP)
Zona Oeste	7.777	4.159	53,48%
Zona Norte	4.686	3.350	71,49%
Zona Central	19.334	18.116	93,70%
Zona Sul	13.330	9.601	72,03%

Zona	Domicílios Particulares Permanentes (DPP)	Existe rampa para cadeirante	
		Qtde	% (Total de DPP)
Zona Oeste	7.777	38	0,49%
Zona Norte	4.686	11	0,23%
Zona Central	19.334	522	2,70%
Zona Sul	13.330	123	0,92%

Zona	Domicílios Particulares Permanentes (DPP)	Existe Arborização	
		Qtde	% (Total de DPP)
Zona Oeste	7.777	2.518	32,38%
Zona Norte	4.686	1.524	32,52%
Zona Central	19.334	8.386	43,37%
Zona Sul	13.330	5.893	44,21%

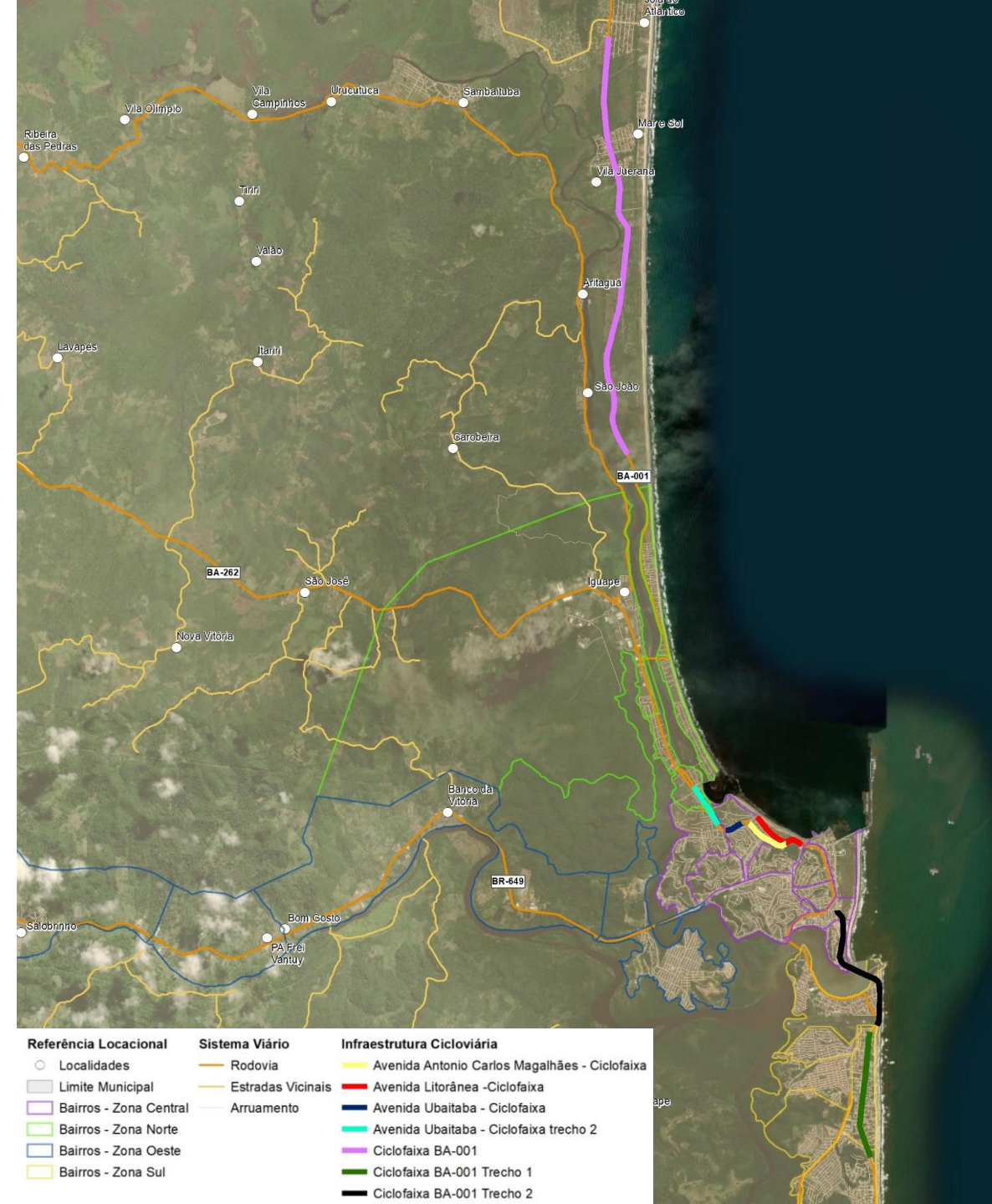
Mobilidade Ativa

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

Infraestrutura Cicloviária

Em relação a ciclomobilidade, Ilhéus possui cerca de **16 quilômetros de infraestrutura cicloviária** distribuída ao longo da BA-001, maiores trechos nas zonas norte e sul, e um pequeno trecho na área central.

A infraestrutura cicloviária não é confortável e segura, pois é desconexa e com trechos mal sinalizados, sem linearidade e coerência.

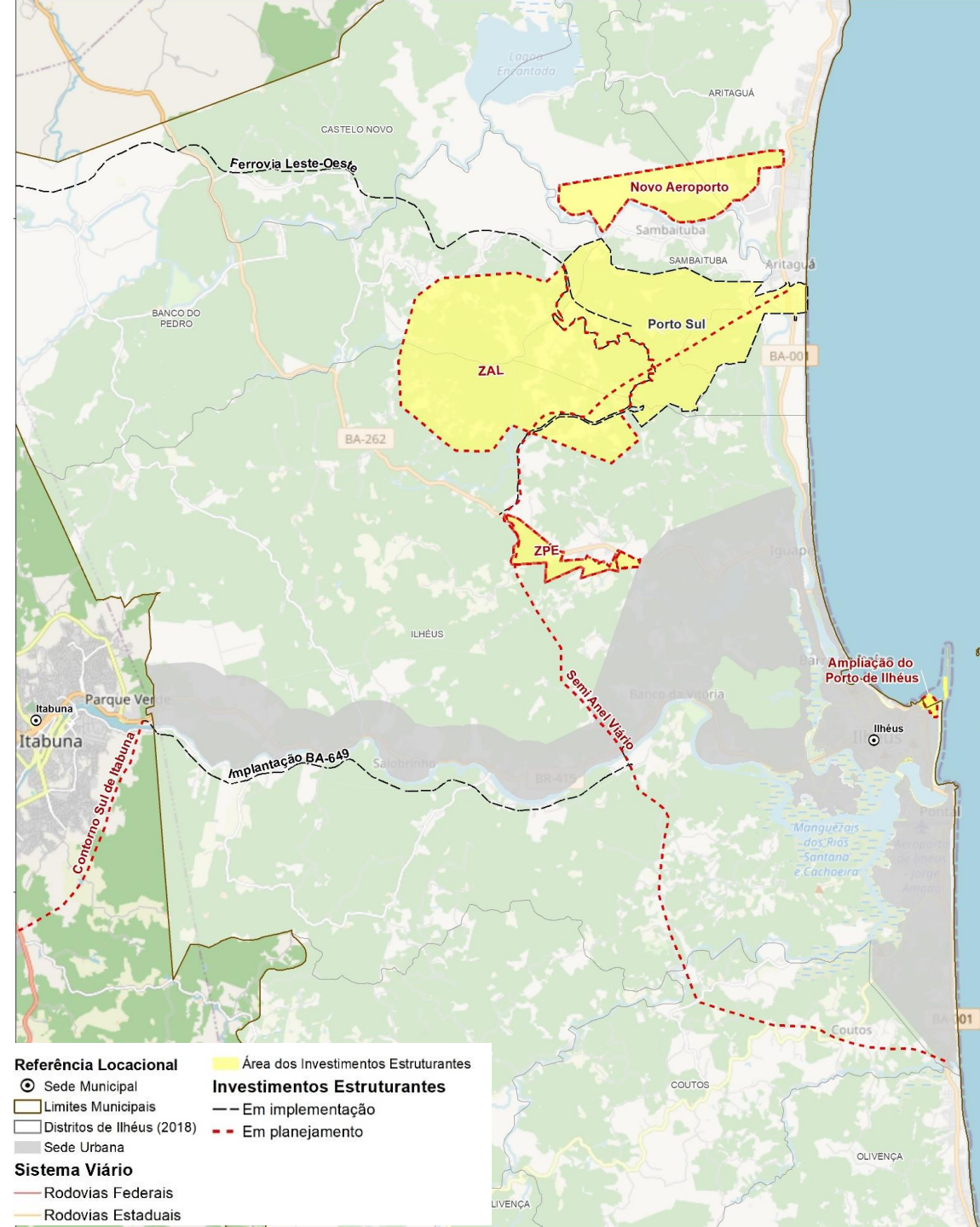


Projetos e Estudos

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

Arco Viário de Ilhéus e possível novo aeroporto

- Arco viário conectando centralidade sul, central e norte, pela BR-415 e BR-001;
- Arco externo a mancha urbana;
- Possibilidade de novo aeroporto, ao norte.



Projetos e Estudos de Mobilidade

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

MOBCIDADES: mobilidade, orçamento e direitos

Foram analisadas a Lei de Orçamento Anual (LOA) 2018 e as prestações de contas do mesmo ano, na área de mobilidade urbana:

- 15,47% do orçamento total é voltado para a mobilidade urbana;
- Destes, 52,6% é voltado para o transporte individual motorizado;

Não há Plano Municipal de Mobilidade Urbana, conforme exigido pela PNMU.

Orçamento da mobilidade urbana de Ilhéus por categoria 2018



Fonte: MobCidades: Mobilidade, Orçamento e Direitos - 2018

Projetos e Estudos de Mobilidade

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

Projeto Ativa Ilhéus

O projeto foi concebido pelo Instituto COURB e Instituto Nossa Ilhéus, entre 2015 e 2016;

Conta com propostas de rede cicloviária e sistema de transporte aquaviário, incluindo:

- 35 km de rede cicloviária, composta por 7 trechos de ciclovias segregadas e 5 trechos de ciclofaixas;
- Projeto aquaviário com 3 linhas de serviço e 6 estações.



Fonte: Projeto Ativa Ilhéus 2015/2016

Rede aquaviária e cicloviária





- **INDICADOR DE DISTRIBUIÇÃO DAS LINHAS DE ÔNIBUS DE ACORDO COM A POPULAÇÃO**

Indicador de Distribuição das linhas de ônibus de acordo com a população

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

Metodologia

Indicador inspirado no PNT (sigla para o termo original em inglês: People Near Transit), que tem sido utilizado pelo Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP);

Como Ilhéus não conta com transporte de alta capacidade (BRT, metrô, trens e VLT), o indicador foi adaptado para mensurar o percentual da população de cada bairro ou distrito que reside nas proximidades dos trajetos das linhas urbanas e rurais de ônibus;

O cálculo funciona da seguinte forma:

- Foram identificadas as áreas de abrangência a partir do traçado das linhas de ônibus, sendo 300 m para áreas urbanas e 600 m para áreas rurais;
- Com base nas informações de densidade de cada setor censitário, foi calculada a população atendida pelas linhas de ônibus;
- Foi então, calculada a porcentagem da população atendida por bairro (área urbana) e distrito (área rural) em relação à população total.

Escalas de análise:

- Municipal (distritos);
- Sede Urbana (bairros).

Indicador Distribuição das linhas de ônibus de acordo com a população

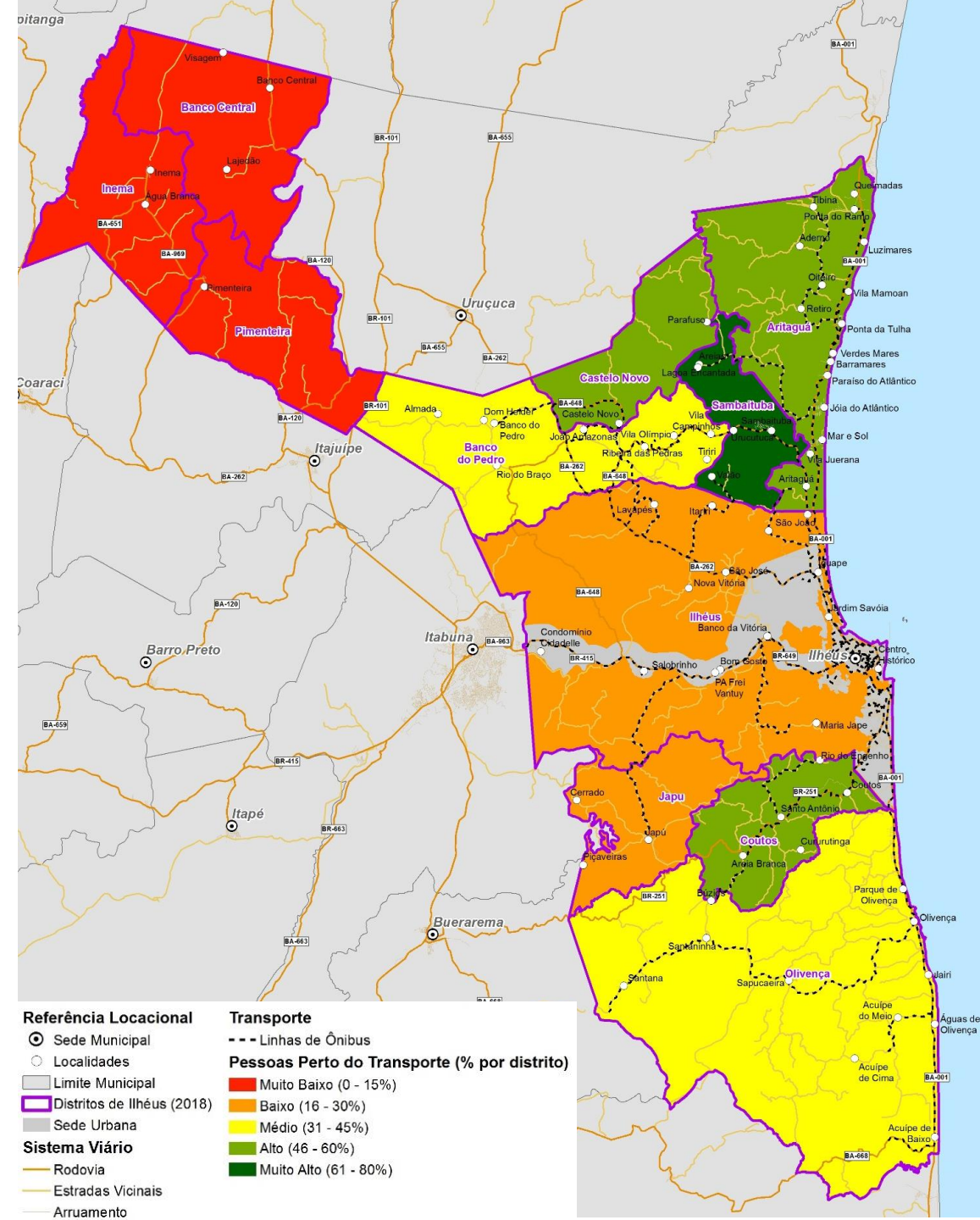
06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

Escala municipal (distritos)

Os distrito de Sambaituba tem o alcance de 65% a 100% pelas linhas de transporte por ônibus;

Os distritos de Inema, Banco Central e Pimenteira não possuem conexão com o restante do município e, portanto, não são atendidos por linhas municipais;

Distritos de Japu, Olivença e Banco do Pedro têm menos de 45% de alcance pelas linhas de transporte por ônibus.



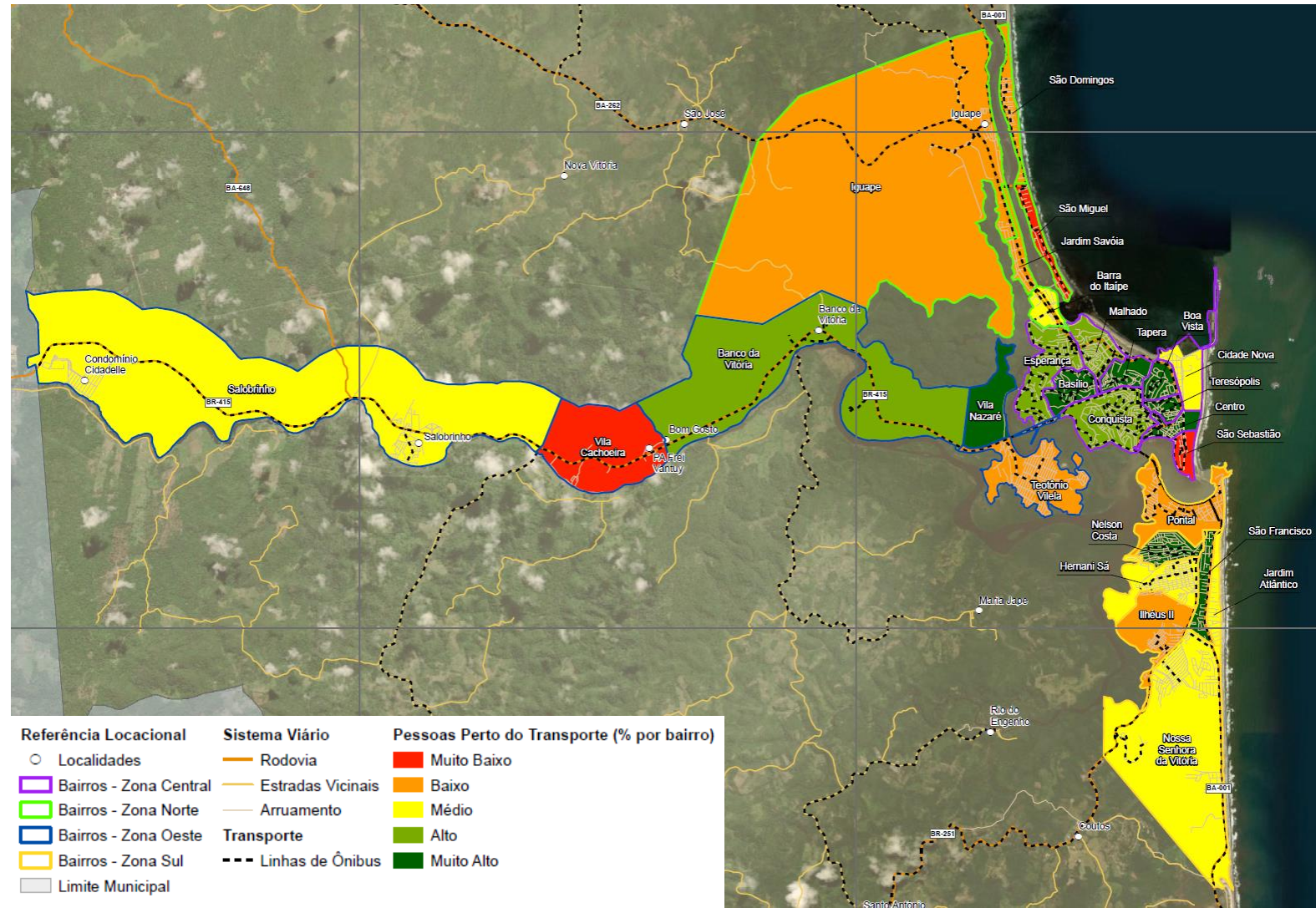
Indicador Distribuição das linhas de ônibus de acordo com a população

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

Escala da Sede Urbana (bairros)

Bairros centrais têm o alcance de 100% pelas linhas de transporte por ônibus;

Os bairros de São Miguel, São Sebastião e Vila Cachoeira têm menos de 50% de alcance da população pelas linhas de transporte público por ônibus.





- **INDICADOR DE INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE**

Indicador de Infraestrutura de Mobilidade

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

Metodologia

O indicador de **Infraestrutura de Mobilidade** foi construído com base nas informações do **Censo 2010** do IBGE, considerando a existência de **iluminação, pavimentação, calçada, meio-fio/guia, rampa para cadeirante e arborização** no entorno dos domicílios permanentes;

Para cada um deles, foram calculadas as porcentagens, por bairro, dos domicílios que possuem essas diferentes infraestruturas;

Foram definidos **pesos de cada infraestrutura**, para a construção de um indicador único, ponderado, que reflita a importância de cada um dos elementos para a mobilidade urbana.

Escalas

- Sede Urbana (bairros): o IBGE realiza o levantamento de infraestrutura apenas nas áreas urbanas.

Pesos para o indicador de Infraestruturas de Mobilidade - IBGE

Elemento de infraestrutura	Peso
Pavimentação	2,0
Calçada	2,0
Iluminação	2,0
Rampa	1,0
Arborização	0,5
Meio fio	0,5

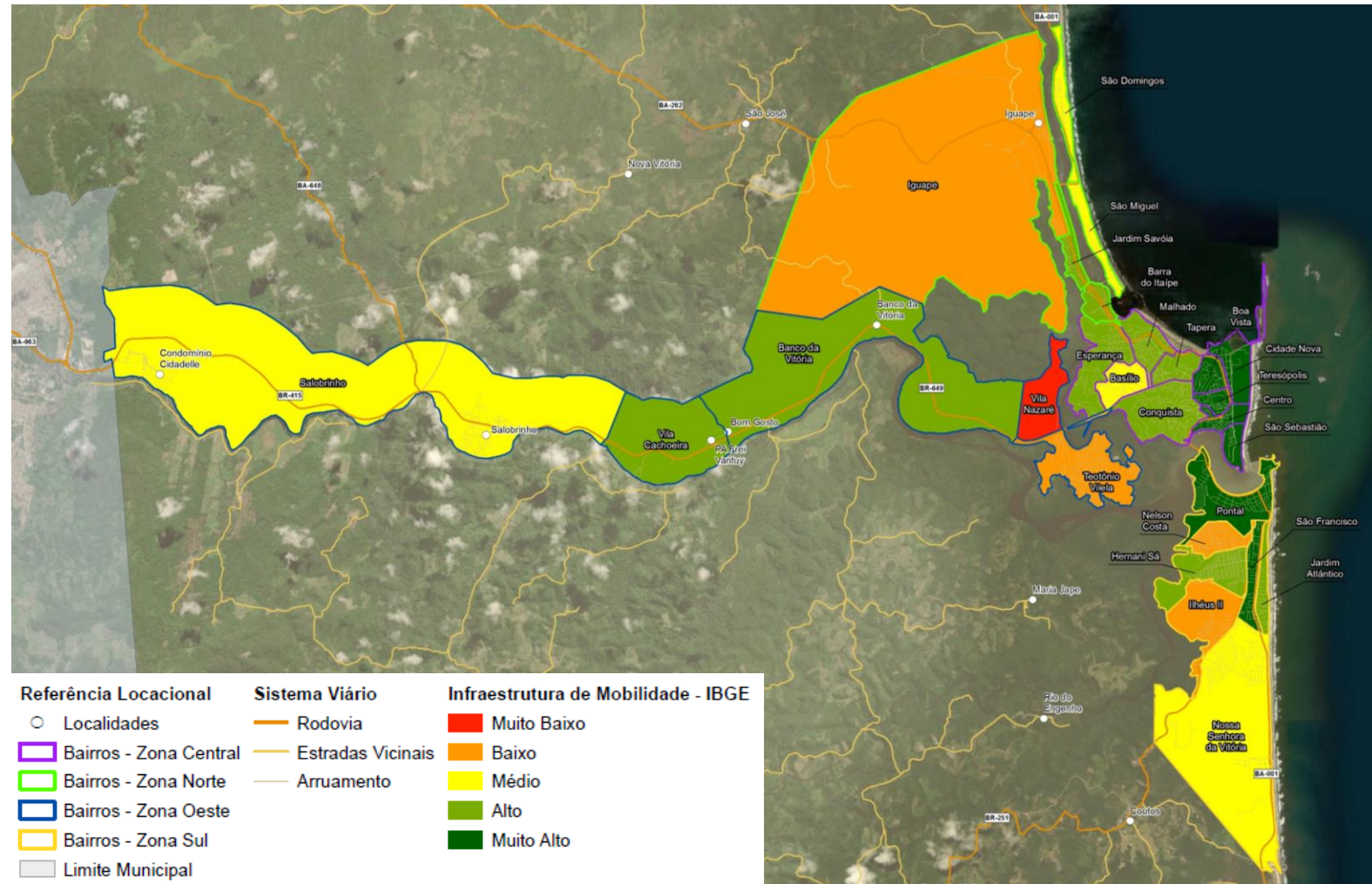
Indicador de Infraestrutura de Mobilidade

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

Escala da Sede Urbana (bairros)

Bairros da zona central e sul apresentam os maiores indicadores;

Vila Nazaré apresenta 0% de infraestrutura registrada.



Conclusões

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

Pontos de Atenção
Leitura Técnica
Distritos de Banco Central, Inema e Pimenteira isolados por topografia existente;
Estradas que conectam os distritos (área rural) em más condições, ou inexistentes;
Gerenciamento das rodovias sem comunicação entre as esferas administrativas (Nomes mudam muito ao longo das rodovias, obras feitas apenas no trecho referente à esfera administrativa)
Condições da BA-649/BR-415 precárias, com muitos sinistros de trânsito, sem infraestrutura de apoio e com duplicação mal realizada das faixas de rolamento;
Binário da BR-415 com a BA-649 não leva em consideração outros modos de locomoção (transporte público e mobilidade ativa);
Rodovia BA-001 sul (Ilhéus-Olivença), recém reformada, é uma via expressa, de alta velocidade, em área urbana, sem conexão com o entorno;
Teotônio Vilela tem apenas 2 estradas de conexão, cercado pelo rio Cachoeira;
Topografia acentuada em alguns bairros centrais prejudica a locomoção (ex. Bairro Conquista)
Modelo de mobilidade baseado em veículos individuais motorizados, que resulta em alta demanda por vagas de estacionamento no centro, onde não existe espaço suficiente para esse fim;
Porto de Ilhéus: muitos caminhões estacionados no entorno, e se movimentando por rodovias no centro urbano. Além disso, a área central não tem planejamento para receber os viajantes dos cruzeiros turísticos;
Aeroporto Jorge Amado não tem infraestrutura adequada, e é uma barreira urbana;
Ausência de planejamento da segurança viária, tais como programas, projetos, educação, gestão e equipamentos de controle (como radares e semáforos, quebrados);
Ausência de regulamentação de carga e descarga;
Mobilidade sazonal, fluxo intenso de turistas no fim/começo de ano;
Transporte público por ônibus não é operado como sistema, com ausência de integração (cartão e transbordo);
Redução da operação do sistema de transporte público após a pandemia (frequência, horários e frota) e queda da demanda (atualmente, está em torno de 1/3 do que era antes da pandemia);
Ausência de uma regulamentação específica para o transporte público urbano e rural;
Linhas de transporte público rurais serão operadas por outra empresa de ônibus;
Pesquisa OD 2019: 60% das pessoas, de todas as rendas, avaliaram o transporte público como ruim ou muito ruim;
Área urbana: conjuntos residenciais (MCMV) construídos sem acesso adequado ao transporte público;
Área rural: o transporte da produção da agricultura familiar é feito pelo transporte público (não existe transporte adequado);

Conclusões

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

Pontos de Atenção

Leitura Técnica

Conselho Municipal de Trânsito e Transporte de Ilhéus - COMUTRAN: atuação suspensa;

Transporte alternativo: carros comuns, sem permissão, não vinculados a aplicativos, funcionam à margem da lei;

Terminal urbano municipal não tem infraestrutura adequada para operação;

Faixas preferenciais/exclusivas de ônibus são escassas na malha urbana;

Condições para o caminhar são, no geral, deficitárias, com calçadas ruins, iluminação precária, sem acessibilidade e faixas de travessia e sinalização insuficientes;

Infraestrutura cicloviária insuficiente e precária;

Plano Diretor Participativo de Ilhéus (2006): quase não houve atendimento das ações e diretrizes propostas (apenas 3 contempladas na integralidade);

Ausência de um plano de mobilidade urbana, em atendimento à PNMU;

LOA - Orçamento Anual com dados de 2018 (MobCidades: Mobilidade, Orçamento e Direitos) com investimento de mais de 50% da mobilidade urbana no transporte individual motorizado.

Leitura Social

Escoamento da safra dos distritos - gargalo da mobilidade - estradas vicinais precárias.

Transporte público deficiente (superlotação, horários inadequados, equipamentos velhos, sem segurança nos pontos de ônibus).

Dificuldade de acesso ao Porto de Ilhéus - implementar corredor para melhoria do acesso.

Aeroporto carente de ampliação e necessidade de implantação do aeroporto internacional.

Implantação da rodovia BA-649 (Ilhéus-Itabuna) ao sul do rio Cachoeira - área precisa ser planejada, considerando usos diversificados e fluxos de cargas.

Requalificação dos acessos aos bairros, especialmente de anéis viários, a exemplo do Teotônio Vilela.

Ciclovias escassas, não conectadas e espaço disponível acaba por ser destinado a veículos automotores.

Ocupação irregular na faixa de domínio da BA-001.

Duplicação da BA-001 a sul: segregação de bairros, insegura para deslocamentos a pé e de bicicleta.

Conclusões

06. Temáticas Setoriais: Mobilidade

Pontos Fortes/Potencialidades

Leitura Técnica

Limite de 50 km/h na maioria das vias urbanas (comportamento mais seguro e melhor equidade entre modos)

Respeito à faixa de pedestres por parte dos motoristas ainda que não haja sinalização e ou legislação específica.

Rios existentes com potencial para o transporte público hidroviário;

Lei de estacionamento rotativo já aprovada (verba poderia ser direcionada para o transporte público e/ou mobilidade ativa);

Possível novo aeroporto em área ao norte de Ilhéus, liberado pela ANAC, e com algum nível de estudo;

Lei específica que regulamenta gratuidades para idosos e pessoas portadoras de deficiência;

Conselho Municipal de Trânsito e Transporte de Ilhéus - COMUTRAN, com caráter deliberativo, e composição bem distribuída;

Existência de projeto para implantação de um sistema de integração tarifária no transporte público por ônibus;

Projeto de revitalização da orla norte e sul;

Projeto de constituição de uma rede cicloviária, com novos trechos de infraestrutura;

Se implementado, o Contorno de Ilhéus permitirá que o transporte de passagem, de carga e de passageiros, não circule pela malha urbana;

Centro histórico com configuração urbana que propicia a mobilidade ativa;

Centralidades nos distritos rurais que permitem a implantação de linhas circulares para atender a população local.

Leitura Social

Expansão do Porto de Ilhéus – planejamento de concessão, ampliação de áreas secas, uso de áreas obsoletas e estruturação de terminal de passageiros

Previsão de conexão entre ciclovias Orlas Norte e Sul e mais bicicletários na Av. Soares Lopes.

Cursos hídricos com potencial de transporte hidroviário.



- **PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO**

Metodologia

06. Temáticas Setoriais: Patrimônio Cultural e Turismo

A partir do levantamento de dados secundários para a produção do levantamento do patrimônio cultural para o Plano Diretor Participativo de Ilhéus (PDPI), foi possível observar que o município apresenta uma variedade de bens patrimonializados, registrados ou ainda em processo de registro.

Fontes de dados consultadas:

- Prefeitura Municipal de Ilhéus;
- Secretaria de Cultura de Ilhéus;
- Conselho Municipal de Cultura de Ilhéus;
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN);
- Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC/BA);
- Biblioteca IBGE.

Na área em questão há diversas tipologias de Bens: imóveis, móveis, imateriais e arqueológicos.

Diante disso, é possível afirmar que **ILHÉUS POSSUI ALTO POTENCIAL DE DIFUSÃO CULTURAL E TURÍSTICA RELACIONADOS AO SEU PATRIMÔNIO**, nas diferentes formas as quais ele se manifesta junto da comunidade.

Patrimônio Histórico e delimitação do Centro Histórico

06. Temáticas Setoriais: Patrimônio Cultural e Turismo

Bens tombados		
Tipologia de bem	Nível de tombamento	Quantidade
Bem Imóvel	Federal	1
Bem Imóvel	Estadual	4
Bem Imóvel	Municipal	2



- Referência Locacional**
- Localidades
 - Bairros
 - Centro Histórico
 - Delimitação Lei 2.312/1989
- Bens Móveis Tombados**
- Federal
 - Estadual
 - Municipal
- Bens Tombados em Conjunto**
- Municipal

Centro Histórico

06. Temáticas Setoriais: Patrimônio Cultural e Turismo

O Centro Histórico do município de Ilhéus, delimitado a partir da Lei nº 2.312, de 1º de agosto de 1989. Compreendem o Centro Histórico, 103 imóveis divididos em 16 ruas e 1 praça. Os prédios desse conjunto devem preservar suas características arquitetônicas, artísticas e decorativas (ILHÉUS, 1989).



Patrimônio Cultural Material

06. Temáticas Setoriais: Patrimônio Cultural e Turismo

Bens Imóveis Tombados

Na categoria de bens imóveis, cabe destacar as edificações históricas, isoladas ou em conjunto, definidas como as que ajudam a contar os processos e dinâmicas de ocupação do território ao longo de sua história.

Denominação do Bem Imóvel Tombado	Homologação	Nível de Proteção	Decreto / Lei
Capela do Rio do Engenho de Santana	1984	Federal - Livro do Tombo das Belas Artes	Processo nº 687-T-62
Capela do Engenho Sant'Ana	1984	Estadual - Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Decreto nº 30.483 de 10/05/1984
Igreja Matriz de S. Jorge dos Ilhéus	1985	Estadual - IPAC	D. 001/85
Palácio Paranaguá	1991	Municipal	Decreto 034/91
Casa Jorge Amado e União Protetora dos Artistas e Operários	1993	Municipal	Decreto 026/93
Colégio de Nossa Senhora da Piedade e Palácio Episcopal	1995	Estadual - Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	
Igreja de Nossa Senhora da Escada (Oliveira)	2010	Estadual - Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Nº 12.531/10



Patrimônio Cultural Material

06. Temáticas Setoriais: Patrimônio Cultural e Turismo

RELATÓRIO INFORMATIVO DO PATRIMÔNIO (2022)

O município de Ilhéus possui uma listagem de bens elaborada para permitir melhor reflexão acerca proteção ao Patrimônio Cultural no município.

No total são 196 bens levantados, sendo que há técnicos analisando e criando propostas para o tombamento de alguns desses bens com o apoio do IPAC.

Entre os bens levantados, alguns fazem parte da área delimitada para o perímetro do centro histórico de Ilhéus, sendo que, além disso, alguns possuem propostas de tombamento pelo município.

Bens Culturais	
Nome do Bem	Endereço
Academia de Letras de Ilhéus	R. Antônio Lavigne de Lemos, 39 - Centro, Ilhéus - BA, 45653-330
As ruínas da antiga fábrica de chocolate Usina Vitória	
Associação Desportiva 19 de Março	R. Esmeraldo de Sá Vieira, 42-122 - Conquista, Ilhéus - BA, 45650-330
Bar Vesúvio	Praça, R. Dom Eduardo, 190 - Centro, Ilhéus - BA, 45653-320
Bataclan	Av. Dois de Julho, 77 - Centro, Ilhéus - BA, 45653-754
Canhão da Praça do Cadete (Mirante do Canhão)	Praça do Cadete, 10 - São Sebastião, Ilhéus - BA, 45659-080
Capela de Nossa Senhora da Vitória	R. Quinze de Agosto, 541 - Nossa Sra. da Vitória, Ilhéus - BA, 45655-540
Capela Nossa Senhora de Lourdes	R. Maria Catanna Lavigne de Lemos, 86-214 - São Sebastião, Ilhéus - BA, 45653-040
Casa Brasil	R. Marquês de Paranaguá, 70 - Centro, Ilhéus - BA, 45653-000
Casa de Cultura Jorge e Nacib em Olivença	R. Jorge Amado, 21 - Centro, Ilhéus - BA, 45653-200
Casa dos Artistas	Av. Gov. Roberto Santos, 1676 - Esperança, Ilhéus - BA, 45658-610
Clínica Dom Eduardo	R. Rodolfo Vieira, 61 - Centro, Ilhéus - BA, 45653-290
Colégio Status	Rua Dom Valdeão Tepe, 33, Av. Soares Lopes, 1131 - Centro, Ilhéus - BA, 45653-220
Cristo da Praia do Cristo	Av. Dois de Julho, 368-1388 - Centro, Ilhéus - BA
Famácia Cabral	R. Bento Berilo, 147 - Centro, Ilhéus - BA, 45653-270
Farol do morro de Pernambuco	Rua Raquel Pólvora, 49 - Pontal, Ilhéus - BA, 45654-250
Ilhéus Hotel	R. Eustáquio Bastos, 144 - Centro, Ilhéus - BA, 45653-020
Lanchonete Berimbau	R. Marquês de Paranaguá, 321 - Centro, Ilhéus - BA, 45653-000
Mirante do Alto do Sebastião (Outeiro)	R. André, 1-41 - São Sebastião, Ilhéus - BA, 45653-040
Obelisco Dois de Julho (1926)	Avenida Dois de Julho, São Sebastião, Ilhéus - BA - CEP 45653758
Palacete Coronel Ramiro Castro (Colégio Impacto) - Rua do Terminal Urbano	R. Ramiro de Castro, 63 - Centro, Ilhéus - BA, 45653-610
Palacete Misael Tavares	53, R. Antônio Lavigne de Lemos, 25 - Centro, Ilhéus - BA, 45653-330
Palácio Episcopal / Bispado Santa Ângela	R. Me. Tais, 197 - Malhado, Ilhéus - BA, 45650-015
Pizzaria Maria Machado	Av. Dois de Julho, 955 - Centro, Ilhéus - BA, 45653-040
Prédio da Associação Comercial de Ilhéus	Centro, Ilhéus - BA, 45653-410
Sindicato Rural de Ilhéus	R. Eustáquio Bastos, 196 - Centro, Ilhéus - BA, 45653-020
Teatro Municipal de Ilhéus	R. Jorge Amado, 21 - Centro, Ilhéus - BA, 45653-200
Terreiro Matamba Tombeci Neto	Av. Brasil, 485 - Conquista, Ilhéus - BA, 45650-270
União Protetora dos Artistas e Operários	Av. Dois de Julho - São Sebastião, Ilhéus - BA, 45653-040

Patrimônio Cultural Imaterial

06. Temáticas Setoriais: Patrimônio Cultural e Turismo

Bens Móveis e Patrimônio Imaterial

Até o momento, o município de Ilhéus não possui nenhum bem móvel e patrimônio imaterial registrado e/ou inventariado que pode ser identificado a partir da presente pesquisa.

No entanto, há algumas festividades, ainda não registradas que fazem parte da história e cultura da cidade:

- Festa da Puxada do Mastro de São Sebastião (Olivença);
- Festejo de Iemanjá;
- Lavagem da Escadaria da Catedral;
- Carnaval;
- Festa de São João;
- Bumba Meu Boi do seu Oreco;
- Quadrilha Junina;
- Capoeira, entre outros.

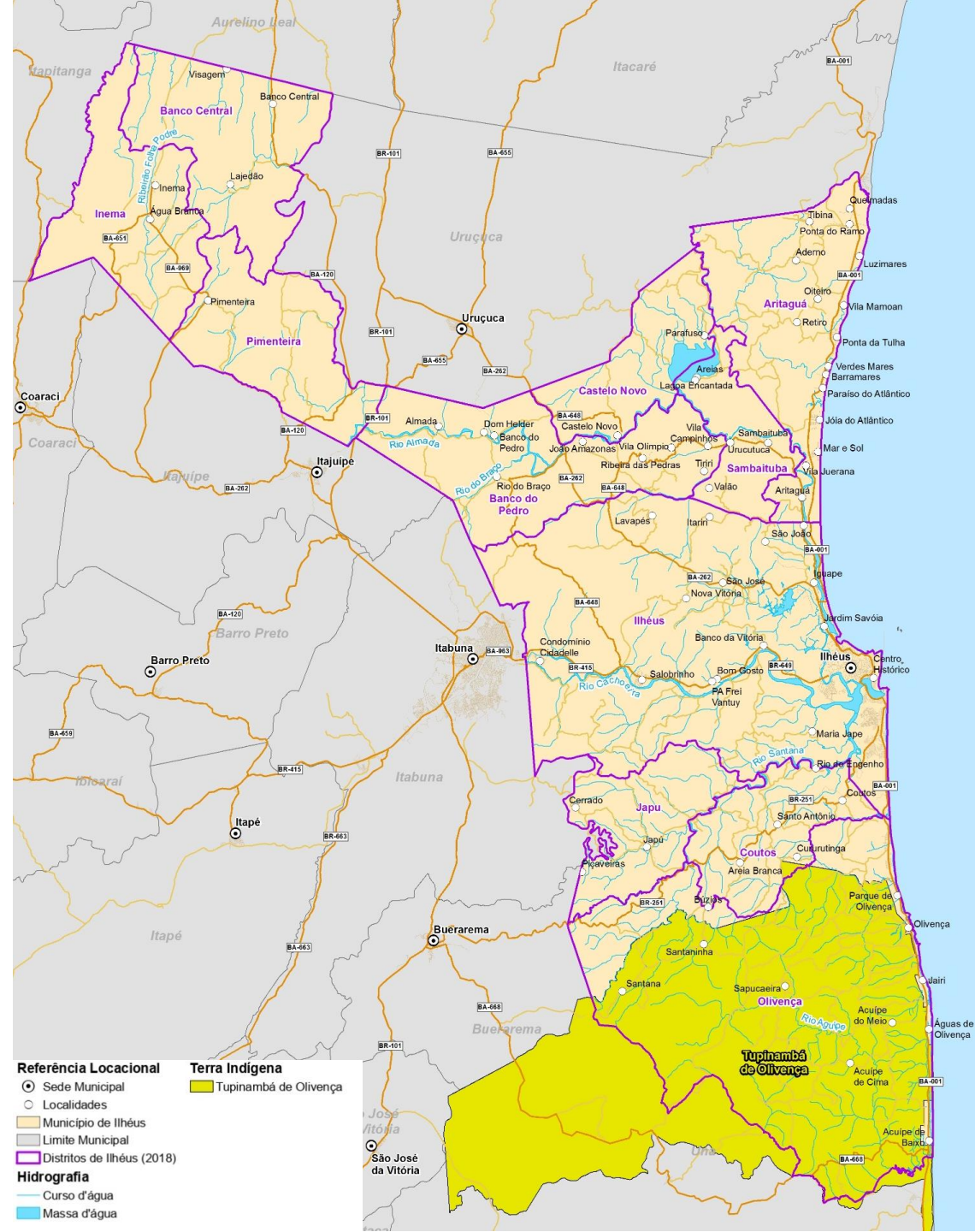


Comunidades Tradicionais

06. Temáticas Setoriais: Patrimônio Cultural e Turismo

Comunidades Indígenas

No município de Ilhéus, há uma Terra Indígena (TI) identificada e aprovada pela FUNAI em 2009, pelo Despacho 24. A área compreende também parte dos municípios de Buerarema e Una. A terra indígena Tupinambá de Olivença compreende 47 mil hectares sob domínio da Mata Atlântica com uma população em torno de 4.631 pessoas. A TI ainda não foi demarcada e homologada, se encontrando com 43% do processo concluído junto a FUNAI.



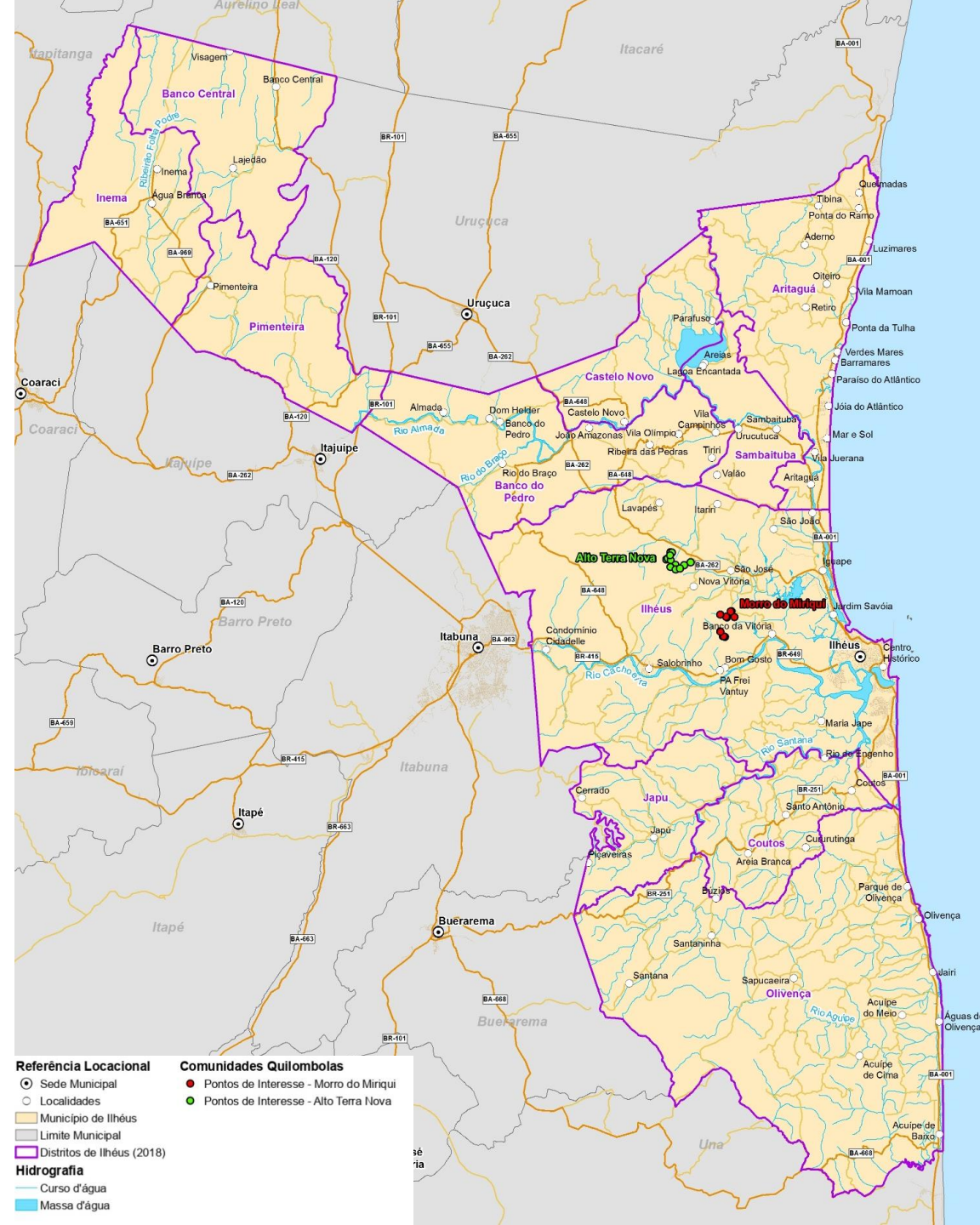
Comunidades Tradicionais

06. Temáticas Setoriais: Patrimônio Cultural e Turismo

Comunidades Quilombolas

Em Ilhéus, há uma Comunidade Quilombola registrada, denominada Morro do Miriqui e Alto Terra Nova, certificada em maio de 2019, a partir da portaria 88/2019 sob processo nº 01420.101947/2018-96 na Fundação Cultural Palmares (FCP).

Além das comunidades quilombolas e indígenas, o município de Ilhéus possui outras comunidades tradicionais sem registro oficial, como a comunidade ribeirinha Vila Cachoeira.



Comunidades Tradicionais

06. Temáticas Setoriais: Patrimônio Cultural e Turismo

Povos de Terreiro

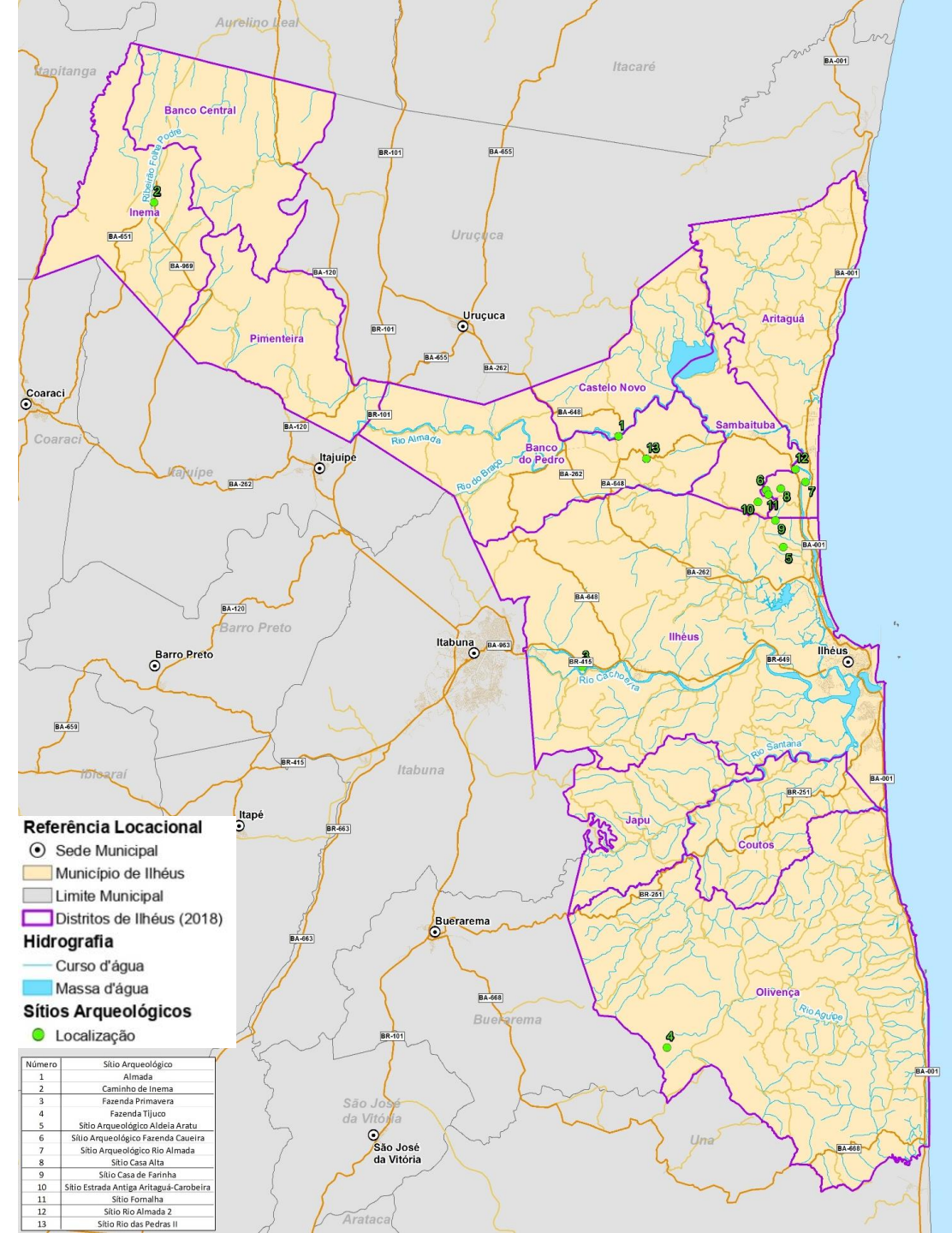
Quanto aos Povos Tradicionais de Ilhéus, em especial, os Povos de Terreiro, o estudo e levantamento feito em 2007 pela Yabas, Associação Cultural para Preservação dos Povos e Comunidades Tradicionais, foi disponibilizado a UESC, grupo Kawe, oficial da Universidade que trata desses assuntos, foi utilizado na tese de Mestrado da Professora Valéria Amim, e está disponível no site da Uesc/Kawe, sendo que é necessário apenas atualizá-lo.

Na época, somente no bairro Teotônio Vilela tínhamos mais de 40 espaços de Terreiros de Candomblé, Povos Tradicional legalmente, sem regularização fundiária e sem visibilidade social formal.

Patrimônio Arqueológico

06. Temáticas Setoriais: Patrimônio Cultural e Turismo

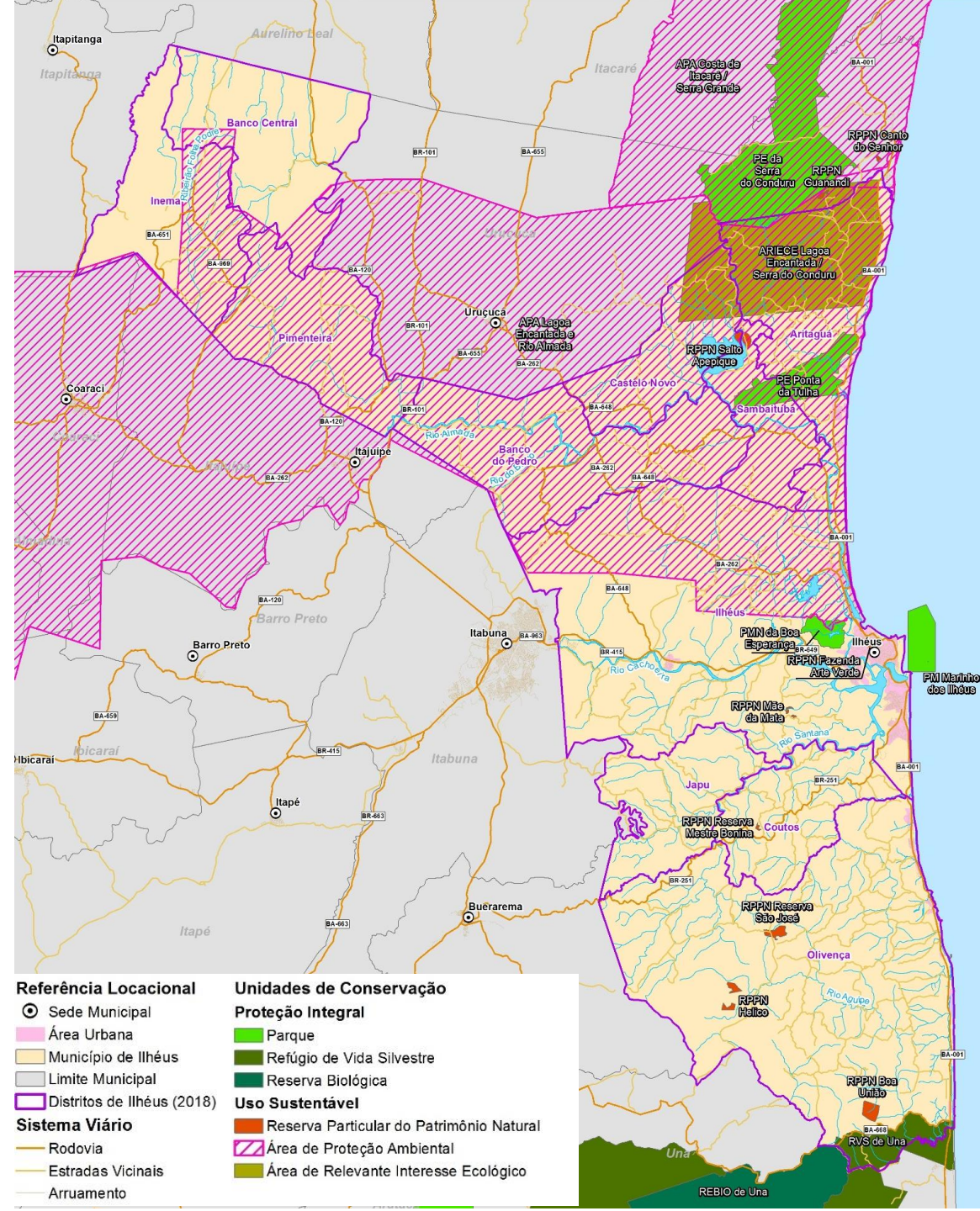
A partir de dados levantados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA-IPHAN), no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), no IPAC e no Sistema Eletrônico de Informação (SEI), foi possível identificar **20 sítios arqueológicos** no município de Ilhéus (BA) com variadas tipologias, entre os períodos histórico e pré-colonial.



Patrimônio Natural

06. Temáticas Setoriais: Patrimônio Cultural e Turismo

Unidades de Conservação mapeadas	Grupo	Distrito
Parque Estadual as Serra do Conduru	Proteção Integral	Aritaguá
Parque Estadual Ponta da Tulha		Aritaguá, Sambaituba
Parque Municipal Natural da Boa Esperança		Ilhéus
Refúgio da Vida Silvestre de Una		Oliveira
Reserva Biológica de Una		Oliveira
Parque Municipal Marinho dos Ilhéus		Ilhéus
Área de Proteção Ambiental Costa de Itacaré / Serra Grande	Uso Sustentável	Aritaguá
Área de Proteção Ambiental Lagoa Encantada		Aritaguá, Castelo Novo, Sambaituba, Ilhéus, Banco do Pedro, Pimenteira, Inema, Banco Central
Área de Relevante Interesse Ecológico Corredor Ecológico Lagoa Encantada / Serra do Conduru		Aritaguá, Castelo Novo
Reserva Particular do Patrimônio Natural Boa União		Oliveira
Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Arte Verde		Ilhéus
Reserva Particular do Patrimônio Natural Helico		Oliveira
Reserva Particular do Patrimônio Natural Mãe da Mata		Ilhéus
União Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Mestre Bonina		Coutos
Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva São José		Oliveira
Reserva Particular do Patrimônio Natural Salto Apepique		Sambaituba



Turismo Cultural e Religioso

06. Temáticas Setoriais: Patrimônio Cultural e Turismo

O turismo cultural e religioso está relacionado aos **edifícios históricos da cidade** como a Associação Comercial; as capelas de Nossa Senhora das Vitórias, de Nossa Senhora de Sant'ana e de Nossa Senhora de Lourdes; as Igrejas de Nossa Senhora da Escada e a Matriz de São Jorge dos Ilhéus; e a Catedral de São Sebastião. Ainda vinculado ao turismo religioso, entre as **diversas festividades** que ocorrem no município, recebem destaque a Puxada do Mastro de São Sebastião, os Festejos de Iemanjá, a festa de São Jorge (padroeiro da cidade), a festa de Nossa Senhora da Vitória (padroeira da cidade), e os eventos “Vem louvar verão” e “Viva Ilhéus”.



Turismo Natural

06. Temáticas Setoriais: Patrimônio Cultural e Turismo

Em relação ao turismo natural, tem-se o **Balneário Tororomba**, construído no encontro dos Ribeirões do Frade e Tororomba, é conhecido por suas águas medicinais; as **Fazendas Provisão e Almada**, com a presença de mata atlântica, observação de animais e edificações históricas do período colonial; e a **Lagoa Encantada** localizada em área de proteção ambiental e descoberta em 1570, a qual conta com diversos atrativos como cachoeiras, espelhos d'água, vilas de pescadores, fazendas de cacau, entre outros. Por fim, recebem destaque as praias do município que compreendem mais de 69 quilômetros, sendo divididas entre praias urbanas, praias do litoral norte e praias do litoral sul. Sendo que a melhor área para banho fica entre a Praia do Sul e a Praia dos Milionários, com águas mais tranquilas e próximas a restaurantes.



A prefeitura também criou um **parque municipal marinho**, devido ao interesse da população quanto a proteção do Mero, peixe que se encontra ameaçado de extinção. Isso se deu devido ao grande aumento das atividades de pesca nas décadas de 70 e 80.

Turismo: Setor Produtivo

06. Temáticas Setoriais: Patrimônio Cultural e Turismo

O setor de turismo representa 11% do total de estabelecimentos econômicos e 8% dos empregos existentes em Ilhéus.

- 320 estabelecimentos formalizados;
- 2.413 trabalhadores com carteira de trabalho assinada

Segmentos	Estabelecimentos	Trabalhadores
Agências de viagem	15	66
Alimentação	204	954
Alojamento	63	1.010
Cultura e lazer	10	14
Transporte aéreo	18	181
Transporte terrestre	10	188
Total	320	2.413

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência, RAIS 2020

Segundo o Ministério do Turismo, o município de Ilhéus possui classificação da categoria “A” no estudo Mapa do Turismo Brasileiro . Em 2019, dos 136 municípios do estado da Bahia estudados, apenas 4,4% foram classificados nesta categoria.

Esse instrumento, previsto como uma estratégia de implementação do Programa de Regionalização do Turismo, permite tomar decisões mais acertadas e implementar políticas que respeitem as peculiaridades dos municípios brasileiros.



- **INDICADOR DE POTENCIAL TURÍSTICO-CULTURAL**

Indicador de Potencial Turístico-Cultural

06. Temáticas Setoriais: Patrimônio Cultural e Turismo

Escalas:

- Municipal
- Sede Urbana

Metodologia:

- Sobreposição das variáveis
- Média de polígonos por distrito/bairro
- Classificação em
- muito baixo/baixo/médio/alto/muito alto

Variáveis utilizadas:

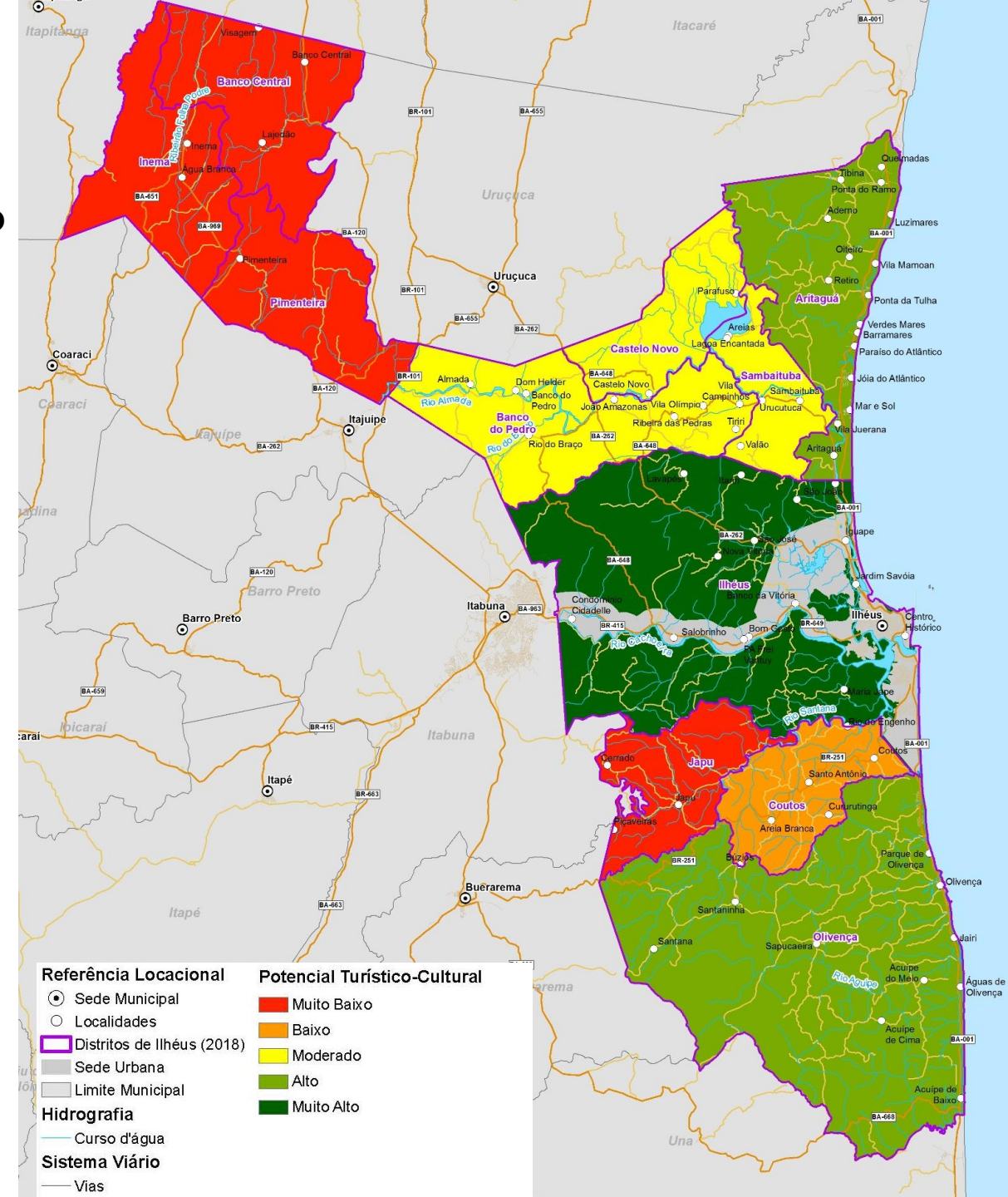
- Faixa de orla (200m da linha da praia)
- Praias e dunas
- Lagos e Rios
- Área da Terra indígena
- Ilhas
- Parque marinho
- Buffer da Comunidade Quilombola
- Buffer dos bens culturais + bens tombados (no mapa municipal: raio de 500 m; no mapa urbano: raio de 50m)
- Buffer dos sítios arqueológicos (somente na escala municipal: raio de 500 m)
- Centro Histórico
- Unidades Geoambientais: Domínios Montanhosos e os Inselbergs
- Unidades de Conservação (somente na escala municipal)

Indicador de Potencial Turístico-Cultural

06. Temáticas Setoriais: Patrimônio Cultural e Turismo

Contexto Municipal

- O Distrito Sede apresenta o maior potencial turístico-cultural do município, pois concentra a maior parte dos bens culturais, com destaque para o Centro Histórico, além de rios, lagos e praias;
- Em seguida, os Distritos de Aritaguá e Olivença apresentam alto potencial turístico-cultural, em razão das Unidades de Conservação, Unidades Geoambientais, Sítios Arqueológicos e lago;
- Os Distritos de Inema, Pimenteira, Banco Central e Japu possuem o menor potencial turístico-cultural

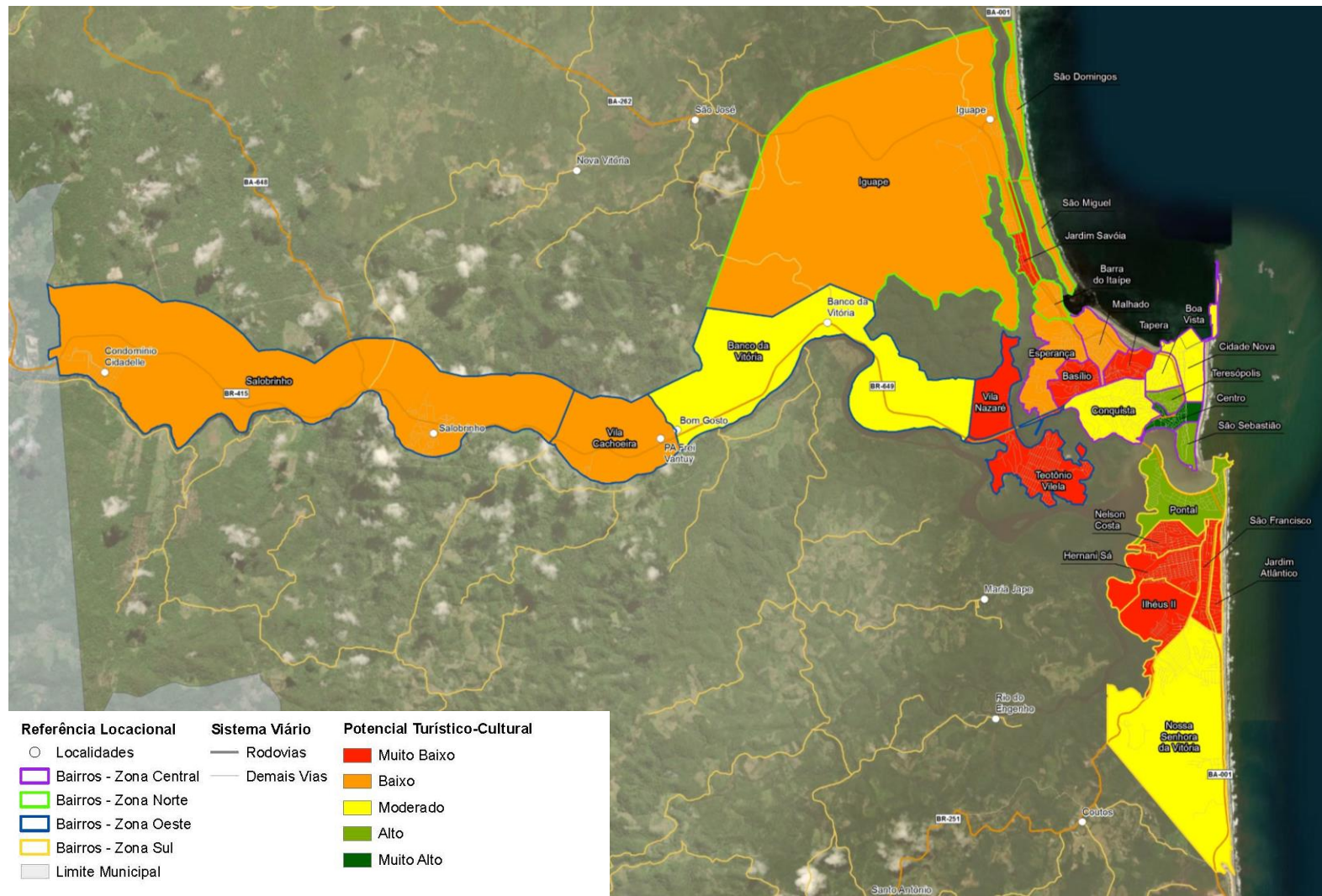


Indicador de Potencial Turístico-Cultural

06. Temáticas Setoriais: Patrimônio Cultural e Turismo

Contexto Sede Urbana

- Mais altos potenciais turístico-culturais é o: Centro, em razão da concentração de bens culturais;
- Alto potencial: bairros de São Sebastião, Teresópolis, Pontal;
- Os bairros de Iguape, Banco da Vitória, Vila Cachoeira, Barra do Itaípe, Malhado, Teresópolis, Jardim Atlântico e Nossa Senhora da Vitória apresentam baixo potencial, dada a existência de alguns bens culturais, rios e lagos;



Conclusões

06. Temáticas Setoriais: Patrimônio Cultural

Patrimônio Cultural

Pontos de Atenção

Leitura Técnica

Necessidade de prosseguimento ao tombamento dos Bens Culturais levantados pelo Relatório Informativo de Patrimônio e que já possuem proposta de tombamento, a fim de garantir uma proteção mais efetiva desses bens.

É importante que seja realizado o registro e cadastramento dos sítios arqueológicos levantados pelo Relatório Informativo do Patrimônio junto à autarquia responsável, a saber, o IPHAN.

É de suma importância a participação das comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e assentadas na cidade para a reformulação e atualização do PDPI, visando a garantia dos direitos e do território desses povos, sendo dever do município protegê-los e garantir que todos os seus direitos sejam respeitados

A proteção do patrimônio histórico deve ser intensificada visto que trata-se de um dos setores com pior avaliação de acordo com a Consulta Cidadã (2022).

A exploração mineral em sítio arqueológico deve ser averiguada.

A descaracterização de prédios históricos e a falta de conservação dos mesmos, sendo necessário compreender e formular ações que garantam à conservação dos imóveis no centro histórico, se desejável pelo poder público e população..

A extinção de feiras gastronômicas e de artesanato.

Leitura Social

Necessidade de ampliar a educação ambiental, cultural e museal.

Fundamental considerar os povos tradicionais de matriz africana e suas manifestações culturais.

Centro Histórico e patrimônio cultural degradados, em geral, e desvalorizados.

Faltam espaços para manifestações culturais.

Conclusões

06. Temáticas Setoriais: Patrimônio Cultural

Patrimônio Cultural

Pontos Fortes/Potencialidades

Leitura Técnica

Há diversas manifestações culturais e festividades associadas ao Patrimônio Imaterial que poderiam ser registradas para salvaguarda e manutenção da memória.

Possibilidade de maior divulgação e extroversão dos bens materiais e imateriais do município pensando em sua relação com o desenvolvimento do turismo.

Existe um grande potencial e um desejo da população para a volta das feiras gastronômicas e de artesanato.

Desenvolvimento de roteiros turísticos vinculados ao patrimônio cultural.

Ampliar o alcance e o detalhamento do Inventário do Patrimônio de Ilhéus para abarcar todas as faces do patrimônio municipal.

Leitura Social

Existência de múltiplos locais com alto potencial turístico – Mata da Esperança; Mercado Municipal; Mercado do Artesanato; Passarela do Álcool (sugestão de edição do nome para Passarela Gastronômica); Feiras de artesanato nos bairros.

Existência de culturas diversas e atuantes no município.

Conclusões

06. Temáticas Setoriais: Turismo

Turismo

Pontos de Atenção

Leitura Técnica

A falta de incentivo ao turismo e à divulgação da cultura.

A descaracterização de prédios históricos que representam pontos turísticos.

A necessidade de ampliar os cuidados dos diversos equipamentos turísticos para realmente valorizar o turismo.

Ocupação desordenada na costa litorânea pode degradar as áreas de praia reduzindo seu potencial turístico.

Leitura Social

Acesso precário aos equipamentos turísticos.

Utilização do espaço público por camelôs de modo desordenado

Centro de Atenção ao Turista desativado.

Empresas do setor de Turismo são desarticuladas

Produtos turísticos não são estruturados para divulgação e atração de visitantes

Conclusões

06. Temáticas Setoriais: Turismo

Turismo

Pontos Fortes/Potencialidades

Leitura Técnica

Ilhéus possui diversas frentes e possibilidades de desenvolvimento desse tipo de atividade, sendo também possível criar um circuito vinculado ao Patrimônio Cultural e Arqueológico.

Potencial para desenvolver circuitos de turismo históricos, arqueológicos e gastronômicos.

Alto potencial para o turismo natural e cultural, com as praias, reservas naturais e festividades.

Presença do Aeroporto e do Porto de Ilhéus, ampliando o número de turistas que chegam ao município, seja como destino intermediário ou fim.

Leitura Social

Locais de alto potencial turístico – Mata da Esperança; Mercado Municipal; Mercado do Artesanato; Passarela do Álcool (sugestão de edição do nome para Passarela Gastronômica); Feiras de artesanato nos bairros.

Muitos produtos turísticos já em funcionamento no município.

Potencial do turismo de negócios.

Existência de culturas diversas e atuantes no município.

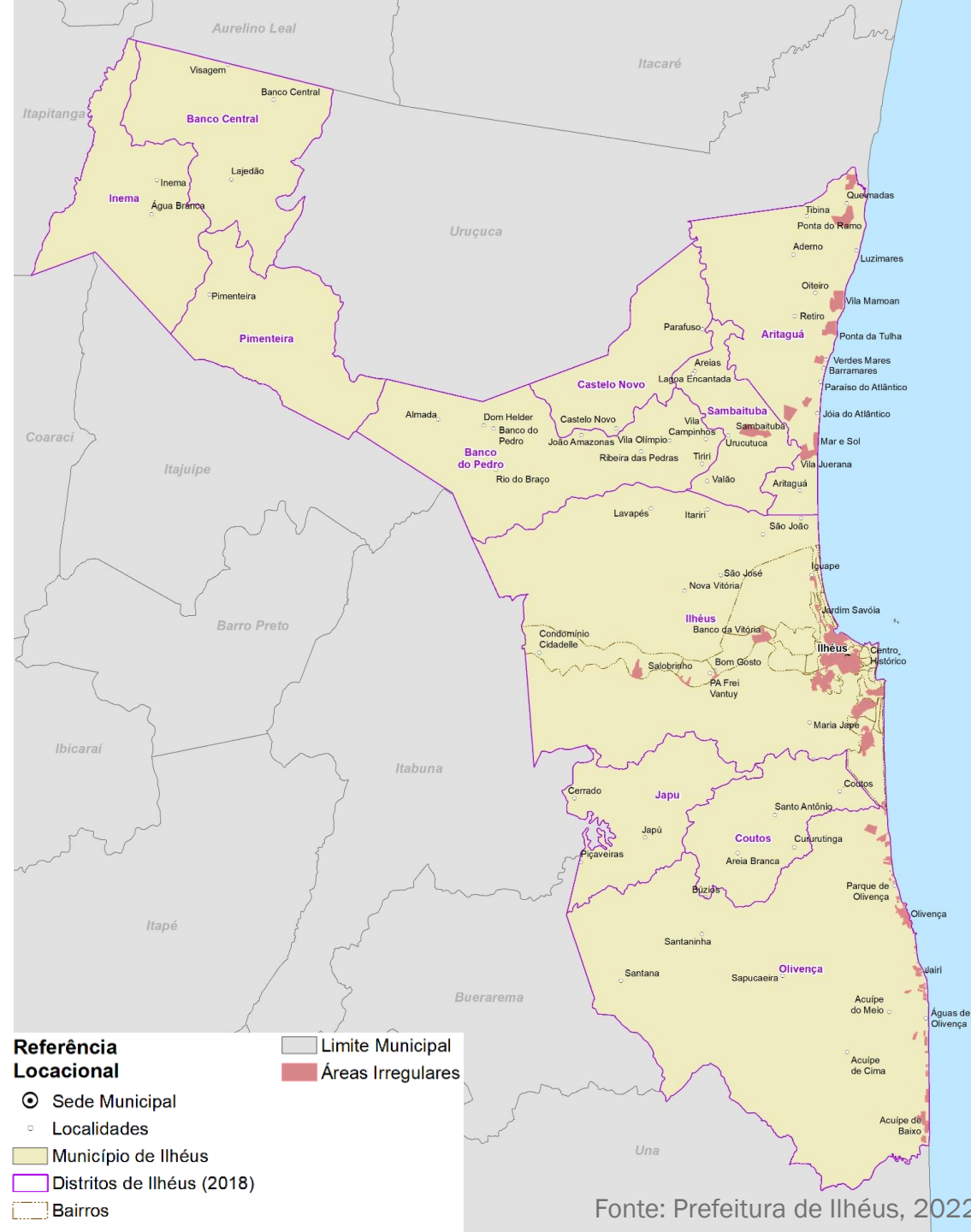


07. ORDENAMENTO TERRITORIAL E DINÂMICAS URBANAS

Áreas Irregulares

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

- A situação fundiária das áreas urbanas de Ilhéus não está totalmente regularizada. Estima-se que a maior parte dos lotes urbanos possam estar em situação fundiária irregular;
- Muitas áreas urbanas consolidadas tiveram origem em ocupações de terras vazias, públicas ou privadas, processo amplamente referido como ocupação irregular, uma vez que os posseiros não possuem autorização formal para ocupar tais áreas. Várias destas ocupações ocorreram, ainda, em áreas de encostas de morros, de manguezais e em APPs de cursos d'água, acrescentando-se, ainda, riscos e degradações de ordem físico-ambiental;
- Observamos áreas irregulares nos distritos de Aritaguá, Sambaituba, Olivença e Ilhéus. Sabe-se que as áreas urbanas dos demais distritos também apresentam esta condição.

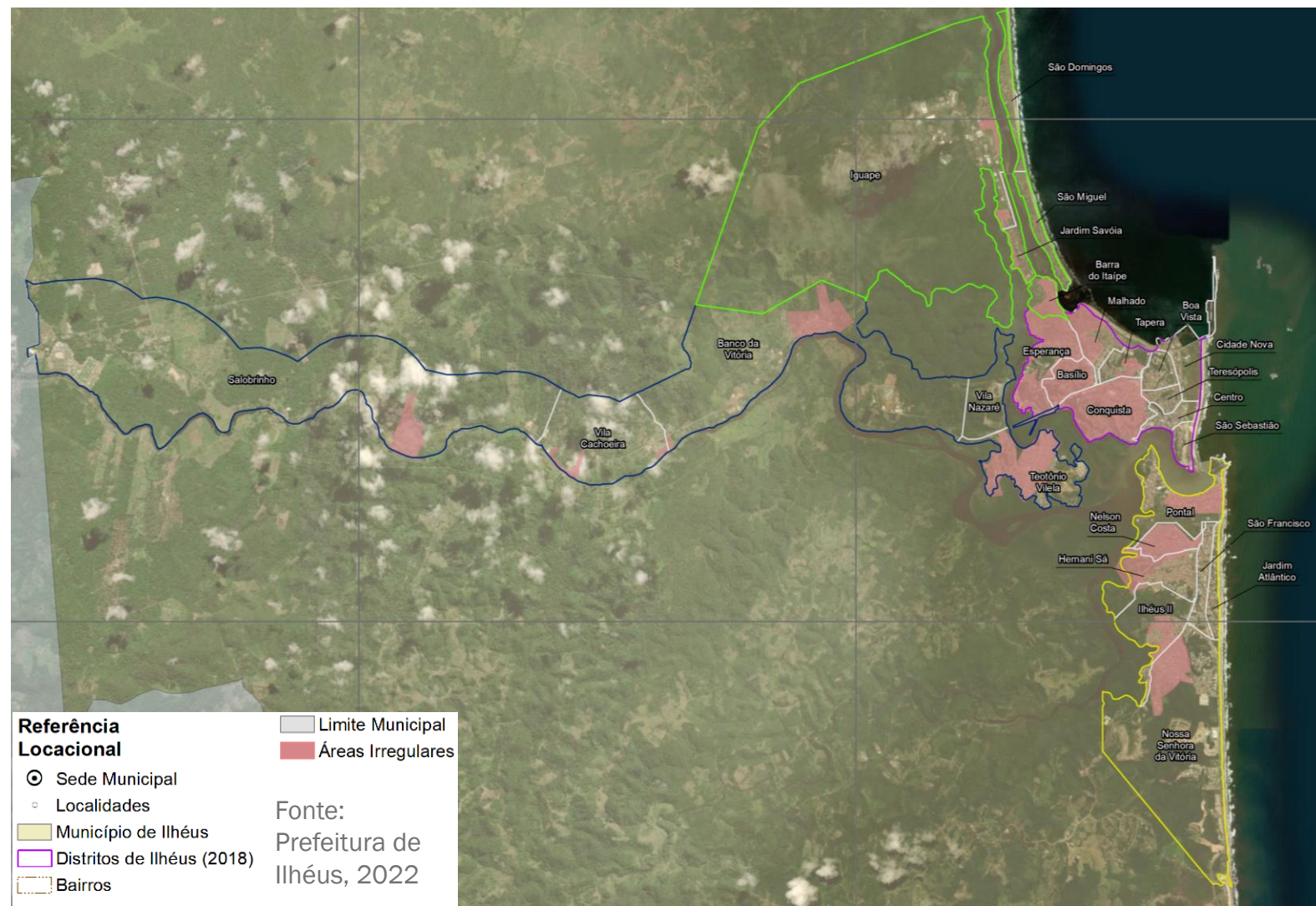


Áreas Irregulares

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

Sede urbana

- No mapa são destacadas as áreas irregulares de Ilhéus na sede urbana, observamos alguns bairros quase 100% irregulares, como Nelson Costa, Conquista e Basílio;
- Há um alto número de áreas irregulares na Zona Central em áreas já consolidadas.

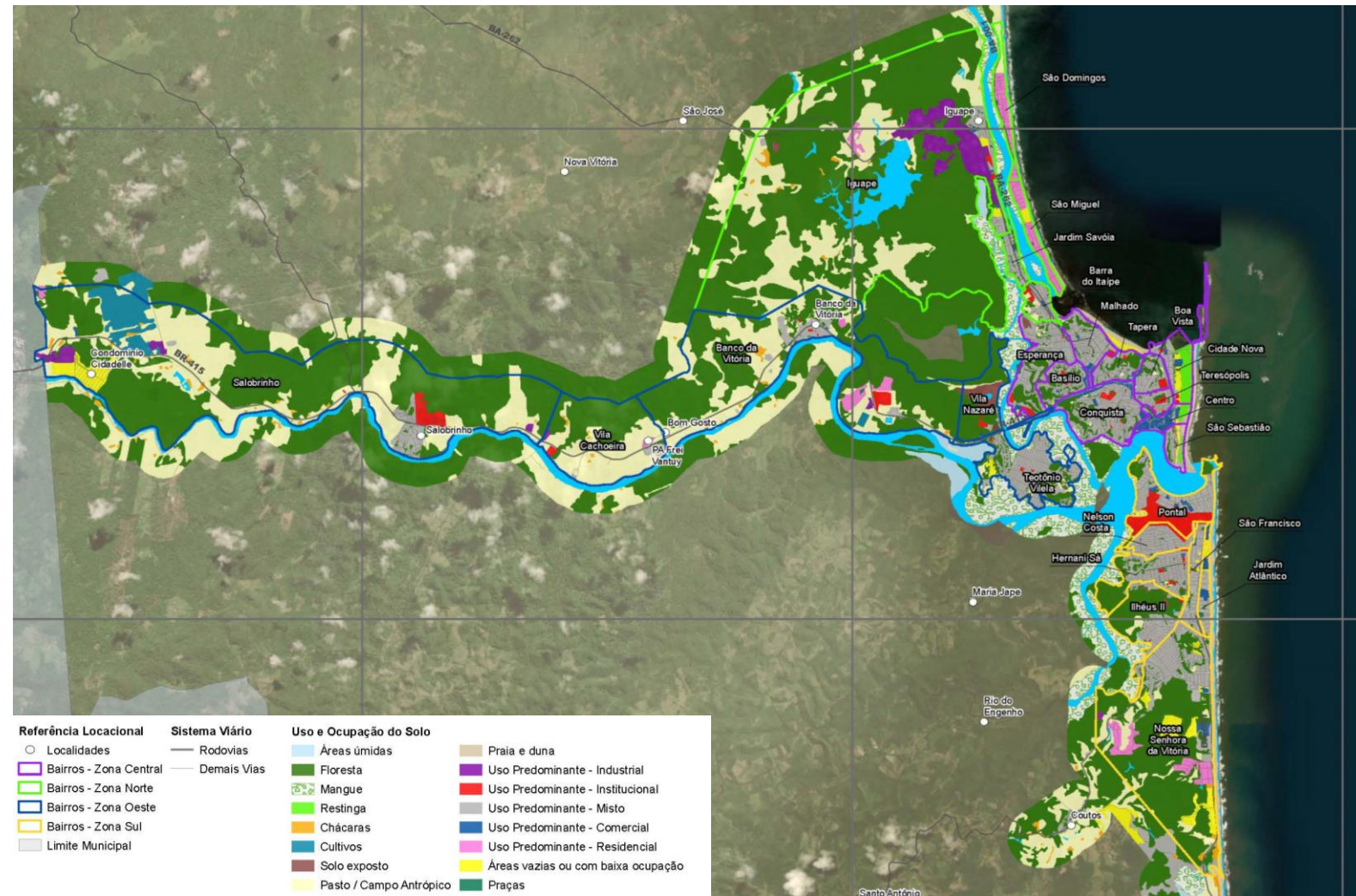


Uso e Ocupação do Solo – Sede Urbana

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

Sede urbana

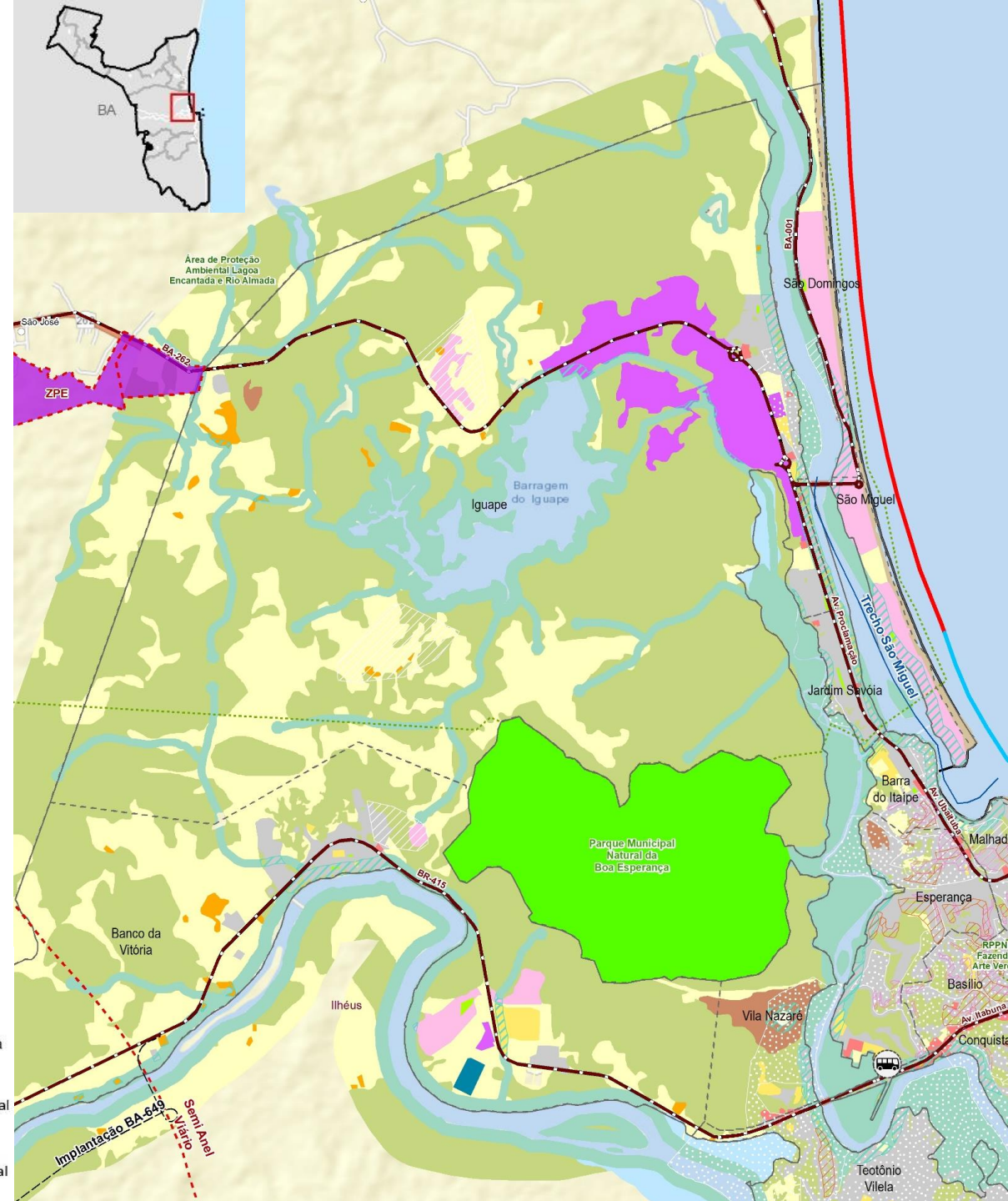
- No mapa são observadas as classes de uso e ocupação do solo da Sede municipal. Nota-se que a maior parte das áreas verdes estão concentradas na Zona Norte e Oeste, bem como no bairro de Nossa Senhora da Vitória, na Zona Sul.
- A Zona Central apresenta uma ocupação urbana mais concentrada e consolidada.



Análise Integrada: Zona Norte - Sede

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

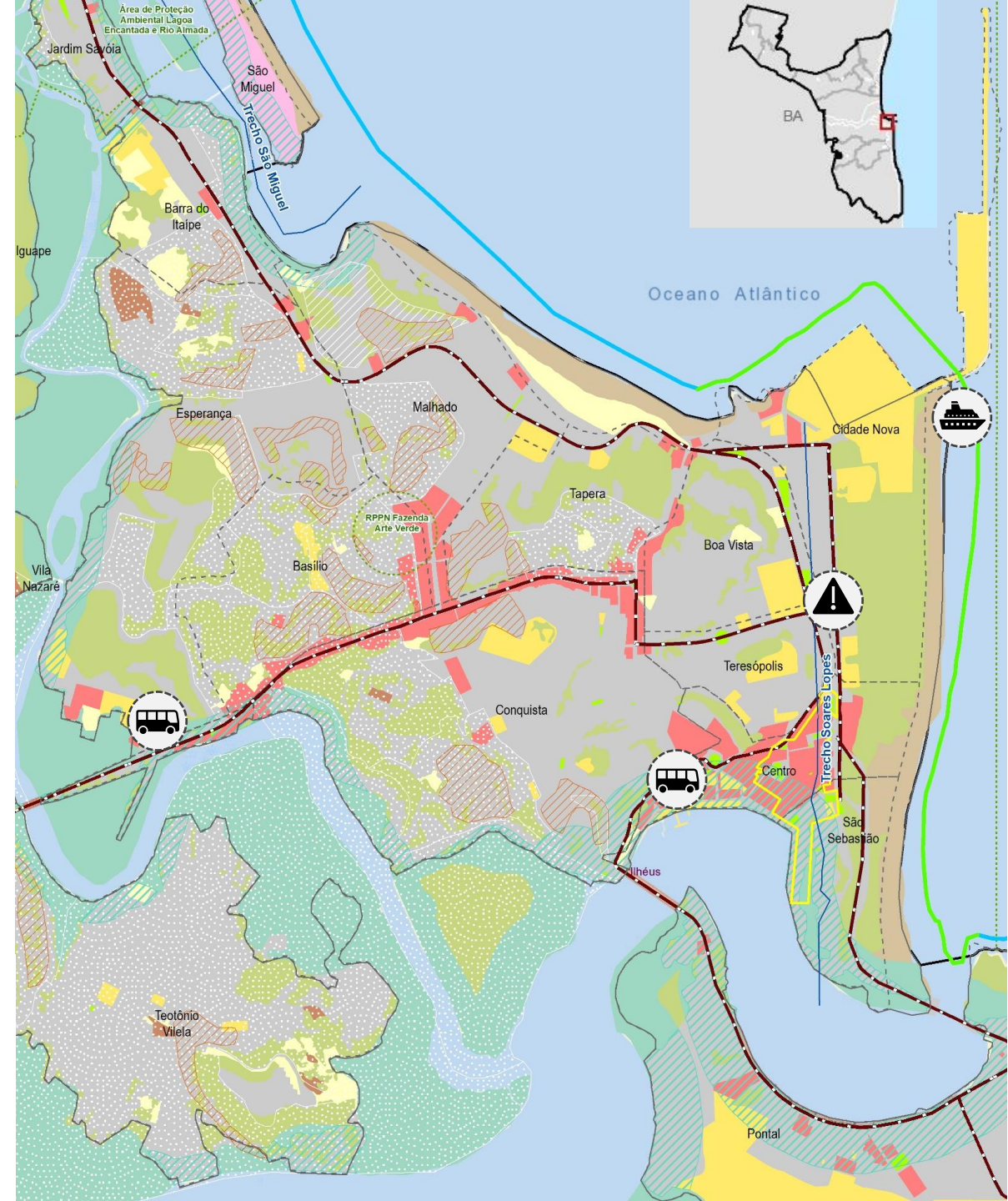
- Relevante área mono-funcional – industrial;
- Costa dos bairros São Domingos e São Miguel em situação de erosão;
- Amplas áreas com vegetação;
- Futura ocupação prevista em virtude de novas investimentos estruturantes;
- Represa de Iguape que possui papel essencial para o abastecimento público



Análise Integrada: Zona Central - Sede

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

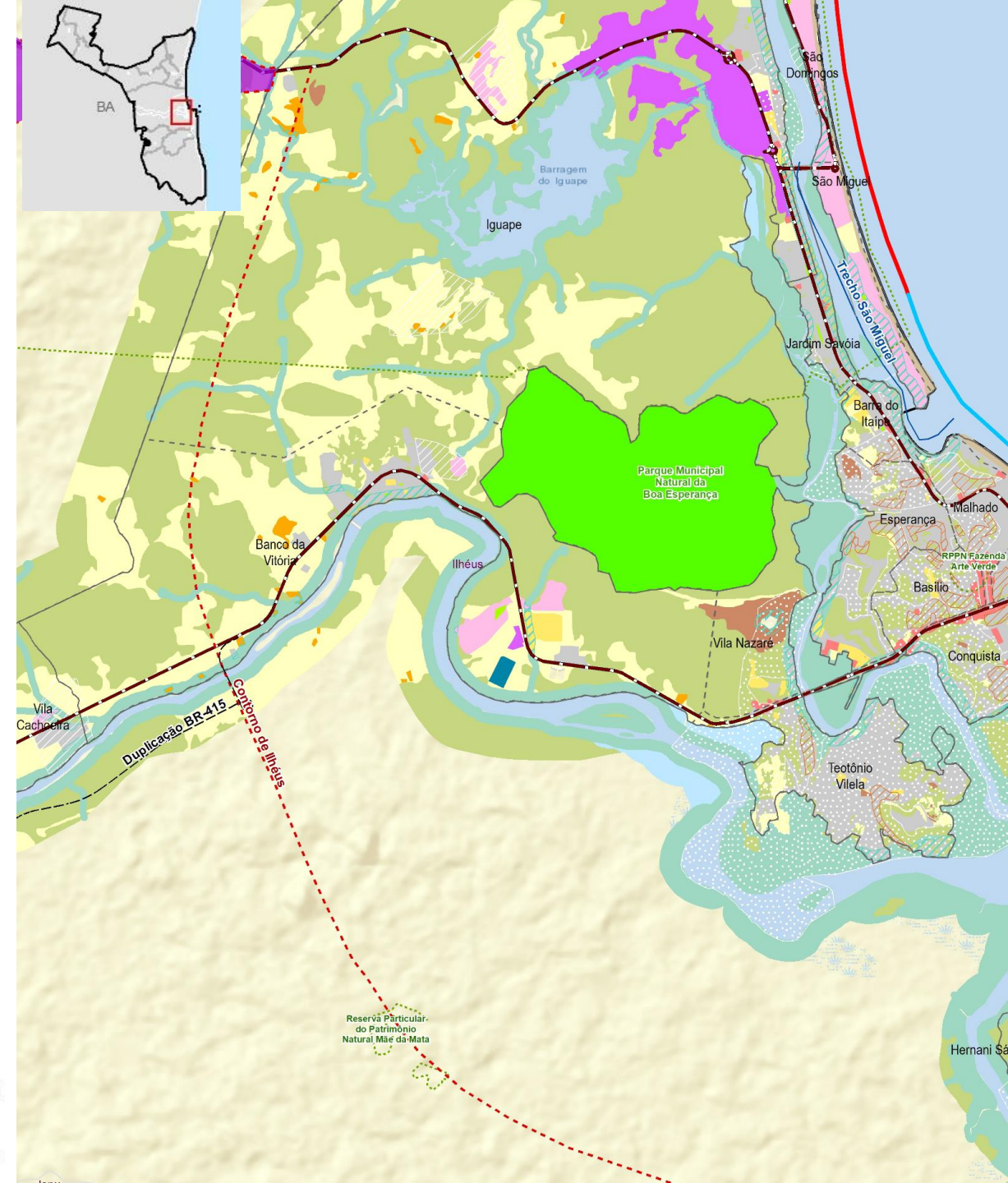
- Área urbana consolidada; poucas áreas passíveis de ocupação;
- Presença de ocupação nos altos, sendo parte em condição precária em áreas de risco;
- Presença do Porto de Ilhéus; Centro Histórico; Centralidades comerciais e de transporte; congestionamento na região central;
- Expansão sobre áreas de mangue; APPs ocupadas;
- Trecho Soares Lopes da orla.



Análise Integrada: Zona Oeste - Sede

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

- Ocupação estruturada pela BR-415;
- Congestionamento em horários de pico (fluxos de origens diversas);
- Presença relevante de vegetação e de áreas com baixa ocupação;
- Expansão sobre vegetação (especialmente áreas de mangue).



Análise Integrada: Zona Oeste - Sede

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas



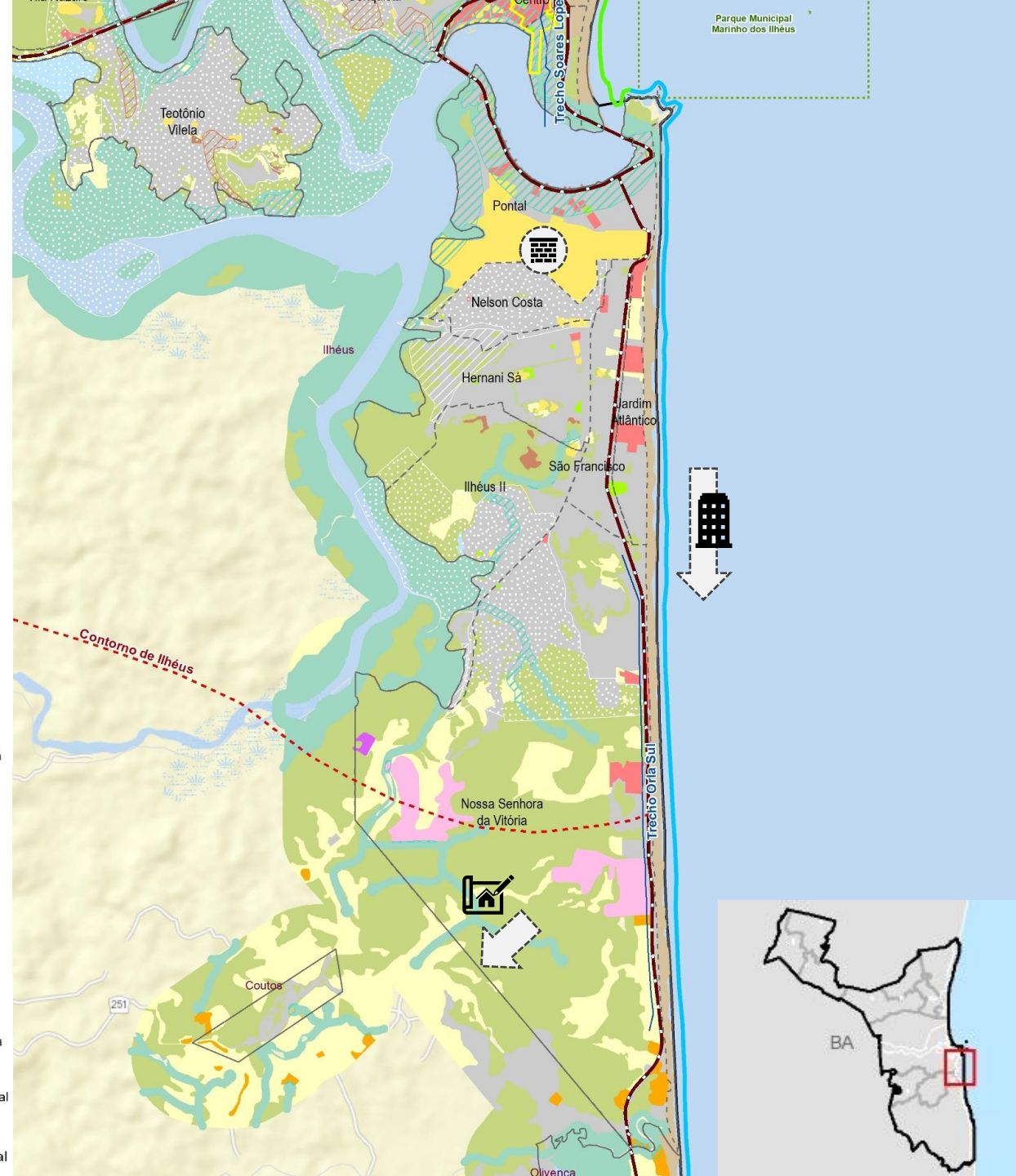
- Ocupação estruturada pela BR-415;
- Presença relevante de vegetação e de áreas com baixa ocupação;
- Ocupação heterogênea: bairros residenciais, equipamentos públicos, condomínios, entre outros;
- Obra de implantação da BA-649 implicará transformação deste território.



Análise Integrada: Zona Sul – Sede / Coutos

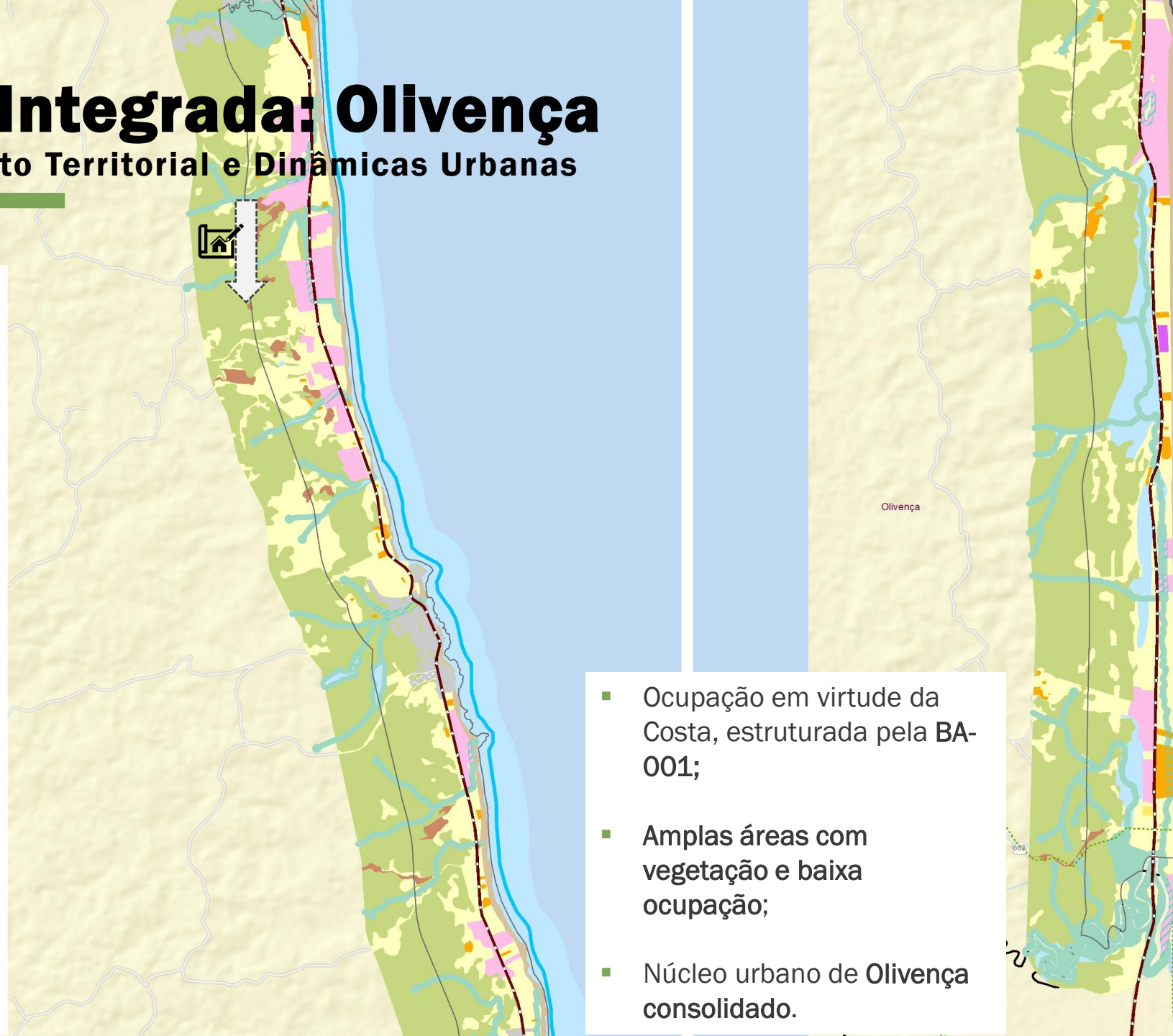
07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

- Ocupação estruturada pela BA-001, e futura BA-649, em processo de construção, no sentido interior. Futura infraestrutura viária a sul;
- Relevante processo de ocupação e verticalização urbana;
- Presença ainda relevante de vegetação e de áreas com baixa ocupação;
- Expansão sobre vegetação (especialmente áreas de mangue);
- Aeroporto Jorge Amado representa um entrave à conectividade.



Análise Integrada: Olivença

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas



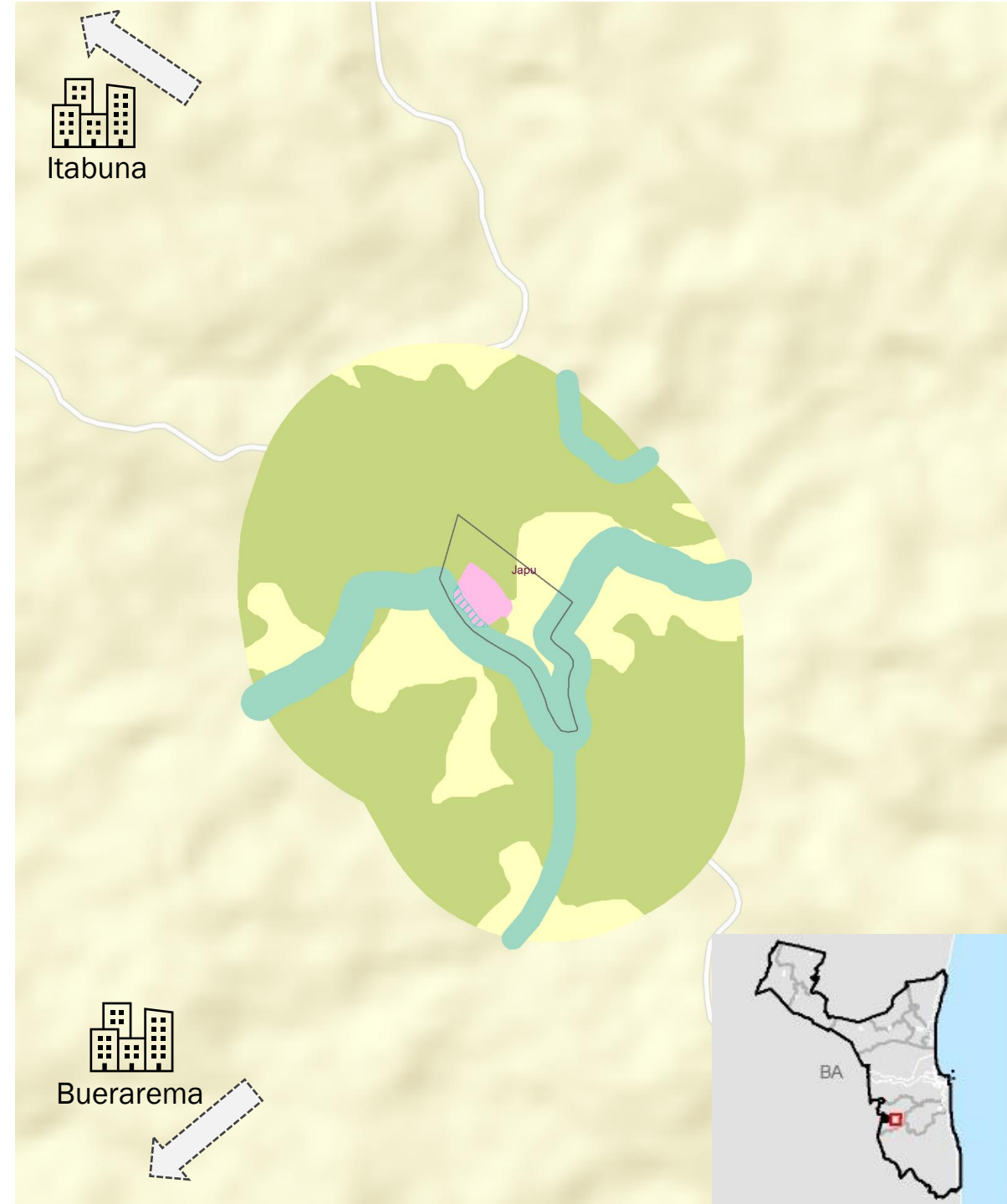
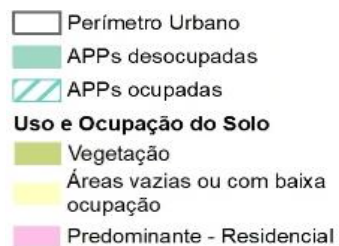
- Ocupação em virtude da Costa, estruturada pela BA-001;
- Amplas áreas com vegetação e baixa ocupação;
- Núcleo urbano de Olivença consolidado.



Análise Integrada: Japu

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

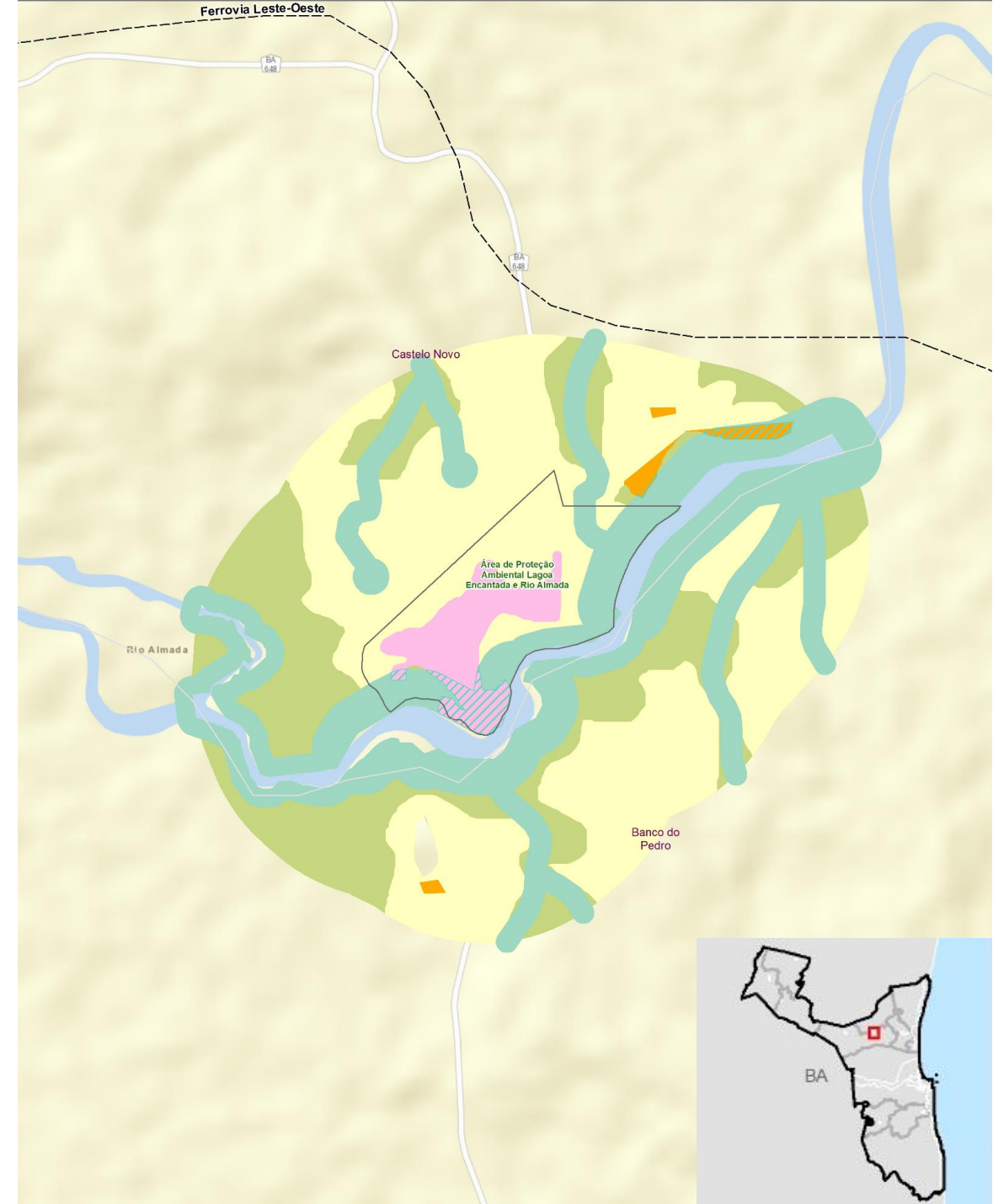
- Reduzida área de ocupação urbana;
- Predominância de uso residencial;
- Ampla área com baixa ocupação urbana.



Análise Integrada: Castelo Novo

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

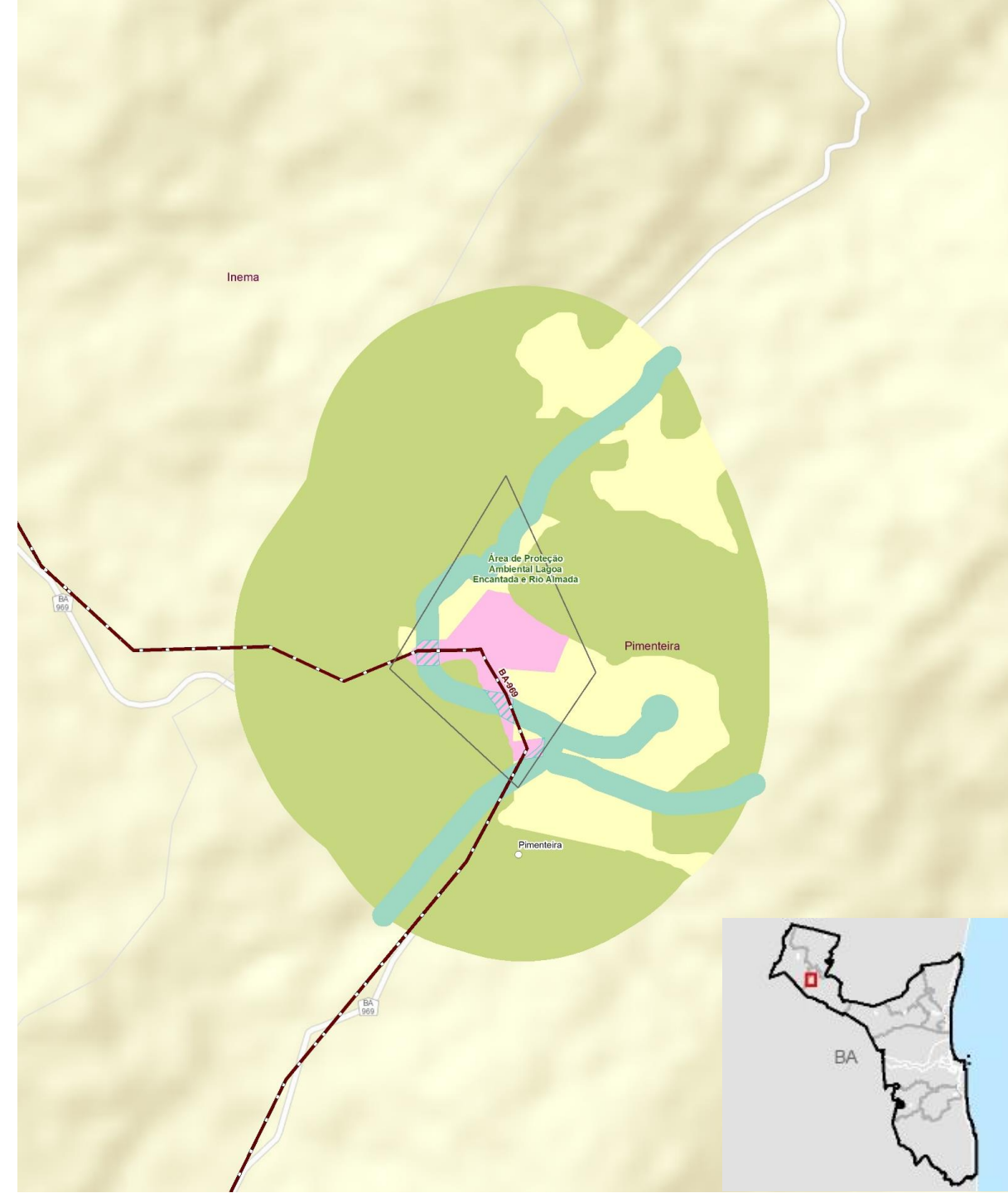
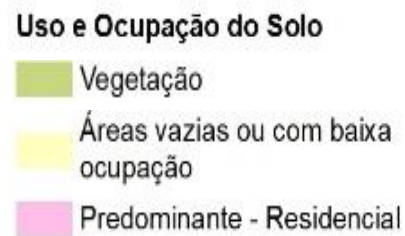
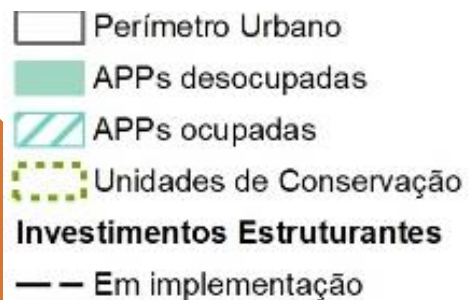
- Reduzida área de ocupação urbana;
- Predominância de uso residencial;
- Ampla área com baixa ocupação urbana;
- Parte da APP ocupada pelo uso urbano.



Análise Integrada: Pimenteira

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

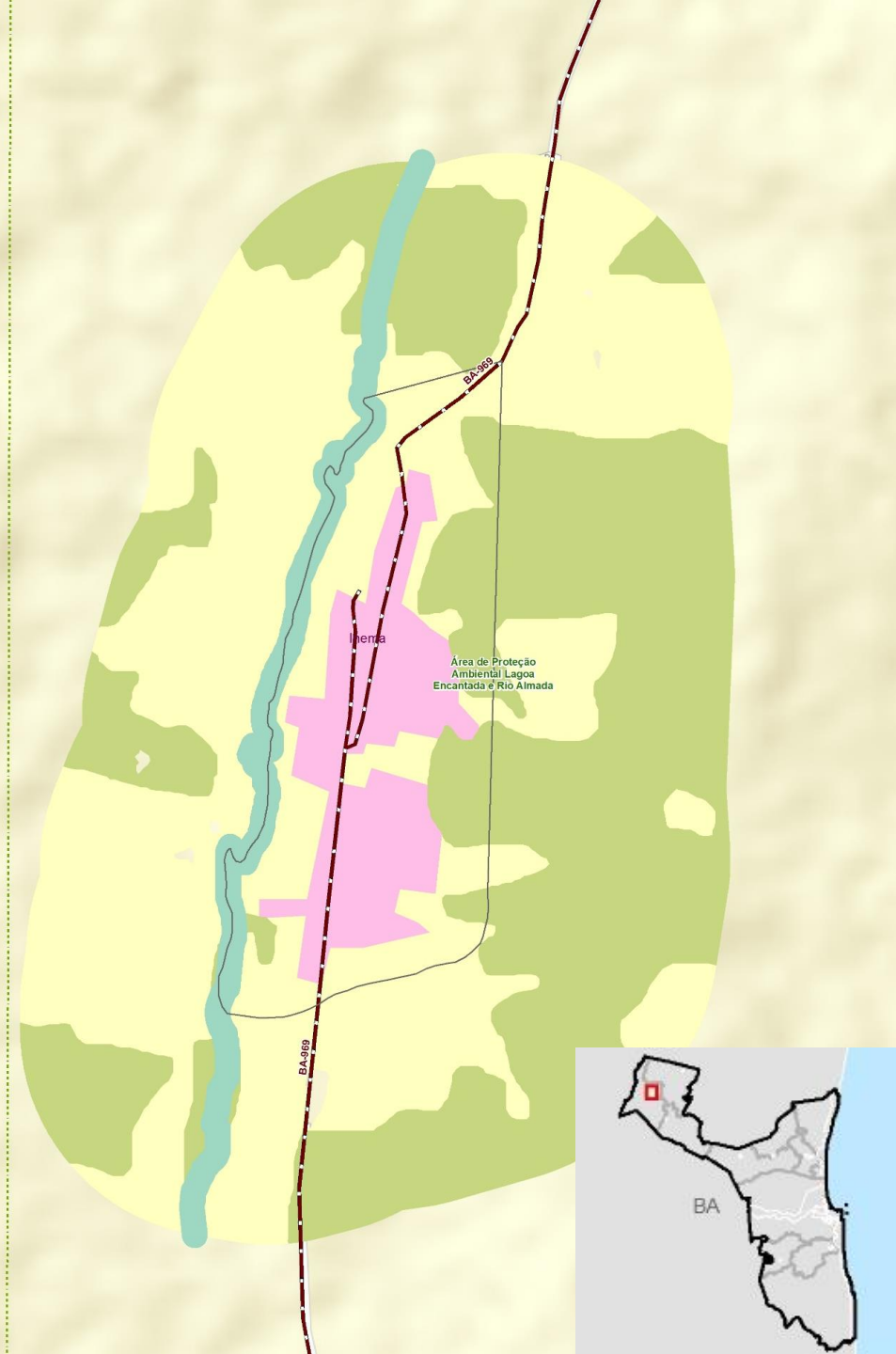
- Reduzida área de ocupação urbana;
- Predominância de uso residencial;
- Ampla área com baixa ocupação urbana;
- Parte da APP ocupada pelo uso urbano.



Análise Integrada: Inema

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

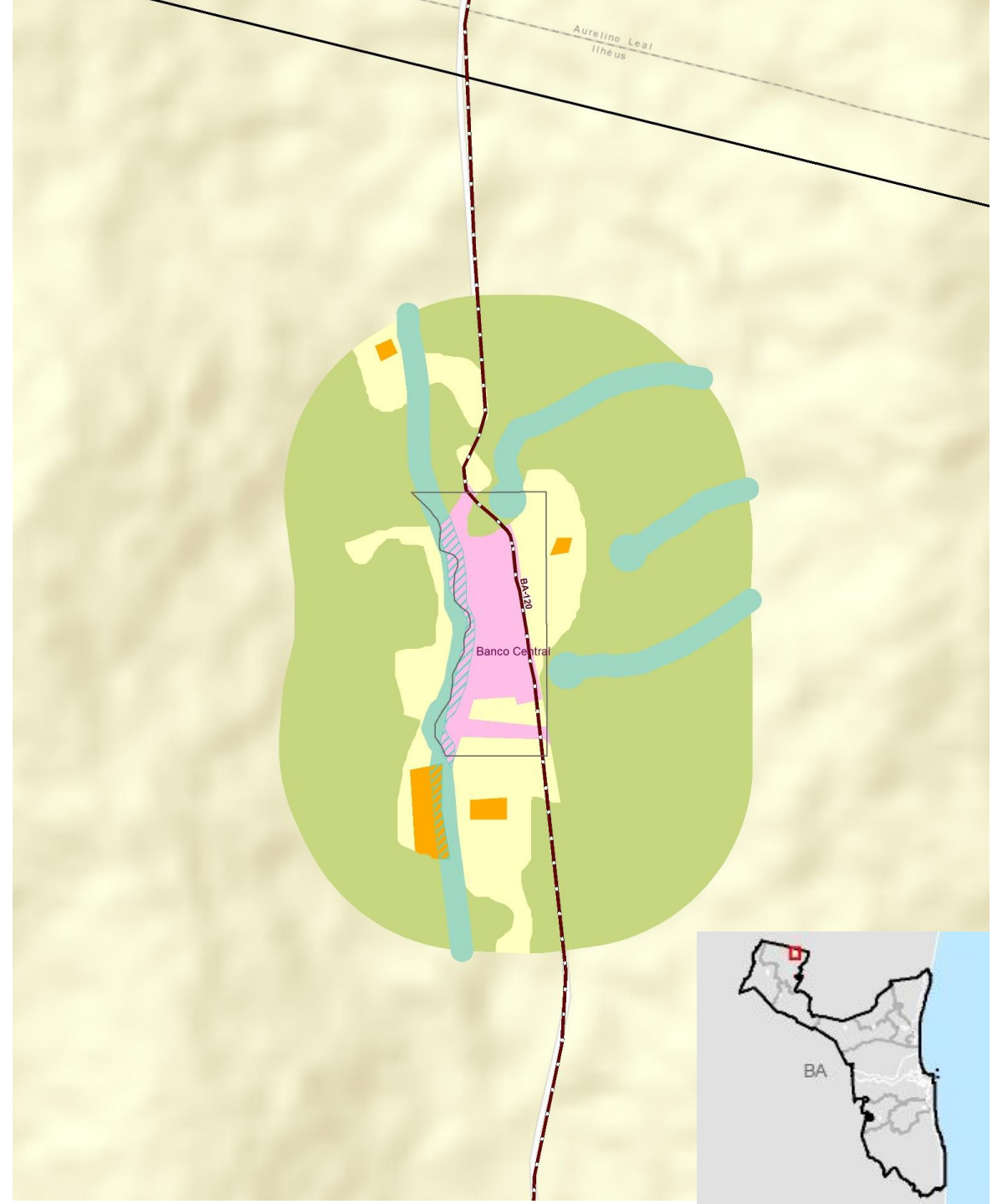
- Reduzida área de ocupação urbana;
- Predominância de uso residencial;
- Ampla área com baixa ocupação urbana.



Análise Integrada: Banco Central

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

- Área de ocupação urbana proporcional ao Perímetro estabelecido;
- Predominância de uso residencial;
- Parte da APP ocupada pelo uso urbano.

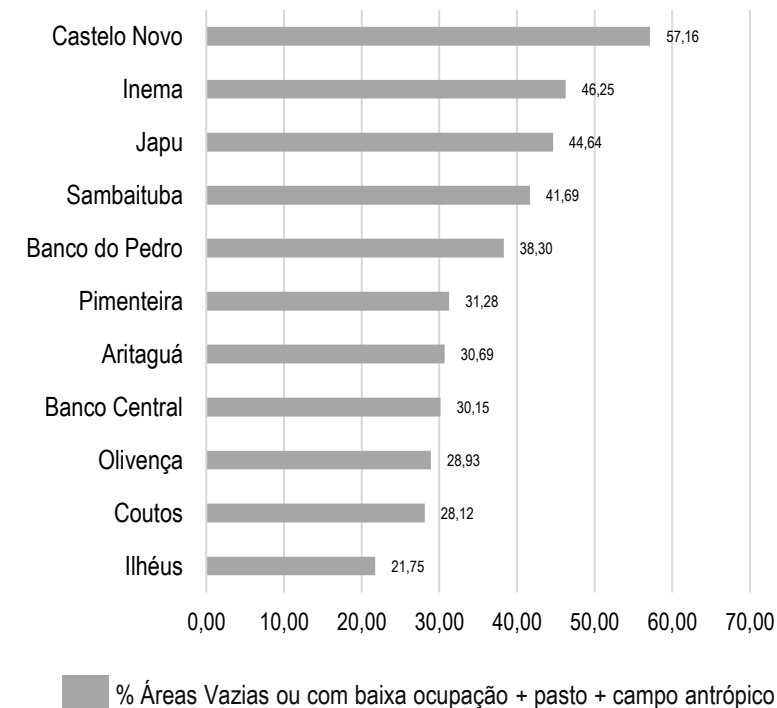


Áreas Urbanas dos Distritos: Vazios

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

Classe	Aritaguá	Banco Central	Banco do Pedro	Castelo Novo	Coutos	Ilhéus	Inema	Japu	Olivença	Pimenteira	Sambaituba	Total
Área (ha)												
Áreas úmidas	135,02					3,67			176,58		39,73	354,99
Áreas vazias ou com baixa ocupação	350,38	1,26	1,10		0,01	123,48	1,84		107,93		18,43	604,43
Chácaras	23,74				0,68	46,71			42,81			113,94
Cultivos	13,67					106,12						119,80
Floresta	1.134,42	2,16	6,59	2,66	16,29	4.144,69	12,64	3,53	898,53	9,56	5,16	6.236,25
Mangue	26,99				4,98	36,45			35,47			103,90
Massa d'água	46,83		0,16	0,11	0,08	189,46			60,09		0,96	297,70
Mineração						29,33						29,33
Pasto / Campo Antrópico	540,03	4,43	10,58	16,26	12,62	1.701,63	31,66	4,27	566,07	7,44	50,03	2.945,03
Praças						9,23						9,23
Praia e duna	165,02					122,97			138,91			426,91
Restinga						60,29						60,29
Solo exposto	3,92					7,91			26,37			38,20
Predominante - Comercial						88,74						88,74
Predominante - Industrial						164,59			3,13			167,72
Predominante - Institucional						152,49			2,16			154,65
Predominante - Misto					10,26	1.241,33			59,42			1.311,01
Predominante - Residencial	461,57	11,01	12,07	9,42		160,57	26,29	1,76	212,50	6,78	49,91	951,87

A tabela demonstra as classes de uso do solo nas áreas urbanas dos distritos, com destaque para as áreas vazias ou com baixa ocupação, pasto e campo antrópico, cuja ocupação ainda poderia se expandir. O gráfico se refere apenas a estas últimas, de forma proporcional ao limite distrital.



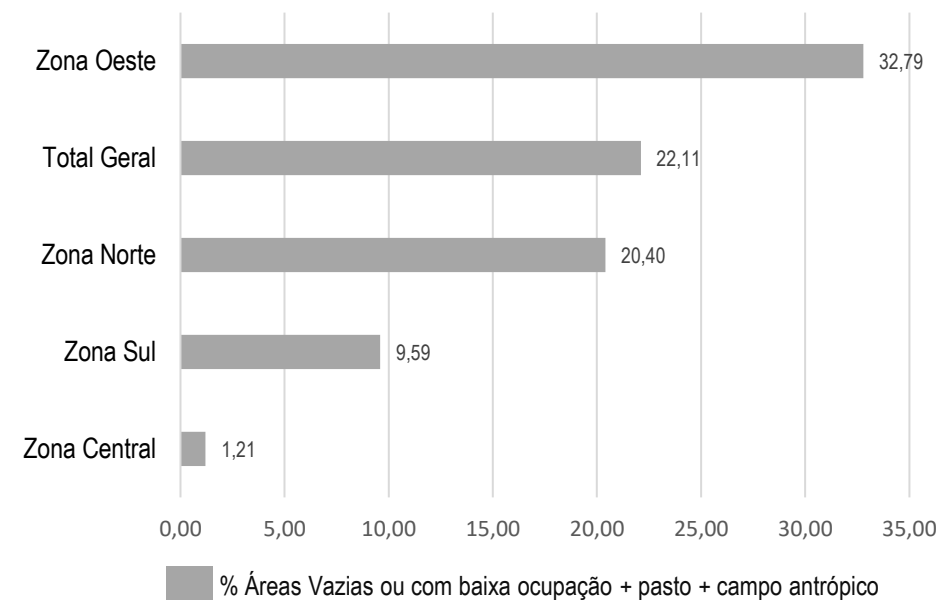
O distrito de **Castelo Novo**, proporcionalmente a sua área territorial, é o que **mais apresenta áreas vazias**. Por outro lado, em termos absolutos (ha), **Ilhéus e Aritaguá** são os que **mais possuem áreas vazias ou com baixa ocupação**.

Áreas Urbanas dos Bairros da Sede: Vazios

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

A tabela demonstra as classes de uso do solo nas áreas urbanas dos bairros da sede municipal, com destaque para as **áreas vazias ou com baixa ocupação, pasto e campo antrópico**, cuja ocupação ainda poderia se expandir. O gráfico se refere apenas a estas últimas, de forma proporcional ao limite dos bairros.

Classe	Zona Central	Zona Norte	Zona Oeste	Zona Sul	Total Geral
Área (ha)					
Áreas úmidas	0,16	0,95	1,31	0,69	3,10
Áreas vazias ou com baixa ocupação	1,65	10,85	51,48	59,40	123,38
Chácaras		11,38	25,55	7,88	44,81
Cultivos			106,12		106,12
Floresta	133,77	1.626,51	1.789,70	590,02	4.140,00
Mangue	4,22	8,25	15,60	6,20	34,27
Massa d'água	1,06	130,82	17,28	8,21	157,37
Mineração		2,46	26,83		29,29
Pasto / Campo Antrópico	7,00	532,52	1.082,96	73,78	1.696,27
Praças	3,08	1,61	1,29	3,25	9,23
Praia e duna	8,74	13,28		5,04	27,06
Restinga	52,20				52,20
Solo exposto	3,39		1,34	3,18	7,91
Predominante - Comercial	54,01	3,92	4,67	25,22	87,82
Predominante - Industrial		133,17	29,57	1,73	164,47
Predominante - Institucional	25,95	6,11	44,09	76,28	152,43
Predominante - Misto	423,05	94,89	233,49	482,63	1.234,05
Predominante - Residencial		86,27	28,66	45,55	160,48



A Zona Oeste, proporcionalmente a sua área territorial, é a que mais apresenta áreas vazias. Em termos absolutos (ha), também é a que mais possui áreas livres. Em seguida, têm-se a Zona Norte, seguida pela Zona Sul. A Zona Central, por outro lado, é onde menos se encontram áreas vazias, o que demonstra a consolidação da ocupação na área e a impossibilidade de crescimento espraiado, a não ser pelo adensamento vertical.

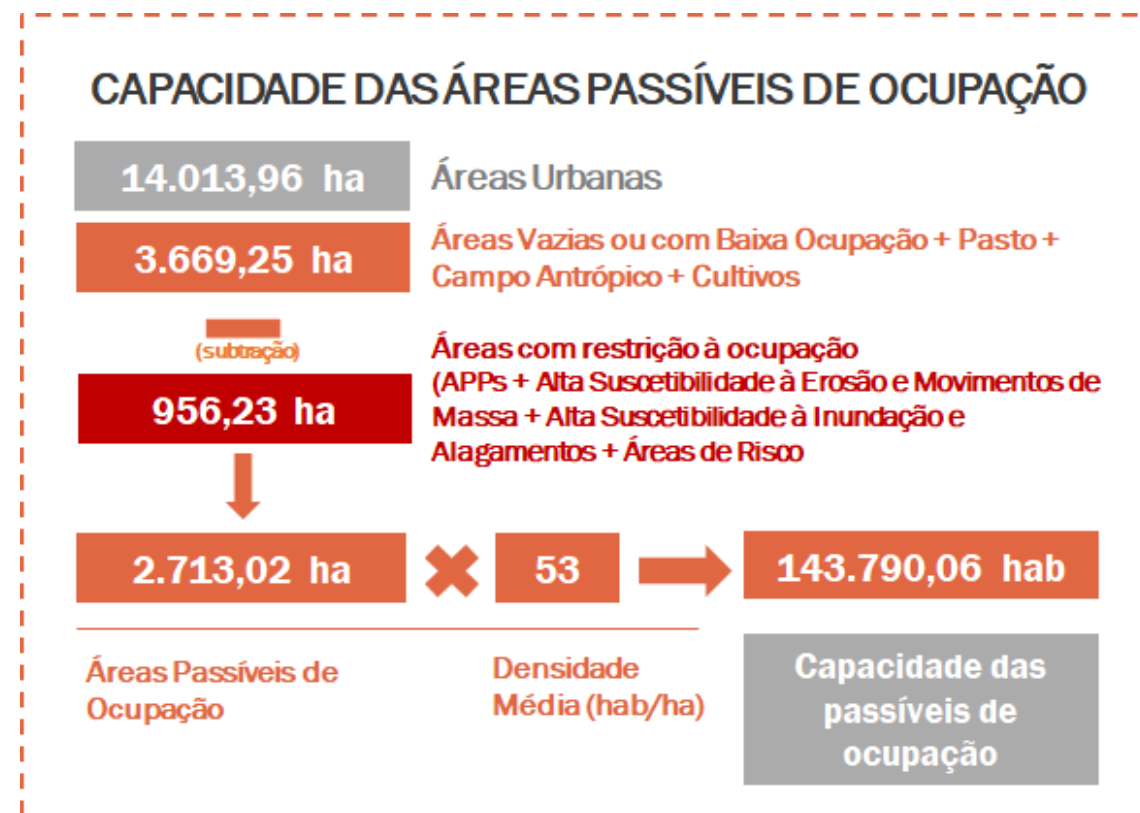
Capacidade de Áreas Vazias

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

- A UN-Habitat estabelece referência de densidade demográfica entre **150 a 300 hab/ha** como ideal para melhor aproveitamento dos investimentos públicos e uso das infraestruturas existentes
- O bairro mais denso de Ilhéus é Nelson Costa com **154 hab/ha**, sendo a densidade média dos bairros de Ilhéus de **52,8 hab/ha**, densidade semelhante ao bairro Jardim Savóia, com **48,75 hab/ha**

Abordagem teórica	Habitantes por hectare		
	Baixa	Média	Alta
Krafta(2015)	50	127	255
Rueda (2010)			250 a 350
Leite(2012)			250
Acioly e Davidson (2011)			250

Moreira, L.M.P.S., Vieira, G.C.L., Hora, K.E.R. and Kallas, L.M.E., 2019. Níveis de densidade populacional: uma proposta de classificação para Goiânia, GO. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais>.



ESTIMA-SE QUE A ÁREA CONSIDERADA URBANA POSSA COMPORTAR, POTENCIALMENTE, CERCA DE 143 MIL HABITANTES



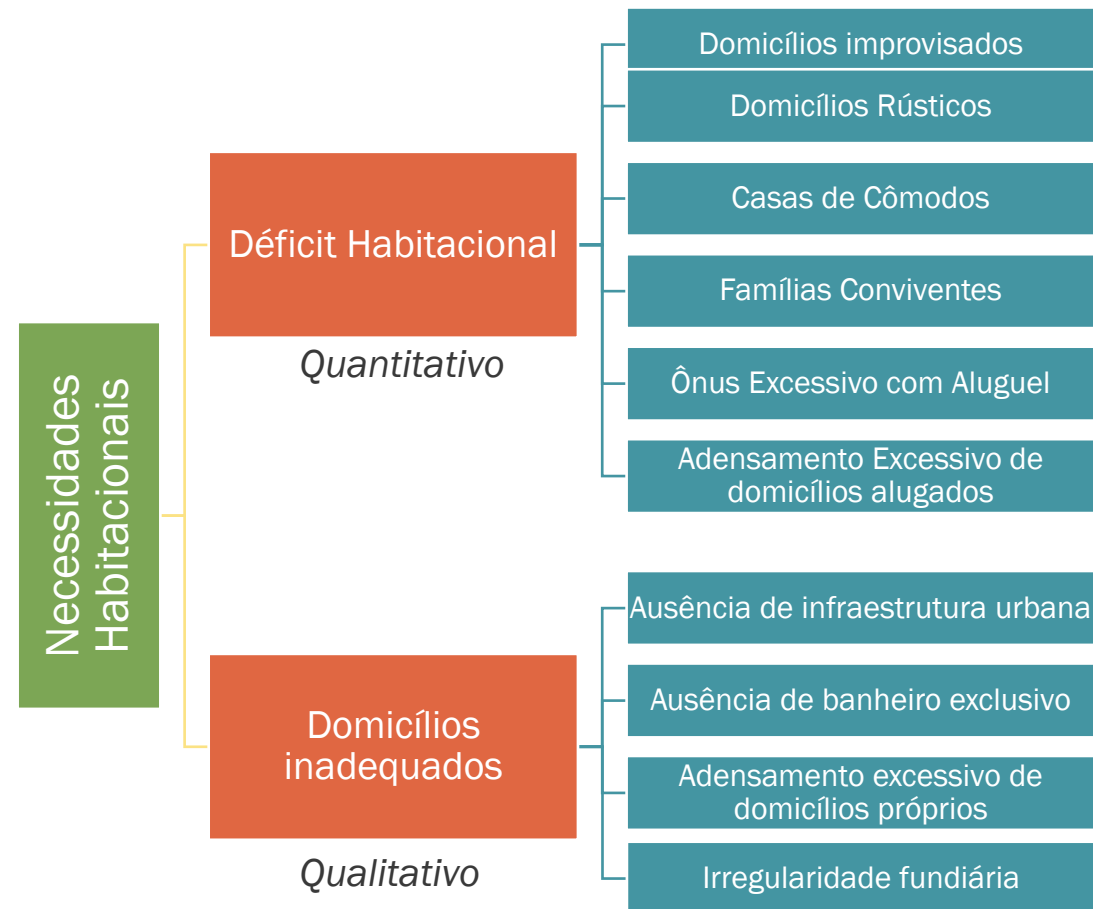
- **HABITAÇÃO**

Habitação

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

Necessidades habitacionais

- Déficit Habitacional de Ilhéus é de 9.302 domicílios (16,6% do total de domicílios), composto por 8.064 domicílios urbanos e 1.239 domicílios rurais (FJP, 2013);
- A principal componente é a **coabitação familiar** (famílias conviventes) (45%);
- Inadequação de pelo menos uma das componentes dos domicílios urbanos de Ilhéus totaliza 14.663 (31% do total de domicílios urbanos);
- A principal componente de inadequação é a **carência em serviços de infraestrutura urbana**.



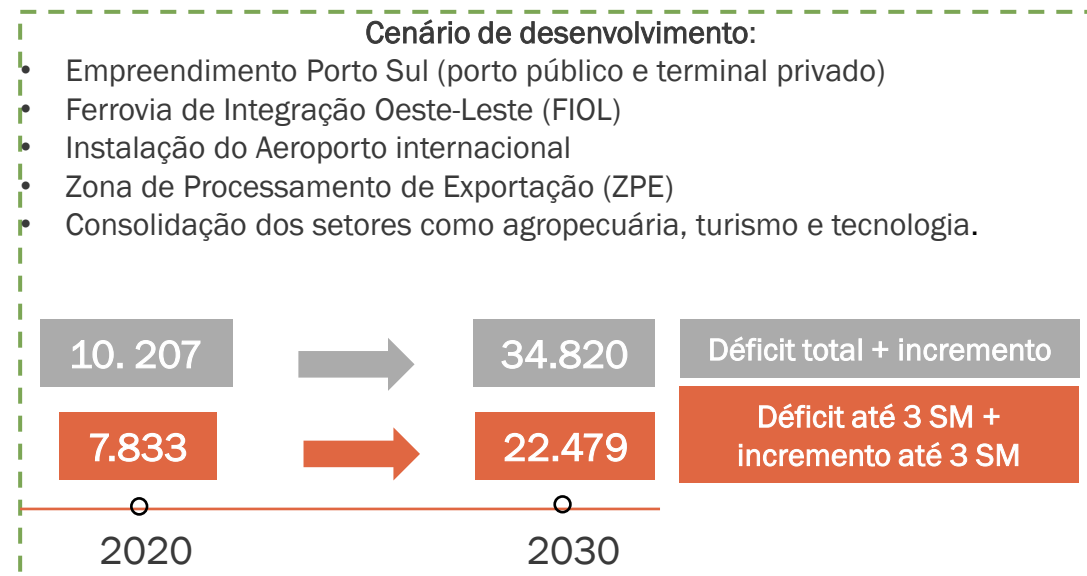
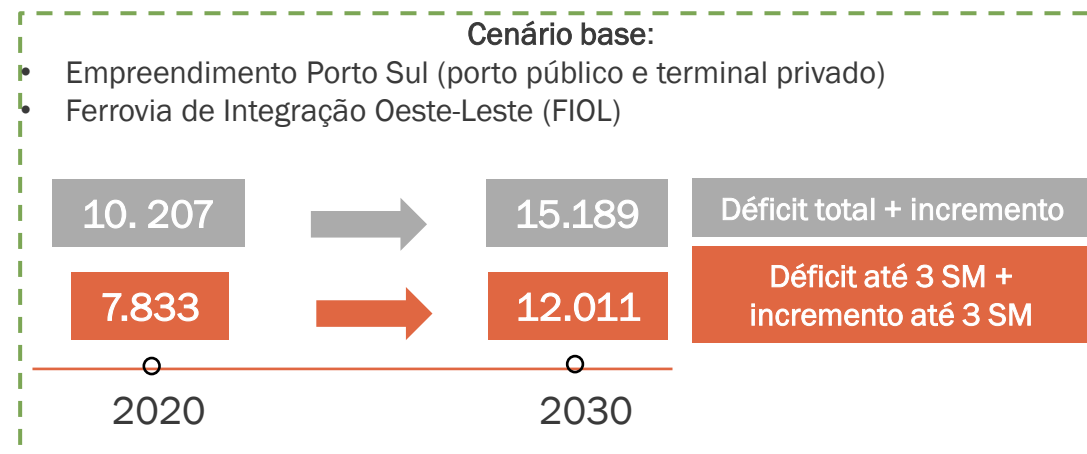
Habitação

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

Projeção do Déficit Habitacional

- A partir da projeção de domicílios, considerou-se que o **déficit habitacional significaria 16% do total de domicílios projetados para 2020** – mesmo percentual apontado pela Fundação João Pinheiro no estudo sobre Déficit Habitacional de 2010 nos municípios brasileiros
- Em 2020, o **déficit habitacional de Ilhéus seria 10.207** e considerou-se também a demanda incremental a partir da projeção dos cenários futuros para os próximos anos
- Destaca-se que o **grupo prioritário para HIS (até 3 SM) representa 77% do déficit habitacional projetado**

Necessidades habitacionais totais (Déficit habitacional + demanda incremental) por cenários futuros. Ilhéus, 2022-2030 (em nº)

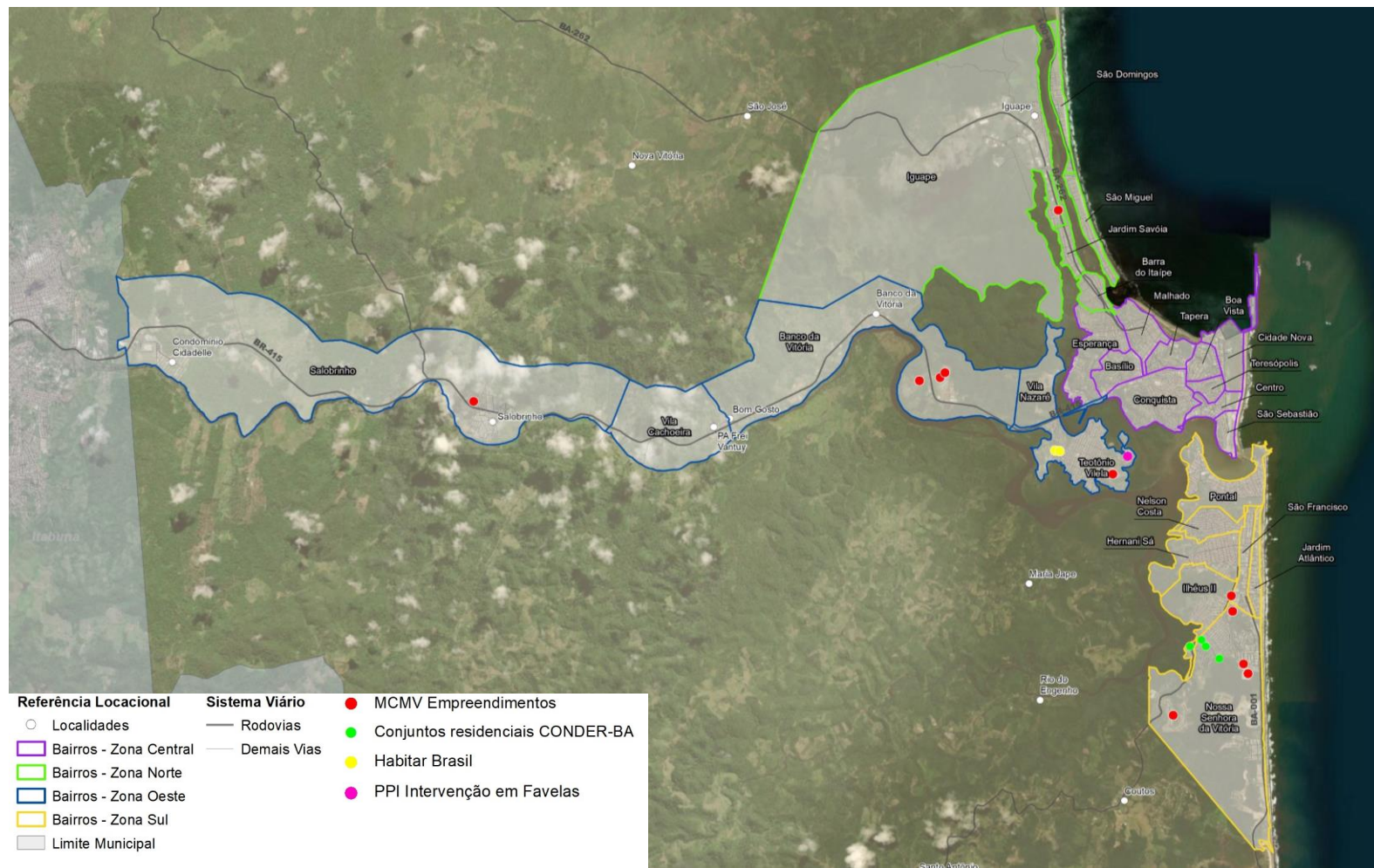


Habitação

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

Empreendimentos Habitacionais

- De 1997 a 2007, foram produzidas cerca de 246 unidades habitacionais através do programa Viver Melhor. No período também foram entregues 272 unidades do bairro Teotônio Vilela, pelo Programa PPI - Programa de Prioridade de Investimento - Intervenção em Favelas.
- Ao total, até o final de 2021, com o MCMV, foram entregues 5.401 unidades habitacionais em Ilhéus. 86,5% das unidades do MCMV são da Faixa 1, destinados a população com renda familiar de até R\$1.800,00
- 151 unidades foram entregues na área rural, contratados em 2018, destinados aos moradores do distrito de Sambaituba:
 - 79 unidades correspondem ao empreendimento do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) I e III.
 - 72 unidades correspondem à parceria entre a Prefeitura Municipal (Secretaria de Agricultura e Pesca - Seap) e a Caixa Econômica Federal
- Em 2018, o CONDER-BA entregou 4 conjuntos residenciais para requalificação do bairro Nossa Senhora da Vitória

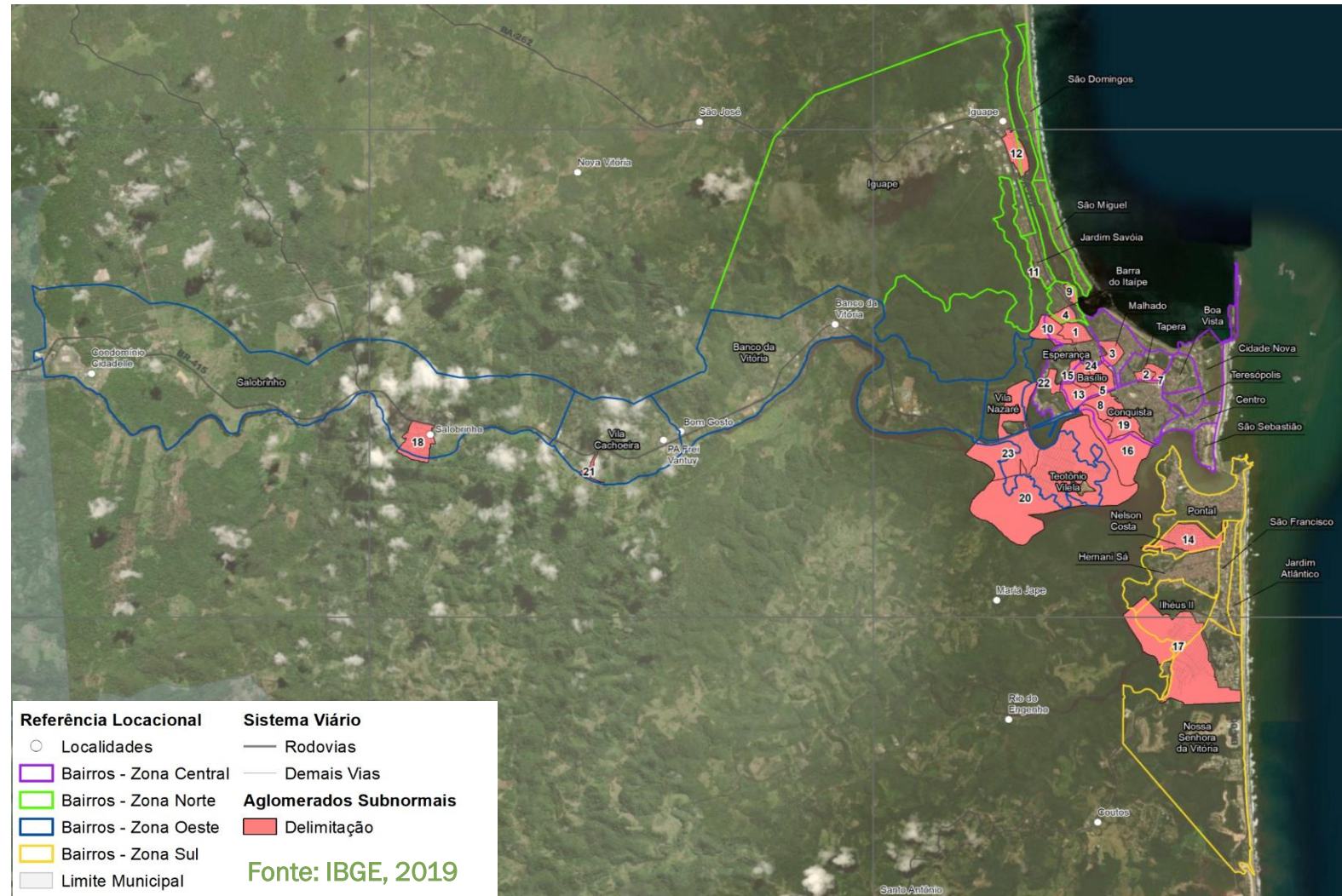


Aglomerados Subnormais (AGSN)

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

(...) Aglomerado Subnormal é um conjunto formado de, no mínimo, **51 unidades habitacionais**, com uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, **caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação.**” (IBGE, 2019).

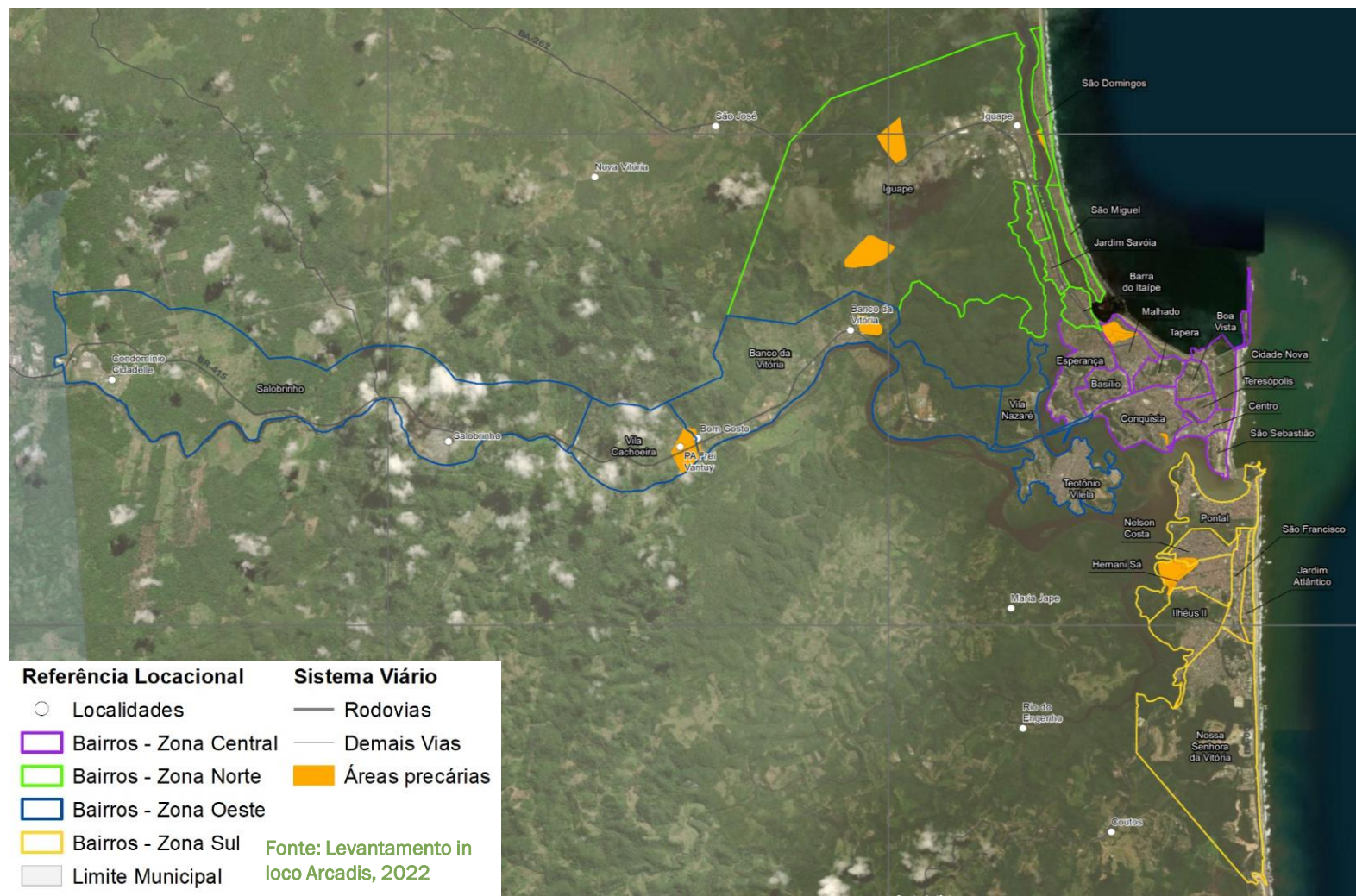
- Mapeamento do IBGE identificou **24 AGSN** em Ilhéus;
- Os AGSN de Ilhéus totalizam **21.123 domicílios**, um crescimento de 55,3% em relação ao estudo anterior em 2010.



Áreas Precárias

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

- Áreas com características semelhantes aos AGSN, não mapeados pelo IBGE. Foram identificadas 9 áreas precárias;
- As áreas identificadas são ocupações mais recentes, resultados de expansão e dispersão urbana, também são menos consolidadas.



AGSN + áreas precárias + áreas irregulares

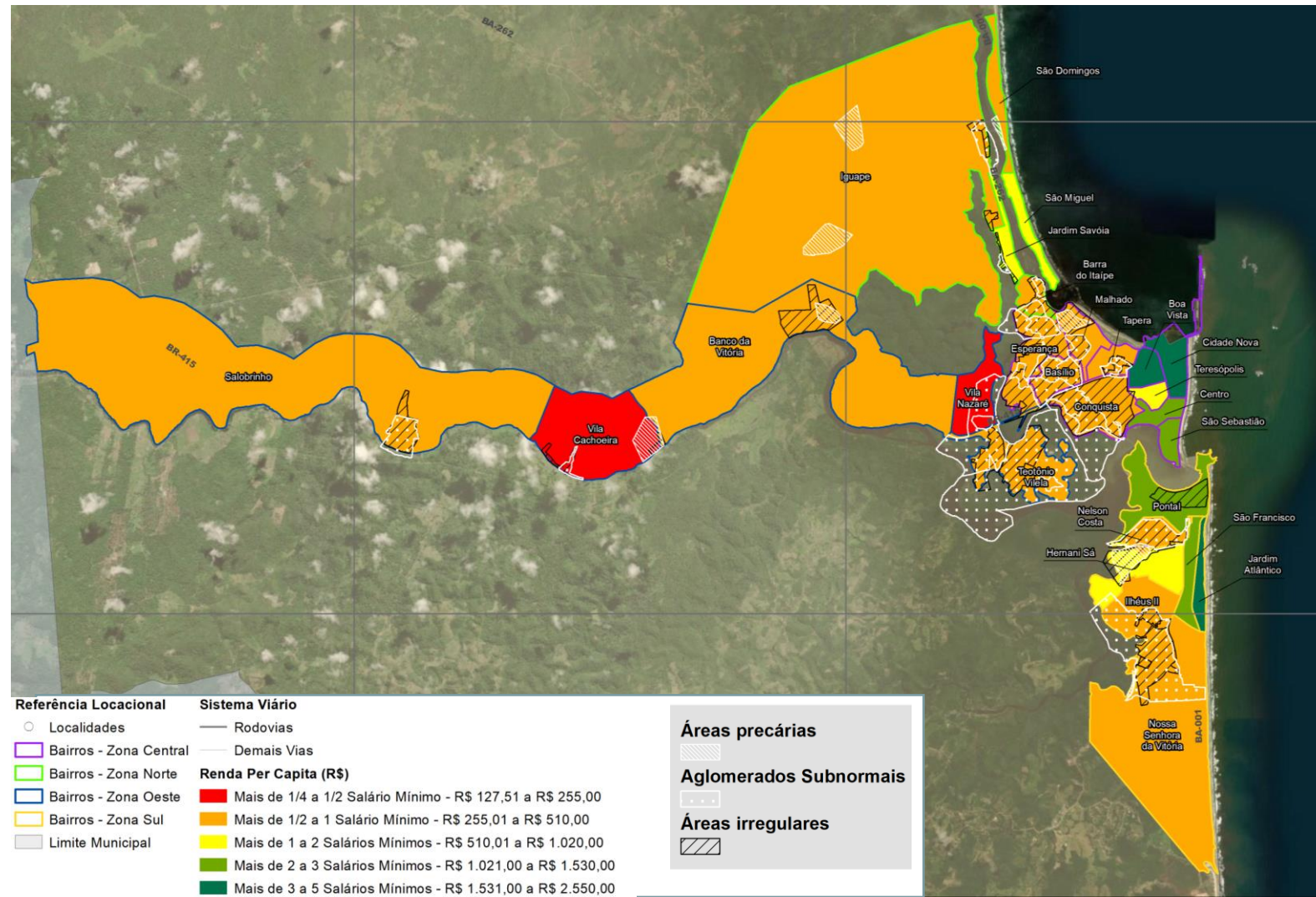
07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

Perfil socioeconômico

- A renda per capita das áreas irregulares está, em maioria, entre $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo;
- As áreas irregulares são quase todas ocupadas por áreas precárias ou aglomerados subnormais;
- Apenas parcela dos bairros Conquista e Pontal é apenas irregular. A ocupação no Pontal possui renda mais elevada (2 a 3 salários mínimos.)

O processo de regularização deve ser priorizado em áreas de ocupação por famílias de baixa renda

Fonte: Prefeitura de Ilhéus, 2022

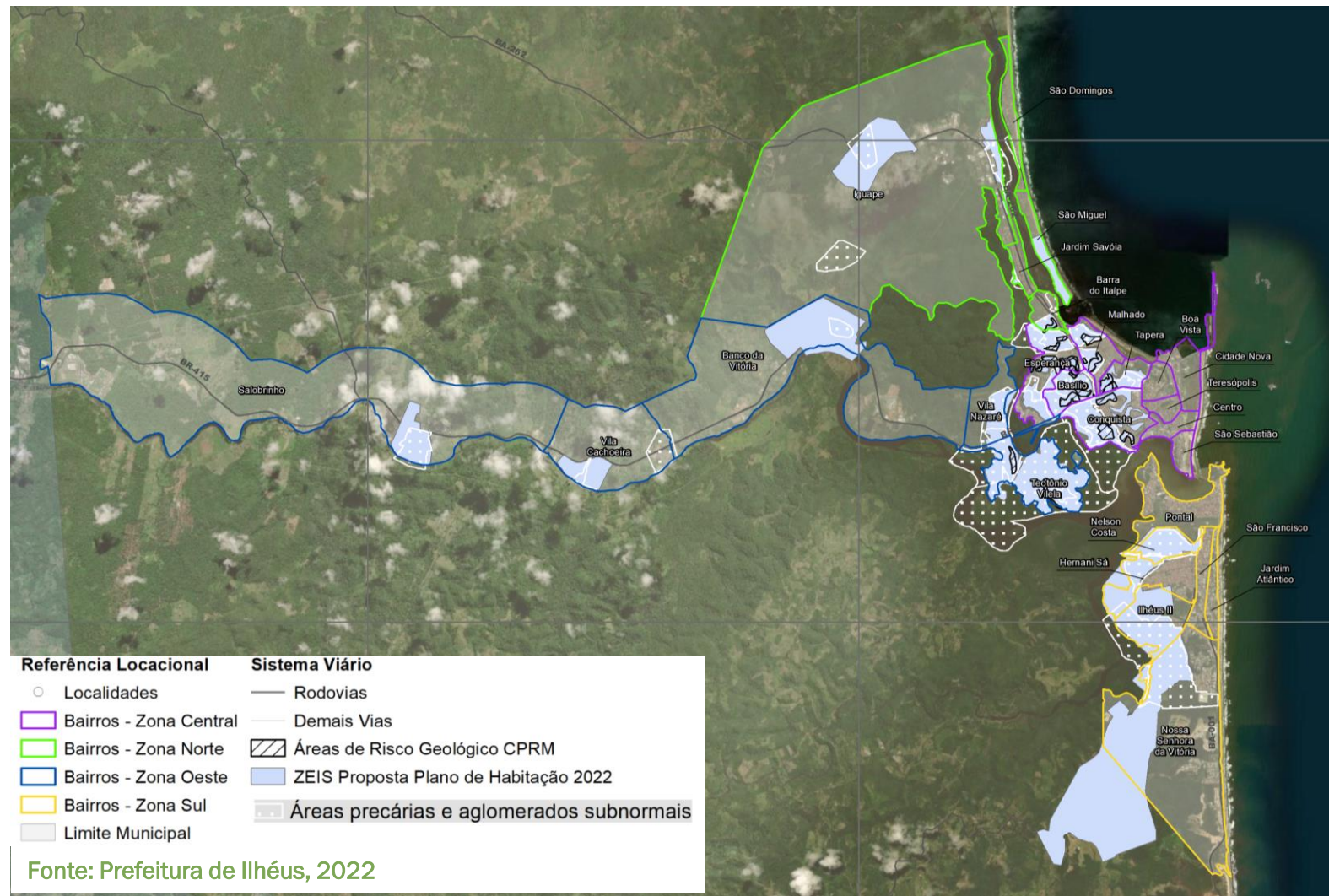


Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

Proposta Plano de Habitação 2022

- O mapeamento de ZEIS proposto no diagnóstico de Habitação em 2022 abrange a maior parte das áreas prioritárias mapeadas;
- Também são propostas ZEIS para sedes de outros distritos;
- Quase todas as áreas com maior vulnerabilidade social estão compreendidas por esse zoneamento.





- **ZONEAMENTO URBANO NO PLANO DIRETOR**

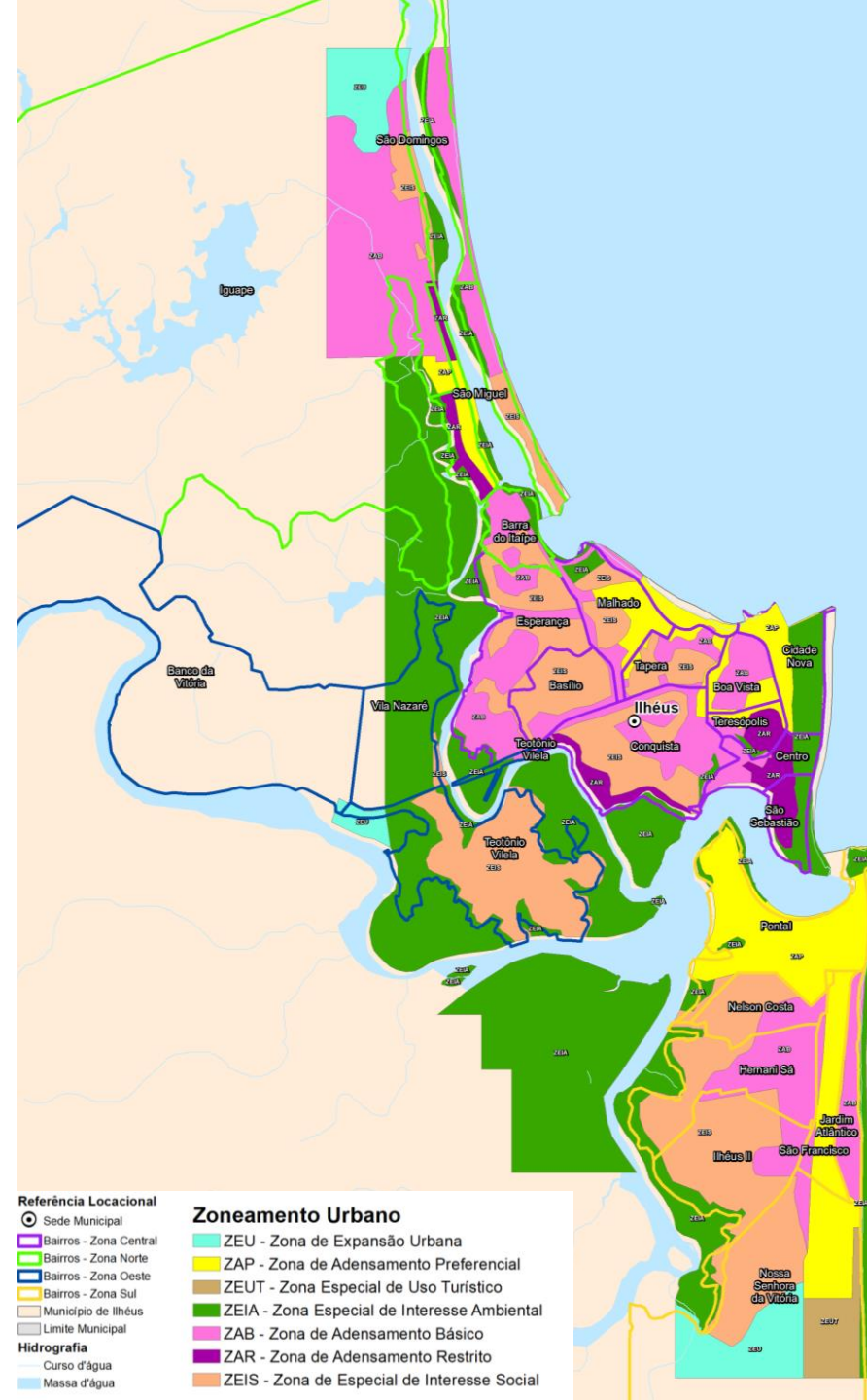
Plano Diretor 2006

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

O Plano Diretor vigente do município de Ilhéus (Lei nº3265/2006) estabelece o seguinte zoneamento urbano.

Zonas	CAB	CAM	Diretrizes
ZAP – Adensamento Preferencial	2	4	densidade; diversificação de atividades; vagas estacionamento; áreas verdes e espaços livres; PEUC; OUC
ZAB – Adensamento Básico	1	2	densidade controlada com infraestrutura e equip compatíveis; sub-centros comerciais e serviços; investimento em esgoto e viário
ZAR – Adensamento Restrito	1 a 2	1 a 4	investimento em infra e equipamentos básicos; viário e conservação ambiental
ZEUT – Especial Uso Turístico	2	4*	uso turístico e de apoio ao turismo
ZEXP/ZEU – Expansão Urbana	1	1	futura ocupação
ZEIS – Especial Interesse Social	-	-	produção, manutenção, recuperação e construção de HIS; áreas vazias e ocupadas
ZEIA – Especial Interesse Ambiental	-	-	preservação ou conservação ambiental com uso e ocupação de baixo impacto

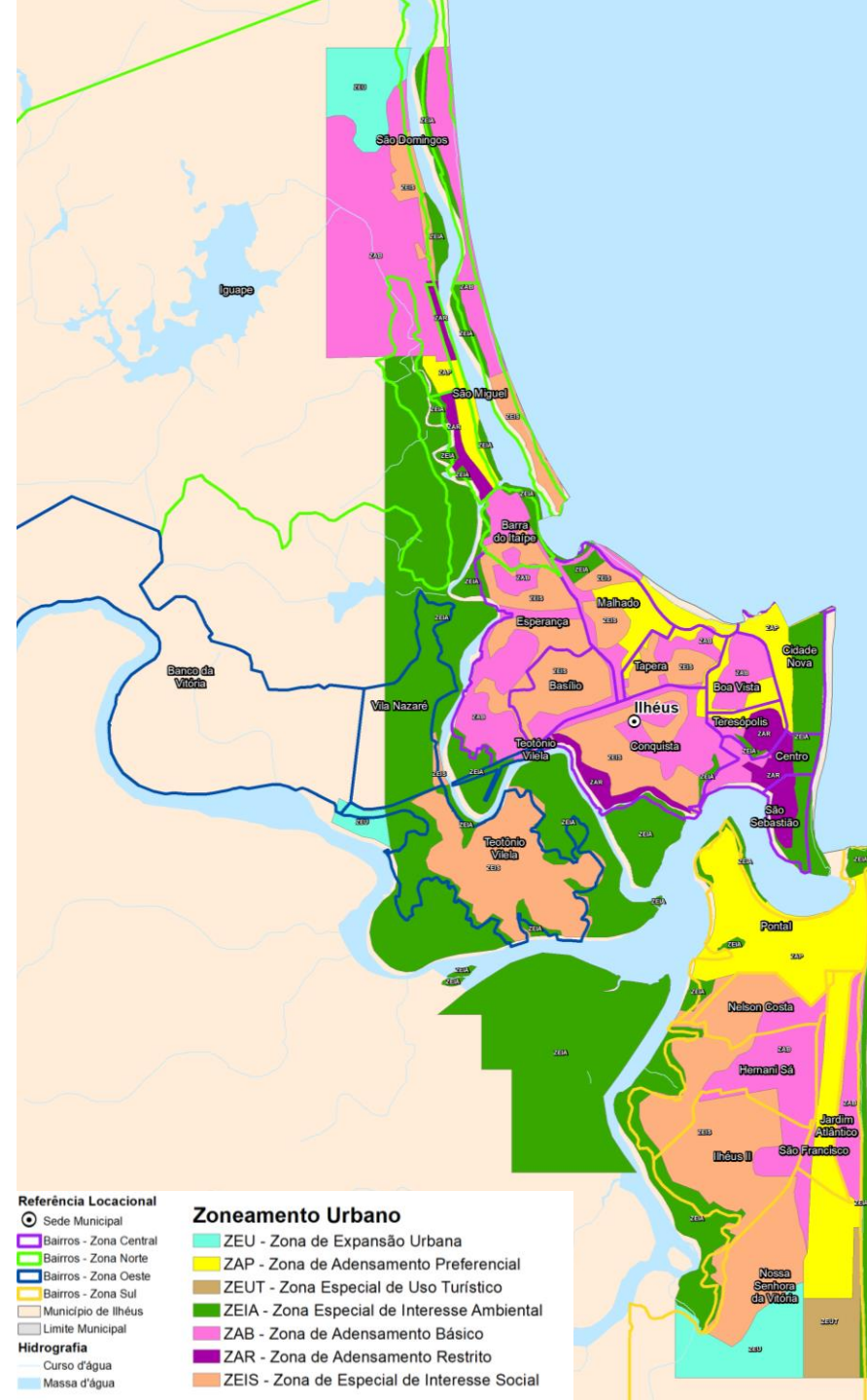
*empreendimentos turísticos: isentos de OODC para CAM



Plano Diretor 2006

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

- O Zoneamento é mais restrito nas áreas próximas a região central (roxo) e estabelece algumas zonas com maiores possibilidades de adensamento, como Pontal, São Francisco, Cidade Nova e uma parte do Malhado, tendo como referência o Coeficiente de Aproveitamento Máximo (CAM). São áreas com capacidade de abarcar um adensamento maior, por dispor de infraestrutura, prioridade de investimento para áreas de estacionamento, áreas verdes e espaços livres;
- Em rosa (Zona de Adensamento Básico) são áreas com proposta de adensamento maior, mas ainda não em plena capacidade por conta de certas deficiências em infraestrutura;
- As áreas em verde se referem as Zonas Especiais de Interesse Ambiental, focadas na preservação;
- Ao sul, tem-se uma zona específica para uso turístico, que de fato, foi sendo ocupado por empreendimentos mais voltados para essa atividade;
- Em azul claro se tem as Zonas de Expansão Urbana, que são eixos que já estavam previstos em virtude da expansão urbana já estar ocorrendo e tinham possibilidade de receber novas áreas urbanas;
- Em salmão, tem-se as Zonas Especiais de Interesse Social, as quais foram pensadas na priorização de manutenção, conservação e regularização por áreas ocupadas por habitação de interesse social e também áreas vazias com possibilidade de receber novos empreendimentos deste perfil.



LUOS 2022 e áreas urbanas

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

- A Lei de Uso Ocupação nº4.147/2022 altera e substitui o zoneamento de uso e ocupação do solo da lei nº 3.746/2015. Observa-se que o zoneamento da LUOS é mais específico (há mais divisões e detalhamentos).

Zonas

ZC-27, ZC-29, ZC-36, ZN-01, ZN-07, ZN-12, ZO-46, ZS-49, ZS-51-ZEIA, ZS-53, ZS-56, ZS-59.

ZC-19, ZC-20, ZC-22, ZC-28, ZC-31, ZC-35, ZN-02, ZN-05, ZN-08, ZN-11, ZN-13, ZO-38, ZO-42, ZS-50, ZS-54, ZS-58.

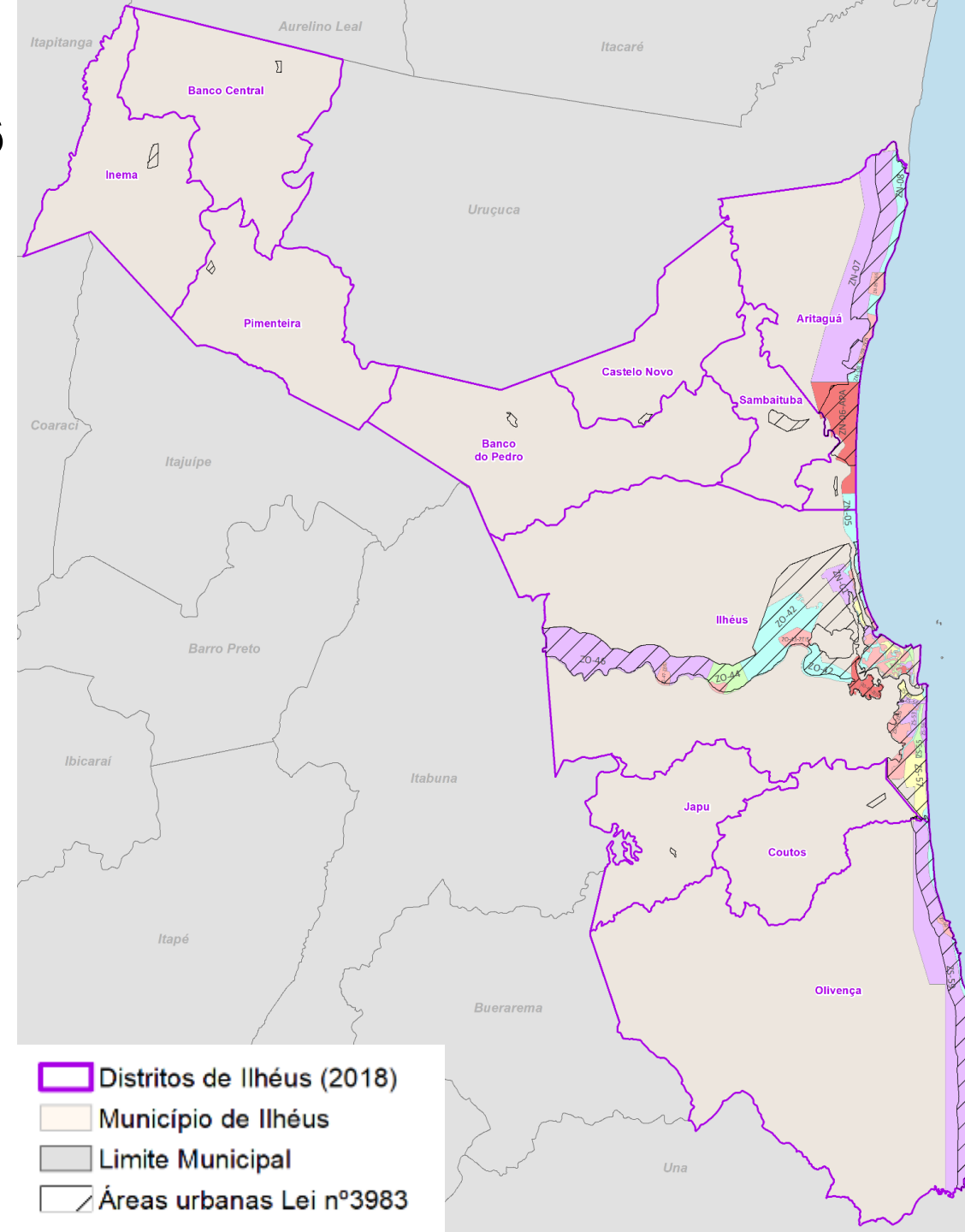
ZC-15-ZEIS, ZC-18-ZEIS, ZC-21, ZC-26, ZC-33-ZEIS, ZC-34, ZN-03-ZEIS, ZN-04-ZEIS, ZN-09-ZEIS, ZN-14-ZEIS, ZO-39-ZEIS, ZO-43-ZEIS, ZO-45-ZEIS, ZO-47-ZEIS, ZS-52-ZEIS, ZS-60.

ZC-17, ZC-23, ZC-24, ZC-32, ZO-44, ZS-55..

ZC-16, ZC-25, ZC-37, ZN-10, ZS-48, ZS-57.

ZC-30, ZN-06-APA, ZO-40-ZEIS, ZO-41-ZEIS.

Por ter sido revisado recentemente, entende-se que o **zoneamento proposto pela LOUS** está mais alinhado com as dinâmicas e demandas atuais da área urbana. No entanto, **há algumas áreas consideradas urbanas nos distritos, mas que não possuem parâmetros definidos pela Lei de Zoneamento.**



- Distritos de Ilhéus (2018)
- Município de Ilhéus
- Limite Municipal
- Áreas urbanas Lei nº3983

LUOS 2022 e áreas urbanas

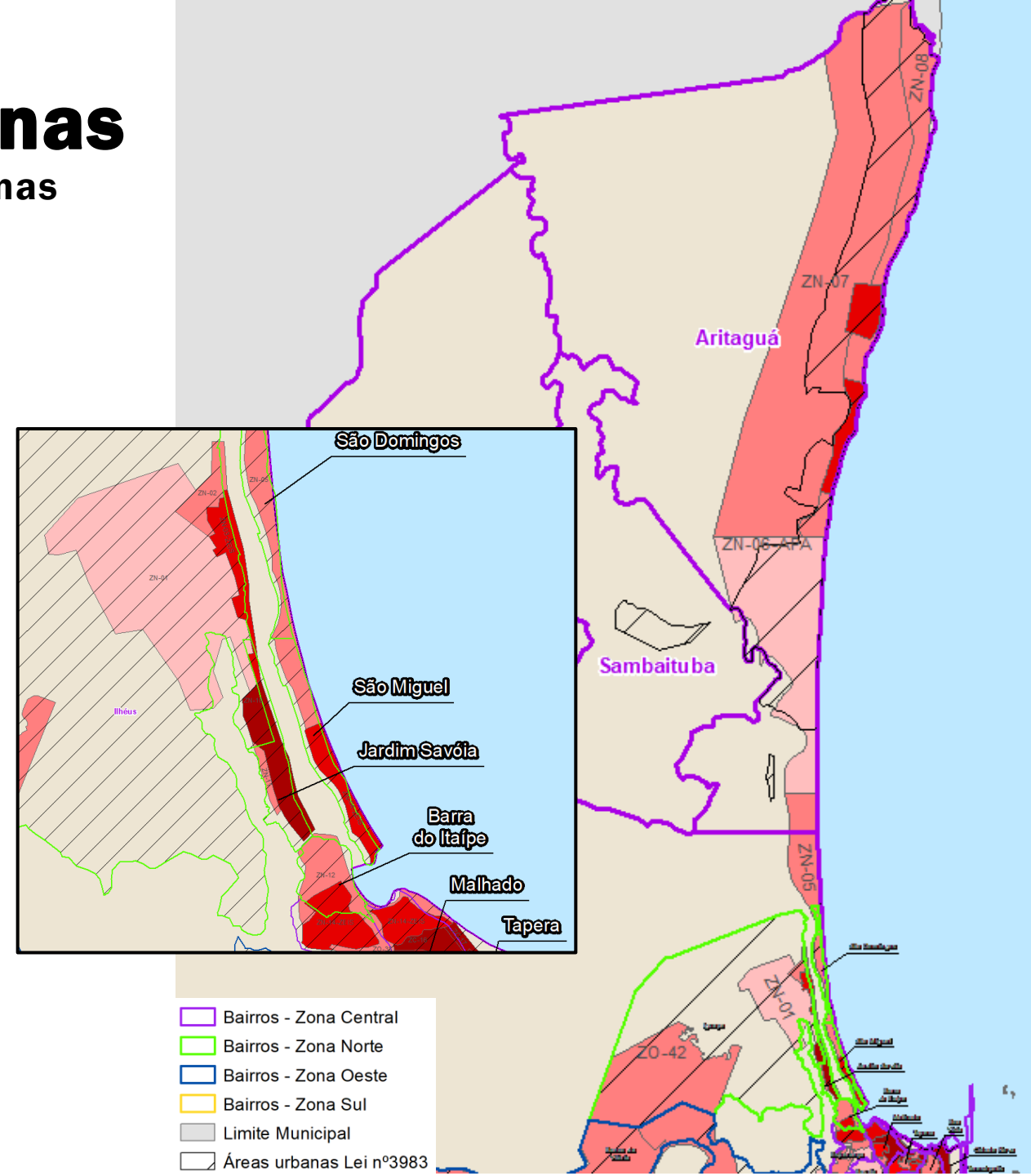
07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

- Lei de Uso Ocupação nº4.147/2022
- A classificação do zoneamento pelo Coeficiente de Aproveitamento Máximo (CAM) contribui para compreender o zoneamento vigente no município, indicando as regiões com maior possibilidade de aproveitamento e as regiões com viés mais restritivo;

Zonas a Norte

Zonas	CAB	CAM
ZN-01	0,60	-
ZN-02, ZN-05, ZN-07, ZN-08, ZN-12, ZN-13	1	2
ZN-03-ZEIS, ZN-04-ZEIS, ZN-09-ZEIS, ZN-11-ZEIS, ZN-14-ZEIS	2	2
ZN-06 (APA)	0,40	0,40
ZN-10	2	4

As áreas em vermelho escuro tem a possibilidade de um adensamento maior, chegando a um CA de até 4 vezes a área do terreno.



LUOS 2022 e áreas urbanas

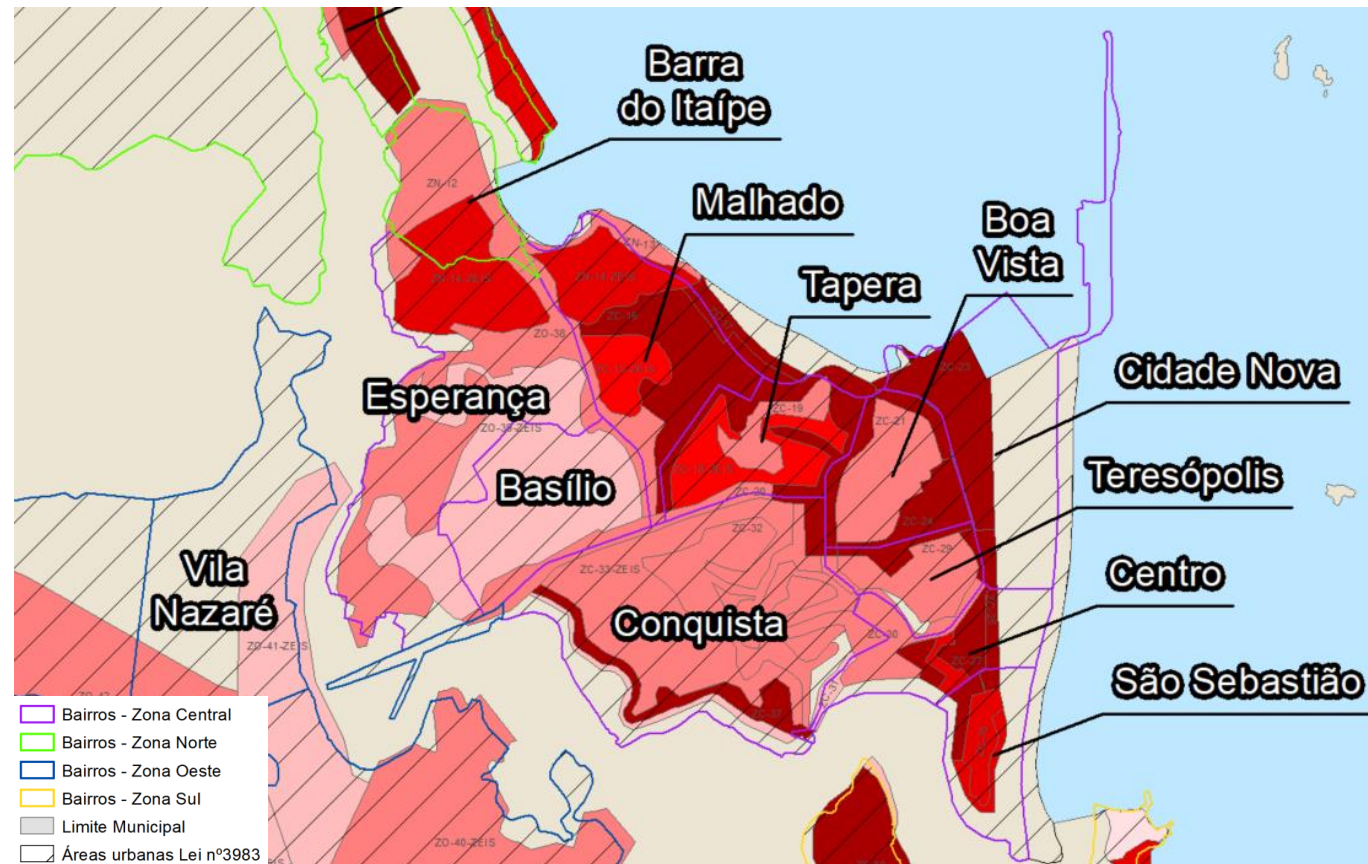
07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

- Lei de Uso Ocupação nº4.147/2022
- A classificação do zoneamento pelo **Coefficiente de Aproveitamento Máximo (CAM)** contribui para compreender o zoneamento vigente no município, indicando as regiões com maior possibilidade de aproveitamento e as regiões com viés mais restritivo;

Zonas Centrais

Zonas	CAB	CAM
ZC-15-ZEIS, ZC-18-ZEIS	2	2
ZC-16, ZC-17, ZC-22, ZC-23, ZC-24, ZC-25, ZC-27, ZC-28, ZC-37*	2	4
ZC-19, ZC-20, ZC-21, ZC-29, ZC-30, ZC-32, ZC-33-ZEIS	1	2
ZC-26, ZC-34, ZC-35	2	3
ZC-31, ZC-36*	1	1

*corredor especial



Há possibilidade de maior adensamento principalmente em partes de Cidade Nova, Teresópolis, Centro e São Sebastião, são as áreas mais próximas da orla. As zonas na cor mais clara representam os corredores especiais, propondo um adensamento mais baixo, pois são áreas em que já estão significativamente ocupadas e não se pretende ampliar muito em virtude da capacidade de suporte das vias.

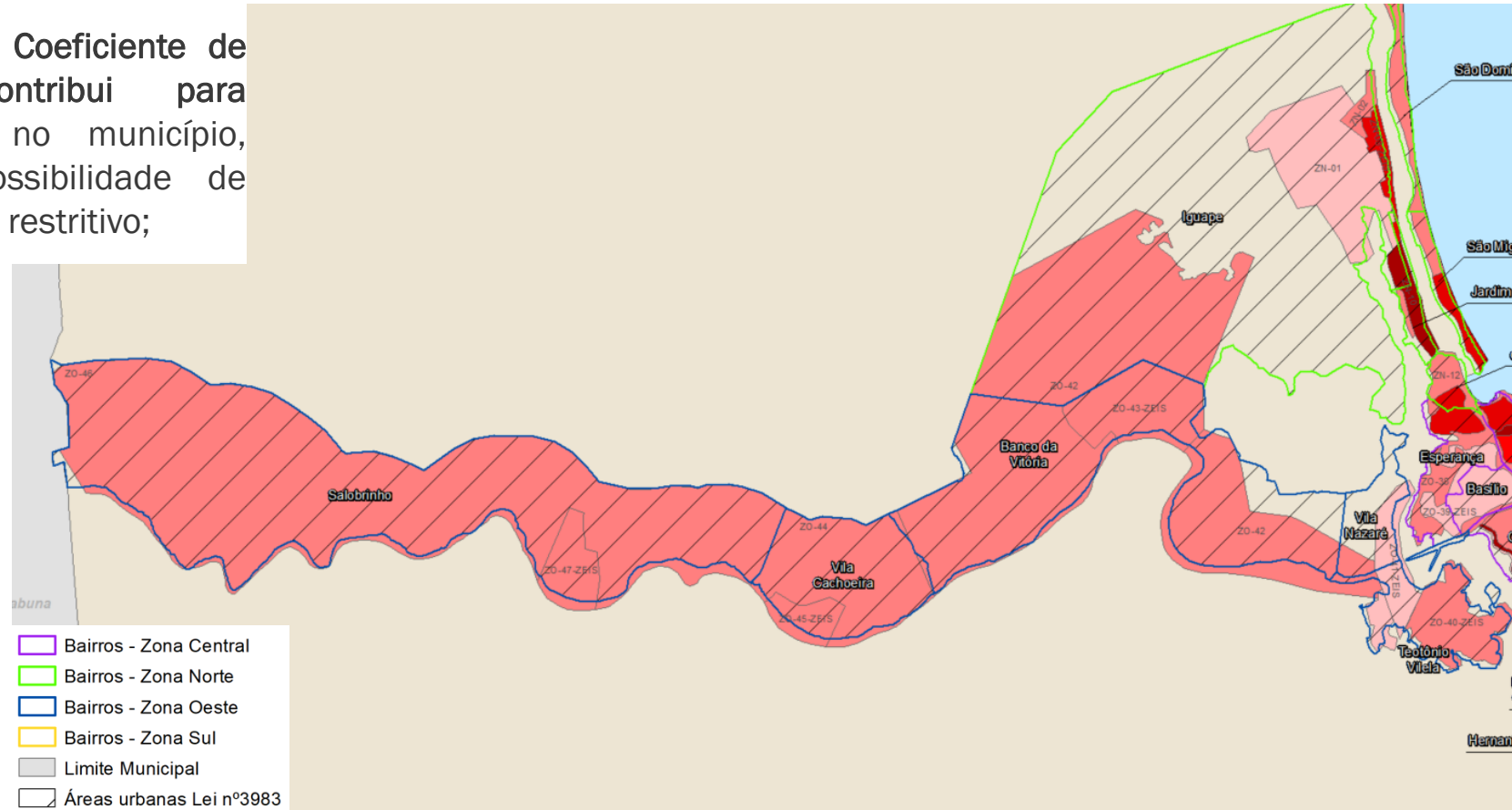
LUOS 2022 e áreas urbanas

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

- Lei de Uso Ocupação nº4.147/2022
- A classificação do zoneamento pelo Coeficiente de Aproveitamento Máximo (CAM) contribui para compreender o zoneamento vigente no município, indicando as regiões com maior possibilidade de aproveitamento e as regiões com viés mais restritivo;

Zonas a Oeste

Zonas	CAB	CAM
ZO-38, ZO-40-ZEIS, ZO-42, ZO-43-ZEIS, ZO-44, ZO-45-ZEIS, ZO-46, ZO-47-ZEIS	1	2
ZO-39-ZEIS, ZO-41-ZEIS	2	2



Nas Zonas a Oeste existem dois tipos de zonas. Elas se diferenciam mais em Vila Nazaré e parte de Teotônio Vilela com adensamento mais baixo, mas a maior parte possui um adensamento médio, com CAM de 2.

LUOS 2022 e áreas urbanas

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

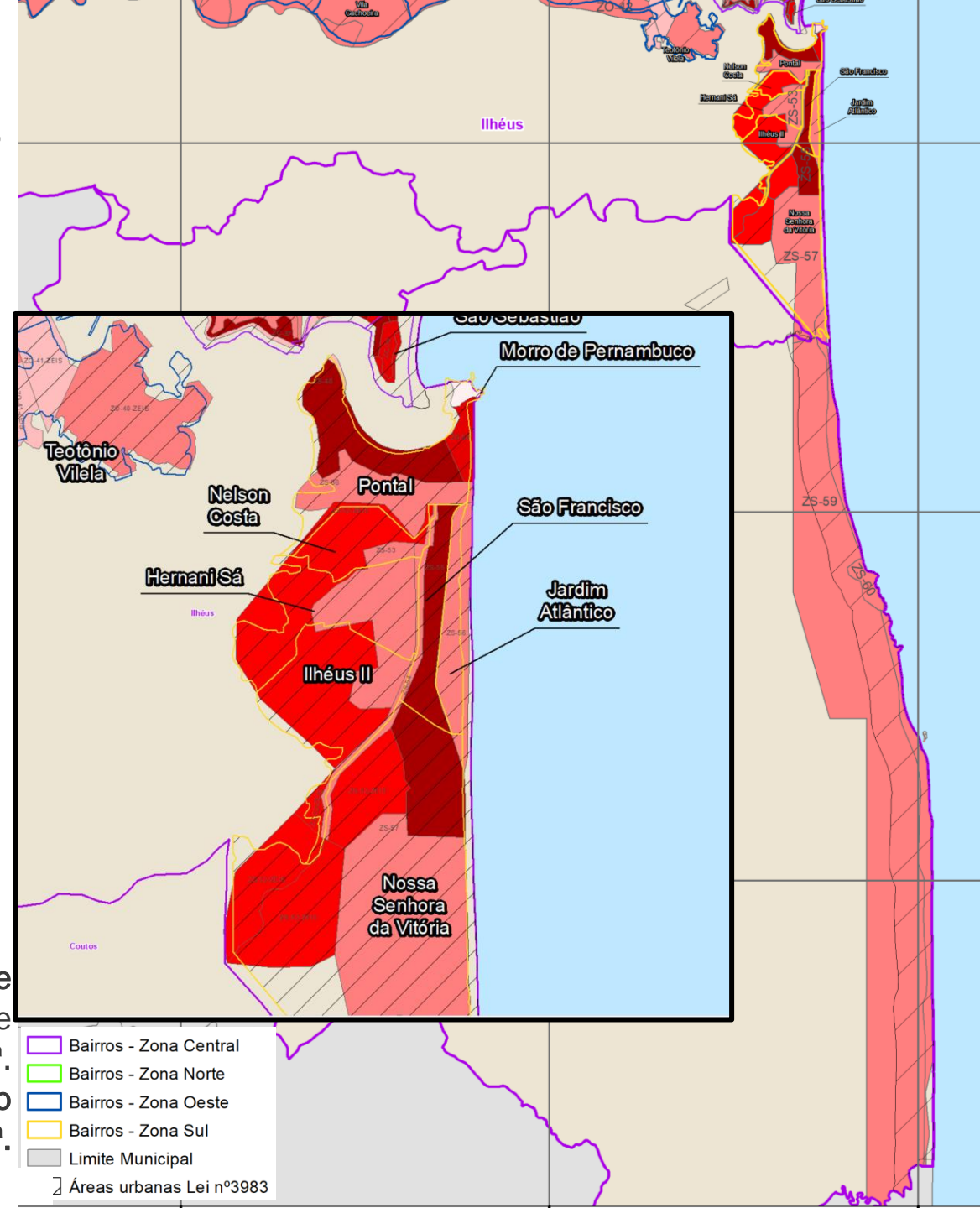
- Lei de Uso Ocupação nº4.147/2022
- A classificação do zoneamento pelo Coeficiente de Aproveitamento Máximo (CAM) contribui para compreender o zoneamento vigente no município, indicando as regiões com maior possibilidade de aproveitamento e as regiões com viés mais restritivo;

Zonas a Sul

Zonas	CAB	CAM
ZS-51-ZEIA	ESTUDO ESPECIAL P/ SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO	
ZS-49	1	1
ZS-53, ZS-54*, ZS-56, ZS-57, ZS-58, ZS-59, ZS-60	1	2
ZS-52-ZEIS	2	2
ZS-50	2	3,5
ZS-48, ZS-55	2	4

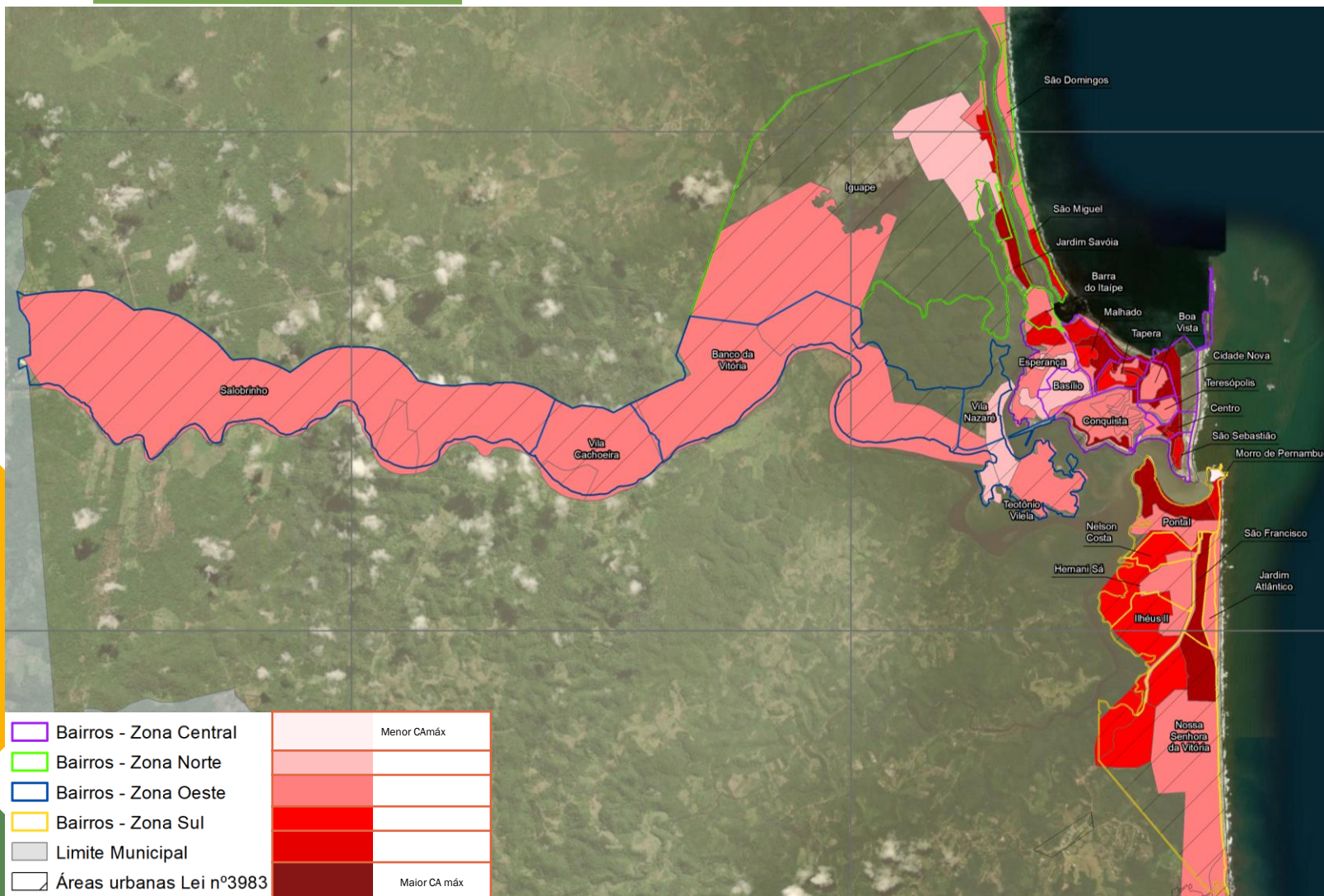
Destaque para o Morro de Pernambuco classificado como Zona Especial de Interesse Ambiental no bairro Pontal. A ZEIS demarcada ocupa quase integralmente Nelson Costa, Hernani Sá, Ilhéus II e parte oeste de Nossa Sr^a. Da Vitória. As áreas com maior adensamento são na parte norte do Pontal (ao lado do aeroporto) e a parte oeste de Jardim Atlântico e ao norte de Nossa Sr^a. Da Vitória.

*corredor especial

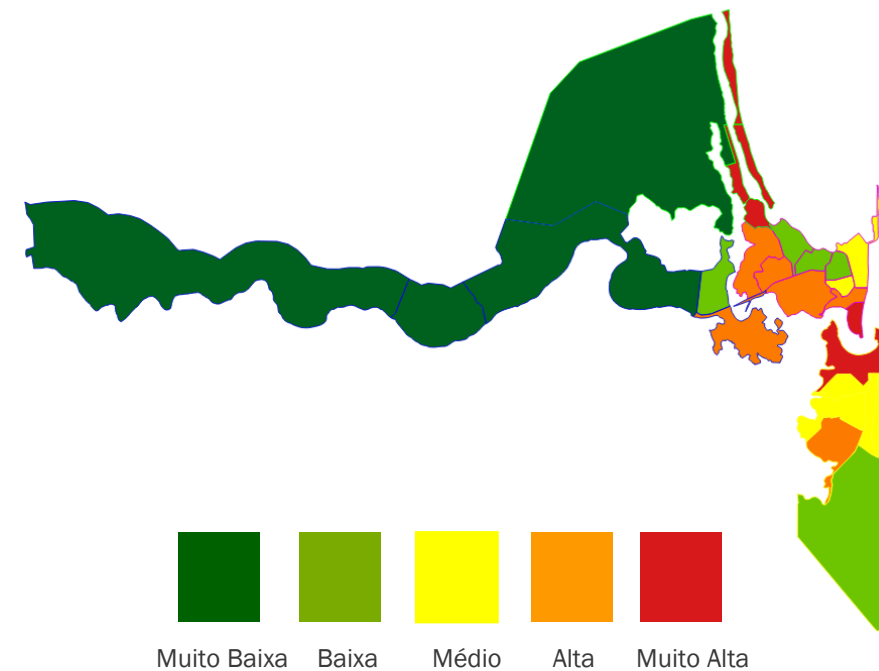


LUOS 2022 – Sede Municipal

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas



Fragilidade do Meio Físico



Na próxima etapa do trabalho serão sobrepostas as características dos bairros ao zoneamento. Como exemplo, há bairros que tem a proposta de um adensamento maior, mas possuem altas fragilidades no meio físico, como é o caso dos bairros Savóia e Pontal. Assim sendo, nos próximos passos se pretende fazer essa análise integrada.



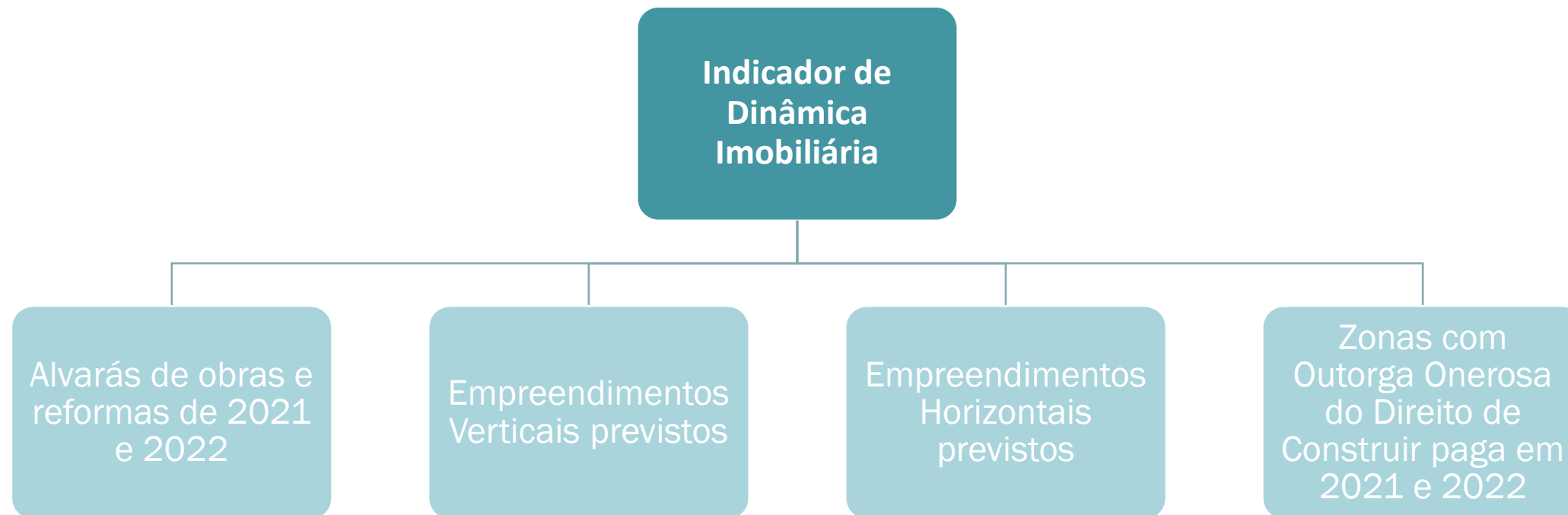
.INDICADORES DE DINÂMICA URBANA



- **INDICADOR DE DINÂMICA IMOBILIÁRIA**

Indicador de Dinâmica Imobiliária

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas



- **OBJETIVO:** O indicador de dinâmica imobiliária tem como objetivo **entender, no território, o comportamento do mercado de imóveis formal**, identificando os bairros com maior interesse pelo mercado, uma vez que esses processos **afetam a valoração da terra e tem potencial de transformação do uso do solo** existente. Esta transformação pode se traduzir em verticalização ou expansão da mancha urbana, demandando edições nas diretrizes de ordenamento do uso do solo e atenção frente às condições ambientais, do meio físico e de atendimento por infraestrutura e equipamentos.

Indicador de Dinâmica Imobiliária

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

Variáveis:

- Alvarás de obras e reformas de 2021 e 2022 (peso 1)
- Empreendimentos Verticais previstos (EV) (peso 10)
- Empreendimentos Horizontais previstos (EH) (peso 10)
- Zonas com Outorga Onerosa do Direito de Construir paga em 2021 e 2022 (peso 5)
- Fonte: Prefeitura Municipal – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, 2022.

Metodologia:

- Sobreposição das variáveis
- Mapa de Calor

Cálculo

$$\frac{n^{\circ} \text{ de alvarás (peso)} + n^{\circ} \text{ EV (peso)} + n^{\circ} \text{ EH (peso)} + \text{OODC (peso)}}{\text{área urbanizada do bairro}}$$

Alvarás de obras e reformas de 2021 e 2022



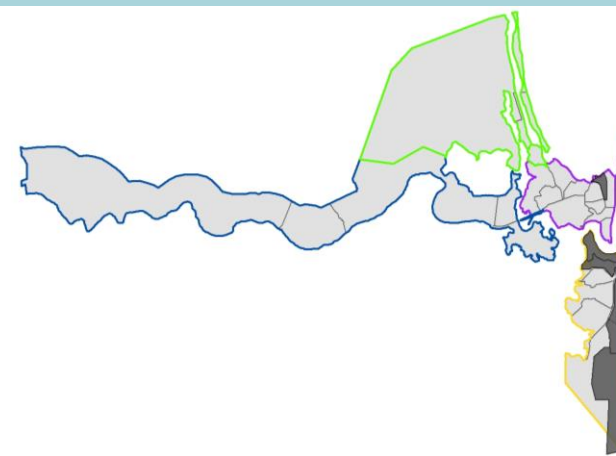
Peso 1

Empreendimentos Horizontais e Verticais previstos



Peso 10

Zonas com Outorga Onerosa do Direito de Construir paga em 2021 e 2022



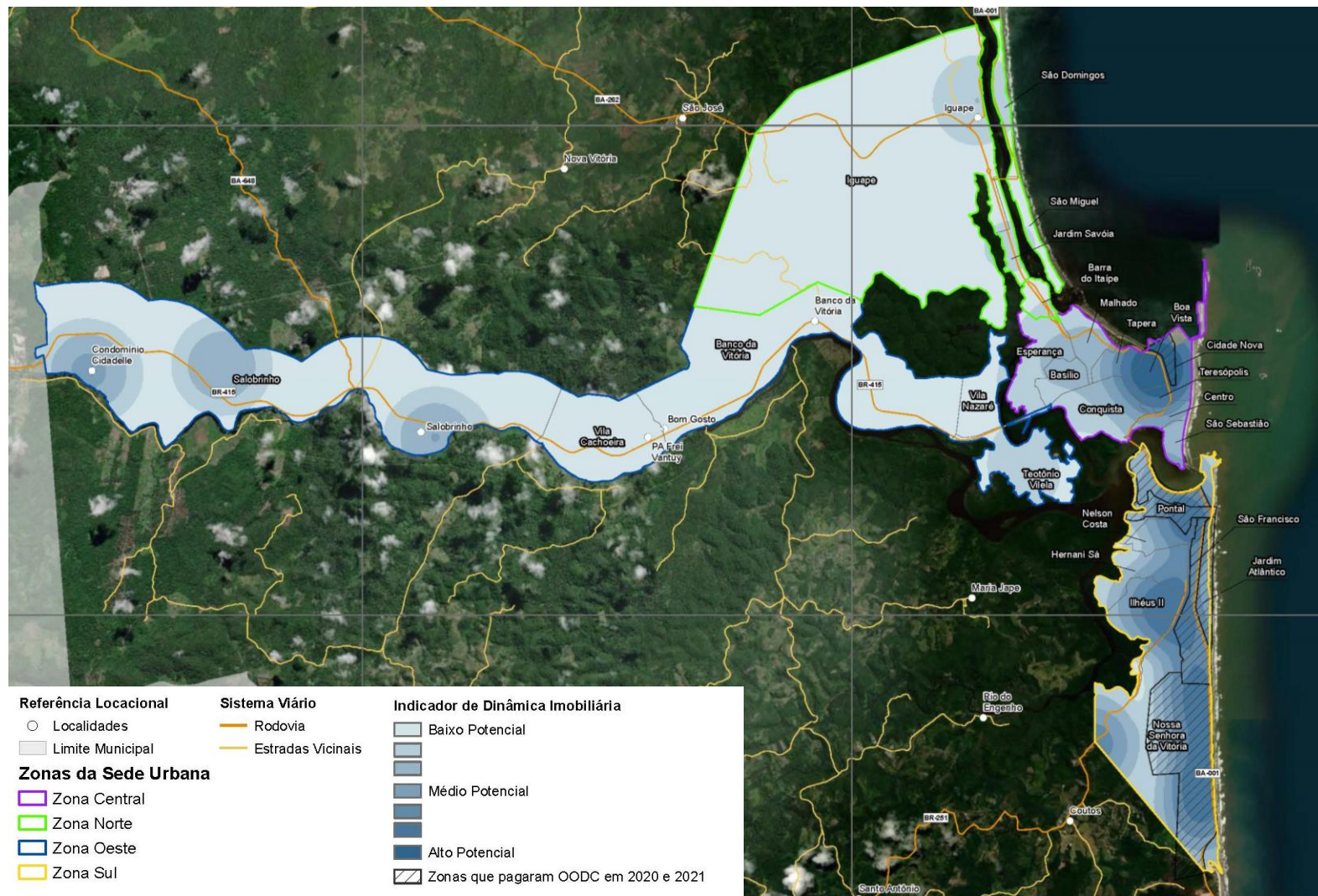
Peso 5

Indicador de Dinâmica Imobiliária

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

Cruzamento das variáveis a partir da ponderação estabelecida

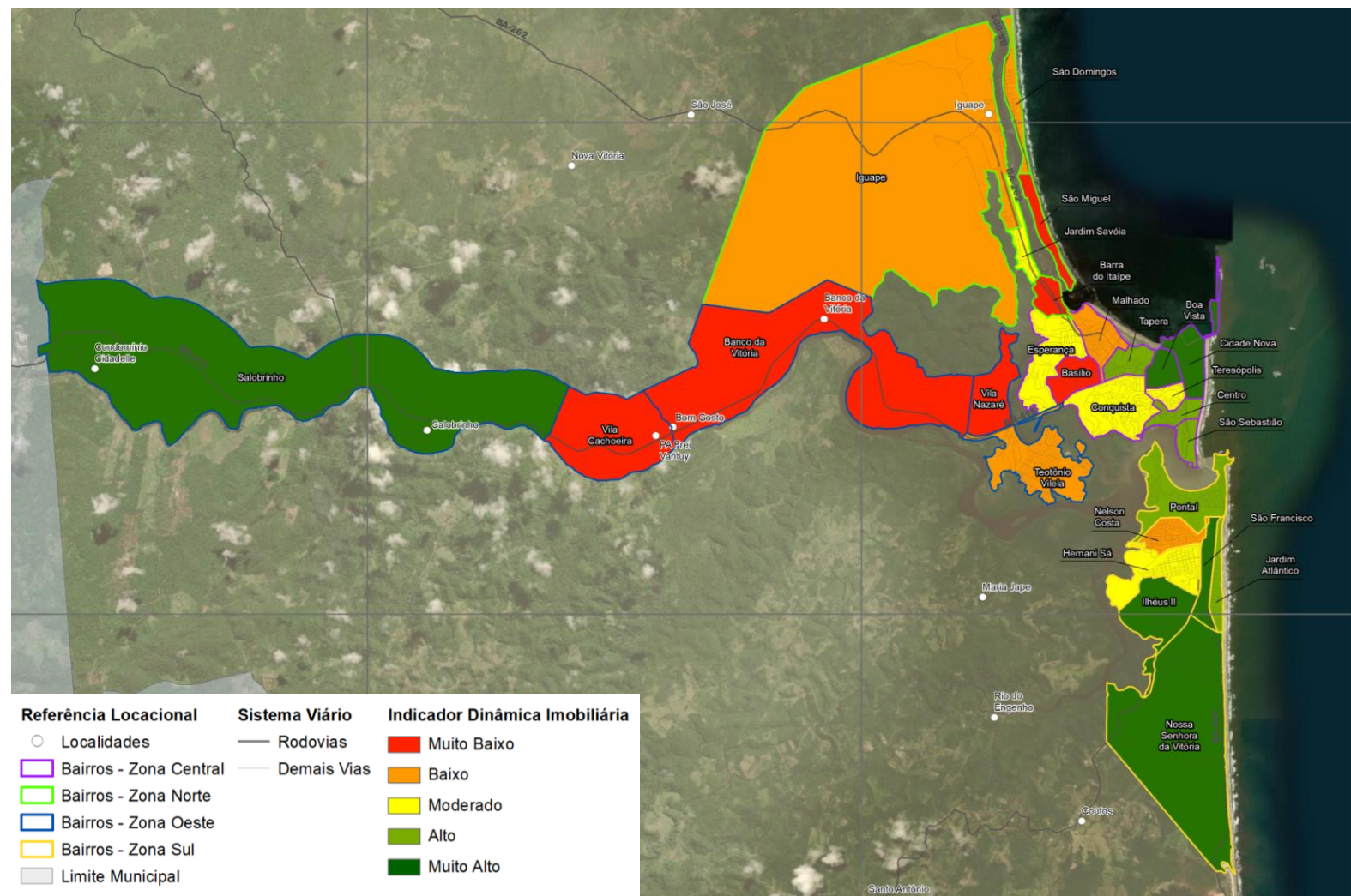
- Nota-se que a região central possui acentuada dinâmica, muito em virtude da concentração de alvarás na região;
- A Zona Sul também mostra alta dinâmica, sobretudo às áreas próximas a sua faixa litorânea;
- Percebe-se, de forma mais pontual e com médio potencial, pequenos núcleos na Zona Oeste, em direção a Itabuna.



Indicador de Dinâmica Imobiliária

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

- Os bairros de Salobrinho (Zona Oeste), Nossa Senhora da Vitória, Ilhéus II e São Francisco (Zona Sul), Boa Vista e Cidade Nova (Zona Central) apresentaram as maiores dinâmicas da Sede Urbana, seguidos pelos bairros de São Sebastião, Centro e Tapera (Zona Central), Jardim Atlântico e Pontal (Zona Sul);
- Isso demonstra o que foi observado na evolução da mancha urbana e seus vetores de crescimento, os quais mostram que a **expansão está ocorrendo de forma mais aquecida na Zona Sul e Central da Sede Urbana**, especialmente na faixa litorânea. Ademais, há um **vetor sentido Itabuna**, no bairro de Salobrinho, à oeste.





- **INDICADOR DE DIVERSIDADE DO USO DO SOLO**

Indicador de Diversidade do Uso do Solo

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas



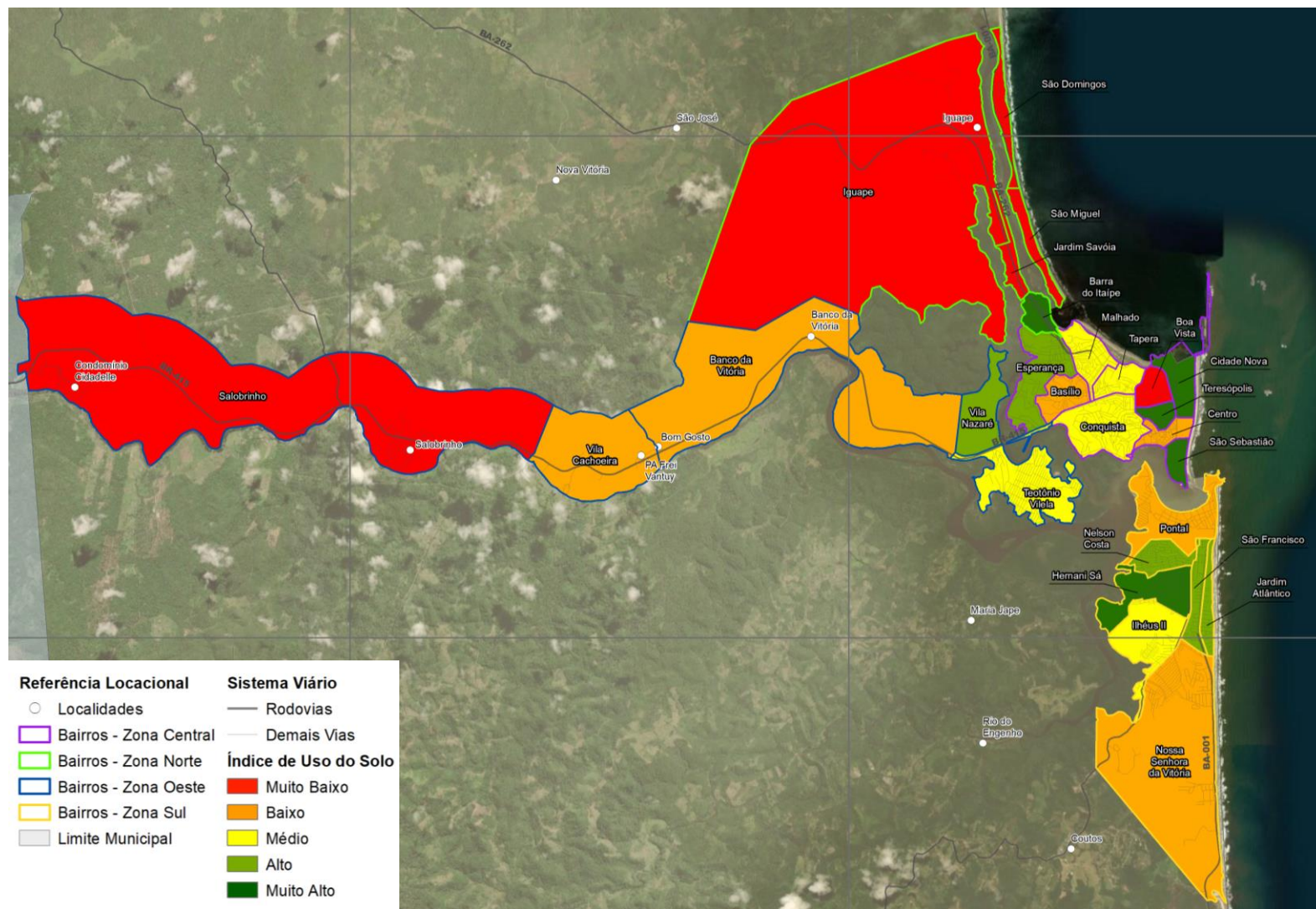
OBJETIVO: Identificar os bairros com maior diversidade de uso do solo. A diversidade de uso do solo ajuda a criar bairros com maior qualidade e potencial sustentável; atrai ocupantes e cria ambientes atraentes (serviços, amenidades, infraestrutura pública).

*Uso industrial utilizado como um fator negativo no cálculo do indicador.

Indicador de Diversidade do Uso do Solo

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

- **Zona Central:** Os bairros São Sebastião, Cidade Nova e Teresópolis apresentam maiores índices de diversidade do uso do solo, apresentam boas taxas de uso comercial, de áreas recreativas, de diversidade e não possuem uso industrial. Destaca-se o resultado do Centro, que possui o uso comercial desproporcionalmente em comparação com outros usos, classificado com baixa diversidade do uso do solo
- **Zona Norte:** Apenas o bairro Barra do Itaípe possui muito alto índice de diversidade do uso do solo; enquanto todos os outros bairros possuem muito baixo índice, com destaque para Iguape que possui maior taxa de área industrial
- **Zona Sul:** Hernani Sá possui alto índice de uso do solo por sua diversidade de usos, apesar de possuir baixa proporção de áreas recreativas, enquanto Jardim Atlântico não possui uso do solo tão diverso, mas conta com áreas de praias, resultando em um bom índice de uso do solo
- **Zona Oeste:** Apesar de apresentarem boa diversidade de uso do solo nas áreas urbanizadas, os bairros da Zona Oeste são carentes de áreas recreativas e além disso alguns como Banco da Vitória, Salobrinho e Vila Cachoeira possuem áreas monofuncionais.





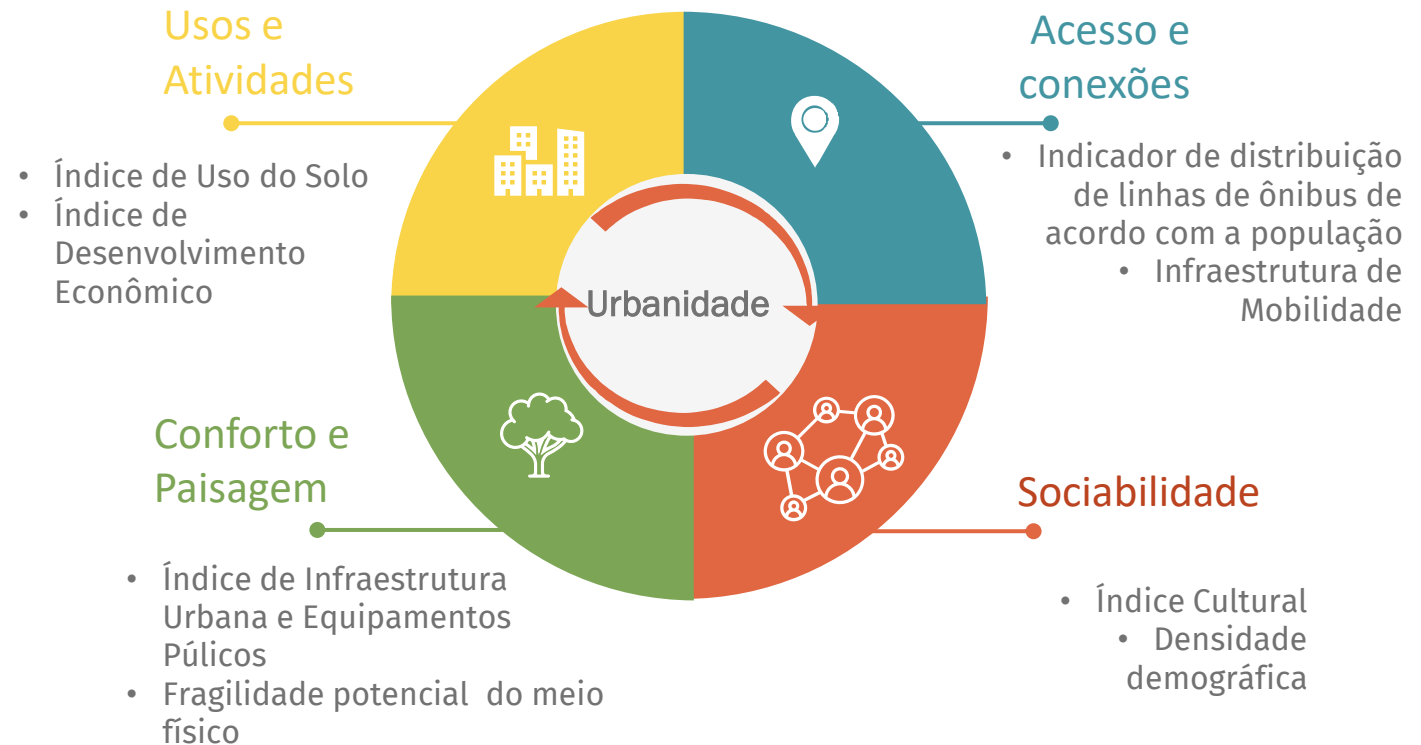
- **ÍNDICE DE URBANIDADE**

Índice de Urbanidade

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

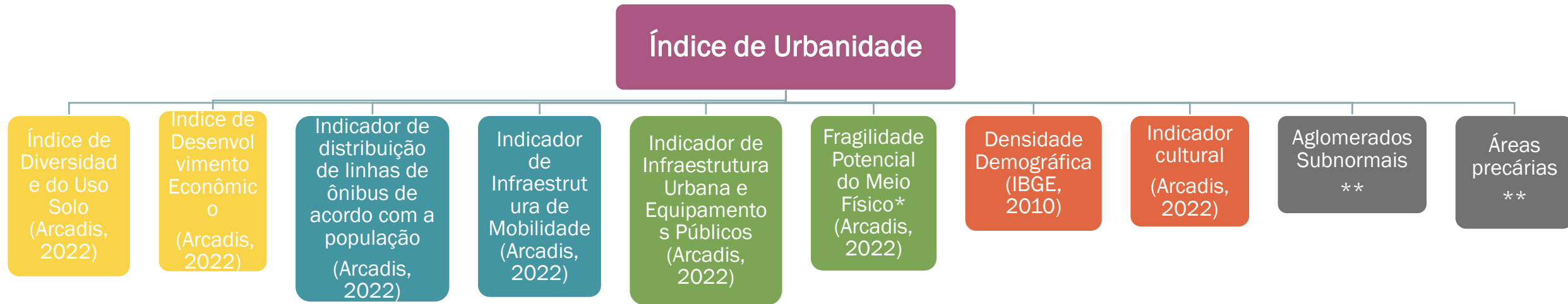
Conceito de Urbanidade

- Urbanidade refere-se à **hospitalidade** do espaço urbano, isto é, espaços com maior integração dos grupos sociais, recursos urbanos mais acessíveis a todos os membros da sociedade, espaços criativos, produtivos, sustentáveis ambientalmente, conectados, compactos, densos e diversos
- Baseado no “O que faz um lugar ser ótimo?”, publicado pela UN-Habitat no Programa Global Espaços Públicos (2015), desenvolvemos um **indicador para avaliar a urbanidade dos bairros de Ilhéus**.



Índice de Urbanidade

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas



- OBJETIVO: avaliar os bairros de Ilhéus através do índice de urbanidade, como síntese dos processos urbanos, econômicos, sociais e ambientais.

*Indicador invertido. Muito Alto representa a ausência ou indicador no nível mais baixo e muito baixo representa o índice máximo.

** Fator negativo: Variáveis que rebaixaram o posicionamento do indicador do bairro.

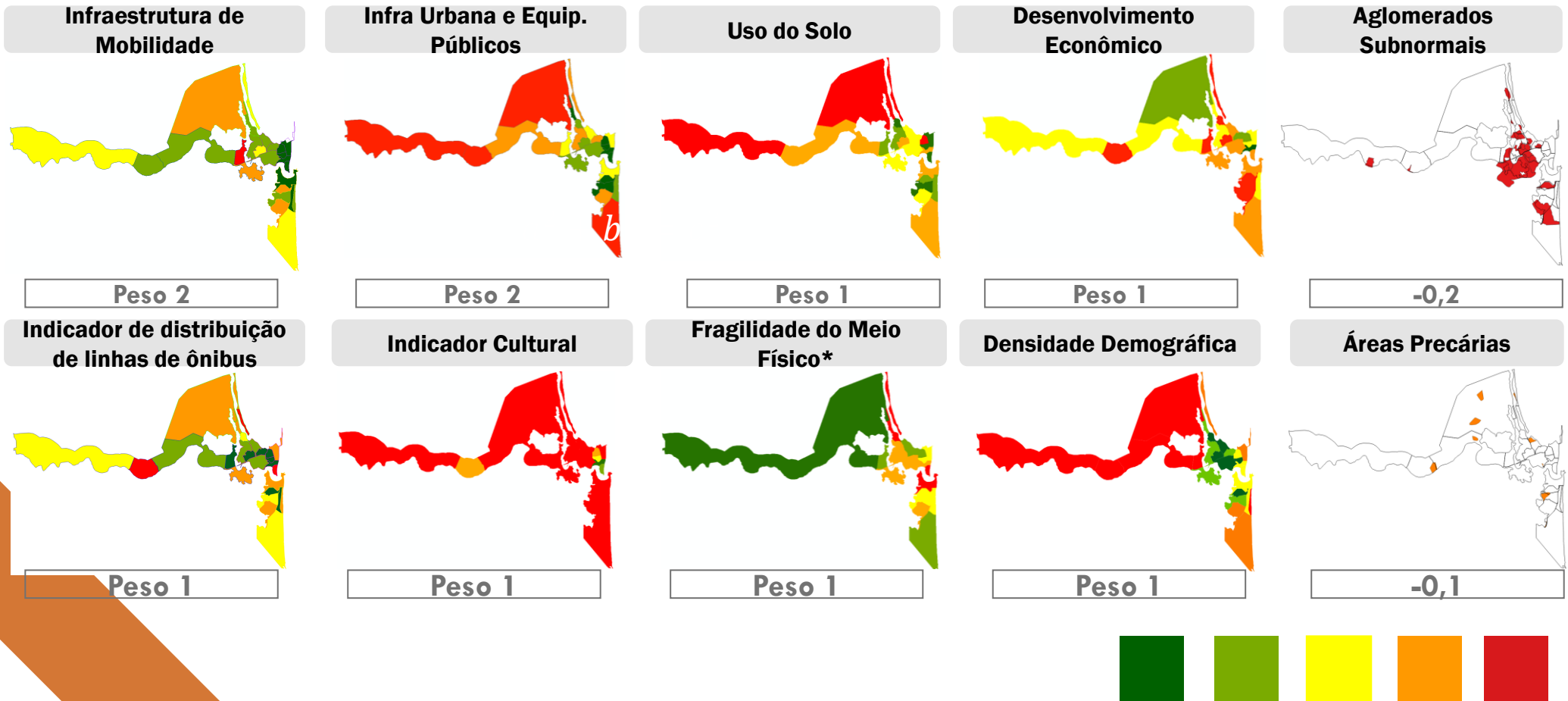
Índice de Urbanidade

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

Cálculo

$$\frac{((\text{Infra Mob}(2) + \text{Infra Urbana e Equip}(2) + \text{Uso Solo}(1) + \text{Desenvolv Eco}(1) + \text{PPT}(1) + \text{Cultural}(1) + \text{Fragilidade do MF}(1) + \text{Densidade}(1))}{(\text{Soma dos pesos} = 10)}$$

– (Agglomerados Subnormais + Áreas precárias)



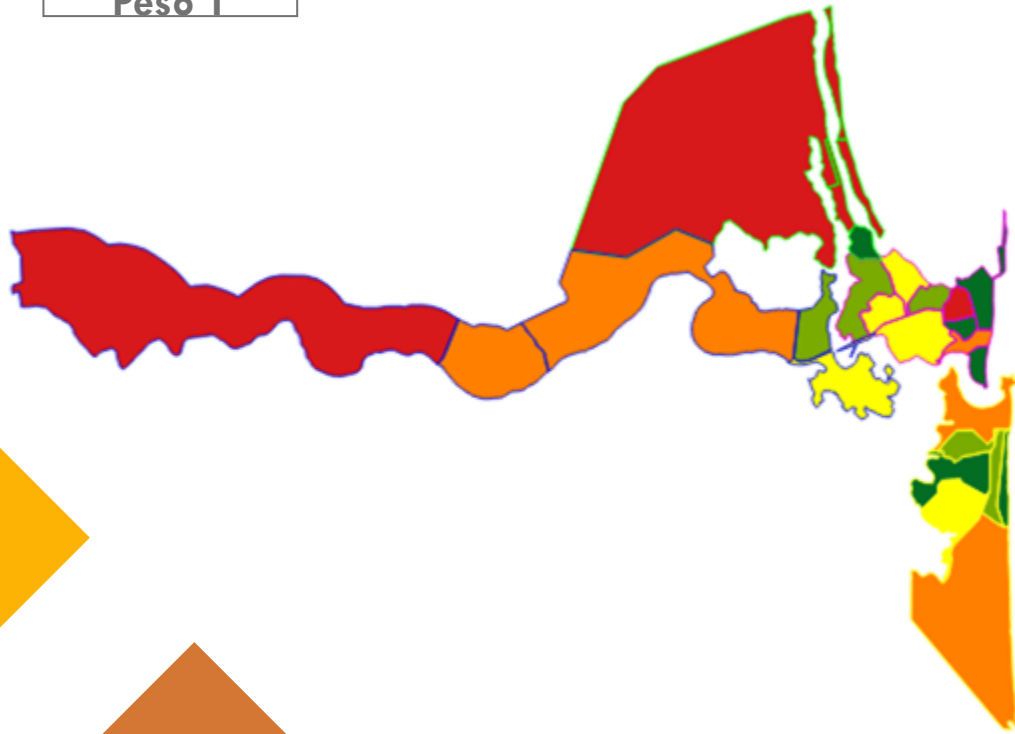
Índice de Urbanidade

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas



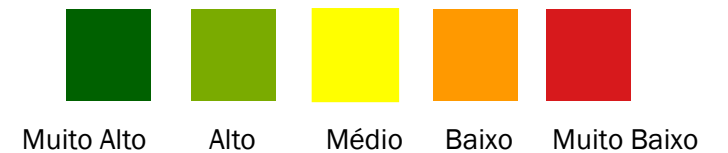
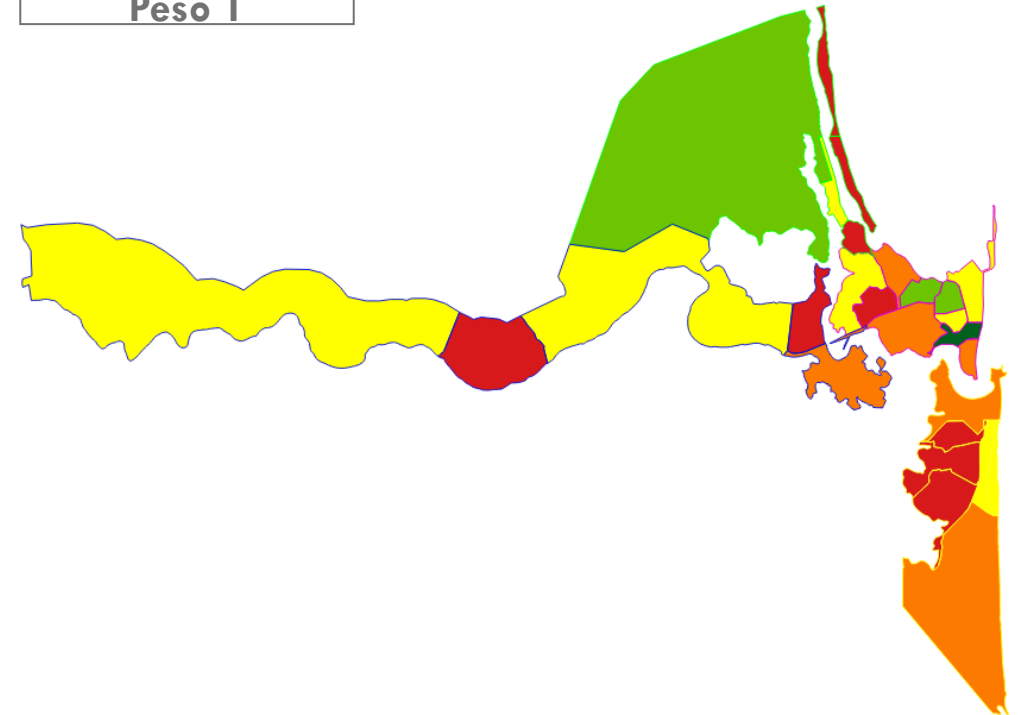
Diversidade Uso do Solo

Peso 1



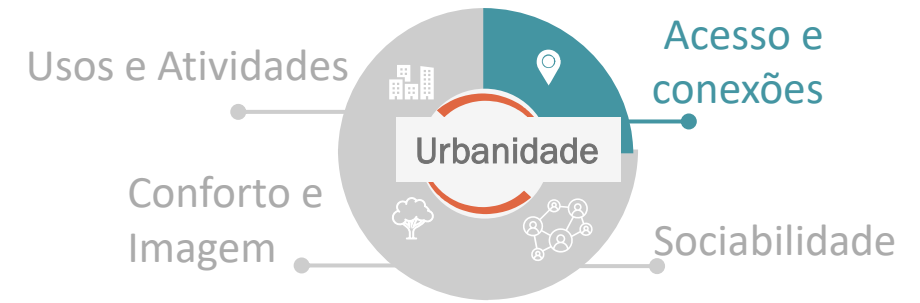
Desenvolvimento Econômico

Peso 1



Índice de Urbanidade

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas



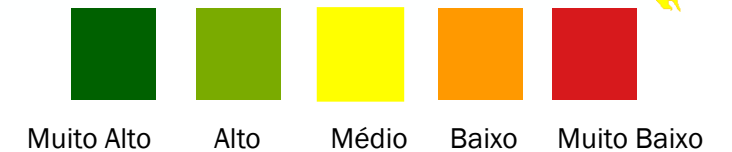
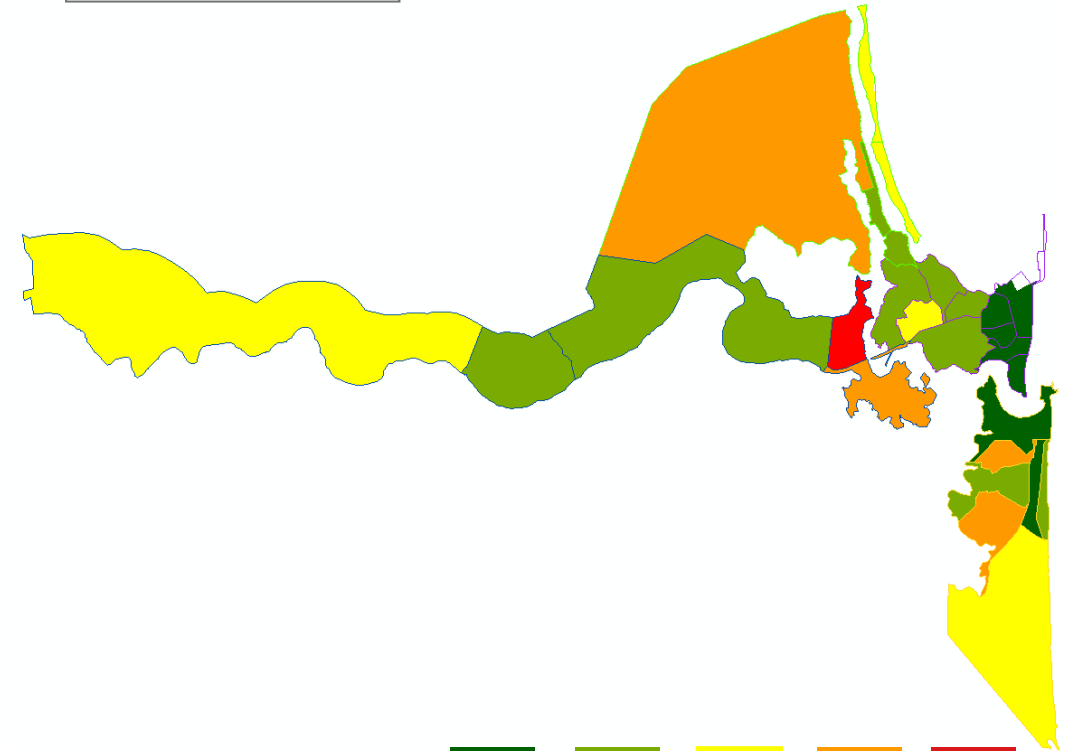
Indicador de distribuição de linhas de ônibus de acordo com a população

Peso 1



Infraestrutura de Mobilidade

Peso 2



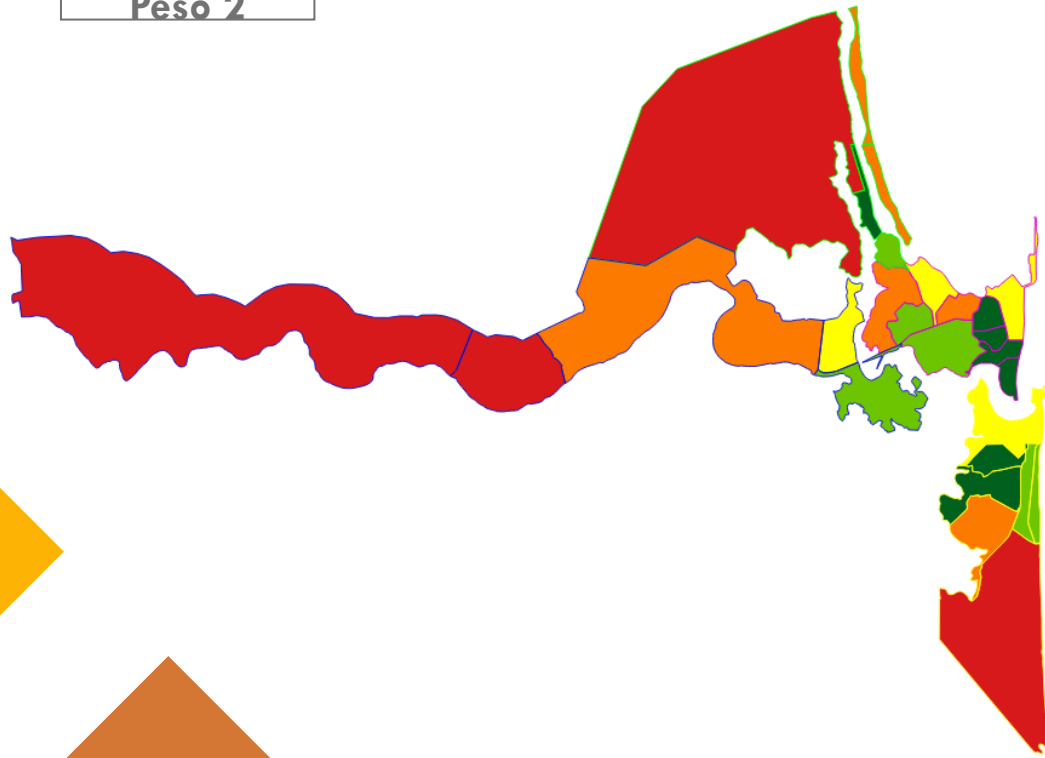
Índice de Urbanidade

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas



Infra Urbana e Equip. Públicos

Peso 2



Fragilidade do Meio Físico*

Peso 1



Muito Alto Alto Médio Baixo Muito Baixo

*Indicadores invertidos. Muito Alto representa a ausência e muito baixo representa o índice máximo.

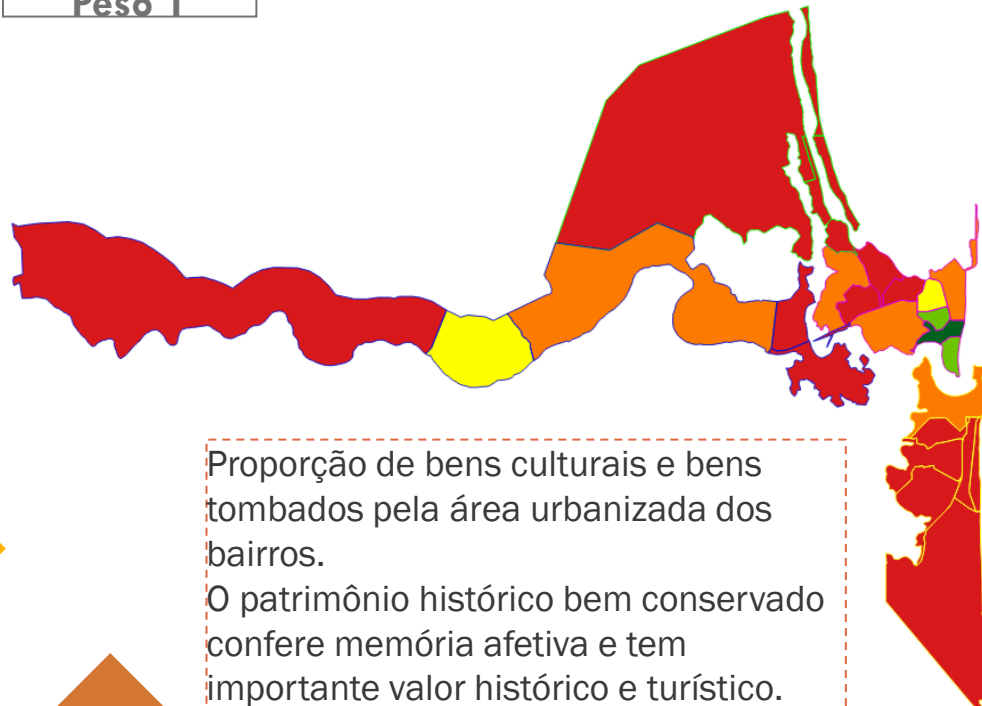
Índice de Urbanidade

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas



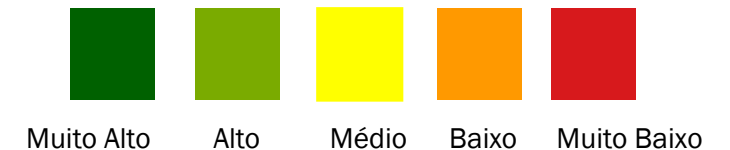
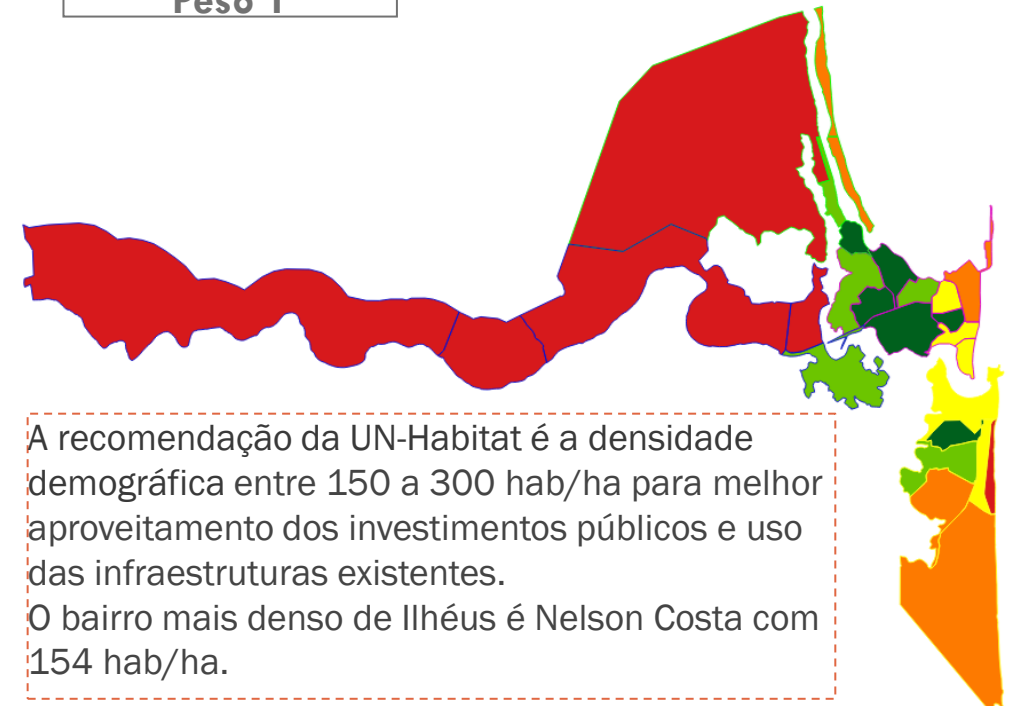
Indicador Cultural

Peso 1



Densidade Demográfica

Peso 1



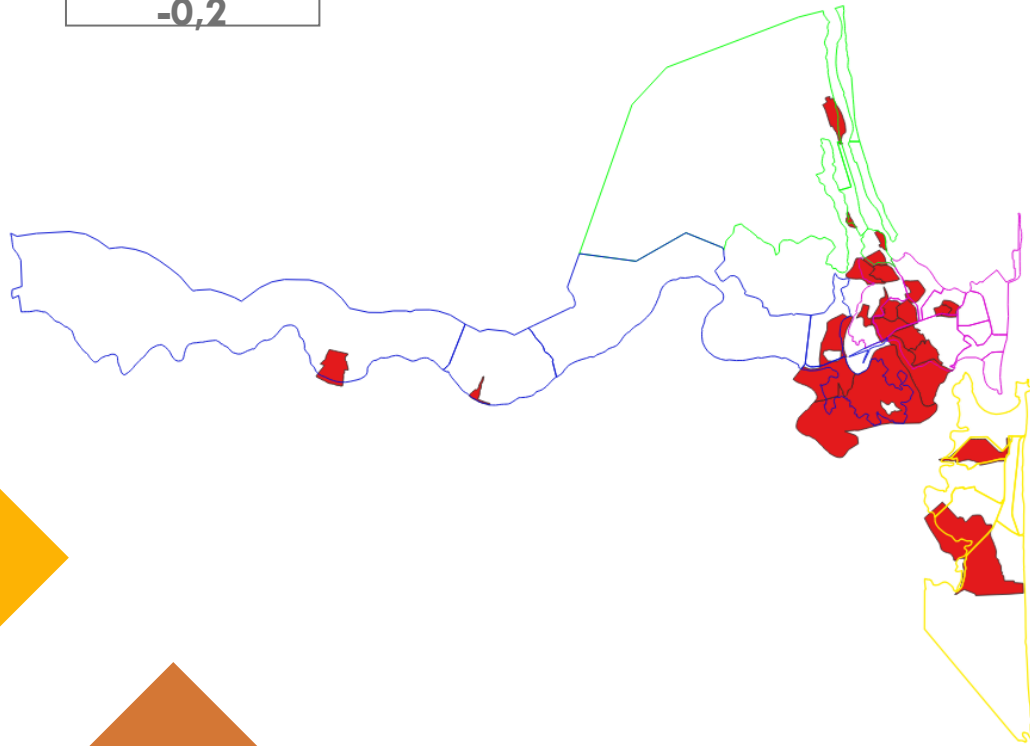
Índice de Urbanidade

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas



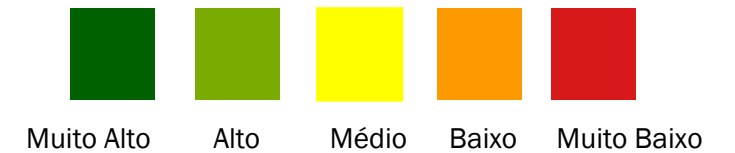
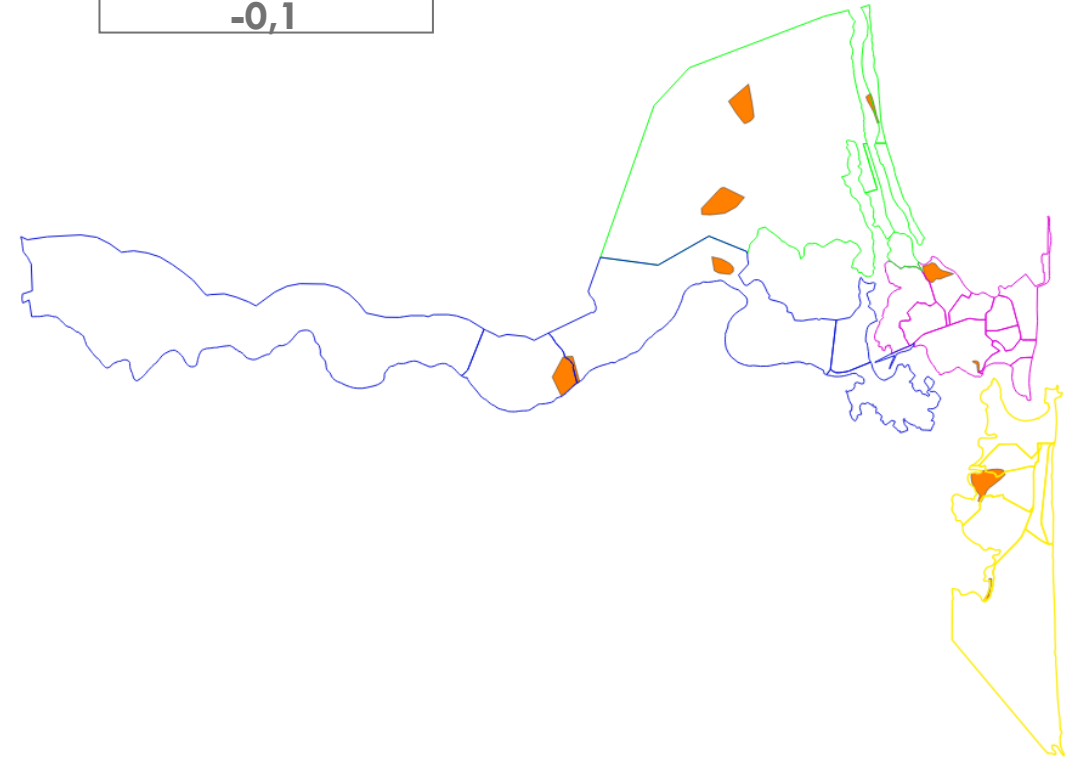
Aglomerados Subnormais

-0,2



Áreas Precárias

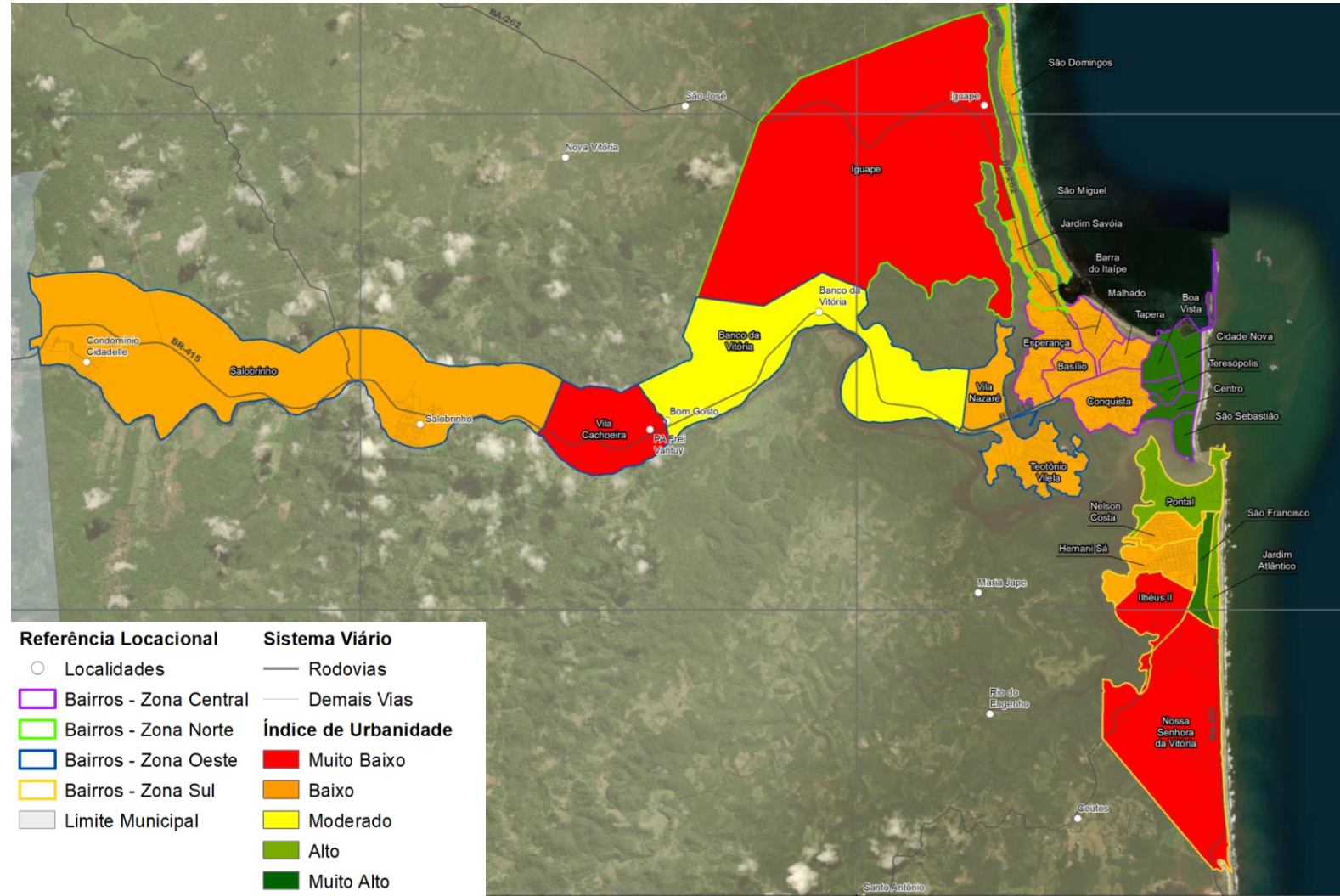
-0,1



Índice de Urbanidade

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

- Os bairros Centro, Teresópolis, Boa Vista e Cidade Nova (Zona Central) foram os que apresentaram maior urbanidade, assim como São Francisco, na Zona Sul
- O restante dos bairros na Zona Central apresentam urbanidade baixa, em sua maioria, devido a presença de precariedade habitacional. Apenas Banco da Vitória possui índice de urbanidade moderado, é um bairro com baixa fragilidade potencial do meio físico.
- Ilhéus II e Nossa Senhora da Vitória (Zona Sul), Iguape (Zona Norte) e Vila Cachoeira apresentam urbanidade muito baixa, são os que apresentam baixos níveis de infraestrutura urbana e equipamentos públicos e também possuem áreas com precariedade.



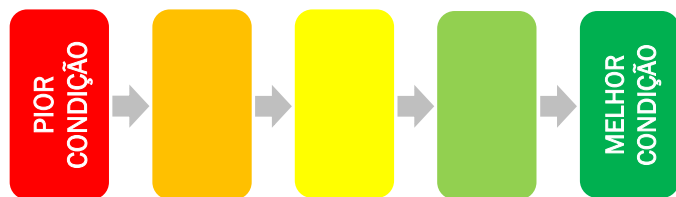


- **COMPARATIVO DOS INDICADORES**

Comparativo de Indicadores e Índices (município)

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

DISTRITO	Indicador de Alteração Ambiental	IRAPSE	Indicador de Fragilidade Potencial do Meio Físico	Índice de Segurança Hídrica	Desenvolvimento ou Econômico	Vulnerabilidade Social*	Infraestrutura Urbana e Equipamentos Públicos	Indicador de distribuição de linhas de ônibus de acordo com a população	Potencial Turístico
Aritaguá	Red	Dark Green	Light Green	Yellow	Yellow	Yellow	Yellow	Dark Green	Light Green
Banco Central	Light Green	Orange	Red	Dark Green	Yellow	Red	Yellow	Red	Orange
Banco do Pedro	Orange	Light Green	Dark Green	Orange	Dark Green	Red	Red	Yellow	Light Green
Castelo Novo	Yellow	Light Green	Yellow	Light Green	Light Green	Light Green	Orange	Light Green	Yellow
Coutos	Orange	Red	Orange	Orange	Red	Yellow	Light Green	Light Green	Red
Ilhéus (Não urbano)	Light Green	Yellow	Light Green	Red	Dark Green	Dark Green	Dark Green	Dark Green	Dark Green
Inema	Orange	Orange	Red	Yellow	Orange	Orange	Yellow	Red	Yellow
Japu	Yellow	Yellow	Orange	Light Green	Light Green	Orange	Red	Orange	Red
Oliveira	Red	Dark Green	Red	Dark Green	Orange	Orange	Yellow	Yellow	Yellow
Pimenteira	Dark Green	Light Green	Orange	Dark Green	Orange	Red	Red	Red	Yellow
Sambaituba	Red	Dark Green	Yellow	Light Green	Orange	Orange	Light Green	Dark Green	Yellow



RANKING DE CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM OS DISTRITOS

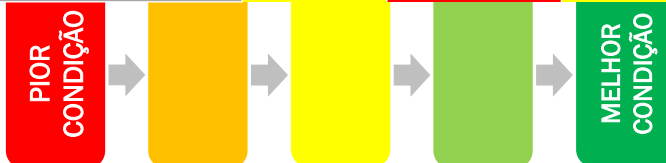
O resumo dos indicadores por distrito permite uma análise semafórica da situação do município. Destaque para o distrito de Ilhéus que apresenta melhores condições em quase tudo, exceto Segurança Hídrica.

Comparativo de Indicadores e Índices (sede urbana)

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

*Os valores desse indicador são invertidos, uma vez que se trata de um aspecto negativo

Bairro	Alteração Ambiental Urbana	IRAPSE Urbano*	Fragilidade Potencial de Meio Físico Urbano	Desenvolvimento Econômico	Vulnerabilidade Social*	Infraestrutura Urbana e Equipamentos Públicos	Indicador de distribuição de linhas de ônibus de acordo com a população	Infraestrutura de Mobilidade	Potencial Turístico-Cultural	Dinâmica Imobiliária	Diversidade do Uso do Solo	Índice de Urbanidade
Basílio	Amarelo	Amarelo	Verde	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Amarelo	Amarelo
Boa Vista	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
Centro	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
Cidade Nova	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
Conquista	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
Esperança	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
Malhado	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
São Sebastião	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
Tapera	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
Teresópolis	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
Barra do Itaípe	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
Iguape	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
Jardim Savóia	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
São Domingos	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
São Miguel	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
Banco da Vitória	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
Salobrinho	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
Teotônio Vilela	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
Vila Cachoeira	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
Vila Nazaré	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
Hernani Sá	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
Ilhéus II	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
Jardim Atlântico	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
Nelson Costa	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
Nossa Senhora da Vitória	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
Pontal	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde
São Francisco	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Verde



RANKING DE CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM OS BAIRROS

O resumo dos indicadores por bairro permite uma análise semafórica da situação do município. Destaque para zona central e sul com melhores condições na maioria dos indicadores e índices.

Conclusões

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

Pontos de Atenção

Leitura Técnica

<p>Território urbanizado majoritariamente irregular do ponto de vista fundiário, tanto na sede de Ilhéus quanto dos demais distritos</p>
<p>Alto Déficit Habitacional atual e previsto. Áreas das ZEIS de vazios atuais são insuficientes para atender a demanda e empreendimentos de HIS recentemente construídos são isolados da cidade.</p>
<p>Alta precariedade de áreas urbanas ocupadas por moradias, considerando áreas de risco, ausência ou insuficiência de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos básicos.</p>
<p>Ampla área englobada pelo perímetro urbano permite espraiamento excessivo, encarecendo e inviabilizando o atendimento por infraestrutura, serviços e equipamentos públicos básicos.</p>
<p>Áreas urbanas monofuncionais (ou incompletas do ponto de vista da diversidade do uso do solo) distantes ocasionam a necessidade diária de longos deslocamentos pela população, sobrecarregando o transporte público e o sistema viário.</p>
<p>Surgimento de parcelamento de perfil urbano e de chácaras fora do perímetro urbano, sobretudo a norte do distrito de Aritaguá, leste do distrito de Coutos e sul do distrito de Ilhéus.</p>
<p>Verticalização na Zona Sul da sede urbana, próxima da orla, causa sombreamento nas praias no período da tarde.</p>
<p>Usos conflitantes no bairro Iguape: áreas de moradias muito próximas das indústrias; indústrias em área ambientalmente frágil.</p>
<p>Orla do município tende a ser urbanizada em toda a sua extensão, não restando áreas de vegetação preservada nesta faixa no curto prazo.</p>
<p>Previsão de investimentos estruturantes tende a causar conflitos de ocupação dos territórios impactados, pelo interesse de setores sociais de atuações antagonistas e alto grau de incerteza quanto à atração e localização de novos investimentos. Atualmente, já se identifica ocupação irregular especulativa no território de Aritaguá e Sambaituba, bem como relevante impacto em áreas ambientalmente sensíveis.</p>
<p>Perímetro urbano de Nossa Sra. da Vitória e Olivença apresenta dinâmica de ocupação com baixa urbanidade, marcada por blocos monofuncionais extensos (loteamentos fechados, comércio atacadista e empreendimentos hoteleiros), que permitem pouca conectividade viária intra-bairros e de acesso às praias e criam grande dependência de longos deslocamentos para trabalhadores e para atividades cotidianas.</p>
<p>Zona urbana central degradada, sobretudo as edificações históricas.</p>
<p>Áreas sem regulação de uso e com relevância ambiental e cultural apresentam risco de ocupações indesejadas pela coletividade, como a Orla da Av. Soares Lopes, o Morro de Pernambuco e a Ilha do Frade.</p>

Conclusões

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

Pontos de Atenção

Leitura Social

Expansão urbana desordenada em direção ao território rural.

Falta de Lei de chaceamento (2 – 5.000m²).

Necessidade de reserva de terra para população de baixa renda – ZEIS de vazios.

Necessidade de regularização fundiária nas áreas urbanas dos distritos.

Não há regulação para ocupação da área acrescida na orla da Av. Soares Lopes e no Morro do Pernambuco – há pressão de ocupação irregular.

Morro do Pernambuco: área particular com conflitos de uso.

Ocupações urbanas em faixas de domínio de rodovias.

Expansão urbana e regularização devem ser condicionadas à infraestrutura de saneamento.

Área proposta para a ZPE está na bacia hidrográfica do Iguape.

Ocupações irregulares dentro da poligonal do distrito industrial - crescimento de moradias no entorno e outros usos pressionam o distrito industrial

Conclusões

07. Ordenamento Territorial e Dinâmicas Urbanas

Pontos Fortes/Potencialidades

Leitura Técnica

Mercado imobiliário aquecido representa oportunidade de captura de parte da valorização imobiliária, pagamento de OODC e outras contrapartidas para o município.

Áreas urbanas dotadas de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos apresentem potencial de aumentar o adensamento populacional, otimizando o investimento já realizado nestas áreas.

Existência de mecanismos de compensação para conservação de prédios históricos (desconto no IPTU), para adoção de medidas sustentáveis em novas edificações (IPTU Verde) e para construções de alto coeficiente de aproveitamento (OODC).

Zona Central com altos índices de urbanidade, possibilitando qualidade de vida urbana para os moradores e visitantes desta área.

Existência de polos de atração de pessoas em localidades distintas do território urbano, oportunizando o estímulo à formação de centralidades completas (cidade policêntrica).

Presença relevante de fragmentos de vegetação na área urbana, possibilitando a criação de um sistema de áreas verdes urbanas com prestação de serviços ecossistêmicos aos moradores das áreas urbanas.

Previsão de investimentos estruturantes apresentam a oportunidade de se planejar a ocupação do território de forma conjunta com a sociedade e de se retornar parte da valorização destas áreas para as necessidades coletivas.

Zoneamento vigente possibilita a implantação de usos diversificados na maioria das zonas e é aderente à realidade das áreas já ocupadas.

Leitura Social

Infraestrutura existente nos bairros atendidos permite adensamento populacional (sobretudo na Av. Soares Lopes, bairro Cidade Nova).

Ainda há áreas vazias providas de infraestrutura, em meio às áreas urbanas, que permitem ocupação.

Conselhos ativos e capacitados para discutirem o planejamento de grandes intervenções urbanas.

Ilhéus-Itabuna: eixo com vocações diversas de ocupação: equipamentos públicos + chácaras.

Descentralização de serviços básicos em direção ao oeste pode ajudar a aliviar a gentrificação e a especulação imobiliária de Ilhéus.

Previsão de expansão das redes de saneamento no curto prazo para as localidades de Banco do Pedro, Pimenteira, Inema, Castelo Novo, Luzimar e Acuípe



**09. PROCESSO PARTICIPATIVO –
PRIMEIRA RODADA PARTICIPATIVA**

Audiência Pública de Abertura

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

- Realizada em 05 de Maio de 2022
- 638 visualizações pelo Youtube
- 242 participações presenciais



Audiência Pública de Abertura

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Principais Pautas Levantadas

- Nova atualização da Lei de Ocupação de Uso do Solo durante o planejamento e execução do PD, especialmente para serviços básicos: saúde, educação e estrutura de serviços;
- Ter olhar cuidadoso para a zona rural, principalmente quanto a mobilidade – estradas – favorecendo a trafegabilidade da população e o escoamento de produções;
- Atenção especial para as partes altas de Ilhéus.
- Criação da Secretaria de Planejamento e da Secretaria de Agricultura e Pesca.
- Atenção especial à regularização das propriedades urbanas e questões fundiárias, com plena conformidade jurídica para o exercício dos possuidores;
- Considerar a importância da demarcação de terras para o povo quilombola, além da proteção dos povos indígenas e ribeirinhos.



Oficinas Participativas

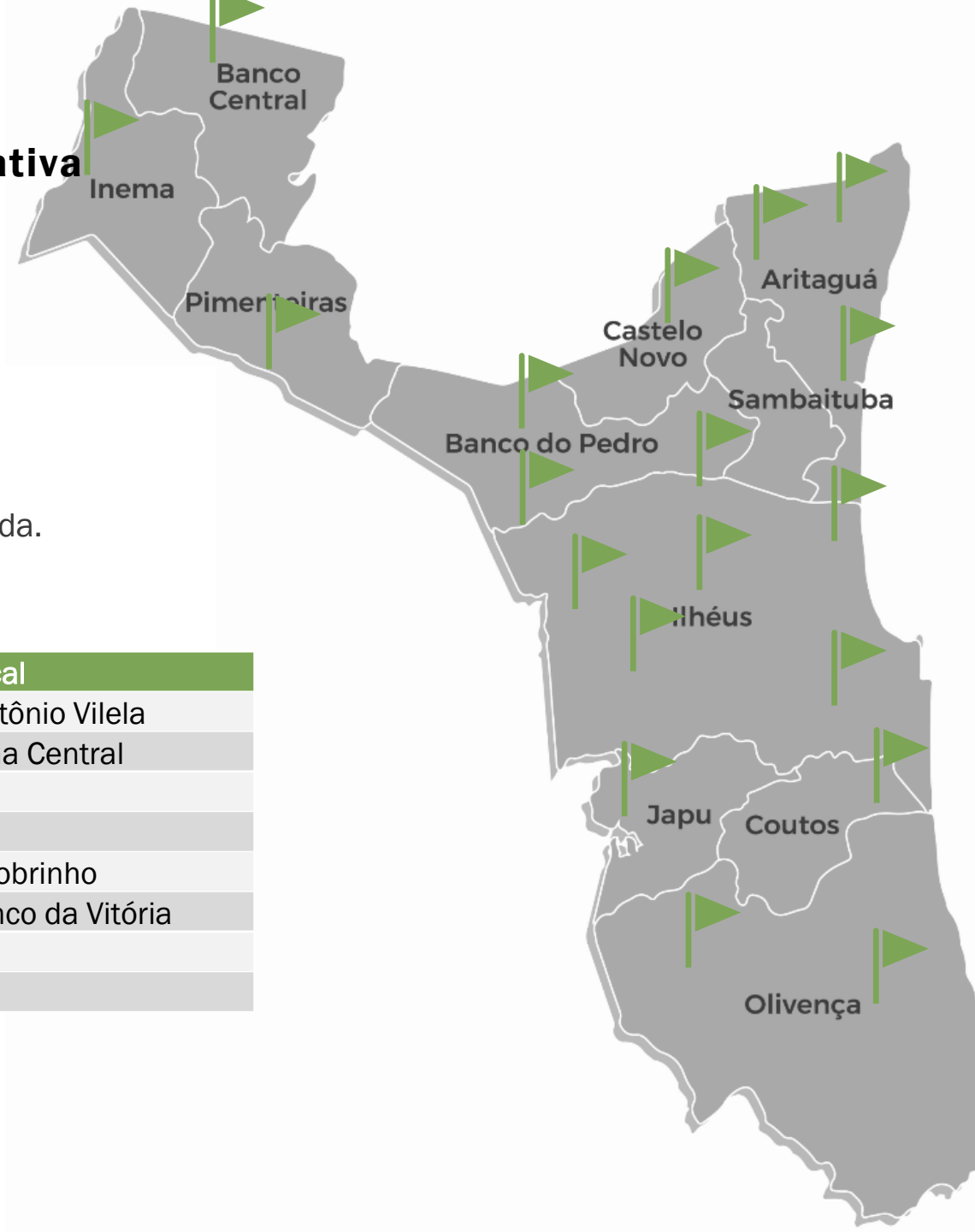
09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Locais realizados

- Realizada entre 30 de Maio e 03 de Junho;
- 17 oficinas em diferentes distritos e bairros;
- 262 lideranças e representantes de coletivos com participação registrada.

Oficina	Local
Oficina 1	Inema
Oficina 2	Banco Central
Oficina 3	Sede municipal: Zona Norte
Oficina 4	Olivença
Oficina 5	Santo Antonio
Oficina 6	Japu
Oficina 7	Sede municipal: Zona Sul
Oficina 8	Banco do Pedro
Oficina 9	Castelo Novo

Oficina	Local
Oficina 10	Sede municipal: Teotônio Vilela
Oficina 11	Sede municipal: Zona Central
Oficina 12	São José
Oficina 13	Sambaituba
Oficina 14	Sede municipal: Salobrinho
Oficina 15	Sede municipal: Banco da Vitória
Oficina 16	Ponta da Tulha
Oficina 17	Retiro



Oficinas Participativas

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Principais Pautas Citadas

- Melhorias e conservação das estradas de acesso à Coaraci, Itajuípe e Laje do Banco – favorecendo a mobilidade da população e o escoamento da produção agrícola;
- Melhoria de ruas e de pavimentação;
- Ausência de saneamento básico especialmente quanto ao tratamento e abastecimento de água;
- Revitalização dos rios.

Oficina 1 – Inema
30 de Maio de 2022
(Inema, Pimenteira e Água Branca)



Oficinas Participativas

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Principais Pautas Citadas

- Melhoria dos acessos – estrada.
- Saneamento básico - especialmente abastecimento de água.
- Organização logística para escoamento do cacau e demais produções.
- Assistência técnica para os pequenos produtores.
- Melhoria do posto médico com atendimento adequado.
- Potencial turístico - Poço do Doido, localizado no Assentamento São José.

Oficina 2 – Banco Central
30 de Maio de 2022
(Banco Central, Visagem, Lajedão)



Oficinas Participativas

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Principais Pautas Citadas

- Impacto ambiental provocado pelas indústrias - agravamento da saúde por conta da qualidade do ar.
- Revitalizar o rio Iguape e do rio Almada.
- Manutenção de pistas, calçadas e ruas da área industrial e de todos os acessos dos bairros.
- Transporte público – aumento de horários e melhoria na quantidade e qualidade dos ônibus.
- Definir áreas comerciais e residenciais para coibir ocupação desordenada.
- Fiscalização para construções – especialmente quanto a verticalização e construções em encostas.
- Invasão do mar sobre o continente – citado o Porto da CODEBA.
- Elaborar projeto para transporte fluvial.
- Promover parcerias com as indústrias para primeiro emprego.

Oficina 3 – ZONA NORTE - IGUAPE

30 de Maio de 2022

(São Domingos, São Miguel, Iguape, Savoia e Barra de Itaípe)



Oficinas Participativas

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Principais Pautas Citadas

- Existência de loteamentos em áreas que deveriam ser de preservação ambiental (Morro do Urubu, Praia de Siriuba, Praia de Batuba, Cururu pé, Águas de Olivença etc.);
- Implementar sistema de saneamento básico, tanto de água como de esgoto;
- Desordenamento acentuado, sobretudo com o desmatamento para exploração da madeira e exploração mineral;
- Inexistência de coleta de resíduos sólidos na zona rural;
- Restringir a limitação de construções na LPM de 60m para 100m.
- Tombamento da Lagoa da Buíra e da Fonte Buraco do Padre;
- Preservar faixa de restinga com 100 metros de preamar (tombamento natural);
- Construção de fossas sépticas na zona rural, por mutirões;
- Promover a valorização e o turismo ecológico, como trilha, elementos culturais, revitalização do centro cultural etc;
- Existência e conservação do patrimônio do espaço cultural tupinambá – visibilidade da presença ancestral Tupinambá;
- Garantir o acesso livre às praias.

Oficina 4 – OLIVENÇA

31 de Maio de 2022

(Sede de Olivença e povoados de Sapucaieira, Jairi, Águas de Olivença, Acuípes, Santana e Santaninha)



Oficinas Participativas

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Principais Pautas Citadas

- Melhorias das estradas vicinais;
- Transporte público considerado insuficiente;
- Falta de segurança;
- Desmatamento;
- Ausência de rede de esgoto;
- Melhorias no fornecimento de energia elétrica;
- Implantar políticas públicas para os jovens do interior;
- Concessão de autorização de serviços de transportes alternativos.

Oficina 5 – SANTO ANTÔNIO

31 de Maio de 2022

(Santo Antônio, Couto, Areia Branca, Rio do Engenho, Búzios, Cururutinga)



Oficinas Participativas

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Principais Pautas Citadas

- Comércio e serviços quase inexistentes.
- Falta de sistema de abastecimento.
- Falta de sistema de esgotamento sanitário e de coleta de resíduos.
- Precariedade de acesso – estrada muito danificada – dias de chuva população anda 4,5km para pegar um transporte para a sede de Ilhéus.
- Posto de saúde com atendimento precário por conta das condições da estrada.
- Associação dos Pequenos Agricultores de Japú, regularizada, reconhecida pela comunidade e ativa.
- Assistência técnica para os pequenos produtores

Oficina 6 – JAPU
31 de Maio de 2022
(Japu, Cerrado e Piaçaveira)



Oficinas Participativas

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Principais Pautas Citadas

- Falta de uniformização do saneamento básico;
- Ameaça imobiliária – Morro do Pernambuco e da Caixa d'Água;
- Existência de construções em encostas e avanço em áreas de marés, com degradação dos manguezais;
- Falta de ordenamento das barracas de praia - fundamental a urbanização da orla com planejamento adequado;
- Falta projeto para facilitar a mobilidade – tráfego – rodovia com projeto considerado inadequado e má conservação das calçadas;
- Assoreamento no estuário da Sapetinga;
- Sem estudo de impacto de vizinhança para instalação da Passarela do Álcool;
- Existência de espaços de lazer e disponibilidade de áreas para instalação de novos equipamentos;
- Boa arborização, localização e existência de diversidade de comércios e serviços.

Oficina 7 – ZONA SUL - PONTAL

31 de Maio de 2022

(Nossa Senhora da Vitória, Hernani Sá,
Nelson Costa, Pontal, Jardim Atlântico, São
Francisco, Ilhéus II)



Oficinas Participativas

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Principais Pautas Citadas

- Transporte público considerado com péssimo atendimento - horários não atendem plenamente a comunidade;
- Depósito de resíduos nas margens do rio Almada;
- Desmatamento das matas ciliares;
- Priorizar a coleta de resíduos;
- Priorizar o tratamento de esgoto;
- Instalar equipamentos de lazer.

Oficina 8 – BANCO DO PEDRO

01 de Junho de 2022

(Banco do Pedro, PA João Amazonas, Rio do Braço, PA Dom Helder Câmara)



Oficinas Participativas

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Principais Pautas Citadas

- Implantar sistema de abastecimento de água.
- Melhoria urgente da estrada que está em péssimo estado de conservação.
- Escola sem água.
- Falta de sistema de esgotamento sanitário (uso de fossa e descarte direto no rio).
- Não há espaços para lazer.

Oficina 9 – CASTELO NOVO
01 de Junho de 2022
(Castelo Novo)



Oficinas Participativas

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Principais Pautas Citadas

- Desenvolvimento de transporte pluvial e esportes náuticos;
- Implantar esgotamento sanitário em algumas localidades do bairro;
- Melhorias de pavimentação em muitas ruas e colocação de sinalização horizontal nas vias;
- Falta de uma ciclovia e ciclofaixa para as principais vias tronco do bairro;
- Necessidade de criação de um cemitério;
- Fiscalização da ocupação do manguezal – situações de aterramento de brejos e manguezal;
- Erosão provocada pelas chuvas nas áreas de encostas e em vias dos locais mais altos, como o alto São João;
- Regularização fundiária de áreas de ocupações desordenadas;
- Necessidade de um espaço específico para pequenos produtores venderem seus produtos da agricultura familiar;
- Instalação de uma passarela entre o Vilela e a rodoviária;
- Implementar a drenagem pluvial em diversas ruas para escoamento de água;
- Melhoria e organização da coleta de lixo e educação para a população;
- Melhoria na qualidade do transporte coletivo.

Oficina 10 – TEOTÔNIO VILELA
01 de Junho de 2022
(Teotônio Vilela e Vila Nazaré)



Oficinas Participativas

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Principais Pautas Citadas

- Descaracterização de prédios históricos sendo substituídos por prédios com arquitetura moderna e aumento da verticalização.
- Poluição visual devido ao excesso de publicidade nas fachadas e falta de padronização para as áreas comerciais.
- Centro de Abastecimento (Malhado) em situação precária – demolir e construir nova estrutura, com todas as adequações sanitárias.
- Ocupações em áreas sensíveis (morros e mangue).
- Assoreamento da Baía do Pontal.
- Alagamentos: deficiência de drenagem de águas pluviais no centro da cidade.
- Transporte insuficiente para atender a população dos bairros – superlotação e poucas opções para deslocamentos para os distritos.
- Calçadas em péssimo estado e sem acessibilidade – carros utilizam calçadas como estacionamento.
- Vandalismo e falta de segurança em praças e locais de lazer.
- Promover o tombamento de prédios históricos.
- Atentar para a nova BA-649 – Ilhéus/Itabuna) - previsão de desmatamento de grande área arborizada e importantes.

Oficina 11 – ZONA CENTRAL

01 de Junho de 2022

(Centro, Malhado, Conquista, Barra, São Sebastião, Teresópolis, Boa Vista, Cidade Nova, Tapera, Basílio, Esperança)



Oficinas Participativas

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Principais Pautas Citadas

- Ausência de investimentos na agricultura;
- Falta de fiscalização dos produtos vindos de fora - comercio deveria ser só local;
- Promover a manutenção das estradas;
- Implementar sistema de abastecimento de água para as comunidades rurais;
- Implementar coleta de resíduos;
- Melhorias nos postos de saúde;
- Assistência técnica para agricultura familiar;
- Criação de cooperativas.

Oficina 12 – SÃO JOSÉ

02 de Junho de 2022

(São José, Itariri, Bom Gosto, Nova Vitória, Valão, Lava Pés)



Oficinas Participativas

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Principais Pautas Citadas

- Desmatamento - impacto do Porto Sul na região;
- Falta de amparo para a agricultura familiar;
- Expansão desordenada em Vila São João;
- Falta saneamento básico e conflitos com o fornecimento de energia – quedas frequentes de fases;
- Falta de regularidade da coleta de resíduos;
- Transporte público considerado de péssima qualidade;
- Falta de preservação dos prédios históricos locais – vestígios de linha férrea e estações ferroviárias em ruínas, assim como a perda da história e costumes histórico;
- Capacitações para o mercado de trabalho;
- Desenvolver o turismo ecológico - região com grande potencial.

Oficina 13 – SAMBAITUBA

02 de Junho de 2022

(Sambaituba, Aritaguá, Vila Olímpio, Ribeira das Pedras, Campinhos, Urucutuca, Carobeira e Areias)



Oficinas Participativas

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Principais Pautas Citadas

- Posto de saúde com atendimento precário - falta de remédios e médicos;
- Salobrinho era a Fazenda Boa Vista – pagam afloramento;
- Comunidade acolhe toda a população estudantil da UESC e não tem parcerias nem com a universidade, nem com outras empresas que façam investimentos no lugar;
- Saneamento básico precário – água encanada e rede de esgoto apenas em parte de um bairro;
- Extração irregular de areia dos rios;
- Sem áreas de lazer – quando tem autorização, realizam jogos na UESC;
- Necessidade de planejamento para ampliação da zona urbana com todo o sistema de saneamento e infraestrutura adequada.

Oficina 14 – SALOBRINHO
02 de Junho de 2022
(Salobrinho, Condomínio Cidadelle,
Vila Cachoeira)



Oficinas Participativas

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Principais Pautas Citadas

- Falta de saneamento básico da Vitoria e Frey Vantuy;
- Infraestrutura de mobilidade inadequada;
- Estradas em péssimo estado de conservação;
- Falta de na comunidade;
- Instalação de horta comunitária com plano de segurança alimentar;
- Limpeza e valorização do rio Cachoeira;
- Regularização fundiária do Banco da Vitória;
- Planejamento para infraestrutura das estradas vicinais.

Oficina 15 – BANCO DA VITÓRIA
02 de Junho de 2022
(Banco da Vitória)



Oficinas Participativas

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Principais Pautas Citadas

- Implementar sistema de abastecimento de água – urgente;
- Melhorias dos acessos e ruas das comunidades - muito danificadas;
- Sistema de transporte público ineficaz – horários não atendem à população;
- Serviços/comércios insuficientes para atender a demanda da população – chegada do Porto Sul aumentou demanda de aluguel das casas e aumento da demanda de serviços;
- Expansão urbana sem estrutura e desordenada, especialmente para o lado continental da BA-001;
- Falta de fiscalização das áreas de preservação;
- Avanço do mar devido aquecimento global – Joia do Atlântico;
- Falta de segurança – comunidades sem policiamento adequado;
- Posto de Saúde em Ponta da Tulha sem estrutura adequada para atendimento – falta médico, remédios e não tem vacinas por não ter geladeira para armazenar;
- Instituir um roteiro cultural com o retorno dos festivais gastronômicos e feiras de artesanato.

Oficina 16 – PONTA DA TULHA
03 de Junho de 2022
(Ponta da Tulha, Joia do Atlântico, Lagoa Encantada, Vila Juerana, Mar e Sol, Mamão e Queimadas.)



Oficinas Participativas

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Principais Pautas Citadas

- Implantar sistema de saneamento básico – abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- Citada a precariedade do comércio local;
- Falta de escola para ensino fundamental II, ensino médio e creche;
- Necessidade de ampliação da rede elétrica;
- Perda de tradições culturais;
- Manutenção das Estradas que estão em péssimo estado de conservação;
- Melhoria do transporte público;
- Instalação de torre de telefonia celular;
- Promoção de programa de turismo rural comunitário.

Oficina 17 – RETIRO
03 de Junho de 2022
(Retiro)



Oficinas Participativas: prioridades

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Algumas prioridades comuns a todas as oficinas

Uso e Ocupação do Solo	Organização logística para escoamento de produções da agricultura familiar
	Promoção de parcerias com as indústrias - primeiro emprego e jovem aprendiz
	Planejamento e fiscalização para a expansão urbana - sem estrutura e desordenada
	Planejamento para ampliação das áreas urbanas com todo o sistema de saneamento e infraestrutura adequada
Infraestrutura Mobilidade	Melhorias e conservação das estradas, via de acesso e ruas
	Melhorias no atendimento à saúde - zona rural
	Melhorias no sistema de transporte público - mais horários, mais carros etc.
Meio Ambiente Meio Físico Mudanças Climáticas	Saneamento básico: esgotamento sanitário e abastecimento de água, especialmente para a zona rural
	Revitalização de rios e córregos e preservação de matas
Habitação Lazer Cultura	Incentivos para desenvolvimento do turismo e turismo ecológico.
	Criação de espaços de lazer e esporte ao ar livre
	Evitar a descaracterização de prédios históricos que estão sendo substituídos por prédios com arquitetura moderna e aumento da verticalização
	Instituir um roteiro cultural - festivais gastronômicos e feiras de artesanato



Consulta Cidadã

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

- Realizada entre 01 a 19 de Junho de 2022;
- Executada na modalidade eletrônica e física;
- 147 respostas no modo eletrônico (via site do PDPI);
- 541 respostas no modo físico (via caixas itinerantes).

	Locais da Caixas de Sugestão	Formulários respondidos
1	Banco Central	12
2	Banco da Vitória	32
3	Banco do Pedro	54
4	Câmara de Vereadores	14
5	Castelo Novo	44
6	CDL	2
7	Iguape - Zona Norte	14
8	Inema	26
9	Japu	18
10	OAB	1
11	Oliveira	17
12	Palácio Paranaguá	14
13	Ponta da Tulha	51
14	Prefeitura	14
15	Retiro	25
16	Salobrinho	11
17	Sambaituba	26
18	Santo Antônio	47
19	São José	23
20	Teotônio Vilela	79
21	Zona Central	17

Consulta Cidadã: Síntese dos Resultados Obtidos

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Distrito	Bairro/ Localidades	Transporte Público	Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Coleta de Lixo	Disponibilidade de Moradia	Disponibilidade de Comércio	Postos de Trabalho e Emprego	Acesso à Cultura	Áreas Disponíveis para Lazer	Disponibilidade de Atividades Turísticas	Conservação do Patrimônio Histórico	Condições das Estradas e Vias	Conservação e Preservação da Natureza	Sensação de Segurança em Relação a Deslizamento de Terra	Ocupação e Utilização da Orla Marítima	Média Setores	Participantes
Aritaguá	Aritaguá	5,00	2,00	4,00	2,00	2,00	4,00	4,00	5,00	5,00	4,00	4,00	4,00	2,00	2,00	4,00	3,53	85
Banco Central	Banco Central	3,50	3,58	4,67	3,92	3,08	3,33	4,83	4,33	4,83	4,33	4,00	4,67	2,92	2,92	3,83	3,92	36
Banco do Pedro	Banco do Pedro	4,28	4,06	4,31	3,94	3,41	3,31	4,35	4,09	4,24	4,20	4,11	4,67	3,81	3,46	3,85	4,01	54
Castelo Novo	Castelo Novo	3,66	3,59	4,00	3,36	2,57	3,64	3,61	3,86	3,43	3,89	3,77	4,32	3,07	3,43	3,59	3,59	44
Couto	Couto	5,00	2,00	5,00	4,00	2,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	4,00	3,00	5,00	4,33	48
Inema	Inema	4,27	3,58	4,50	3,62	3,04	3,46	4,69	4,85	4,73	4,73	4,65	4,65	3,62	3,27	4,46	4,14	26
Japu	Japu	4,17	2,89	4,00	3,83	3,28	3,28	4,22	3,78	3,78	3,89	3,78	4,72	3,56	2,67	3,89	3,71	18
Oliveança	Oliveança	3,95	3,05	3,76	2,67	2,57	3,43	3,86	3,90	3,81	4,00	3,67	4,38	3,67	3,14	3,71	3,57	21

Resultado	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Intervalo	0-1	1-2	2-3	3-4	4-5

Consulta Cidadã: Síntese dos Resultados Obtidos

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Distrito	Bairro/ Localidades	Transporte Público	Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Coleta de Lixo	Disponibilidade de Moradia	Disponibilidade de Comércio	Postos de Trabalho e Emprego	Acesso à Cultura	Áreas Disponíveis para Lazer	Disponibilidade de Atividades Turísticas	Conservação do Patrimônio Histórico	Condições das Estradas e Vias	Conservação e Preservação da Natureza	Sensação de Segurança em Relação a Deslizamento de Terra	Ocupação e Utilização da Orla Marítima	Média Setores	Participantes
Zona Centro	Bairro Basílio	4,33	2,67	3,67	2,00	3,33	3,67	5,00	5,00	5,00	4,33	5,00	5,00	3,00	5,00	4,33	4,09	3
Zona Centro	Bairro Boa Vista	4,25	3,00	3,25	2,75	2,25	2,50	3,25	2,75	3,50	3,25	3,25	4,25	3,50	2,50	3,50	3,18	4
Zona Centro	Bairro Centro	4,00	2,29	2,86	2,71	2,86	2,00	3,29	3,71	2,86	3,14	4,43	4,00	3,86	3,43	4,00	3,30	7
Zona Centro	Bairro Cidade Nova	3,45	2,27	2,73	2,55	2,18	3,09	3,36	3,00	3,27	3,73	4,09	3,91	3,55	2,82	4,36	3,22	11
Zona Centro	Bairro Conquista	3,82	2,18	3,09	2,91	3,00	3,36	4,00	4,27	4,09	4,55	3,82	3,82	3,64	3,73	3,91	3,61	11
Zona Centro	Bairro Esperança	4,17	2,50	3,50	3,17	3,00	3,33	4,00	4,17	3,83	4,33	3,83	4,33	3,50	3,50	4,17	3,69	6
Zona Centro	Bairro Malhado	3,75	2,92	4,17	2,50	3,08	2,75	3,83	3,58	4,00	4,08	4,00	3,75	3,92	3,83	4,08	3,62	13
Zona Centro	Bairro São Sebastião	3,50	1,50	2,50	3,50	3,00	2,50	3,50	3,00	2,50	2,50	4,00	3,50	4,00	3,50	4,00	3,13	2
Zona Centro	Bairro Tapera	4,67	2,67	4,33	3,67	3,67	3,33	4,00	3,33	4,00	3,67	5,00	5,00	4,00	4,67	5,00	4,07	3
Zona Centro	Bairro Teresópolis	4,00	1,67	1,67	2,33	2,00	1,67	3,67	3,33	3,67	3,00	3,33	3,33	3,33	2,33	3,00	2,82	3
Zona Norte	Bairro Barra do Itaípe	4,50	2,50	4,33	3,50	3,67	3,67	4,17	4,17	3,83	4,50	4,50	4,33	4,17	4,50	4,00	4,02	6
Zona Norte	Bairro Iguape	4,30	3,60	4,10	3,65	3,55	3,95	4,20	4,35	4,30	4,15	4,35	4,80	4,00	4,05	4,30	4,11	20
Zona Norte	Bairro Jardim Savoia	4,50	2,50	2,67	1,83	2,00	3,50	4,17	4,33	3,33	4,17	3,67	5,00	3,00	1,83	4,00	3,37	6
Zona Norte	Bairro São Domingos	4,00	3,00	4,00	4,00	4,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	4,60	1
Zona Norte	Bairro São Miguel	4,50	4,00	5,00	4,00	4,00	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50	5,00	5,00	5,00	4,50	4,53	2
Zona Oeste	Bairro Banco Da Vitória	3,53	2,79	4,00	3,05	3,05	3,50	3,95	3,71	3,61	4,11	3,76	3,71	3,42	3,89	3,16	3,55	38
Zona Oeste	Bairro Salobrinho	3,89	2,58	3,63	2,68	3,37	3,42	4,21	4,21	4,21	4,16	4,11	4,16	3,42	3,32	3,53	3,66	19
Zona Oeste	Bairro Teotônio Vilela	2,38	1,88	2,93	2,25	2,48	2,17	2,86	2,75	2,73	2,79	2,56	3,99	3,24	3,55	3,05	2,77	84
Zona Sul	Bairro Hernani Sá	3,92	2,46	3,62	2,31	2,23	2,46	3,62	3,46	3,69	3,54	3,46	4,08	3,08	2,38	2,77	3,14	13
Zona Sul	Bairro Ilhéus II	3,50	3,00	4,50	3,50	3,00	2,50	4,00	5,00	4,50	4,50	4,50	4,50	4,00	4,00	3,50	3,90	2
Zona Sul	Bairro Jardim Atlântico	3,33	2,33	2,33	3,00	2,00	2,00	2,00	2,33	3,00	2,33	2,67	3,67	3,67	1,67	2,67	2,60	3
Zona Sul	Bairro Nelson Costa	4,33	2,50	3,67	2,67	2,67	2,00	3,50	4,17	4,50	4,17	4,17	3,83	3,67	3,33	3,33	3,50	6
Zona Sul	Bairro Nossa Senhora da Vitória	4,17	3,07	4,37	2,90	2,70	3,67	4,07	4,30	4,10	3,77	4,23	4,60	3,90	3,73	3,87	3,83	30
Zona Sul	Bairro Pontal	3,13	2,20	3,67	2,13	2,67	2,60	2,80	3,53	2,80	2,67	3,93	3,93	3,67	2,53	3,13	3,03	14
Zona Sul	Bairro São Francisco	3,80	2,40	3,20	2,40	3,10	2,30	3,50	3,90	4,20	3,90	4,10	4,10	3,70	3,10	3,60	3,42	9
Sem Informação	Sem Informação	4,80	5,00	5,00	3,80	3,40	3,20	4,60	4,60	4,40	4,20	5,00	4,20	3,60	3,00	3,80	4,17	11
	Média dos Setores	4,10	3,00	3,89	3,20	2,91	3,32	4,00	3,98	3,95	3,97	4,11	4,35	3,57	3,33	3,84	3,70	686

Consulta Cidadã: Prioridade Sugeridas por Distrito

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

ARITAGUÁ

Priorizações Sugeridas

1. Abastecimento de água.
2. Transporte Público
3. Condições das estradas e vias
4. Esgotamento sanitário

BANCO CENTRAL

Priorizações Sugeridas

1. Transporte público.
2. Postos de trabalho e emprego
3. Segurança pública
4. Condições das estradas e vias

BANCO DO PEDRO

Principais Sugeridas

1. Transporte público.
2. Condições das estradas e vias
3. Esgotamento sanitário
4. Abastecimento de água

CASTELO NOVO

Priorizações Sugeridas

1. Transporte público
2. Abastecimento de água
3. Coleta de Lixo
4. Segurança pública

COUTO

Priorizações Sugeridas

1. Postos de trabalho e emprego
2. Condição das estradas e vias
3. Segurança pública
4. Abastecimento de água

INEMA

Priorizações Sugeridas

1. Transporte público.
2. Condição das estradas e vias
3. Postos de trabalho e emprego
4. Disponibilidade de comércio

Consulta Cidadã: Prioridades Sugeridas por Distrito

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

JAPU

Priorizações Sugeridas

1. Transporte público
2. Condições das estradas e vias
3. Coleta de lixo
4. Abastecimento de água

OLIVENÇA

Priorizações Sugeridas

1. Transporte público.
2. Segurança pública
3. Disponibilidade de atividades turísticas
4. Esgotamento sanitário

SAMBAITUBA

Principais Sugeridas

1. Transporte público.
2. Segurança pública
3. Postos de trabalho e emprego
4. Esgotamento sanitário

SEDE – ZONA CENTRO

Priorizações Sugeridas

1. Transporte público
2. Condições das estradas e vias
3. Esgotamento sanitário
4. Ocupação e utilização da orla marítima

SEDE – ZONA NORTE

Priorizações Sugeridas

1. Transporte público
2. Esgotamento sanitário
3. Abastecimento de água
4. Ocupação e utilização da orla marítima

SEDE – ZONA OESTE

Priorizações Sugeridas

1. Transporte público
2. Postos de Trabalho e renda
3. Áreas disponíveis para lazer
4. Segurança pública

SEDE – ZONA SUL

Priorizações Sugeridas

1. Esgotamento sanitário
2. Condições das estradas e vias
3. Transporte público
4. Ocupação e utilização da orla marítima

Consulta Cidadã: Prioridades Sugeridas

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Priorizações sugeridas no espaço comentário – área urbana

- Condomínios provocando sufocamento das vias, tornando o trânsito caótico;
- Poucas opções de lazer, principalmente para as crianças;
- Verticalização na orla sul sem considerar infraestrutura mínima: ruas sem asfalto, sem drenagem, com alagamentos, quedas de energia elétrica constantes, sem esgotamento sanitário adequado;
- Implantação de novos loteamentos na orla sul feita de forma desordenada e sem respeitar critérios básicos de preservação do solo e das águas;
- Regiões de encosta em pontos mais altos sofreram fortes erosões e deslizamentos nas últimas chuvas (Pérola do Mar, Brisa do Mar e Mar à Vista);
- Existência de situação de esgoto a céu aberto e falta de drenagem que perdura há anos.



Consulta Cidadã: Prioridades Sugeridas

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Priorizações sugeridas no Espaço Comentário – Área rural e bairros afastados do centro urbano

- Má conservação das estradas e ruas;
- Necessidade de postos de saúde com infraestrutura e atendimentos adequados;
- Melhorar o transporte público que, atualmente, não atende às necessidades de mobilidade das pessoas.



Consulta Cidadã: Resultados Integrados

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Temas prioritários para os próximos 10 anos



Consolidação da 1ª Rodada Participativa - Diagnóstico

09. Processo Participativo – Primeira Rodada Participativa

Pontos de Atenção
Regularização fundiária;
Verticalização e expansão da área urbana demandam planejamento;
Melhoria da oferta de transporte público: qualidade dos equipamentos, maior disponibilidade de horários e rotas;
Melhoria das estradas e vias - recuperação e manutenção de qualidade de vias vicinais e urbanas, além de calçadas;
Aumento da disponibilidade de postos de trabalho e emprego;
Conservação do Patrimônio Histórico;
Melhoria do sistema de saneamento básico – implantação/ampliação da rede de distribuição e coleta, incluindo tratamento, em algumas áreas urbanas e sobretudo nos distritos.

Pontos Fortes/Potencialidades
A existência, prestação e boas condições dos serviços públicos e infraestruturas urbanas oferecidos;
Agricultura familiar com potencial para o fomento da economia rural;
Desenvolvimento de indústria com base agrícola - produtos do Cacau;
Potencial para o desenvolvimento industrial com a chegada do Porto Sul;
Presença da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC e outras Universidades;
Potencial para desenvolvimento do turismo com ativos naturais e equipamentos qualificados.